



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**WILSON ROBERTO MILANI BERNARDES**

**AS GRÁFICAS CLANDESTINAS DO PCB:  
anticomunismo e ação repressiva do Estado**

RIO DE JANEIRO

2020

Wilson Roberto Milani Bernardes

**AS GRÁFICAS CLANDESTINAS DO PCB:  
anticomunismo e ação repressiva do Estado**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à  
obtenção do título de doutor em Comunicação e Cultura

Orientador: Mauricio Lissovsky

Rio de Janeiro

2020

## CIP - Catalogação na Publicação

B752g Bernardes, Wilson Roberto Milani  
As gráficas clandestinas do PCB: anticomunismo e  
ação repressiva do Estado / Wilson Roberto Milani  
Bernardes. -- Rio de Janeiro, 2020.  
274 f.

Orientador: Mauricio Lissovsky.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Escola da Comunicação, Programa de Pós  
Graduação em Comunicação, 2020.

1. Gráfica clandestina. 2. Imprensa comunista.  
3. DOPS. 4. DOI-CODI. 5. PCB. I. Lissovsky,  
Mauricio, orient. II. Título.

Wilson Roberto Milani Bernardes

**AS GRÁFICAS CLANDESTINAS DO PCB:  
anticomunismo e ação repressiva do Estado**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do  
título de doutor em Comunicação e Cultura

Aprovada em:

---

(Mauricio Lissovsky (orientador), Doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

---

(Marialva Carlos Barbosa, Doutora, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

---

(Marco Antonio Roxo da Silva, Doutor, Universidade Federal Fluminense)

---

(Lincoln Ferreira Secco, Doutor, Universidade de São Paulo)

---

(Rodrigo Patto Sá Motta, Doutor, Universidade Federal de Minas Gerais)

**ATA DA QUADRIGENTÉSIMA NONAGÉSIMA PRIMEIRA**  
**SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE TESE DE DOUTORADO**  
**DEFENDIDA POR WILSON ROBERTO MILANI BERNARDES**  
**NA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ**

Ao sétimo dia do mês de maio de dois mil e vinte, às quatorze horas, através de videoconferência, foi realizada a defesa de tese de doutorado de **Wilson Roberto Milani Bernardes**, intitulada: "**As gráficas clandestinas do PCB: anticomunismo e ação repressiva do Estado**", perante a banca examinadora composta por: **Mauricio Lissovsky** [orientador(a) e presidente], **Marialva Carlos Barbosa**, **Marco Antonio Roxo da Silva**, **Lincoln Ferreira Secco** e **Rodrigo Patto Sá Motta**. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua tese:

X aprovada       reprovada       aprovada mediante alterações

-----  
-----  
-----  
-----

E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente, que segue datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Doutor(a) em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2020



-----  
Mauricio Lissovsky [orientador(a) e presidente]



-----  
Marialva Carlos Barbosa [examinador(a)]



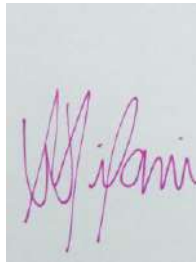
-----  
Marco Antonio Roxo da Silva [examinador(a)]

*L. Secco*

Lincoln Ferreira Secco [examinador(a)]

*R. P. Sá Motta*

Rodrigo Patto Sá Motta [examinador(a)]



Wilson Roberto Milani Bernardes [candidato(a)]

\* As atas de defesa de tese/apresentação de dissertação dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro somente geram efeitos após sua homologação pelo CEPG.

Para Hebe



Tu conhecestes o lugar proibido? Eu pensava que só o Damiano conhecia a caverna dos livros malditos.

Milton Hatoum em *Pontos de fuga (O lugar mais sombrio 2)*, 2019

## RESUMO

BERNARDES, Wilson Roberto Milani. **AS GRÁFICAS CLANDESTINAS DO PCB: anticomunismo e ação repressiva do Estado.** Tese. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

Esta tese analisa a repressão exercida pelo Estado sobre as gráficas comunistas durante períodos históricos de ditadura no Brasil. Três episódios são aqui mobilizados, dois ocorridos durante a vigência do Estado Novo (1937-1945) e um, durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Influenciados pela retórica anticomunista, DOPS e DOI-CODI promoveram ações sistemáticas contra o aparato de imprensa do PCB, resultando na prisão de militantes gráficos e dirigentes, no confisco de material de propaganda e no desmantelamento dos locais de impressão. Eram nesses “aparelhos” que ideias consideradas “subversivas” e “perigosas” se materializavam em boletins, jornais, livros e revistas, que depois ganhavam o espaço público no trabalho de Agitação e Propaganda (“Agitprop”) do partido. Nos casos analisados, o “estouro” de uma gráfica representava tanto uma “medida de profilaxia social” direcionada ao “vírus esquerdista”, impedindo que ele continuasse a “contaminar” a sociedade, o Estado, os lares das famílias brasileiras etc.; quanto uma vitória contra a “guerra psicológica” dos comunistas, parte indissociável de sua revolução social. A oposição ao PCB se dava no esforço de atenuar os efeitos sociais de seu discurso político. A relevância do aparato gráfico era reconhecida não só pelos agentes da repressão, mas também pelos comunistas. Prevalecia entre a militância do PCB o entendimento de que sem uma máquina para rodar jornais e panfletos o partido não poderia fazer o seu trabalho revolucionário. Prova convincente disso é que, uma vez concretizada uma operação repressiva de grandes consequências, o partido estabelecia como uma de suas prioridades o “levantamento” de uma nova oficina gráfica.

Palavras-chave: Gráfica clandestina; Imprensa comunista; DOPS; DOI-CODI; PCB.

## ABSTRACT

BERNARDES, Wilson Roberto Milani. **AS GRÁFICAS CLANDESTINAS DO PCB: anticomunismo e ação repressiva do Estado.** Tese. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

This thesis analyzes the state's repression of communist printers during historical periods of dictatorship in Brazil. Three episodes are mobilized here, two occurred during the term of the Estado Novo (1937-1945) and one, during the civil-military dictatorship (1964-1985). Influenced by anti-communist rhetoric, DOPS and DOI-CODI promoted systematic actions against the PCB's press apparatus, resulting in the arrest of graphic activists and leaders, in the confiscation of propaganda material and in the dismantling of print sites. It was in these “devices” that ideas considered “subversive” and “dangerous” were materialized in newsletters, newspapers, books and magazines, which would later gain public space in the party's Agitation and Propaganda (“Agitprop”) work. In the cases analyzed, the “overflow” of a printing shop represented both a “measure of social prophylaxis” directed at the “leftist virus”, preventing it from continuing to “contaminate” society, the State, the homes of Brazilian families, etc .; as well as a victory against the “psychological war” of the communists, an inseparable part of their social revolution. The opposition to the PCB was made in an effort to mitigate the social effects of its political discourse. The relevance of the graphic apparatus was recognized not only by agents of repression, but also by communists. Among the PCB militancy prevailed the understanding that without a machine to run newspapers and pamphlets the party could not do its revolutionary work. Convincing proof of this is that, once a repressive operation of great consequences was carried out, the party established as one of its priorities the “lifting” of a new printing shop.

Keywords: Clandestine graphics; Communist press; DOPS; DOI-CODI; PCB.

## LISTA DE FIGURAS

### Parte I – Gráficas, impresso comunista e revolução

#### Capítulo 1

Figura 1 – O material saído das gráficas destinava-se ao operariado e à formação de quadros e militantes do partido **p. 27**

Figura 2 – Um boletim estava prestes a ser impresso na gráfica clandestina do PCB desbaratada pela polícia em agosto de 1932 **p. 34**

Figura 3 – Máquina impressora do PCB, objeto de desejo da repressão **p. 35**

Figura 4 – Impressos comunistas apreendidos no Rio de Janeiro após o levante armado de 1935 **p. 43**

#### Capítulo 2

Figura 5 – Capa da brochura em espanhol de Lênin apreendida pela DESPS **p. 48**

Figura 6 – Documento do órgão sul-americano data de 1932 **p. 49**

Figura 7 – Panfleto com o programa do Bloco Operário apreendido pela DESPS **p. 53**

Figura 8 – Opúsculo do BOC confiscado pela polícia política **p. 54**

Figura 9 – O BOC lançou um militante negro como candidato à Presidência **p. 55**

Figura 10 – Reprodução do histórico discurso de Prestes em São Januário **p. 59**

Figura 11 – Esquerda brasileira acompanha cisão no movimento comunista internacional **p. 60**

Figura 12 – Cartaz publicitário apreendido pela polícia anuncia livro da coleção *Romances do povo* **p. 61**

Figura 13 – Sentença individual de militante da ALN **p. 63**

Figura 14 – Edições SAP anunciam títulos disponíveis durante a ditadura **p. 64**

Figura 15 – *O Estado e a revolução* é lançado pela Diálogo às vésperas do AI-5 **p. 66**

Figura 16 – “Lista dos livros tidos como subversivos”, a primeira do gênero editada pela ditadura **p. 69**

Figura 17 – A Global torna-se uma editora de oposição à ditadura no final dos anos 1970 **p. 71**

## Parte II – Anticomunismo, órgãos de repressão do Estado e o impresso comunista

### Capítulo 5

Figura 18 – Folheto da VRP denuncia morte do operário Manoel Fiel Filho **p. 134**

Figura 19 – O impresso político assumia as mais diversas formas em sua luta contra a ditadura **p. 136**

Figura 20 – Inscrições contra o regime arquivadas pela repressão **p. 137**

Figura 21 – Abaixo a ditadura! **p. 138**

Figura 22 – Frase misteriosa intrigou a repressão em meados dos anos 1970 **p. 139**

## Parte II – “Estouros”

### Capítulo 6

Figura 23 – Fachada da casa frequentada pelo militante Bangu **p. 165**

Figura 24 – Casa em Irajá onde Adalcinda, companheira de Elias, foi presa **p. 166**

Figura 25 – Aparelho utilizado por Abóbora. No local, a polícia encontrara impressos e um mimeógrafo do PCB **p. 168**

Figura 26 – No aparelho em Quintino, os policiais montam a cena do crime, com destaque às máquinas e ao material impresso **p. 169**

Figura 27 – Mimeógrafo com o qual Abóbora reproduzia alguns textos do PCB **p. 171**

Figura 28 – A gráfica clandestina do PCB em fins de 1939 **p. 172**

Figura 29 – Um dos panfletos encontrados pelos policiais na gráfica clandestina **p. 173**

Figura 30 – Fachada da casa em Thomaz Coelho onde funcionava a gráfica clandestina do PCB em 1939 **p. 174**

Figura 31 – Casa situada no bairro Piedade, onde o militante Bangu vivia clandestinamente **p. 175**

Figura 32 – Casa onde Honorio foi preso após trocar tiros com a polícia **p. 176**

Figura 33 – A principal máquina tipográfica do PCB **p. 178**

Figura 34 – A oficina do PCB contava com apenas duas máquinas. Uma estrutura enxuta para realizar o trabalho de imprensa da maior organização operária do período **p. 179**

Figura 35 – A gráfica comunista sob outro ângulo **p. 180**

Figura 36 – Os policiais encontram ainda peças de um prelo manual desativado na sede da imprensa do partido em Thomaz Coelho **p. 182**

Figura 37 – Vista da casa na rua Engenho do Mato, nº 21, onde funcionava a gráfica clandestina do Partido Comunista do Brasil **p. 183**

Figura 38 – Panfleto que inaugurou as atividades da gráfica em São de Meriti **p. 185**

Figura 39 – A nova oficina tipográfica do PCB funcionava na casa de Joaquim Francisco da Silva **p. 187**

Figura 40 – A revolução proletária se faz com tipos e armas, ou ainda, tipos que são armas **p. 188**

## Capítulo 7

Figura 41 – Estrada de terra próxima à casa onde ficava a gráfica do PCB. Na placa da esquina, é possível ler “Caminho Anésia” **p. 196**

Figura 42 – A sede e a garagem, principais edificações do terreno **p. 197**

Figura 43 – A resposta para o enigma da “gráfica vermelha” estava no armário falso nos fundos da garagem **p. 198**

Figura 44 – Abertura sob o piso em formato de “tampa de cisterna” **p. 199**

Figura 45 – Alarme sonoro camuflado sob o interruptor de energia **p. 200**

Figura 46 – Parte do depósito da oficina gráfica do PCB em 1975 **p. 201**

Figura 47 – Vista de uma das paredes da tipografia **p. 202**

Figura 48 – Principal máquina do “complexo gráfico” do PCB **p. 203**

Figura 49 – Roletes de aço utilizados no deslocamento das máquinas para o subsolo **p. 204**

Figura 50 – Depois de ser preso na gráfica paulista do PCB, Elias Moreira Borges foi fichado no DOPS sob o número 6899 **p. 205**

Figura 51 – Armas e munição apreendidas na tipografia **p. 206**

Figura 52 – A prova maior do crime antinacionalista do PCB **p. 207**

Figura 53 – A utopia tipográfica **p. 208**

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa  
AC – Ação Católica  
AEL/UNICAMP – Arquivo Edgard Leuenroth  
Agitprop – Agitação e Propaganda  
AI – Ato Institucional  
AI-5 – Ato Institucional nº 5  
AIB – Ação Integralista Brasileira  
ALN – Ação Libertadora Nacional  
ANL – Aliança Nacional Libertadora  
AP – Ação Popular  
APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro  
APESP – Arquivo do Estado de São Paulo  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
ASIR – Assessoria de Segurança e Informações  
BC – Batalhão Central  
Bibliex – Biblioteca do Exército  
BNM – Brasil Nunca Mais (Projeto)  
BOC – Bloco Operário e Camponês  
BP – Birô Político  
BUD – Biblioteca Universitária Diálogo  
CAM – Clube dos Artistas Modernos  
CC – Comitê Central  
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça  
CEBRAP – Centro Brasileiro de Pesquisas  
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha  
CIE – Centro de Inteligência do Exército  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNRC – Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo  
CO – Círculo Operário  
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
DEOPS/SP – Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo

DESPS – Delegacia Especial de Segurança Política e Social  
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda  
DN – Direção Nacional  
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna  
DOP – Détachement Opérationnel de Protection  
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social  
DPDC – Departamento de Propaganda e Difusão Cultural  
DSN – Doutrina de Segurança Nacional  
ECB – Editora Civilização Brasileira  
ECEME – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército  
ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos  
ESG – Escola Superior de Guerra  
ESS – Escola de Serviço Social  
FGV – Fundações Getúlio Vargas  
GSI – Gabinete de Segurança Institucional  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IC – Internacional Comunista  
IML – Instituto Médico Legal  
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
IPM – Inquérito Policial Militar  
IURD – Igreja Universal do Reino de Deus  
JB – Jornal do Brasil  
JN – Jornal Nacional  
JK – Juscelino Kubitschek  
JUC – Juventude Universitária Católica  
LEC – Liga Eleitoral Católica  
LSN – Lei de Segurança Nacional  
MBL – Movimento Brasil Livre  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MRT – Movimento Revolucionário dos Trabalhadores  
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro  
NOVO – Partido Novo  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil



OBAN – Operação Bandeirante  
PCB – Partido Comunista do Brasil/Partido Comunista Brasileiro  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PCUS – Partido Comunista da União Soviética  
PM – Polícia Militar  
PR – Partido Republicano  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PSC – Partido Social Cristão  
PSL – Partido Social Liberal  
PSOE – Partido Socialista Obreiro Espanhol  
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
SAP – Seção de Agitação e Propaganda  
SBIC – Serviço de Edições e Livraria do Partido Comunista  
SEI – Serviço de Estudos e Investigações  
SFICI – Serviço Federal de Informações e Contrainformações  
SN – Secretariado Nacional  
SNI – Serviço Nacional de Informações  
STF – Superior Tribunal Federal  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
TSN – Tribunal de Segurança Nacional  
UFF – Universidade Federal Fluminense  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UnB – Universidade de Brasília  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas  
URSS – União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas  
USP – Universidade de São Paulo  
UTG – União dos Trabalhadores Gráficos  
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

Introdução **p. 15**

### PARTE I – GRÁFICAS, IMPRESSO COMUNISTA E REVOLUÇÃO p. 24

1. O PCB, o trabalho de Agitação e Propaganda (“Agitprop”) e as gráficas clandestinas **p. 25**
2. O que as gráficas punham nas ruas: uma história descontínua do impresso comunista e de outras publicações de esquerda no Brasil (século XX) **p. 45**

### PARTE II – ANTICOMUNISMO, ÓRGÃOS DE REPRESSÃO DO ESTADO E O IMPRESSO COMUNISTA p. 73

3. Anticomunismo: matrizes e atores **p. 74**
4. O anticomunismo do DOPS: o impresso comunista sob a ótica da metáfora epidemiológica **p. 101**
5. O anticomunismo do DOI-CODI: o impresso comunista sob a ótica da “doutrina da guerra revolucionária” **p. 120**

### PARTE III – “ESTOUROS” p. 147

6. Os “estouros” de 1939 e 1940 **p. 148**
7. O “estouro” de 1975 **p. 190**
8. Considerações finais sobre os casos estudados **p. 212**

### EPÍLOGO – O “INIMIGO INTERNO” AGORA É O PRÓPRIO “SISTEMA”, NÃO MAIS UM “VÍRUS” QUE O AMEAÇA: BOLSONARO CONTRA OS COMUNISTAS p. 222

Fontes **p. 246**

Referências **p. 248**

Anexos **p. 257**

## INTRODUÇÃO

A presente tese se propõe a abordar a repressão exercida pelo Estado sobre as gráficas do Partido Comunista do Brasil (PCB) em dois períodos de autoritarismo de nossa história recente: o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura civil-militar (1964-1985). Em especial, três casos de “estouros” de oficinas – ocorridos em 1939, 1940 e 1975 – serão objetos de análise por meio do método de estudo comparativo de casos.

Trata-se de um tema ainda pouco pesquisado no âmbito da literatura sobre censura e violência contra meios de comunicação – partidários ou não – durante regimes autoritários ou ditatoriais no Brasil. Já se fez uma história robusta do surgimento e da repressão aos “jornais alternativos” e aos “livros subversivos” no país, mas esses trabalhos raramente mencionam as oficinas gráficas (KUCINSKI, 2018; CARNEIRO; KOSSOY, 2008; REIMÃO, 2016; SECCO, 2017; LACERDA, 2017). Quando, por sua vez, os trabalhadores gráficos estiveram no centro de investigações, o período histórico abordado não se caracterizava por uma ditadura (BLASS, 1986; GUALBERTO, 2009).

A opção pelas gráficas clandestinas como tema de pesquisa veio, no entanto, do contato que estabeleci, em meados de 2016, com parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Percebi, então, que havia ali uma profusão de inquéritos, formulários, fichas, dossiês, prontuários, pedidos de busca, entre outros documentos, que tratavam em detalhes do trabalho de vigilância sobre os locais onde o PCB imprimiu, durante momentos importantes do século XX, o material de sua propaganda partidário-ideológica: livros, jornais, panfletos, boletins, cartazes etc.

Em 60 anos de atuação, a polícia política brasileira acumulou um vasto acervo, formado por incontáveis documentos textuais e cerca de 100 mil fotografias. O conteúdo iconográfico conta ainda com panfletos e cartazes, que se somam a mais de um milhão e meio de fichas remissivas, 750 metros de textos em forma de prontuários e inquéritos, além de objetos e documentos de organizações políticas apreendidos durante diligências. Todo esse material arquivado é proveniente do exercício duradouro e sistemático da violência de Estado. Ele retrata tanto a história da censura e da repressão quanto a vida partidária do PCB e as lutas sociais travadas ao longo de um período histórico considerável, que vai de 1922 a 1983.

Nesse sentido, o primeiro passo consistiu em consultar reiterada vezes o conteúdo presente nas pastas do setor *Comunismo* do acervo do APERJ. Uma vez superada essa etapa, pode-se traçar o *corpus* de investigação desta tese, constituído pelos “estouros” das gráficas de 1939, 1940 e 1975. A tese se propõe a demonstrar, no âmbito específico desse recorte, as táticas e métodos de investigação que os órgãos repressivos do Estado – DOPS e DOI-Codi –

encontraram para, em contextos políticos bastante distintos, “desbaratar” as gráficas clandestinas do PCB. A descrição detalhada – que não poupa minúcias como nomes, locais e datas – procura elucidar o modo de agir da repressão em cada uma das situações.

Do mesmo modo, os casos abordados iluminam o mundo rico e obscuro dos “aparelhos”, dos “pontos”, das “medidas de segurança”, das ideias e informações urdidas nas sombras e à margem da legalidade, enfim, da cultura militante do sigilo e da luta clandestina. A noção de “subterrâneo da liberdade”, criada pelo escritor Jorge Amado para se referir ao PCB, adquire um sentido quase literal quando se trata das gráficas clandestinas, erguidas quase sempre a muitos palmos do chão.

Até chegar a esses três casos, foi preciso passar pela leitura e análise de aproximadamente 2.196 documentos escritos e 1.180 imagens – considerando somente o universo arquivístico do APERJ. Apenas a título de comparação, a biografia do primeiro general-presidente da ditadura, reeditada no final de 2019, custou ao autor, o jornalista Lira Neto, a leitura e a análise de aproximadamente 3 mil documentos do arquivo pessoal de Castello Branco, hoje sob a guarda da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Este é parte da extensão do universo que se ofereceu à pesquisa desde o princípio. Em termos metodológicos, portanto, o grande desafio foi “levantar” cada um dos casos no corpo documental do APERJ.

A escolha dos casos respeitou aquilo que foi oferecido pelo acervo documental durante as sessões de pesquisa, realizadas de maneira espaçada entre 2017 e 2019. Procurei, apesar disso, estender a reflexão sobre as gráficas e os órgãos repressivos aos anos imediatamente seguintes e anteriores aos “estouros” estudados, procurando situá-los num cenário mais amplo de repressão e violência perpetrada pelo Estado.

Para abordar o desmantelamento das gráficas, as fontes primárias do APERJ foram, portanto, de fundamental importância. Em muitos momentos, procurei relacioná-las à história do PCB e às memórias de seus militantes – fontes secundárias de inegável valor. Informações extraídas dos arquivos foram confrontadas com a literatura especializada e com outras fontes a fim de se checar a correção de eventos narrados em inquéritos e prontuários dos órgãos repressivos e em autos de processos do Judiciário. Tal como sugere a cartilha das “pesquisas de arquivo”, a veracidade da fonte documental deve ser buscada em um universo mais amplo de referências.

Mais do que uma representação fidedigna da realidade, os inquéritos, prontuários e outros documentos presentes no APERJ deixam entrever versões parciais dos acontecimentos

ali narrados, nas quais prevalecem, em última instância, o ponto de vista dos agentes da repressão sobre a atividade dos militantes, as ações e a estrutura de suas organizações políticas, incluindo as gráficas. Resultado direto de atos de repressão e censura, as informações contidas nas fontes policiais não devem por isso ser desacreditadas; trata-se antes de buscar o modo como a violência estatal se inscreve nesses registros.

Se, por um lado, o recorte documental proposto por esta tese apresenta limitações por se tratar de arquivos oficiais da repressão, inibindo inevitavelmente a pluralidade de vozes e versões a respeito dos fatos aqui narrados e comentados, por outro, ele dá prosseguimento ao trabalho de pesquisa com fontes primárias sobre períodos autoritários no Brasil. Ao menos no que diz respeito à ditadura civil-militar (1964-1985), o acesso público aos arquivos – ou ao que resistiu à depuração feita pelos militares – foi franqueado só muito recentemente, datando de meados dos anos 1990, princípio dos anos 2000. O volume da documentação está longe de ser desprezível, o que demanda frentes de pesquisa em várias instituições e áreas do conhecimento.

Já para o contexto político e social subjacente a cada um dos “estouros” das gráficas, outro conjunto de fontes primárias se revelou imprescindível: os jornais da época. Alguém já disse que jornalistas fazem uma espécie de registro em tempo real da história. Panfletos, cartazes, opúsculos e outras imagens do setor *Comunismo* do APERJ auxiliaram-me na mesma medida no processo de recomposição do período abordado. Utilizou-se também fontes primárias provenientes do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). São os casos do diário de Getúlio, de sua correspondência pessoal, e do arquivo Filinto Müller. O acesso ao acervo documental do DOI-CODI do II Exército presente no Arquivo do Estado de São Paulo – inclusive do documento que trata da repressão à gráfica estudada aqui no capítulo 7 – se deu de maneira indireta, por meio da consulta a teses, dissertações e artigos acadêmicos que se valeram de tais registros.

Esse conjunto diversificado de fontes não foi capaz de preencher as eventuais lacunas apresentadas por cada um dos casos abordados – os silêncios da documentação histórica sempre falam mais alto. Na tentativa de fazer com que eles não ecoassem tanto na pesquisa, foi utilizado o método historiográfico de “multiplicação de exemplos” em alguns capítulos.

O intervalo de tempo abarcado por esta tese – de 1939 até 1975 – constitui-se em um dos períodos mais estudados da história do Brasil. Episódios marcantes encontram-se aí contemplados: o levante armado comunista (1935); o golpe que instaurou o Estado Novo

(1937); o *putsch* integralista (1938); a participação do Brasil na Segunda Guerra e a consequente deposição de Getúlio pelos militares (1945); o interregno democrático (1945-1964); o golpe civil-militar (1964); o esfacelamento das organizações de esquerda pela repressão (1968-1974); o início do processo de “abertura lenta, gradual e segura” do regime militar (1975-1985). Para cada um desses acontecimentos, há uma literatura exaustiva e consolidada. Nunca foi minha intenção esgotar todas as discussões que poderiam derivar desses textos. Neste ponto, a maior dificuldade encontrada foi sintetizar o número caudaloso de informações, extraindo delas somente o que pudesse servir a uma tese que se propõe a pensar as tipografias clandestinas do PCB. No entanto, em certos pontos, tornou-se inevitável fazer um pouco de “historiografia”, narrando fatos já demasiadamente conhecidos. Isso ocorreu principalmente na primeira parte dos capítulos 6 e 7.

A partir dos anos 1960, o Estado brasileiro e seus órgãos repressivos consideravam que havia duas maneiras de Cuba, China e União Soviética fomentarem processos revolucionários mundo afora: ou enviando aos países agentes clandestinos, como ocorrera aqui no Brasil em 1935, ou divulgando literatura de teóricos e dirigentes marxistas. Em última instância, portanto, o desmantelamento de uma gráfica equivaleria em parte ao sufocamento da própria possibilidade de êxito de uma revolução socialista. Diante disso, a pergunta que guiou esta investigação foi a seguinte: quais as condições objetivas para a produção de livros, jornais, panfletos e outros impressos de um partido comunista em contexto de ditadura?

No capítulo 1, a história do PCB será brevemente retomada desde a perspectiva da imprensa partidária, dando início assim à seção “Gráficas, impresso comunista e revolução”. Mostrarei a importância fundamental da gráfica para o funcionamento geral do partido e o modo como seus órgãos de direção concebiam o papel do impresso político (livro, jornal, revista, panfleto etc.). Um dos argumentos principais desta tese é o de que a reorganização do PCB após uma investida repressiva passava necessariamente pelo reestabelecimento imediato da oficina gráfica. Em outras palavras, é como se o PCB não existisse como partido revolucionário se não pudesse se dirigir ao operariado e a outros setores da sociedade por meio de seu jornal, sua revista, seus boletins e panfletos. Os “estouros” de 1939 e 1940 endossam esse argumento com bastante força. Daí a razão de estarem reunidos em um único capítulo, o de número 6.

Espanta-se que, entre as diversas histórias já contadas a respeito da trajetória quase centenária do PCB e de sua imprensa, a história das gráficas clandestinas tenha sido

obliterada. Esta tese vem de algum modo preencher essa lacuna nos estudos sobre imprensa comunista no Brasil.

Um partido comunista é constituído de múltiplas formas: por meio de ações concretas, diretórios e comissões, alianças e confrontos, dissidências internas, mas também por meio de palavras, teorias e doutrinas, publicações. No capítulo 2, procurei contar uma breve (e descontínua) história do impresso comunista no Brasil no transcurso do século XX. O trabalho profissional de “editoras de esquerda” também foi abordado. Tomei como referências a literatura especializada sobre o binômio edição-censura e as fontes primárias presentes no APERJ e no projeto *Brasil Nunca Mais*, da Arquidiocese do Estado de São Paulo.

Se hoje é possível contar essa história em parte é porque os órgãos repressivos alimentaram a obsessão pelas “gráficas vermelhas”. Nesse ponto, um autor demonstrou-se fundamental: Lincoln Secco e sua pesquisa meticulosa sobre a “batalha dos livros”. Apesar de toda a violência e dos recursos financeiros exíguos, os comunistas colocaram em circulação uma quantidade expressiva de livros, jornais, revistas e panfletos – conteúdo responsável, entre outras coisas, pela formação intelectual da esquerda brasileira e das classes trabalhadoras. Especialmente em contextos de ditadura, como os que nesta tese são analisados, esse tipo de trabalho editorial ganha um sentido de intervenção política inestimável.

Desse modo, a história da circulação das ideias marxistas no país, ou ainda, a história da leitura de livros socialistas, para ser realizada a contento, necessita em alguma medida abarcar uma história menor e ainda pouco explorada: a história das tipografias e dos militantes gráficos, responsáveis por colocar nas ruas o material impresso das organizações e dos partidos revolucionários. A ironia está no fato de que se, por um lado, foi a permanência de rastros nos arquivos da polícia que permitiu que a história das gráficas clandestinas do PCB pudesse ser aqui contada, por outro, é justamente a repressão permanente dos órgãos policiais de Estado que faz com essa história seja necessariamente lacunar. Em inúmeras ocasiões, as gráficas e o material que elas imprimiam foram sumariamente destruídos.

Já no capítulo 3, abordei as matrizes e os principais atores do anticomunismo no Brasil. A centralidade do trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta nessa parte se explica por duas razões: pela qualidade intrínseca às pesquisas do autor, referência incontornável quando o assunto é anticomunismo; e pela ausência constatada de trabalhos acadêmicos dedicados ao tema no Brasil. Nesta tese, o anticomunismo não está no centro da investigação, constituindo-se antes o contexto sobre o qual os “estouros” das gráficas clandestinas ocorrem. Não se trata,



é importante frisar, de um contexto qualquer, já que o anticomunismo foi o motor de mobilização política do DOPS e do DOI-CODI, sendo, portanto, decisivo no modo como suas operações sobre as gráficas foram desencadeadas.

Tanto para um como para outro órgão repressivo, a luta contra o “perigo vermelho” serviu para garantir a coesão interna e a identidade entre os agentes, além de construir a ideia de que o DOPS e o DOI-CODI agiam como guardiões da ordem e defensores da pátria. Nos capítulos 4 e 5, que fecham a seção “Anticomunismo, órgãos de repressão do Estado e o impresso comunista”, demonstrarei como esses órgãos, especialmente influenciadas pela retórica e o imaginário anticomunistas, enxergavam o trabalho editorial e de propaganda do PCB.

Qual o significado que uma máquina impressora ou um panfleto tinha no imaginário do DOPS e do DOI-CODI? O impresso seria uma espécie de “bacilo” enquanto a máquina a fonte emissora de “agentes patológicos” que inoculam o “vírus subversivo” na sociedade? Ou ambos representariam instrumentos a serviço da “guerra psicológica” dos comunistas? Assim, o impresso comunista, cuja história foi contada um pouco antes, no capítulo 2, será abordado a partir de duas óticas distintas, cada qual pertinente ao seu contexto histórico, à conjuntura política da época e às especificidades dos órgãos repressivos: a ótica da “metáfora epidemiológica”, atinente aos “estouros” de 1939 e 1940, e a da “guerra revolucionária”, conceito do pensamento militar francês que melhor explica o desmantelamento da gráfica comunista em 1975.

A terceira seção, intitulada “Estouros”, inicia-se com os capítulos 6 e 7. A abordagem dos objetos de investigação é precedida de um breve relato acerca das conjunturas políticas específicas em que as ações repressivas sobre as gráficas se desenrolaram. No capítulo 6, trata-se de abordar as medidas anticomunistas mais importantes do governo Vargas nos anos 1930 desde o fracasso do assalto comunista ao poder em 1935. O debate público sobre os crimes do Estado Novo foi obliterado por meio de uma ampla aliança que envolveu diversas forças políticas, dos conservadores aos próprios comunistas. Durante um período relativamente extenso de nossa história contemporânea, as torturas e outras violações de direitos cometidas pela ditadura Vargas foram omitidas, quando não reiteradamente negadas.

No capítulo 7, por sua vez, significa traçar um quadro do período *sui generis* pelo qual passava o regime militar em 1975. Ao lado da “Chacina da Lapa” ocorrida no ano seguinte, o “estouro” da gráfica no subúrbio do Rio constitui-se em um dos eventos mais significativos desse período da ditadura. A ofensiva sobre o PCB representou o primeiro ato do prolongado

atrito, que se estenderia até outubro de 1977, entre Geisel e a ala radical das Forças Armadas contrária à abertura democrática. No ano anterior ao acontecimento que nos interessa, Geisel proferira seu famoso “discurso da descompressão”. 1974 representa também o triunfo da ditadura sobre a Guerrilha do Araguaia, depois de sete anos de campanhas militares frustradas.

O “estouro” de 1975 representou uma inflexão no método de repressão que a ditadura vinha estabelecendo até aquele momento. Representou igualmente uma nova forma de tratar o antagonismo com o PCB. Tudo isso confere interesse ao seu estudo detalhado.

Se, anos antes, no período de confrontação aberta entre o regime e a oposição clandestina (armada ou não), os interrogatórios e as torturas visavam dismantlar internamente as organizações, em 1975, com o processo de abertura democrática então em curso, resultando na existência de eleições e de uma oposição legal, o DOI-Codi optara por fazer do trabalho repressivo um instrumento que pudesse ajudá-lo a refazer a rede de contatos do PCB com políticos do MDB. A um propósito dessa natureza não interessava pôr fim ao PCB, ainda que alguns de seus dirigentes acabaram sendo assassinados; controlar sua expansão poderia revelar-se mais útil. E, uma vez provada a conexão entre os comunistas e os senadores da oposição eleitos em 1974, abrir-se-ia o caminho para um novo endurecimento do regime, acreditavam a ala radical do Exército, responsável pelo ataque à gráfica do partido.

Parte do revisionismo sobre o regime militar encampado hoje por Olavo de Carvalho e pelos filhos de Bolsonaro provém das ideias do grupo do Exército responsável pelo dismantlamento da gráfica no Rio em 1975. Tanto para os militares do DOI-Codi contrários à redemocratização quanto para o formulador ideológica do bolsonarismo, 1985 representa a “entrega da Revolução e do país aos comunistas”, identificados como sendo os políticos do MDB.

No capítulo 8, um balanço das ações do DOPS e do DOI-Codi revelará a dinâmica de repressão às gráficas do PCB em cada um dos casos. Há semelhanças a serem destacadas, mas ganham maior relevo as diferenças entre eles. Um ponto em comum entre os três casos aqui estudados consiste em certa compreensão do poder ditatorial em relação a livros, jornais e revistas editados pelo PCB. Todo esse material era visto como perigoso à ordem instituída, tornando-se necessário, portanto, dificultar ou interromper sua circulação. Se isso pudesse ser feito atuando diretamente na fonte de emissão, isto é, as gráficas e tipografias clandestinas, tanto melhor para os defensores da ordem.

Por último, um epílogo será dedicado à eleição e ao primeiro ano do governo Bolsonaro (2019), uma vez que uma série de questões abordadas ao longo da tese retorna hoje ao debate público e à vida política do país. Uma ênfase especial será dada aos aspectos que guardam relação direta com as gráficas clandestinas e as matrizes do anticomunismo brasileiro.

\*\*\*

Em nome da legibilidade, optei por atualizar a grafia de algumas palavras encontradas nos documentos da polícia estadual e do Exército. Também por esse motivo, suprimi eventuais parênteses e reticências e corriji erros de gramática, pontuação e datilografia encontrados em inquéritos e prontuários, certo de que essa operação não prejudicaria seu significado. Foi feito um esforço para não distrair o leitor com muitas notas de rodapé, característica recorrente em teses que entrelaçam comunicação e história. Entretanto, ao abordar temas complexos, o uso de tal recurso tornou-se inevitável, especialmente quando se tratava de dar um pouco mais de “contexto” ao que se dizia no texto principal.

As eventuais modulações de estilo explicam-se pelo fato da tese ter sido escrita em momentos e locais diferentes – Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Campo Belo – ao longo dos dois últimos anos do doutorado.

PARTE I

**Gráficas, impresso comunista e revolução**

## CAPÍTULO 1

**O PCB, o trabalho de Agitação e Propaganda (“Agitprop”) e as gráficas clandestinas**

**Chave de leitura:** O capítulo aborda, em sua primeira seção, a história do PCB desde a perspectiva do aparato gráfico: a tarefa político-editorial assumida pelo partido de difundir o ideário marxista; o impacto das resoluções de dois congressos (o II, de 1925, e o VI, de 1967) na política de Agitação e Propaganda (Agitprop), a qual a gráfica partidária estava subordinada; as implicações presentes na definição de cada um dos termos da Agitprop; o sentido dado pelo PCB ao livro, ao seu órgão oficial e a outros impressos. Também na parte inicial dois casos de “estouros” de gráficas do partido, ocorridos em 1932 e 1936, são apresentados. Em seguida, o texto passa a tratar, de modo sucinto, da dimensão política inerente ao trabalho desenvolvido pelos gráficos durante os séculos XIX e XX. Tal categoria esteve desde então associada à propagação de ideias e projetos de sociedade alternativos. Uma discussão de fundo mais teórico sobre o impresso político é por fim realizada.

“Porque os gráficos foram os primeiros operários intelectualizados do mundo. No exercício de sua profissão as ideias transitavam por seus olhos, as teorias escorriam entre seus dedos. Esse fato os fez vanguarda, jogou-os universalmente, ao longo do tempo, na primeira linha dos revolucionários sociais”.

João Batista Marçal, 2004

Em muitos momentos do século XX, o PCB se incumbiu da tarefa político-editorial de fazer circular os ideais de emancipação e igualdade entre as classes trabalhadoras. Isso ocorria por meio da comercialização de jornais, revistas e livros (opúsculos e brochuras, em sua maioria), mas também por meio da distribuição de panfletos e apostilas.

Tal trabalho foi realizado pelo partido em condições de clandestinidade ou semiclandestinidade e sob permanente violência de Estado. Havia, assim, uma vigilância inescrupulosa em torno dos locais em que o material de propaganda era produzido. A militância, por sua vez, procurava proteger as oficinas e os gráficos que nelas trabalhavam com a maior segurança e sigilo possíveis<sup>1</sup>.

Uma das resoluções do II Congresso do PCB, realizado em 1925, abordava pela primeira vez a edição de livros. Caberia à direção indicar aos militantes uma lista de obras marxistas a serem lidas. Adquiria urgência a formação política das bases do partido recém-fundado. A “biblioteca básica” do PCB foi constituída por obras que se dividiam entre relatos e análises da revolução bolchevique na Rússia e formulações teóricas de Marx, Engels e Lênin. Constavam ali autores como Bukharin, Trótski, Zinoviev, Ransome, Sadoul, Lansbury etc.

Dada a condição de baixo letramento de boa parte da audiência, predominantemente o operariado analfabeto ou semianalfabeto, tomou-se a decisão de publicar ao final de algumas dessas edições uma espécie de “guia de leitura”, conteúdo paradidático que poderia auxiliar na decodificação do texto, orientando sua leitura e entendimento, traço característico da cultura comunista quando se trata da abordagem de textos teóricos em geral.

Somou-se à lista bibliográfica a edição de três panfletos, também dedicados a formar a militância. Escritos pelo militante Octávio Brandão, todos foram publicados naquele mesmo ano e um deles (em sua terceira edição) foi recolhido pelas forças policiais do Distrito Federal em data incerta (Fig. 1).

---

<sup>1</sup> Parte dessa história vai contada nos capítulos 5, 6 e 7 desta tese.

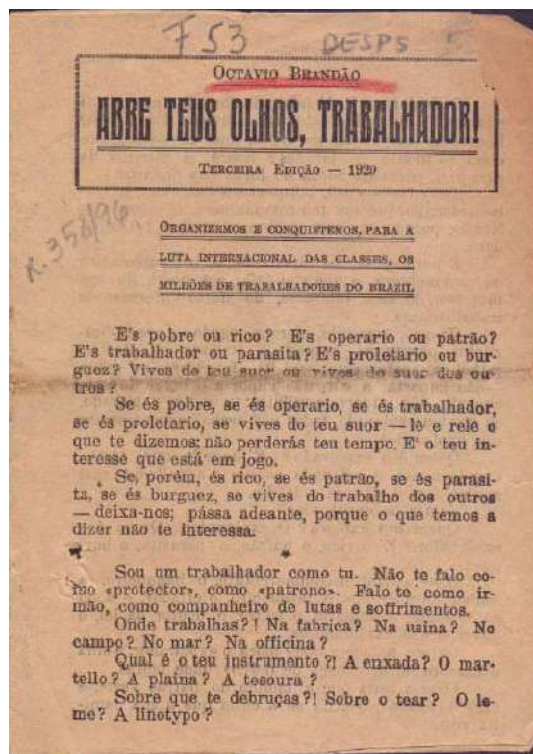


Figura 1 – O material saído das gráficas destinava-se ao operariado e à formação de quadros e militantes do partido. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

As medidas atendiam a uma demanda posta naquele momento pela III Internacional a todos os partidos comunistas. A partir de 1919, o órgão internacionalista adotara uma política animada pela ideia de que a luta do movimento operário (capitaneada pelos marxistas) e o livro (e outras formas de impresso político) eram inseparáveis.

Embora a Internacional tenha reconhecido o partido brasileiro somente em 1924, tal concepção repercutiu no núcleo fundador do PCB, de tal modo que seus primeiros dirigentes se dedicaram com afinco ao trabalho editorial. “Octávio Brandão desdobrou-se na atividade de agitação e propaganda, trabalhando lado a lado com Astrojildo Pereira e Paulo de Lacerda, escrevendo panfletos e proferindo conferências”, lembra Del Roio (2004, p. 120). O órgão oficial do partido, o jornal *A Classe Operária*, foi fundado também nesse período, em 1º de maio de 1925.

O PCB, acompanhando o movimento comunista internacional, deu ao livro alguns usos, muitos deles ligados à ideia iluminista de uma “formação educacional que emancipa e liberta”: difusor do pensamento revolucionário entre o operariado; propulsor do estímulo ao letramento entre parcelas analfabetas da população; instrução política de quadros e militantes;

repertório de teorias e fatos a serem acionados na luta política-ideológica com outras classes<sup>2</sup>; divulgação da vida partidária e das lutas populares etc.

A impressão, nas primeiras décadas de existência do PCB, de brochuras de introdução ao marxismo<sup>3</sup> se explica em parte pela linha política resultante do II Congresso do partido e de uma cultura editorial herdada da Internacional, que priorizou a ampla divulgação do marxismo em prejuízo de uma abordagem que pudesse dar conta das muitas nuances da obra de Marx e Engels.

No caso PCB, sua direção nos anos 1920-1930 tinha consciência da natureza um tanto pedagógica do material que levava às ruas. Referindo-se à obra *ABC do Comunismo*, uma nota em sua segunda edição advertia que “entre os livros de vulgarização da doutrina comunista, esta obra de N. Bukharin se destaca pela clareza de uma exposição tão profunda quanto completa. A sua redação eminentemente popular torna-a acessível precisamente aos que se iniciam nos estudos sociológicos”<sup>4</sup>. Parece ecoar nessa passagem a formulação célebre de Marx sobre a necessidade de a teoria revolucionária encontrar o seu destino e encarnar-se materialmente no proletariado.

Assim, como resultado direto da decisão do órgão internacionalista, as primeiras gerações de militantes dos partidos comunistas espalhadas pelo mundo foram formadas praticamente pelo mesmo conjunto específico de obras, que muitas vezes se apresentavam em formato de “manuais”. Alguns exemplos da bibliografia utilizada em cursos de formação militante no Brasil e em outros países poderiam ser aqui citados: *ABC do Comunismo*, de Nikolai Bukharin; *Leninismo: teoria e prática*, de Joseph Stálin; *Noções do comunismo*, de Charles Rappoport; *A história do Partido Comunista Soviético (Bolchevique)*, de autoria coletiva, entre outros.

Tanto o formato quanto e, principalmente, o conteúdo dos impressos que saíam das gráficas do PCB dependiam da linha política adotada pelo partido a cada período histórico, das concepções a respeito do papel da militância e da ação político-ideológica que emergiam de seus congressos, reuniões, encontros, autocráticas, enfim, das decisões que se tomavam na seção de Agitação e Propaganda (“Agitprop”). O que permanecia inalterado, porém, era o papel de formador de quadros do partido (propaganda) e disseminador social do ideário

---

<sup>2</sup> “A luta com argumentos é o prenúncio da luta pelas armas. O comunista vencendo o adversário no terreno da discussão, vencê-lo-á no terreno das armas”, garante um trecho do documento “Teses sobre Agitação e Propaganda”, publicado como panfleto em junho de 1924, sob o título de “Para fazer propaganda individual (sugestões para comunistas)”.

<sup>3</sup> Nos arquivos hoje sob a guarda do APERJ é possível encontrar alguns exemplares das brochuras comunistas.

<sup>4</sup> Citado em Lacerda (2017).



marxista (agitação) atribuído ao impresso político, fosse ele um livro teórico denso ou um simples panfleto redigido à máquina.

No ano de fundação do PCB, 1922, a revista *Movimento Comunista*<sup>5</sup> deixava claro a que se prestavam as publicações do partido:

Nossa livraria, com as obras de fundo que possui e com as edições que vamos fazendo, deverá multiplicar-se e subdividir-se. Cada centro, cada grupo, cada jornal nosso deve ser uma espécie de sucursal da livraria central, com um camarada diligente encarregado do serviço. Com uma direção centralizada capaz, constituirá a venda de livros não só uma apreciável fonte de renda do partido, como um dos mais poderosos meios de propaganda e difusão das doutrinas comunistas<sup>6</sup>.

A leitura de publicações comunistas impressas se porventura serviu para formar quadros partidários e “educar politicamente as massas”, como referido no jargão militante, foi antes decisiva para a filiação de novos membros ao PCB. Em memórias publicadas por ex-militantes é comum a menção à leitura de algum clássico da literatura marxista – Marx, Engels ou Lênin – como uma das razões (havia muitas outras, tão ou mais importantes) para o ingresso no partido. São os casos de Paulo Cavalcanti, Cristiano Cordeiro, Leônidas de Rezende, João Amazonas e, entre os nomes célebres, Mário Pedrosa e Jacob Gorender, que afirmam, estes últimos, ter iniciado o trabalho revolucionário nos anos 1920 por influência da leitura de Romain Rolland e de Haeckel, respectivamente.

Octávio Brandão preteriu o anarquismo em proveito do então nascente movimento comunista brasileiro por causa da leitura de “alguns textos importantes de Marx e Lênin, cedidos por Astrojildo Pereira, somada ao impacto da repressão desencadeada pelo estado de sítio, decretado em julho, em razão do levante dos ‘18 do Forte’” (DEL ROIO, 2004, p. 120). O próprio Luiz Carlos Prestes reconhece que sua adesão ao projeto comunista foi facilitada pela leitura de obras de Marx e Lênin no exílio vivido na Bolívia e na Argentina após o fim da Coluna Invicta (PRESTES, 2015)<sup>7</sup>.

A divulgação ideológica dos partidos comunistas recebeu o nome de “agitação e propaganda”, respondendo entre a militância pelo acrônimo “Agitprop”. O material impresso pelas gráficas clandestinas era determinado por decisões tomadas nessa área do organismo partidário. O próprio tratamento especial dedicado às gráficas decorria antes do enorme

<sup>5</sup> A revista *Movimento Comunista* foi o primeiro órgão oficial do PCB. O jornal *A Classe Operária* viria a ser criado somente em 1925, conforme mencionado anteriormente.

<sup>6</sup> Citado em Pereira (1980). Essa concepção foi pouco ou quase nada alterada durante as quadras históricas que interessam a esta tese: Estado Novo (1937-1945) e ditadura civil-militar (1964-1985).

<sup>7</sup> Para uma abordagem histórica da leitura, ver: ABREU, Marcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livrarias Ltda., 2000.

prestígio em que a III Internacional passou a conferir às atividades jornalísticas e editoriais. Secco (2013, p. 30) se referiu à reunião mundial dos comunistas em 1919, comanda por Lênin, como a “Internacional doutrinária e ‘editorial’”.

Com efeito, o aparato editorial do PCB – no qual a gráfica ocupa lugar proeminente – estava diretamente subordinado à “Agitprop”. A agitação, primeira parte do acrônimo, era sinônimo de difundir entre o operariado as ideias e teorias do marxismo-leninismo. Para isso, havia principalmente o jornal *A Classe Operária*<sup>8</sup>. A propaganda, por sua vez, consistia na formação de quadros para dirigirem o Partido Comunista, que poderia se dar “por meio de aula, grupo de estudos, leitura individual ou coletiva de editorial do jornal partidário, manuais e livros marxistas” (SECCO, 2017, p. 192).

Não por acaso, livros (e algumas edições de jornais e revistas) publicados pelo PCB eram a um só tempo comercializados para o grande público e recomendados em cursos de formação militante. Servia, desse modo, tanto à agitação quanto à propaganda. Via de regra, pode-se dizer que o partido deu prioridade à agitação em prejuízo da propaganda, isto é, a realização do “trabalho de massas” revelou-se mais importante para o partido do que formar a contento seus quadros de direção.

Para elucidar melhor esses conceitos, toma-se aqui o documento dedicado a formalizar as diretivas de agitação e propaganda do PCB no momento em que ocorreu o “estouro” da gráfica clandestina no Rio de Janeiro durante a ditadura, um dos objetos de investigação desta tese.

À época o partido se esforçava para colocar em prática as deliberações resultantes do VI Congresso realizado em 1967, entre as quais estava uma forma diferente de conceber e de realizar a divulgação dos preceitos do marxismo e a formação de quadros dirigentes. A esse respeito, tratava-se de dar prosseguimento à autocrítica que vinha sendo realizada desde 1958 sobre a política editorial e de propaganda.

Apesar de reconhecer que avançara nesse campo, o equívoco persistia naquele ano de 1973<sup>9</sup>, mas agora por razões distintas. O partido teria estabelecido uma dicotomia entre o trabalho desempenhado pela Agitprop e a ideia mais geral do processo revolucionário brasileiro. As concepções “um partido de ação política, dirigente de grandes massas” e “um

<sup>8</sup> Sobre o lugar ocupado pelo jornal na cultura militante de organizações operárias e revolucionárias, Fausto (2001, p. 91) afirma que: “O jornal se constituiria num dos principais centros organizatórios e de difusão da propaganda. Veículo de expressão escrita transforma-se também com frequência em veículo oral, ao ser lido em voz alta para os trabalhadores analfabetos”. Ressalva-se que o sentido que o autor dá aqui ao termo “propaganda” difere daquele proposto pelos comunistas.

<sup>9</sup> Na forma de um panfleto a ser distribuído entre a militância, as diretivas sobre agitação e propaganda foram publicadas pelo partido em 1973, dois anos antes do “estouro” da gráfica no Rio analisado no capítulo 7.

partido de agitadores e propagandistas” se chocaram e se excluíram mutuamente até ali. Como resultado imediato, a agitação e a propaganda passaram a ser levadas a cabo principalmente pelas “organizações de massa” (sindicatos, associações e frentes políticas) e, quando o era pelo partido, restringia-se ao órgão oficial.

O que se devia fazer, nessas circunstâncias, avaliava o Comitê Central (CC), era reorientar o aparato editorial para auxiliar a consolidação do princípio elementar de todo e qualquer partido revolucionário: “o empenho pela influência entre as grandes massas e pela direção de suas lutas”.

Mas essa influência não surge espontaneamente, nem pode, menos ainda, ser imposta. O papel dirigente do Partido é conquistado pelo acerto de sua ação política, de seu trabalho abnegado em defesa dos interesses e dos direitos da classe operária e do povo. É o que Lênin chamava de capacidade de conduzir as massas, pela sua própria experiência, às posições da luta definitiva. E a atividade de agitação e propaganda desempenha, nesse processo, papel decisivo<sup>10</sup>.

Se eventualmente uma categoria profissional se envolvesse numa determinada luta – um pleito por melhores salários, por exemplo –, caberia ao partido apoiá-la em seu anseio reivindicatório e, no curso do processo, “fazer propaganda da revolução”. “Somente quando feita em estreita ligação com a atividade diária das próprias massas, com a luta pela solução de seus problemas imediatos, nossa propaganda adquire objetividade e desperta interesse, transformando-se em força mobilizadora”<sup>11</sup>.

Aplicada ao contexto de ditadura vivenciado então pelo país, a nova orientação partidária traduzia-se em investir de maneira maciça em ações realizadas pela Agitprop, o que repercutiria no “levantamento” das gráficas clandestinas naquele período. Em outro trecho, os comunistas se vangloriavam de uma vantagem que supostamente eles teriam em relação às informações publicadas pela mídia corporativa:

A nossa propaganda, mesmo com os limitados recursos materiais que utiliza, ou que pode utilizar, leva enorme vantagem sobre a propaganda dos nossos inimigos. Ela tem como arma a verdade dos fatos, a realidade que as massas vivem. A ela cabe apresentar esses fatos, analisá-los, explicá-los, deles tirar as conclusões adequadas, isto é, utilizar a força que a verdade, a realidade, os fatos encerram em si para esclarecer, orientar e mobilizar as massas para a luta em defesa de seus interesses, direitos e aspirações<sup>12</sup>.

<sup>10</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, panfleto 154.

<sup>11</sup> Ibid.

<sup>12</sup> Ibid. Interessante seria analisar essa afirmação contida no documento do PCB à luz do debate atual sobre *fake news* (ou “fatos alternativos”), engajamento político e resultado das eleições presidenciais de 2018.

O documento prescrevia uma postura de crítica permanente às violências e atos discricionários do regime militar que acabara de entrar numa fase decisiva<sup>13</sup>. O Comitê Central avaliava que o “combate à opressão política vai adquirindo maior amplitude e força, assumindo as mais diversas formas”. Em razão disso, caberia ao partido “denunciar todas as manifestações de arbítrio da ditadura, todos os atos de violência e terror, todos os atentados à liberdade, e mobilizar as massas contra o fascismo e pela democracia, constitui um dos elementos básicos de nossa agitação e propaganda”<sup>14</sup>.

Do mesmo modo, as políticas econômico-financeiras (especialmente a salarial) da ditadura seriam condenadas em numerosas edições de jornais, revistas e boletins. Outras bandeiras de luta mereceriam igual destaque nas páginas dos impressos do PCB na primeira metade dos anos 1970: a luta pela reforma agrária; a luta contra o imperialismo; a propaganda e a defesa do socialismo; a afirmação do internacionalismo proletário; a luta pela paz. Tudo isso deveria obedecer a três princípios norteadores do trabalho de agitação e propaganda: a centralização referente ao conteúdo e ao objetivo; a descentralização no que diz respeito aos meios e métodos empregados; e, por fim, a concentração dos esforços dessa área em uma classe específica, o operariado.

Não se pode perder de vista que o golpe militar impactou as condições de possibilidade para o trabalho de agitação e propaganda do PCB. Se no interregno democrático (1945-1964) predominara uma ação de caráter legal, a partir de 31 de março a clandestinidade se impôs subitamente. Neste ponto, o documento faz uma menção direta às gráficas: “Só uma propaganda baseada numa *aparelhagem de confecção e de distribuição rigorosamente clandestina* poderá ter garantida a sua continuidade e independência”<sup>15</sup>.

Para a direção comunista, essa “aparelhagem” estava ainda por ser criada; ela não existira até aquele momento, apesar de esforços pontuais realizados desde o golpe para o estabelecimento definitivo de uma gráfica do partido. Entre abril de 1968 e setembro de 1973, por exemplo, o jornal *Voz Operária* chegou a ser impresso em São Paulo em uma gráfica localizada na rua Abagiba, nº 964<sup>16</sup>.

<sup>13</sup> Para melhor caracterização do período da ditadura militar que aqui se faz referência somente de passagem, ver a primeira parte do capítulo 7 desta tese.

<sup>14</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, panfleto 154.

<sup>15</sup> Ibid. Grifo nosso.

<sup>16</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 21, dossiê 2, folhas 10 a 11.

*É indispensável mudar radicalmente essa situação, e adotar em todo o Partido, qualquer que seja o escalão, as medidas práticas indispensáveis à instalação da aparelhagem clandestina capaz de permitir um trabalho de agitação e propaganda permanente, descentralizado, e que possa resistir aos golpes da reação. O nível técnico dessa aparelhagem deve corresponder às possibilidades reais de cada organização: reco-reco, mimeógrafo, tipografia etc., sem que isso signifique espírito conformista diante das dificuldades. Melhorar constantemente essa aparelhagem, elevar seu nível técnico, respeitar rigorosamente os preceitos do trabalho clandestino, devem constituir preocupação permanente do Partido. O mesmo no que diz respeito à aparelhagem de distribuição<sup>17</sup>.*

Se havia um ponto sobre o qual comunistas e repressão tinham acordo era a centralidade do aparato gráfico para o desenvolvimento da política editorial e de propaganda do PCB. A primeira gráfica da história do partido foi desmantelada pela polícia em 1923, apenas um ano após o início da circulação da revista *Movimento Comunista*, cuja edição foi logo suspensa. Abílio de Nequete, que viria a ser o primeiro secretário-geral do PCB, relatou que a tipografia no Méier, bairro operário da zona norte do Rio de Janeiro, entrou em bancarrota, obrigando os militantes a venderem o aparato existente – tipos, caixas, prensas etc. – para sanar dívidas. Antes disso, parece ter sido rodado ali aos menos dois panfletos: *Aos operários da construção civil* (1 mil exemplares, com distribuição gratuita) e *As 21 condições* (6 mil exemplares, também com distribuição gratuita).

Pouco tempo depois, no final de 1925, Astrojildo Pereira produziu um balanço financeiro em que as dívidas relacionadas aos impressos apresentavam cifras vultosas. Em uma carta que enviara a Codovilla, outro militante comunista, Astrojildo dava conta do modo como *A Classe Operária* era rodada no Rio naqueles primeiros anos de vida partidária. O dirigente menciona os cinco linotipos e uma grande rotativa pertencentes a Leônidas de Rezende que imprimiam o jornal somente no período da manhã (SECCO, 2017).

Improvisação semelhante marcaria a produção do jornal e de outras publicações no começo da década seguinte. Entre dezembro de 1931 e junho de 1932, *A Classe Operária* passou a ganhar às ruas a cada quinze dias. Na cidade de São Paulo, todavia, o jornal – de periodicidade renovada – não circularia por muito tempo. Em agosto daquele ano, agentes do DOPS invadiram um endereço na avenida Celso Garcia em busca da gráfica do PCB<sup>18</sup>. E por lá encontraram Manoel Ferreira da Silva e Helena da Silva, tipógrafos que cederam sua casa para que o partido rodasse o material. Os militantes foram presos e os impressos, inutilizados.

<sup>17</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, panfleto 154. Grifos nosso.

<sup>18</sup> Prontuário nº 2259, vol. II, Tipografia comunista. Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), Arquivo do Estado de São Paulo (APESP). Citado em Castellan (2010).

A perícia fotográfica tratou antes de registrar com esmero as instalações clandestinas, com ênfase ao maquinário de impressão (Fig. 2).



Figura 2 – Um boletim estava prestes a ser impresso na gráfica clandestina do PCB desbaratada pela polícia em agosto de 1932. Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo (APESP)

Com o malfadado levante armado da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935, Getúlio Vargas desencadeou uma campanha persecutória contra os comunistas e outros inimigos do regime. Os principais emblemas do projeto varguista foram a Comissão de Repressão ao Comunismo e o Tribunal de Segurança Nacional (TSN), espécie de instância judiciária de exceção. Os “estouros” das gráficas do PCB em 1939 e 1940 ocorreram envoltos em tal atmosfera de violência e arbítrio<sup>19</sup>.

Entre o caso da avenida Celso Garcia há pouco relatado e os outros dois que serão analisados detalhadamente no capítulo 6, conseguiu-se encontrar o registro de pelo menos mais uma investida da polícia política contra gráficas clandestinas do partido. Trata-se do “estouro” ocorrido em 28 de abril de 1936, também na cidade de São Paulo. Policiais invadiram uma casa modesta no bairro Caxingui e impediram que materiais sobre o 1º de maio continuassem a ser reproduzidos. É possível que o DOPS tenha chegado até o endereço

<sup>19</sup> Para detalhes da campanha varguista contra o PCB e seus aliados políticos, conformando assim a primeira “onda anticomunista” no Brasil de que se tem notícia, ver os capítulos 3 e 6 desta tese. Para a análise dos “estouros” das gráficas do PCB em 1939 e 1940, ver apenas o capítulo 6.

por meio de uma denúncia anônima<sup>20</sup>. O saldo da ação policial resultou na apreensão de quatro matrizes tipográficas e uma máquina de cortar e picotar papel, além de uma enorme quantidade de jornais, livros e panfletos. Em uma das matrizes encontrava-se um boletim intitulado “Aos trabalhadores da construção civil”. No “aparelho”, a máquina dividia o cômodo com latas de graxa e de tinta, tipos, papel para impressão e algumas matrizes (Fig. 3).



Figura 3 – Máquina impressora do PCB, objeto de desejo da repressão. Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo (APESP)

Mas qual seria, então, o lugar da gráfica na estrutura partidária? O quão importante ela era? A preocupação da militância em protegê-la era justificada? Como qualquer historização de atos do PCB é algo um tanto irregular, torna-se difícil, por exemplo, quantificar a porcentagem das reservas financeiras do partido destinada em cada época às gráficas, ou o número de militantes mobilizados na produção de todo o material impresso. De todo modo, como ficará claro adiante, a vida partidária dependia visceralmente dos instrumentos destinados a rodar impressos. Tanto é que, após uma investida repressiva de grandes consequências, uma das primeiras medidas a se tomar era “levantar” novamente uma gráfica. Foi o que os militantes paulistas do PCB fizeram em novembro de 1936, voltando a imprimir

<sup>20</sup> Prontuário nº 2259, vol. II, Tipografia comunista. Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), Arquivo do Estado de São Paulo (APESP). Citado em Castellan (2010).

material de propaganda numa casa localizada na rua Circular, nº 378, no bairro Broklím Paulista – à época, uma região bucólica. Quem coordenava os trabalhos era o gráfico Antônio Vaivuskas. O DOPS chegou ao “aparelho” somente cinco meses depois, realizando seu procedimento de praxe: prisão dos militantes gráficos, confisco e descarte dos impressos, apreensão do maquinário e registro fotográfico minucioso de tudo.

\*\*\*

A figura do gráfico e/ou do tipógrafo, espécie de “artesão da revolução”, esteve presente com destaque ao longo de momentos importantes dos processos revolucionários dos séculos XIX e XX. O primeiro soviete da Revolução Russa, formado ainda em 1905, era o dos tipógrafos de São Petersburgo.

Porque os gráficos foram os primeiros operários intelectualizados do mundo. No exercício de sua profissão as ideias transitavam por seus olhos, as teorias escorriam entre seus dedos. Esse fato os fez vanguarda, jogou-os universalmente, ao longo do tempo, na primeira linha dos revolucionários sociais (MARÇAL, 2004, p. 20)<sup>21</sup>.

O PCB teve em suas fileiras os gráficos João da Costa Pimenta, Mário Grazzini e Duvitiliano Ramos como quadros de direção. Este último chegou ao cargo de secretário-geral em novembro de 1932. Ramos foi autor de romances e pesquisas históricas que jamais chegaram a ser publicadas (MOREIRA, 2016). Um dos 22 responsáveis pela fundação do partido, Costa Pimenta comandou a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) no momento em que a associação desempenhou papel de vanguarda frente ao movimento operário paulista nos anos 1920<sup>22</sup>. Já no sul do país, Gabriel Quintana, linotipista vinculado ao partido, comandou uma greve de 29 dias em Porto Alegre no começo dos anos 1950.

Antes da fundação do PCB, o trabalho editorial de um gráfico pernambucano ganharia notoriedade. Antônio Bernardo Canellas imprimiu artesanalmente cerca de nove brochuras que abordavam assuntos tão variados quanto a educação popular, a propaganda política, o modelo organizativo operário etc. Dois livros eram assinados por Sébastien Faure, enquanto

---

<sup>21</sup> Citado em Esperança (2007).

<sup>22</sup> Nesse mesmo estado, a militância anarquista do gráfico e jornalista Edgard Leuenroth também é digna de nota. Hoje ele fornece o nome a um dos principais centros arquivísticos relacionados à luta operária, o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), sediado na Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp. Leuenroth e Costa Pimenta participaram da formulação dos estatutos de fundação da UTG paulista em 1919.



os demais eram de autoria do próprio gráfico. Podia-se encontrar as obras em cidades como Natal, Paraíba do Norte, Recife – onde foram impressas –, Maceió, Salvador e Rio de Janeiro.

Anos mais tarde, Canellas seria o delegado do PCB em um congresso da Internacional realizado em 1922. Seu desempenho, no entanto, frustrou as expectativas dos comunistas brasileiros de serem reconhecidos pela organização internacionalista. Canellas defendeu a entrada de maçons no partido a qual representava e chegou a discutir rispidamente com Trótski. O PCB ingressaria na Internacional somente dois anos depois do imbróglio entre o militante brasileiro e o dirigente soviético.

Ao retornar, o tipógrafo tratou de escrever – em português e francês – um relato de sua experiência. O material, intitulado *Relatório da delegacia à Rússia*, não circulou de imediato, pois Canellas foi preso e o texto, confiscado pela polícia política do Distrito Federal. Retomada a liberdade e contrariando as orientações do partido de manter em sigilo o que se discutira no congresso, o gráfico deu publicidade ao texto em 1923, atitude que lhe rendeu a expulsão do PCB.

A resposta da direção também veio sob forma de material impresso. Trata-se da obra *Processo de um traidor (O caso do ex-comunista Canellas)*, escrita por Astrojildo Pereira, mas divulgada anonimamente em 1924. O texto saiu pela Tipografia Lincoln, sediada no Rio de Janeiro. Apesar do expurgo, Canellas manteve a militância trabalhando como gráfico e editor do jornal *O 5 de Julho*. É da lavra dele panfletos como *Os mártires de Chicago: Alberto Parson e os seus companheiros* e *Os mártires da Revolução Alemã: Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo*<sup>23</sup>.

Além da habilidade manual exigida pelo ofício, o gráfico precisava necessariamente ser alfabetizado para ingressar no universo dos livros e da leitura. Isso já o diferenciava da imensa maioria dos trabalhadores e de uma parte considerável dos militantes do PCB (FERREIRA, 1978; BLASS; 1982). A alfabetização, todavia, não podia ser demasiado precária, uma vez que o ofício exigia do profissional conhecimentos gramaticas para realizar operações recorrentes de hifenização e justificação do texto impostas pelo método da linotipia. Os únicos cargos na indústria gráfica que dispensavam a alfabetização eram o encadernador e o operador de guilhotina<sup>24</sup>.

<sup>23</sup> Para outros detalhes do “caso Canellas”, ver verbete “Partido Comunista Brasileiro” no *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>>. Acesso em: 9 mar. 2020.

<sup>24</sup> Tipógrafo, linotipista, impressor, encadernador, operador de guilhotina, montador e copiador de fotolito, distribuidor etc. eram algumas das especialidades tradicionais da indústria gráfica.

Esses operários tinham acesso frequente e em primeira mão a textos de propaganda e à literatura marxista. “Tipógrafos, linotipistas, gravadores e impressores compunham uma aristocracia operária do saber e tinham capacidade de entender as piores letras cursivas, já que liam muitos manuscritos nas margens dos textos datilografados”, ressalta Secco (2017, p. 72).

Por conta disso os gráficos despertavam o interesse dos órgãos repressivos do Estado, que os tomavam como um dos alvos privilegiados de seu projeto de saneamento político-ideológico. Os gráficos foram “a principal classe perseguida durante as primeiras décadas do século XX” (GUALBERTO, 2008, p. 40). Eles estavam entre os profissionais responsáveis por fazer circular ideias de projetos de sociedade alternativos à ordem vigente.

Jornalistas, escritores, artistas, músicos, estudantes, livreiros, gráficos e editores dificilmente escapavam de um inquérito policial aberto a partir de uma acirrada vigilância (campana) ou, até mesmo, de uma denúncia. Prisões ilegais, perseguição aos familiares, censura postal, invasão de domicílios, confisco de objetos e documentos pessoais, deportação para o caso de estrangeiros, tortura e morte nos cárceres transformaram-se nos sinais de identificação de uma efetiva ação policial (CARNEIRO; KOSSOY, 2008, p. 165).

Soma-se a isso o histórico de mobilização da categoria, desde o início do período republicado brasileiro associado à vanguarda de muitas lutas do operariado<sup>25</sup>. Essa posição de liderança explica-se pela natureza do ofício: em suas mobilizações, os gráficos tinham a ação facilitada por imprimirem eles próprios os materiais distribuídos em assembleias, passeatas, reuniões etc. Explica-se, também, pelos melhores salários que recebiam em relação a outros operários industriais; parte da renda era destinada à formação intelectual da categoria (BLASS; 1986).

Havia, no processo de construção da identidade desses trabalhadores, um correlato estreito entre a natureza do ofício e a formação de uma consciência política. Os gráficos atribuíam a si mesmos “uma inerente capacidade de militar sindicalmente” (VITORINO, 2000, p. 136). Seus atos reivindicatórios foram tratados como sinônimo de intervenção sindical na esfera política no limiar do século XX.

---

<sup>25</sup> O “dia do gráfico”, 7 de fevereiro, remonta a uma greve ocorrida em São Paulo no ano de 1923. Os proprietários de indústrias gráficas se recusaram a aceitar a tabela salarial proposta pela UTG. Na ocasião, os gráficos reivindicavam melhores condições de trabalho como a redução da jornada para 8 horas, a proibição do expediente noturno de mulheres e crianças e a remuneração do descanso semanal. O jornal da categoria, *O Trabalhador Gráfico*, de periodicidade mensal, foi editado diariamente enquanto a greve durou (42 dias). Seu número inaugural data de 15 de junho de 1920. A maior greve da categoria ocorreria seis anos depois, em 1929, também na cidade de São Paulo, estendendo-se por 72 dias. As exigências principais eram o cumprimento da tabela de salários mínimos e a lei de férias. As duas paralisações levadas a cabo pelos gráficos paulistas serviram de modelo e estímulo à luta de outras categorias de trabalhadores Brasil afora.

Foi nesse exato momento que a profissão passara por transformações profundas em seu exercício, deixando de estar associada ao trabalho artesanal e às artes (até pouco tempo, falava-se em “artes gráficas”) e passando a ostentar “feições operárias” de trabalho industrial. O operador dessa mudança decerto foram as linotipos que ocuparam o lugar da composição manual, letra por letra, das matrizes dos impressos. Esse tipo de máquina foi introduzido no Brasil em 1903<sup>26</sup>.

É também nesse período que a especialização do trabalho (trabalho intelectual *versus* trabalho manual) promoveu a separação entre o jornalista e o gráfico, “profissionais da palavra” até aquele momento indistintamente vinculados. Mudança técnica equivalente àquela promovida pela linotipo ocorreria somente em meados de 1970, com a introdução da fotocomposição e da impressão por *off-set*. Atualmente, a composição e a impressão, operações típicas de um operário gráfico, são feitas em sua maioria por computadores e outras máquinas digitais<sup>27</sup>.

A impressão de boletins, panfletos, jornais etc. ajudava a difundir o conjunto específico de demandas da categoria e, por consequência, o ideário mais amplo de emancipação social – de matriz anarquista ou comunista, a depender do período histórico. “O conhecimento da linguagem escrita, o acesso a diferentes tipos de publicação e o domínio das técnicas de impressão criavam condições propícias à difusão de ideologias reivindicatórias e à mobilização dos trabalhadores” (SCHMIDT, 2004, p. 71)<sup>28</sup>. Ademais, os gráficos tinham acesso às reivindicações de outros setores do operariado, já que se dedicavam a imprimir seus jornais, panfletos e revistas (CASTELLAN, 2010).

Portanto, no panorama político dos anos 1930 e 1940, momento em que ocorreram os “estouros” das gráficas do PCB aqui focalizados, os gráficos consolidaram-se como referência de luta para sindicatos, associações e órgãos classistas. “Os trabalhadores gráficos eram extremamente valorizados pelas outras categorias, talvez devido ao fato de dominarem o principal instrumento de reivindicação da época: a palavra escrita” (FERREIRA, 1978, p. 131). Em contrapartida, no outro período histórico aqui abordado, os anos 1970, os gráficos

---

<sup>26</sup> “Com a linotipo, a composição antes feita letra a letra passou a ser realizada em blocos de linhas inteiras de caracteres. Para operar a máquina, o trabalhador sentava em frente a um teclado que, acionado, movimentava matrizes umas ao lado das outras, formando linhas de textos. Em seguida, a máquina fundia a linha em chumbo – por isso o processo era chamado “composição a quente”. Montadas nas matrizes por outro operário, o montador, tais linhas originavam a página” (ESPERANÇA, 2007, p. 15).

<sup>27</sup> Para o surgimento do ofício e as transformações pelas quais ele passou na transição entre meados do século XIX e a primeira década do século XX, ver: VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico* (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

<sup>28</sup> Citado em Esperança (2007).

praticamente desaparecem como categoria organizada na esteira do processo de reestruturação das relações capitalistas de produção. Referindo-se às transformações no mundo do trabalho durante esse período, Antunes (1995, p. 52) afirma que o operariado “praticamente desapareceu em setores que foram inteiramente informatizados, como nos gráficos”.

\*\*\*

O conteúdo do material impresso que circula a cada período dá acesso a lances importantes da história social de um país: o tipo de regime e o modo de funcionamento de suas instituições políticas; os debates públicos mais importantes; o grau de abertura à liberdade de crítica e opinião; o estado de coisas das lutas populares e revolucionárias. Permite também, quando relacionado com as ações do aparato repressivo, reconstruir as estratégias que grupos e partidos adotaram para fazer circular ideias dissidentes, oferecendo, assim, um contraponto à censura e à violência de Estado.

Visto como um texto de intervenção, o impresso político – especialmente o panfleto – costuma adotar um tom direto, inflamado e convocatório. Espera-se que, com sua linguagem didática, a ação política e/ou revolucionária seja despertada. “Em geral, possui um caráter agressivo, por vezes acusativo. Através desse método, seu autor busca atrair eventuais adeptos à sua causa, a despeito do caráter contundente em que se apresenta o conteúdo dessas ideias” (PENNA, 2003, p. 84).

Talvez por isso “panfletário” tornou-se uma forma de qualificar certo tipo de texto, desprovido na maioria dos casos de informações e argumentos, mas sobrecarregado de hipérboles e adjetivos. Seu formato e o modo como intervém na realidade renderam a ele sinônimos como “relâmpago” e “voador”. Há pelo menos três tipos de panfletos políticos, segundo a classificação sugerida por Penna (2003): a) o panfleto que reflete um ponto de vista coletivo, adotado por organizações e movimentos populares, não necessariamente partidários; b) o panfleto que é veículo de expressão de um determinado partido político; e, por fim, c) o panfleto que representa opiniões pessoais sobre certos assuntos (tipo muito frequente até o século XIX).

No caso do PCB, os impressos saídos de suas gráficas clandestinas estavam voltados a temas considerados caros ao partido, à situação revolucionária e às conjunturas políticas específicas. Eles se enquadram simultaneamente nos dois primeiros tipos antes mencionados. Um apanhado de temas poderia ser assim apresentado: violência de Estado; doutrinação

moralista da Igreja Católica e de outras instituições religiosas; abusos econômicos de industriais e outros empregadores; preservação de interesses estrangeiros no país (“imperialismo”); justiça seletiva do Judiciário; preconceito relacionado à classe, cor e/ou religião; censura a órgãos de imprensa; mal tratos a presos políticos do partido.

Com efeito, o panfleto tem uma conexão secular com a propaganda de ideários revolucionários e de movimentos oposicionistas. No caso do Brasil, o seu uso como expressão desse tipo de pensamento remonta às primeiras décadas do século XIX, quando foi empregado na propagação pública das pautas e ideias do movimento de independência. A relação entre efervescência política e palavra sediciosa nesse período foi largamente analisada na obra, dividida em quatro volumes, *Guerra literária: panfletos da Independência (1820-23)*, organizada por José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos e Marcelo Basille<sup>29</sup>.

Nela é possível acompanhar, por meio dos impressos, chamados à época de “literatura de circunstância”, o surgimento de uma esfera pública incipiente voltada para debater questões políticas como a constitucionalização do reino português, a natureza das eleições e dos debates nas Cortes, as feições do futuro país<sup>30</sup>. Antes, porém, que a independência fosse proclamada, artesãos gráficos do Império realizaram uma paralisação que perdurou por dias, retardando a circulação de três jornais da Corte no ano de 1858<sup>31</sup>.

Nesse sentido, o panfleto é uma “arma política” na medida em que:

É fácil de manusear, guardar, esconder ou eliminar. É de baixo custo e pode transmitir rapidamente uma mensagem para um grande público. Pode ser mimeografado ou impresso, com ou sem imagem, instigando o leitor a pensar, discutir e agir na vida prática, diária. Pelo seu formato “portátil”, o folheto tornou-se um importante instrumento de propaganda política favorecendo a circulação da crítica e do protesto proibido. *Por esta característica particular favorece as ações políticas clandestinas, proibidas, revolucionárias* (CARNEIRO; KOSSOY, 2008, p. 156, grifos nosso).

Por isso destina-se a ocupar o espaço público das mais diversas maneiras: distribuído em praças, ruas e sinais; afixado em paredes, postes, muros, lixeiras e portas de lojas;

<sup>29</sup> Os autores trouxeram a lume 362 panfletos impressos entre 1820 e 1823. São cartas, projetos, sermões, orações, discursos, diálogos, dicionários, manifestos, proclamações, notícias, poesias etc. relacionados ao movimento independentista brasileiro. Foi feito também um levantamento das tipografias responsáveis pela impressão desse material. A obra dá continuidade ao trabalho iniciado em *Às armas, cidadãos! (2012)*, no qual os autores se dedicam a analisar criticamente 32 panfletos manuscritos oriundos do mesmo período.

<sup>30</sup> Tudo isso sob o marco da herança colonialista e escravocrata, que, no limite, inviabilizava a formação efetiva dessa esfera.

<sup>31</sup> Para a trajetória dos artesãos gráficos durante o Império no Brasil, ver: VITORINO, Artur José Renda. Os sonhos dos tipógrafos na corte imperial brasileira. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004. p. 167-204.

amarrado a monumentos e passarelas de intenso fluxo de pessoas; jogado do alto de edifícios<sup>32</sup>. Não encontrando lugar nos canais institucionais de comunicação, as ideias contidas no panfleto político buscam atingir uma comunidade imaginada de leitores indignados.

Aos olhos do Estado, todavia, o impresso político representa a prova de um delito – o “delito de opinião” – ou de um crime – o “crime patriótico”, relacionado à segurança nacional. “Um *slogan* ou uma imagem eram suficientes para transformar aquelas páginas de papel em manuais de revolução” (CARNEIRO; KOSSOY, 2008, p. 160).

A montagem de uma espécie de cena do crime com os materiais impressos apreendidos – verdadeiros “manuais de revolução” – tornou-se bastante comum nas ocasiões em que órgãos repressivos desbaratavam alguma gráfica. A imagem então produzida naquelas circunstâncias passaria a fazer parte do relatório de investigação em curso e dos autos de busca e apreensão. Já os impressos apreendidos eram recolhidos a um depósito, ou incinerados (Fig. 4).

---

<sup>32</sup> Durante a ditadura civil-militar, expedientes semelhantes foram utilizados por organizações e partidos de esquerda para denunciar os crimes do regime e mobilizar parcelas da sociedade para combatê-lo. No capítulo 5 desta tese, em que o impresso comunista é abordado sob a lógica repressiva do DOI-CODI, são apresentados casos em que panfletos e outros materiais de propaganda foram afixados em passarelas, lixeiras, portas comerciais e muros na cidade do Rio de Janeiro.



Figura 4 – Impressos comunistas apreendidos no Rio de Janeiro após o levante armado de 1935. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Uma estética da apreensão e do delito é facilmente encontrada na imagem. Os elementos principais na cena montada pelos policiais são fotografias emolduradas de dirigentes revolucionários, panfletos, revistas, literatura marxista. É possível observar ainda exemplares do jornal *A Classe Operária*, órgão oficial do PCB, e de outros informativos como *O Trabalhador Agrícola*, *O Jovem Proletário* e *O Trabalhador do Brasil*. Na faixa estendida, precariamente iluminada, lê-se “Abaixo o governo Vargas, viva o governo dos conselhos de operários, camponeses e soldados”.

Bastos (2010, p. 76), ao se referir a certo conjunto de imagens presentes no APERJ semelhante a anterior, acentua que “há uma preocupação do fotógrafo em delimitar todo o cenário do ‘crime’. Não só evidenciar, mas enaltecer o trunfo de abater mais um território inimigo. São imagens que demonstram poder, vitória”. Com efeito, a luz que invade obliquamente pelo lado esquerdo a sala ajuda a dar ares triunfalistas à montagem policial, que seria repetida diversas vezes nos anos seguintes, como ficará mais claro adiante nesta tese.

Quanto aos livros, nota-se que as edições do PCB seguiram a tendência da Internacional Comunista e a tradição do movimento operário brasileiro de estruturarem-se em

“coleções” ou “bibliotecas”. Nos anos 1960-1970, as casas editoriais adotariam expediente semelhante para editar teoria revolucionária durante as distintas fases do regime militar<sup>33</sup>.

Não se tratava de mera formalidade. Esse tipo de formato define “o que merece ser lido” e facilita a direção dos múltiplos sentidos presentes no ato de ler, aspecto marcante de uma cultura editorial centrada na ação política. “A leitura é menos um ato de lazer e autoformação do que uma obrigação militante”, sintetiza Lacerda (2017, p. 55).

Os próprios militantes responsáveis pelas primeiras edições de livros marxistas no Brasil fizeram toda a sua formação política em obras com esse formato provenientes da Rússia (*Editions de L’Internationale Communiste*), França (*Les Cahiers Communistes*) e Argentina (*Biblioteca Documentos del Progreso e Editorial La Internacional*). A introdução do marxismo no Brasil é inseparável, portanto, da forma editorial “coleções” e/ou “bibliotecas”.

---

<sup>33</sup> Para uma breve história das “editoras de oposição” à ditadura, ver o próximo capítulo.



## CAPÍTULO 2

**O que as gráficas punham nas ruas: uma história descontínua do impresso comunista e de outras publicações de esquerda no Brasil (século XX)**

**Chave de leitura:** O capítulo traça uma história descontínua do impresso comunista no Brasil: sua importância para a formação cultural e política da esquerda no país; as estratégias utilizadas pelo PCB para promover sua circulação; as enormes dificuldades enfrentadas, principalmente com a polícia, para que jornais, revistas e livros fossem impressos e ganhassem às ruas; os autores mais publicados e comentados a cada período; as primeiras edições em língua espanhola. Para tanto, utiliza-se da bibliografia especializada e das fontes primárias presentes no APERJ (especialmente o acervo de panfletos, folhetos e cartazes), no AEL-Unicamp e no projeto *Brasil Nunca Mais*. Aborda, por fim, aspectos do binômio publicação-censura de obras de esquerda por parte de editoras profissionais.

“Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural”.

Castello Branco, em bilhete a Ernesto Geisel, 1965

A história cultural e/ou intelectual da militância de esquerda no Brasil está intimamente ligada à difusão de publicações impressas nos mais diversos formatos – livros, jornais, revistas, panfletos, apostilas etc. No âmbito dessa história centenária, o aparato editorial de organizações e partidos desempenhou um papel indispensável no processo de formação política de seus integrantes, de dirigentes graduados à militância.

É sabido que a trajetória das publicações impressas da esquerda comunista no Brasil é uma trajetória demasiado acidentada e descontínua. Livros e jornais foram confiscados e queimados; redações e editoras, sumariamente destruídas; tipografias e gráficas, empasteladas; as contribuições financeiras, tão necessárias para dar sustento a essas atividades, sofriam com a irregularidade causada pelas “batidas policiais” e pela situação intermitente de legalidade-clandestinidade do PCB.

Para garantir a circulação de literatura revolucionária no país, seja por meio de livros estrangeiros traduzidos, seja por meio de simples folhetos, as oficinas gráficas, clandestinas na maior parte do tempo, contavam com poucos recursos financeiros e resistiam às investidas constantes da polícia. A direção das organizações e dos partidos, por sua vez, as tratavam como peça-chave no trabalho de propagação do ideário de transformação social.

Havia ainda o desafio de lidar com índices de analfabetismo obscenos, que chegavam a 68% da população ao final da Primeira República (1930). Soma-se a isso o fato de que os altos preços praticados pelo incipiente mercado editorial impediam que as camadas populares tivessem acesso a livros e outras publicações. Os espaços de sociabilidade e leitura eram raros, quando não inexistentes.

Nesse período, o PCB também foi obrigado a enfrentar a herança de defasagem de acesso às publicações de cunho socialista – não necessariamente marxista – no país, que data ainda do século XIX. “O marxismo havia se enraizado muito pouco no Brasil antes da Revolução Russa de 1917 e isso se deu por uma série de fatores, entre os quais, uma rarefação de literatura marxista” (LACERDA, 2017, p. 65).

Face a essa realidade de enormes dificuldades para a difusão das ideias revolucionárias, os conteúdos postos em circulação pelo PCB – jornais e revistas, mas também textos mimeografados, datilografados a máquina, manuscritos –, ainda que precários

em termos editoriais e estéticos, se mostrariam pioneiros e, por conta disso, apresentam uma importância formativa e histórica inegável. Eram muitas vezes os meios pelos quais se dava a experiência de leitura e formação política da esquerda brasileira. Daí porque o *establishment* alimentou uma sanha policialesca para com os impressos e as gráficas que os imprimiam.

Os primeiros textos relevantes de militantes ou teóricos comunistas não saíram das máquinas de impressão do PCB<sup>34</sup>. *As teses de abril*, de Lênin, por exemplo, foram publicadas (em forma de resumo) pela primeira vez no Brasil em maio de 1917 pelo jornal carioca *O Imparcial*. Dois anos depois, o principal dirigente da Revolução Russa teve artigos divulgados – *Carta aos trabalhadores americanos* e *A democracia burguesa e a democracia proletária* – no *Spartacus*, que também deu espaço naquele ano a textos de Trótski, Clara Zetkin e Máximo Gorki.

Também em 1919, o pernambucano *A Hora Social* trouxe em um de seus números a primeira Constituição Soviética. Outros dois jornais paulistas reproduziriam ainda no princípio do século XX, pouco depois da Revolução Socialista de Outubro, textos de autores comunistas. O *Alba Rossa* em março de 1919, com um artigo de Lênin sobre a Paz de Brest-Litovski, e o *Vanguarda*, em 1921, com um discurso de Clara Zetkin e textos de A. Losovski. Todas essas publicações ocorreram em anos anteriores à fundação do PCB, que se deu em março de 1922<sup>35</sup>.

Quanto aos livros, tornou-se tarefa da Internacional Comunista (IC) editá-los em várias línguas e remetê-los aos partidos comunistas dos países ligados ao órgão. No caso do Brasil, as obras que aqui chegaram nas primeiras décadas do século XX são fruto principalmente de importações feitas da Espanha e/ou da Argentina. Circulava também artigos marxistas em francês, mas em quantidade inferior aos textos de língua espanhola. Só mais tarde haverá versão em português dos livros editados na União Soviética. Caberá a editora portuguesa Progresso essa tarefa. “A URSS montara uma estrutura editorial talvez sem par na história do livro contemporâneo”, lembra Deaecto (2013, p. 15).

Uma brochura em espanhol, editada em Buenos Aires, cujo autor é Lênin, consta nos arquivos da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS). Intitulada *Organizad la lucha contra la Guerra*, abordava em 80 páginas a posição da classe operária e dos comunistas frente à guerra mundial em curso naquele momento. Trata-se, na verdade, de uma

<sup>34</sup> Devo a Lincoln Secco e à sua pesquisa pioneira sobre a “batalha dos livros” tanto do que vai sendo dito aqui. Menções a impressos arquivados no APERJ e no AEL-Unicamp também ajudaram a construir o capítulo.

<sup>35</sup> Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, militantes revolucionários fundadores do PCB, eram colaboradores assíduos do jornal *Vanguarda*, de orientação anarquista, ou anarco-sindicalista, cujo fundador fora João da Costa Pimenta (DEL ROIO, 2004).

compilação de textos do dirigente soviético. Em solo argentino, o texto veio a lume em 1915. Não se sabe, no entanto, em que momento ele circulou pelo Brasil pela primeira vez, nem tampouco como a polícia política o confiscou (Fig. 5).

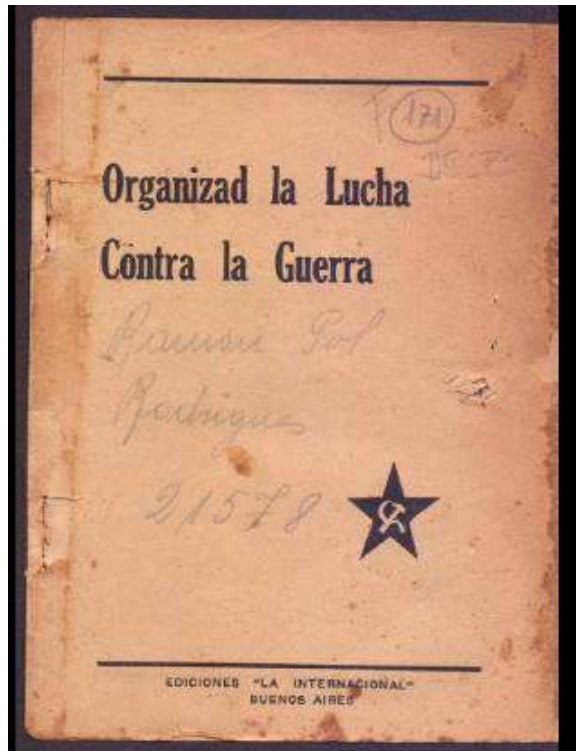


Figura 5 – Capa da brochura em espanhol de Lênin apreendida pela DESPS. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Já *El bolchevismo y su obra*, de Alexander Kerenski, podia ser comprada em São Paulo nas primeiras décadas de 1900. A brochura, editada em Madrid pela *Biblioteca Nueva*, estava disponível na Livraria Lealdade. Outra edição em espanhol de um teórico marxista estrangeiro acessível aos leitores da capital paulista era *El Bolcheviquismo*, de Trótski. A respeito da literatura marxista em espanhol que circulou no país naquele momento, Secco (2017, p. 59) lembra que

Mesmo depois que a oferta nacional cresceu, ainda no início do Estado Novo, o comunista pernambucano Paulo Cavalcanti teve que ler *Que Fazer?* em espanhol. No Rio Grande do Sul a presença da literatura naquela língua era mais forte. Isaac Akcelrud, que ingressou no PCB em 1936, conta que leu *O Estado e a Revolução* (Lênin) e *A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada* (Engels) em edições de Barcelona. Só os intelectuais estabelecidos ou em vias de sê-lo e os militantes autodidatas com algumas viagens internacionais na bagagem podiam ler em francês.

De acordo com um documento de 1923, o partido teria editado, no ano anterior, sete títulos de obras comunistas em castelhano, com destaque para autores como Lênin, Trótski e K. Radek, além de textos assinados pela Internacional Comunista. Em alguns casos, o primeiro contato com a literatura revolucionária de militantes ou pessoas simpáticas à causa socialista se dava por meio de opúsculos, cartilhas e documentos em espanhol, muitos deles remetidos ao Brasil pelo Birô Sul-Americano da Internacional Comunista (Fig. 6).

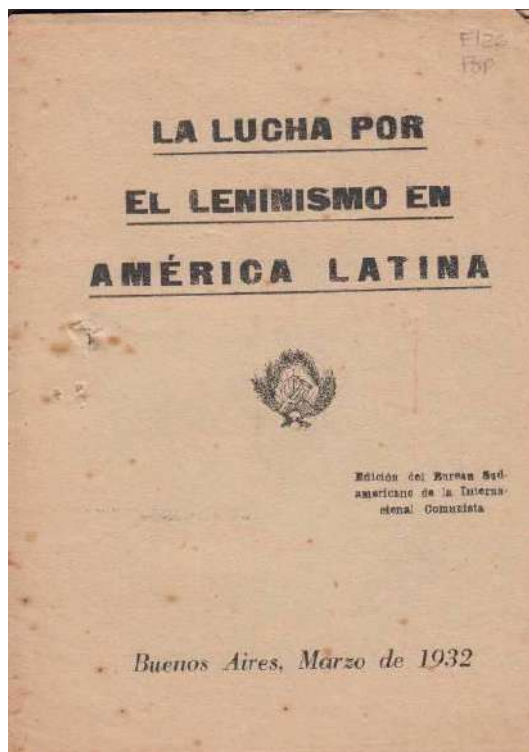


Figura 6 – Documento do órgão sul-americano data de 1932. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

A revista *Movimento Comunista* foi a primeira publicação de fôlego que fez girar o maquinário tipográfico do então jovem PCB. De periodicidade mensal – depois viria a ser quinzenal –, contou com 24 edições, com tiragem que variava em torno de 1.800 exemplares por número. Cada número era vendido separadamente e havia a possibilidade de tornar-se assinante. O lucro das 13 primeiras edições foi relativamente alto para essa iniciativa pioneira. A *Movimento Comunista* chegou a atingir a marca de 36 mil exemplares impressos.

Essas marcas ganham em relevância quando são consideradas as condições de produção e circulação da revista à época. Uma impressora bastante rudimentar era responsável por dar vida às edições numa gráfica que o PCB mantinha no bairro operário do

Méier, zona norte do Rio de Janeiro. E de nada adiantava recorrer a tipografias comerciais para realizar o trabalho, pois as encomendas dos comunistas eram invariavelmente recusadas. O dinheiro das assinaturas, por sua vez, era alvo de constantes apreensões ainda no âmbito dos correios.

A revista *Movimento Comunista* foi sucedida por experiências editoriais efêmeras e regionais. Jornais como *Era Nova* (Santos), *O Comunista* (Recife) e *A Chama* (Porto Alegre), todos eles atrelados ao PCB, não ultrapassaram três edições em meados dos anos 1920. *O Solidário* foi um pouco mais longe, com tiragem de 6 mil exemplares. Ao final do decênio, a *Correspondência Sul-americana* atingiria a vendagem de 120 exemplares.

Em um relatório do setor de Agitação e Propaganda (Agitprop) que data de 22 de junho de 1926, é possível encontrar uma espécie de balanço de livros, opúsculos, jornais e folhetos impressos pela organização em seus quatro primeiros anos de existência. Nele, vê-se que, mesmo na clandestinidade e com um número reduzido de militantes (cerca de 600 em 1926), o PCB conseguiu mobilizar suas máquinas impressoras e colocar na rua 12 livros, com uma tiragem total de aproximadamente 39 mil exemplares.

Naquele ano, o lote de 3 mil exemplares da obra *O comunismo científico e o anarquismo*, de Nikolai Bukharin, foi colocado à venda no Rio de Janeiro pela Serviço de Edições e Livraria do Partido Comunista (SBIC). O *Manifesto Comunista* saiu com tiragem de 3 mil exemplares em 1924. A edição ficou a cargo do Comitê Regional de Porto Alegre do partido. Antes de sair em livro, excertos do célebre texto de Marx e Engels foram divulgados de modo esparso no jornal *Voz Cosmopolita* (CARONE, 1986; SECCO, 2017; LACERDA, 2017).

As ideias de Bukharin circulariam não por muito tempo. Um ano após ser impresso, a polícia do Distrito Federal queimou mil exemplares de *O comunismo científico e o anarquismo* e de outro texto do teórico bolchevique, *Programa Comunista*. Em Porto Alegre, livros voltariam a ser queimados. Exemplares da primeira edição de *O Manifesto Comunista*, de Marx e Engels, e de *Rússia proletária*, do militante do PCB Octávio Brandão, hoje preciosidades filológicas, viraram cinzas.

Brandão levou dois anos, entre 1922 e 1923, para terminar de escrever *Rússia proletária*, texto que aborda, em tom laudatório que é a marca da linguagem comunista, a experiência dos bolcheviques na União Soviética. Com uma tiragem de 1.800 exemplares, o livro – composto de material inédito, mas também de partes já publicadas em *Movimento Comunista* e *O País* – saiu pela casa editorial do jornal *Voz Cosmopolita*, periódico vinculado

a um sindicato de trabalhadores no Rio de Janeiro. Foi o primeiro livro em que Brandão, autor de outros escritos políticos quando militante anarquista, defendera as ideias revolucionárias de Marx e Engels (LACERDA, 2017). Ele voltaria a defendê-las em 1926 com a publicação de uma obra pioneira: *Agrarismo e industrialismo*, responsável, segundo Del Roio (2004, p. 121), pela “primeira tentativa de interpretação da formação social brasileira sob uma ótica marxista, ainda que compreensivelmente tosca”. Tratava-se de uma análise acerca do significado político da “revolta tenentista” ocorrida dois anos antes, que resultaria depois na Coluna Prestes. “Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de S. Paulo e a guerra de classes no Brasil”, anunciava o subtítulo, marcando a primeira utilização do termo “marxista-leninista” no Brasil<sup>36</sup>.

No balanço da Agitprop antes referido, aparecem nomes de outros brasileiros entre os autores comunistas que tiveram obras impressas pelo PCB em seu período inicial de existência. São os casos, por exemplo, de Cristiano Cordeiro e Souza Barros. Brandão, além de autor, atuava como tradutor, apesar das edições dificilmente estamparem na capa o responsável pela versão do texto. É dele a tradução do *Manifesto* que foi consumido pelas chamas na capital gaúcha.

“A produção intelectual de Octávio Brandão esteve, portanto, diretamente ligada à tarefa da formação política da militância comunista. Ele daria, outrossim, contribuição inestimável à formação do pensamento marxista no Brasil por meio de suas traduções” (LACERDA, 2017, p. 48). Leôncio Basbaum, Caio Prado Júnior, Lívio Xavier e Graciliano Ramos também verteram para o português obras em francês e espanhol, atendendo a demandas editoriais do partido.

As bobinas das impressoras comunistas movimentavam-se em mais de um estado – Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul – com o intuito de produzir milhares de exemplares de jornais e panfletos e outros materiais. Só em 1925 as 12 edições do jornal *A Classe Operária* produziram uma tiragem de 98.613 exemplares, o que equivalia a uma média superior a 8.200 exemplares-mês. Ao total, 163.113 exemplares de jornais e revistas foram comercializados somente nesse ano pela organização.

---

<sup>36</sup> A verdadeira autoria do texto foi omitida sob o pseudônimo de Fritz Mayer, um fictício oficial alemão que teria participado da revolta paulista analisada no livro. “A rigor, o texto não é um ensaio marxista-leninista, mas é mais que uma análise sobre a revolta de São Paulo, entabulando uma tentativa de interpretação da forma social brasileira, de suas contradições e de suas perspectivas. Além de ter no Brasil orientado a leitura e a ação política do PCB, o texto foi levado a Moscou por Paulo de Lacerda, entregue a Luiz Carlos Prestes na Bolívia e disseminado no Exército pelo positivista histórico Gal. Ximeno de Villeroy, tendo conseguido, portanto, a repercussão possível naquele difícil momento” (DEL ROIO, 2004, p. 121).

Já a distribuição de panfletos ficou na casa de 41.100 exemplares ao longo de quatro anos (1922-1926). O panfleto que contou com maior tiragem foi *A Aparecer a 1º de maio*, de 1925, com 10 mil exemplares. Considerando, portanto, o universo total de publicações, as máquinas tipográficas do PCB produziram 242.013 impressos no período compreendido entre a fundação do partido, em 1922, e o princípio de 1926. Apesar dos números expressivos, o aparato editorial dava prejuízo ao partido. Isso porque alguns livros e opúsculos eram vendidos a um preço abaixo do de custo, quando não distribuídos (SECCO, 2017).

Sabe-se que o partido vivera um curto período de legalidade entre os meses de janeiro e agosto de 1927. Manteve, durante esses meses, o jornal diário *A Nação* como órgão oficioso. Do ponto de vista tático, havia decidido por adotar alianças com outras classes e participar das eleições por meio da formação de uma frente ampla, batizada de “Bloco Operário”. Para ratificar a existência do “Bloco” era preciso divulgar o seu programa e candidatos.

Um panfleto foi rodado, então, pelo PCB e rapidamente posto em circulação. Chama a atenção no material (Fig. 7), de imediato, a frase localizada no centro da página, servindo para dividir as colunas de texto: “Ler e divulgar ‘A Nação’ é dever imprescindível de todo proletário”.

Logo abaixo do título, os dois candidatos são apresentados “aos sufrágios das massas laboriosas”: o gráfico João Jorge da Costa Pimenta, pelo 1º distrito, e João Baptista de Azevedo Lima, pelo 2º distrito. Ao final, uma recomendação sobre o que fazer com o panfleto impresso pela tipografia comunista: “Passe adiante”.





Figura 7 – Panfleto com o programa do Bloco Operário apreendido pela DESPS. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

No ano seguinte, seria criado, em substituição ao Bloco Operário, o Bloco Operário e Camponês (BOC), outra frente eleitoral sob a hegemonia do PCB. Desta vez, as impressoras foram acionadas com o intuito de produzir não só o programa, como também os estatutos da entidade classista. Contendo 15 páginas, o opúsculo acabou apreendido pelos agentes da DESPS (Fig. 8).



Figura 8 – Opúsculo do BOC confiscado pela polícia política. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Outros panfletos de propaganda do BOC chegaram a ser impressos e logo estariam na sede da polícia do estado da Guanabara no final dos anos 1930. Nos arquivos da DESPS, encontram-se sete panfletos do BOC relativos à campanha eleitoral; um sobre comício a ser realizado em frente ao Teatro Municipal; outro sobre as normas para o ingresso na entidade; e dois sobre o programa.

Um deles apresenta o primeiro candidato comunista à Presidência da história: Minervino de Oliveira, um marmorista negro. Para deputado federal pelo 2º distrito, recomenda-se o nome do gráfico Duvitiliano Ramos, o que demonstra a importância da categoria para o PCB (Fig. 9). O BOC contava com três mulheres em sua direção: Isaura Nepomuceno, Maria Lopes e Rosa Bittencourt. Esta última foi a primeira mulher a se filiar ao PC do Brasil no ano de sua fundação, em 1922.



Figura 9 – O BOC lançou um militante negro como candidato à Presidência. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Já nos primeiros anos da década que ficaria marcada pelo levante armado de 1935, o PCB vivenciou uma expansão no número de militantes e quadros dirigentes. A atividade gráfico-editorial também foi impactada, passando a contar com alguma estabilidade e apoio financeiro. Atréadas aos comunistas, as editoras Edições Cultura Brasileira e Editorial Pax contavam com sedes próprias e legalizadas em São Paulo.

A Pax, de propriedade do russo e judeu Alexandre Wainstein, fora fechada durante a malfadada “Revolução Constitucionalista” de 1932<sup>37</sup>. Seus editores tiveram tempo ainda de imprimir e colocar à venda obras teórico-políticas de Alexandra Kollontai, um marco na história da luta feminina no Brasil. Os livros produzidos por essas duas casas editoriais eram impressos não em uma gráfica clandestina, como vinha ocorrendo em anos anteriores de atividade do partido, mas na Typographia Cupolo.

A Caramuru, que contava em 1934 com a colaboração financeira de Caio Prado Júnior, e a Athena, cujo proprietário era Pascoale Petraccone, estavam igualmente associadas a militantes comunistas. Havia ainda aquelas editoras que não mantinham nenhuma afinidade

<sup>37</sup> Para detalhes da atuação política e editorial nos anos 1930 de Alexandre Wainstein, ver especialmente: WIAZOVSKI, Taciana. Bolchevismo e judaísmo. A comunidade judaica sob o olhar do Deops. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

político-ideológica com o PCB, mas nem por isso deixavam de imprimir obras de seus militantes e de teóricos do marxismo, guiando-se pela demanda do mercado.

A Marenglen – abreviatura de Marx, Engels e Lênin – só podia ser do PCB. Seu catálogo era formado principalmente por obras sobre a União Soviética. Entre elas, *Em marcha para o socialismo (1931)*, de Joseph Stálin, à época secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), impressa na tipografia do militante Antônio Candeias Duarte (CASTELLAN, 2010). Edições em espanhol continuavam a circular no princípio dos anos 1930 por conta do próprio trabalho da Marenglen, que realizava permutas com as *Ediciones Europa-América. O Historia del Partido Bolchevique*, por exemplo, veio de uma remessa da editora estrangeira.

Apesar do cenário de legalidade, as perseguições às editoras e gráficas vermelhas não cessaram. Um dos editores da Marenglen fora preso e deportado em setembro de 1931, e a empresa ficou por cerca de quatro meses com suas atividades suspensas.

Foi mais ou menos nesse período que o gráfico Hilcar Leite, que se tornaria no futuro um proeminente dirigente comunista, conheceu o encarceramento pela primeira vez. A polícia política do estado da Guanabara o prendeu em 7 de abril de 1933 sob alegação de ele ser “agitador comunista” e portar “grande quantidade de boletins subversivos, atas de sessões, livros e outros documentos”<sup>38</sup>. Menos de uma semana depois de ser enviado à Casa de Detenção, estava de volta a DESPS, depois de participar da sublevação dos presos daquele presídio. O militante gráfico foi posto em liberdade no princípio de maio de 1933<sup>39</sup>.

Em São Paulo, as palestras de Caio Prado Júnior sobre a União Soviética, realizadas no Clube dos Artistas Modernos (CAM), foram acompanhadas de perto por agentes infiltrados da polícia. As falas do intelectual comunista foram compiladas em um livro que, publicado em 1934, esgotou-se rapidamente. No ano seguinte, a polícia confiscaria todos os exemplares da segunda edição de sua obra *URSS, um novo mundo*, editada pela Companhia Editora Nacional (SECCO, 2017).

Livros comunistas eram vistos, portanto, como provas irrefutáveis de um crime. Goffredo Rosini e José Neves que o digam. Os dois foram presos em março de 1934 em São Paulo por estarem, segundo as forças policiais, “cometendo dois crimes: falar de política e levar um livrinho chamado *Rumo à IV Internacional*, editado em 1934, com textos de Trótski e G. Gurov” (SECCO, 2017, p. 86, grifos do autor). Na repressão que se seguiu à revolta

<sup>38</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 2, folhas 111 a 146.

<sup>39</sup> Ibid.

comunista de 1935, a médica Nise da Silveira foi presa sob a alegação de participar da União Feminina do Brasil e de possuir livros marxistas em sua casa<sup>40</sup>

Vargas, ao instituir seu regime de exceção em 1937, ordenou a queima em praça pública de cerca de 1.500 exemplares de obras diversas do romancista Jorge Amado. Enquanto perseguia os militantes do PCB e suas gráficas, o Estado Novo facilitava a distribuição de obras anticomunistas. O caso célebre é o do autor Heitor Moniz. Seu livro, um libelo contra a União Soviética, chegou a ser distribuído pela polícia política do Distrito Federal.

Durante os dois decênios que separam o fim do Estado Novo e o golpe civil-militar de 1964, o trabalho editorial do PCB assumiu papel destacado ao traduzir, publicar e distribuir, a preços populares, uma miríade de conteúdos. Editoras e livrarias ligadas direta ou indiretamente aos comunistas foram criadas; jornais, revistas e folhetos, muitos deles impressos em tipografias ou mimeografados individualmente por militantes e/ou apoiadores, inundaram as ruas das principais capitais do país; escolas de formação de quadros mantiveram atividades regulares.

Segundo estimativas do militante Pedro Pomar, a imprensa pecebista era então formada por cerca de nove jornais, perfazendo uma tiragem de cem mil exemplares-dia. Para se manter contava com anúncios publicitários diversos, além de compras avulsas, assinaturas e eventuais doações. Quanto às revistas, o PCB passara a editar, a partir de 1947, a revista teórica *Problemas*, dedicada a publicar documentos do partido e a repercutir assuntos culturais e políticos. Não era a única do gênero impressa pelos comunistas<sup>41</sup>, mas apresentava certa prevalência sobre as demais. Tratava-se, na verdade, de uma revista publicada em várias línguas e que trazia em suas páginas principalmente textos de autores soviéticos e informes de partidos comunistas de outros países. Continuou sendo editada até 1956, totalizando 73 números. Nos dois últimos anos, sua produção passou a ser de responsabilidade da Editorial Vitória.

No caso das editoras ligadas aos comunistas ou que publicavam literatura marxista mesmo não estando subordinada ao partido, a lista do período é bastante extensa: Editorial Vitória, Editora Brasiliense, Editora Calvino, Editora Itambé, Editora Fulgor, Editora Obelisco, Editora Felman Rego, Editora Problemas Contemporâneos, Edições Horizonte. A

---

<sup>40</sup> *Correio da Manhã*, 1 abril. 1936, p. 4.

<sup>41</sup> Havia também as revistas *Literatura*, *Estudos Sociais*, *Fundamentos* e *Brasiliense*.

maioria dessas casas editoriais ficava no Rio de Janeiro, em São Paulo ou em capitais do Nordeste, como Fortaleza, Recife e Salvador (SECCO, 2017).

A Edições Horizonte estava localizada no primeiro andar de um prédio na rua do Mercado, número 9, centro do Rio. Com o *slogan* “Uma editora a serviço do povo”, colocara em circulação, em 1945, a versão impressa do histórico discurso de Luiz Carlos Prestes proferido no dia 23 de maio daquele ano no estádio São Januário. O opúsculo trazia na capa, além do título – “União Nacional para a Democracia e o Progresso” –, uma ilustração do dirigente comunista.

Na última de suas 29 páginas, a editora expôs alguns títulos – teóricos e de ficção – do seu catálogo: a novela *O gerente*, de Carlos Drummond de Andrade; *Três etapas na história EE. UU.*, de A. B. Magil; *As raças da humanidade*, de Ruth Benedict e Gene Weltfish; *Organizar o povo para a democracia*, também de Prestes. Outras obras estavam no prelo e em breve viriam a lume: *Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico*, de J. Stálin; *A grande Revolução Francesa*, de E. Tarle; *Balzac*, de V. Gribb; *Cervantes*, de Jean Cassou. Ao final dos anos 1950, a Horizonte contava em seu catálogo com 52 títulos e, quando comparada, por exemplo, à Editorial Vitória, apresentava preços bem mais acessíveis.

Ironia à parte, tem-se acesso hoje a esse importante material para a história da esquerda, do PCB e das lutas populares no país porque ele foi apreendido pelos agentes policiais da DESPS (Fig. 10).

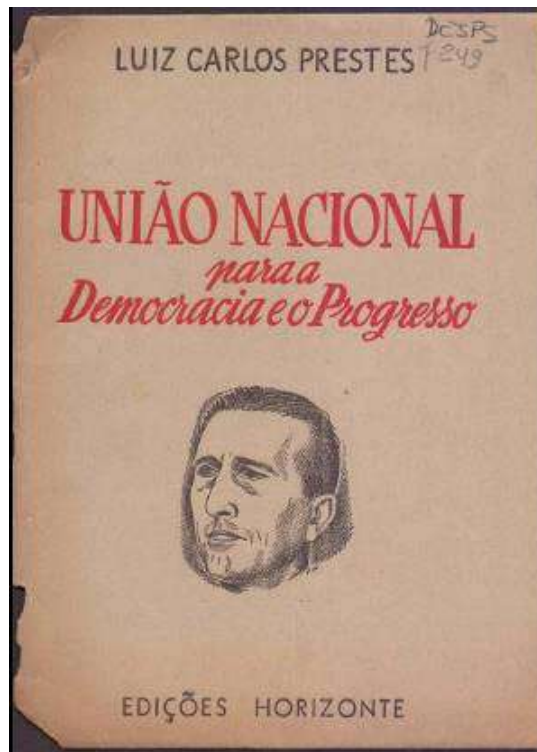


Figura 10 – Reprodução do histórico discurso de Prestes em São Januário. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Por seu turno, a Editorial Vitória imprimiu e comercializou, em vinte anos de existência, 179 obras. Em 1952, contava com sede própria no Rio de Janeiro, localizada na rua do Carmo, centro do Distrito Federal. Fora a responsável pela edição de autores como Marx, Lênin, Kruschov, Togliatti e Stálin. Este último teve seus textos publicados em seis volumes. De Lênin, coube à casa editorial editar e reeditar *O Estado e a revolução* em 1946 e 1961, respectivamente (REIMÃO; MAUÉS; NERY, 2016, p. 120)<sup>42</sup>. Chama a atenção o fato da Editorial Vitória jamais ter publicado um livro de Rosa Luxemburgo, a revolucionária polonesa.

Mao Tsé-Tung viria a ser editado somente em 1961, quando houve a ruptura política entre os partidos comunistas da China e da União Soviética. Parte do debate político-ideológico no movimento comunista internacional que se sucedeu ao acontecimento foi acompanhado pelos militantes brasileiros por meio de textos que reproduziam cartas,

<sup>42</sup> *O Estado e a revolução*, umas das principais obras de Lênin, conta, até o momento, com onze edições no Brasil: Gráfico-Editora Unitas (1934); Editorial Vitória (1946); Editora Guairá (1950); Editorial Vitória (1961); Editora Diálogo (1968); Editora Hucitec (1978); Editora Alfa-Ômega (1980); Sundermann (2005); Expressão Popular (2007); Centauro (2007) e Boitempo Editorial (2017) (REIMÃO; MAUÉS; NERY, 2016).

resoluções de conferências, réplicas, contraditas, informes entre ambos os partidos (Fig. 11). A maioria das edições circulava em língua espanhola.

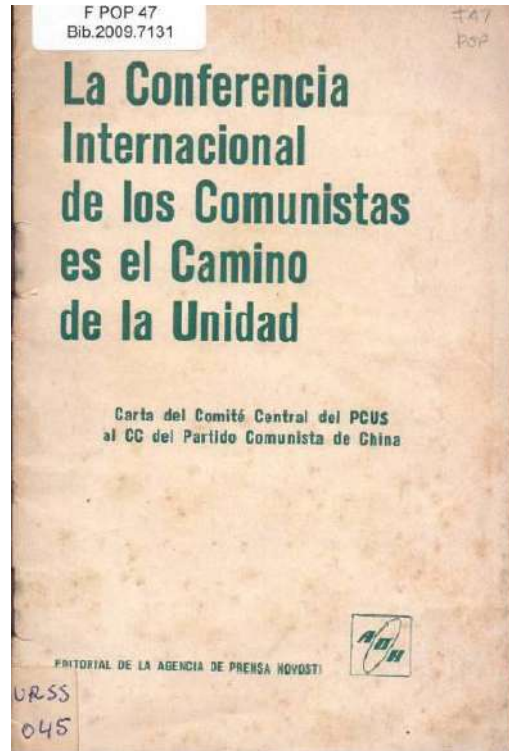


Figura 11 – Esquerda brasileira acompanha cisão no movimento comunista internacional. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Destaque obteve à época a coleção *Romances do Povo*, lançada em 1953, chegando a contar com tiragem de pelo menos dez mil exemplares por livro (Fig. 12). O diretor da coleção, o romancista Jorge Amado, afirmou que o propósito do conjunto de obras de realismo socialista era combater certa literatura, vista como “decadente, suicida e impopular” (SECCO, 2017, p. 120). A ideia era publicar um romance por mês. O catálogo previa o lançamento de 37 títulos.



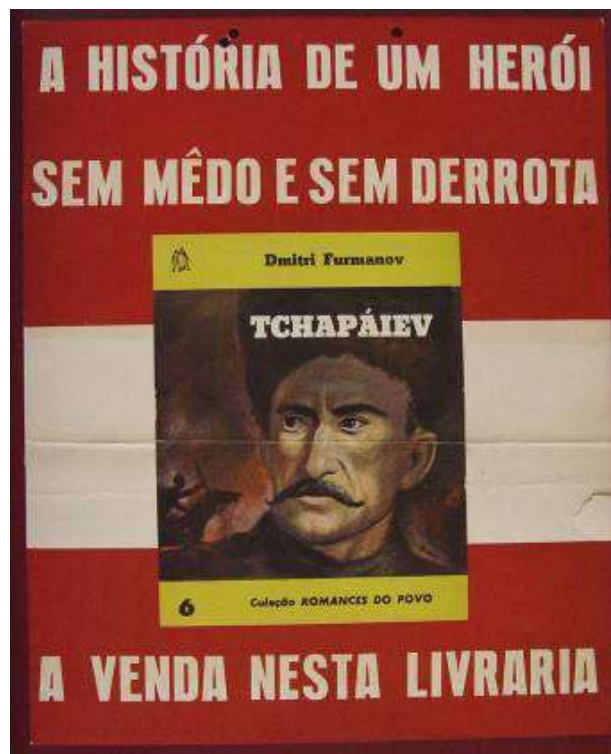


Figura 12 – Cartaz publicitário apreendido pela polícia anuncia livro da coleção *Romances do povo*. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Foi em 1945 que o PCB publicou pela Editorial Vitória uma obra que se tornaria referência para a formação de gerações de militantes e quadros dirigentes do partido: *A história do Partido Comunista Soviético (Bolchevique)*. Antes da versão em português, uma outra, em espanhol, circulara pelo país no fim dos anos 1930, momento em que a edição original havia saído na União Soviética. O livro, supervisionado diretamente por Stálin, foi substituído em 1959 na URSS pelo *A História do PCUS*, de P. Fedenko. Dois anos mais tarde, a editora o colocaria no mercado brasileiro com o título ligeiramente alterado, *História do Partido Comunista Soviético*.

Embora os anos entre 1945 e 1964 tenham sido marcados pela forte atuação do aparato gráfico-editorial comunista, pode-se dizer que o PCB não chegou a constituir de fato uma abrangente e consolidada rede de editoras e periódicos. Isso se deve em grande medida à condição de ilegalidade do partido, à ausência de profissionalização de muitas das atividades desenvolvidas e, em especial, ao trabalho perene de repressão exercido pelas diferentes delegacias de polícia política no país.

A situação se agravaria ainda mais no decorrer do regime militar, ao ponto de as tentativas das organizações de esquerda – incluindo a do PCB, que não aderira à luta armada –

de implementar gráficas clandestinas terem sido praticamente todas frustradas pelos militares. Essa irregularidade na impressão de material de propaganda e de literatura marxista decerto impactou os rumos tomados pela esquerda naquele período.

Apropriar-se da literatura comunista não tem igual resultado se a leitura for realizada sob o peso de culturas milenares, como a confucionista ou a incaica, sob a tradição da social democracia da II Internacional, ou sob a formação do naturalismo anarquista. Também não oferece resultados idênticos se a leitura é silenciosamente realizada no gabinete acadêmico dentro de um sistema universitário cerrado como o alemão ou se é leitura coletiva, nas sedes de sindicatos operários, sob a pressão do iminente assalto policial, por um grupo de “leitores” semi ou completamente analfabetos (LACERDA, 2017, p. 49).

Segundo a ditadura dos generais-presidentes, livros e outros impressos eram instrumentos de subversão e desordem; ameaçavam a Segurança Nacional e a tranquilidade do país com suas ideias e propostas de intervenção política. Dos vários episódios no período envolvendo censura e violência a leitores, editores, livreiros, bibliotecas, livrarias etc., há o caso paradigmático de Francisco Gomes, combatente da Ação Libertadora Nacional (ALN).

No processo da Justiça Militar que o condenou, Francisco fora acusado, juntamente com mais 40 pessoas, de participar de um “agrupamento prejudicial à Segurança Nacional”, por ter realizado “tentativa de subversão, provocação de guerra subversiva, roubo ou dano à instituição financeira e sabotagem e terrorismo” (CASTRO, 2016, p. 81). Além de depoimentos de alguns de seus companheiros (possivelmente sob o efeito de torturas), arrolou-se como prova a literatura marxista (21 livros) encontrada em sua casa (Fig. 13).

A sentença, divulgada em maio de 1972, condenou Francisco (à revelia) a quinze anos de reclusão com base no artigo 25 da Lei de Segurança Nacional (LSN), que versava sobre “praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva”<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> A noção de “guerra revolucionária subversiva”, citada na Lei de Segurança Nacional (LSN), faz parte do conjunto de conceitos que dão corpo à doutrina militar francesa que impactou, no limiar dos anos 1960, alguns dos principais ofícios que ajudariam a gerir a máquina da ditadura anos mais tarde. A esse respeito, ver capítulo 5 da presente tese.

\*\*\*\*\*

5. FRANCISCO GOMES, vulgo "Reduino", dado em lugar incerto e não sabido na certidão de fl. 1404, citada pelo edital de fl. 1460, declarado revel a fl. 1462, recebendo curador na pessoa da Dra. Advogada de Ofício, réu a quem a denúncia atribui e seguinte: MENCIONADO POR DIVERSOS CO-RÉUS COMO PARTICIPANTE DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, EM SUA RESIDÊNCIA FOI APREENDIDO O MATERIAL CONSTANTE DE FL. 709, QUE NÃO DEIXA DÚVIDA QUANTO À ATIVIDADE DO DENUNCIADO, pelo que o MP requer sua condenação nas penas dos artigos 14, 23 e 25 de DL 898/69.---

O auto de apreensão de fl. 709, no 3º volume,

arrola:

- literatura comunista
- um retrato de Luiz Carlos Prestes
- um distintivo de metal (foice e martelo)
- uma carteira de identidade da Câmara dos Deputados, em nome de CARLOS MARIGHELLA
- uma cédula de identidade falsa, com fotografia de Francisco Gomes
- onze folhas datilografadas sob título "OPERAÇÕES E TÁTICAS GUERRILHEIRAS"

*Francisco Gomes*

Figura 13 – Sentença individual de militante da ALN. Fonte: Projeto *Brasil Nunca Mais*

Impossível não notar os outros itens arrolados como provas das “atividades subversivas” de Francisco: “um retrato de Luiz Carlos Prestes”; “um distintivo de metal (foice e martelo)”; “uma carteira de identidade da Câmara dos Deputados, em nome de Carlos Marighella”; e “onze folhas datilografadas sob título ‘Operações e Táticas Guerrilheiras’”.

É claro que, diferentemente das “batidas policiais” que ocorriam em livrarias, bibliotecas e gráficas de editoras, cujo objetivo consistia em impedir a impressão ou tirar de circulação determinadas obras, a investida contra livros de militantes fazia parte de um trabalho maior de busca de “provas de subversão” que pudessem constar nos autos e, posteriormente, nos processos da Justiça Militar. O espantoso no caso de Francisco é o fato de os livros serem arrolados como provas, e não apenas apreendidos e inutilizados pelos agentes policiais, como era o procedimento de praxe.

Em outros processos no Superior Tribunal Militar livros aparecem citados. *O Estado e a revolução*, de Lênin, consta no Processo nº576/68-C aberto pela Segunda Auditoria da Marinha contra a Ação Popular (AP) e também no Inquérito Policial Militar (IPM) nº 709 relativo ao PCB<sup>44</sup>.

<sup>44</sup> Ambos os documentos estão disponíveis no site do projeto *Brasil Nunca Mais*. Disponível em: <<http://bnm-acervo.mpf.mp.br/>>. Acesso: 12 fev. 2020.

A repressão não impediu, contudo, que a atividade editorial do partido e das organizações de guerrilha urbana prosseguisse. O PCB comercializou e distribuiu textos diversos sob a assinatura das “Edições SAP”, sigla para Seção de Agitação e Propaganda. Da “Coleção Teoria e Prática”, vieram a lume *O grande outubro*, *Karl Marx: mestre e chefe genial da classe operária*, *A defesa do socialismo: supremo dever internacionalista*, *VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro* e *A política do PCB para a juventude* (Fig. 14).

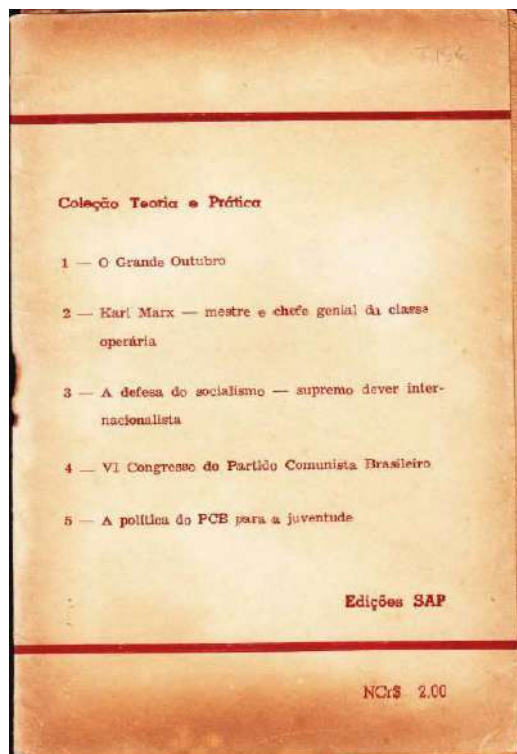


Figura 14 – Edições SAP anunciam títulos disponíveis durante a ditadura. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

A guerrilha urbana, por sua vez, editou textos mimeografados de péssima qualidade, valendo-se de capas falsas para garantir a circulação de cópias de obras marxistas ou de textos de intervenção dos próprios militantes. *Livro negro da ditadura militar* e *Manual do guerrilheiro urbano* são dois exemplos de obras mimeografadas no período. O primeiro, de autoria da Ação Popular (AP), passou a circular em 1972, enquanto o segundo, cuja autoria atribui-se a Carlos Marighella, dirigente da ALN, ganhou clandestinamente às ruas por volta de 1969, e depois foi traduzido para outras línguas.

Já entre as editoras profissionais houve quem se arriscasse a publicar uma obra de Lênin às vésperas da decretação do AI-5. *O Estado e a revolução*, texto em que o dirigente

bolchevique aborda pontos teóricos da obra de Marx e Engels sobre o Estado, veio a lume em outubro de 1968 pela coleção Biblioteca Universitária Diálogo (BUD), da Editora Diálogo, sediada em Niterói, estado do Rio (Fig.15).

O slogan da BUD era “Livros para o mundo atual”. O livro, impresso na gráfica da revista *O Cruzeiro*,

Não era uma edição qualquer, mas sim uma edição com intenção política de se contrapor ao poder vigente – pois expunha a ideia de um novo modo de organizar a sociedade e o Estado, ou seja, trazia implícita a proposta de derrubar uma forma de governo em favor de outra. E em parte era isso mesmo que os editores visavam, como explicitou Bragança ao afirmar que a edição de *O Estado e a Revolução* naquele momento “poderia contribuir para os objetivos de fortalecer o combate à ditadura” (REIMÃO; MAUÉS; NERY, 2016, p. 144).

A empreitada editorial foi um sucesso de vendas, embora seus idealizadores tenham sofrido ameaças, chegando a ser detidos após a decretação do AI-5<sup>45</sup>. Só no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo, o Crusp, considerado pela ditadura o “grande centro subversivo de São Paulo”, foram vendidos 1.500 exemplares de *O Estado e a revolução* no prazo de 45 dias. O responsável pela livraria no Crusp, Fernando Mangarielo, viria a fundar em 1973 uma casa editorial voltada para o pensamento crítico, a Editora Alfa-Ômega (REIMÃO; MAUÉS; NERY, 2016).

---

<sup>45</sup> Um deputado governista, ex-comandante da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, chamou a Diálogo de “célula comunista” na ocasião em que se celebrava o 33º aniversário da derrota da revolta comunista de 1935.



Figura 15 – *O Estado e a revolução* é lançado pela Diálogo às vésperas do AI-5. Fonte: Reimão, Maués e Nery (2016)

A circulação de literatura revolucionária se deu de formas distintas durante o regime militar. Entre 1967 e 1974, a repressão sufocou gráficas e impressos e editou o decreto 1.077/70, que instituiu a censura prévia a livros. A lei censória visava atingir livros políticos e aqueles que atentassem contra a “moral e os bons costumes”. Tratar de “temas imorais” – sexualidade, divórcio, aborto, traição, amor livre – era tão perigoso à ordem instituída quanto difundir ideias marxistas<sup>46</sup>. “A Constituição outorgada de 1967 oficializou a centralização da censura como atividade do governo federal, em Brasília. Quando o Ato Institucional número 5 foi decretado, as atividades censórias já se encontravam centralizadas no governo federal”, lembra Reimão (2011, p. 76).

Nesse contexto, o ano de 1970 registrou o maior número de livros apreendidos pertencentes a pessoas comuns. Quem mais sofreu com esse tipo de medida foi a organização dirigida por Marighella. “Ao todo foram 74 diferentes autos de busca e apreensão, em trinta

<sup>46</sup> “Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação”, legislava o artigo 1º do decreto 1.077/70. Adelaide Carraro, Cassandra Rios e Plínio Marcos, autores de obras que tematizavam a sexualidade e o erotismo, foram duramente perseguidos pela ditadura. Eram “autores malditos”, que tinham seus trabalhos ficcionais publicados pela Global Editora nos anos 1970. No total, chegou a dez o número de “livros eróticos” dessa casa editorial censurados. É somente a partir de 1977 que a Global passará a orientar seu trabalho por imperativos político-ideológicos, como se verá um pouco mais adiante.

processos, atingindo dezoito organizações de esquerda. A ALN – Ação Libertadora Nacional – é a principal em dez destes processos, sendo 24 autos de busca e apreensão, totalizando 276 livros apreendidos, apenas no ano citado [1970]”, resume Castro (2016)<sup>47</sup>. Não por acaso, no ano anterior à realização dos 24 autos de busca e apreensão de livros, a ALN havia participado, em parceria com o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), do sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke.

Ênio Silveira, da Editora Civilização Brasileira (ECB), por sua vez, foi o editor mais açoitado pelos órgãos de repressão. Preso em sete oportunidades, Ênio perdeu infindáveis lotes de livros em “batidas policiais” ocorridas em suas livrarias ou gráficas. “Muitos policiais se contentavam com qualquer coisa que tivesse a marca da Civilização Brasileira”, conta Hallewell (2012, p. 633)<sup>48</sup>.

A editora também foi alvo de sufocamento financeiro, tendo linhas de crédito negadas de 1964 em diante, dificultando a importação de papel. Em um Inquérito Policial Militar (IPM) conduzido pela Marinha Ênio é acusado de exercer “atividades subversivas nos meios intelectuais do país” por ter editado a obra *Invasão da América Latina*, do norte-americano Jonh Gerassi, responsável por criticar as Forças Armadas brasileiras e realizar um “ataque frontal contra a Revolução de 1964”<sup>49</sup>.

Certa vez um coronel do regime justificou as prisões de Ênio e os ataques à ECB com o seguinte raciocínio: “Porque você [Ênio] é uma das mais eficientes armas de sabotagem dos nossos princípios de vida. Uma editora é uma arma perigosíssima, que você arma silenciosa e constantemente. Você [Ênio] é mais perigoso para nós que um sujeito que está assaltando um banco” (FERREIRA, 1992, p. 94)<sup>50</sup>.

Quando da sua prisão em maio de 1965, foi elaborado um manifesto com cerca de mil assinaturas de pessoas ligadas à vida cultural do país – artistas, intelectuais, professores jornalistas etc. O protesto chegou até o general-presidente, como atesta um bilhete do marechal Castello Branco ao chefe do seu Gabinete Militar, Ernesto Geisel: “Por que a prisão do Ênio? Só para depor? A repercussão é contrária a nós. Apreensão de livros. Nunca se fez

<sup>47</sup> A autora se baseou nos processos da Justiça Militar (707, no total) que compõem o projeto *Brasil Nunca Mais*. Para acessar a versão digital do acervo, ver: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>. Acesso: 10 fev. 2020.

<sup>48</sup> Citado em Castro (2016). Para uma discussão detalhada sobre o trabalho político de Ênio Silveira e de sua empresa, com ênfase em um dos produtos da editora lançados durante a ditadura, a Revista *Civilização Brasileira*, ver: SILVEIRA, Maria Rita Jobim. *A Revista Civilização Brasileira: um veículo de resistência intelectual*. Dissertação de mestrado, PUC-RJ, 2007.

<sup>49</sup> *Jornal do Brasil*, 21 dez. 1967, p. 3.

<sup>50</sup> Citado em Castro (2016).

isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural” (GASPARI, 2002, p. 96-7).

Sobre a importância da Civilização Brasileira para o debate intelectual da época, Lemos (2016, p. 113) afirma que “a editora teria um papel de patrocinadora de importantes publicações, produtora de uma revista de grande influência [a Revista Civilização Brasileira], centro de articulação de muitos intelectuais cariocas e impulsionadora de um significativo e diversificado movimento político-cultural”<sup>51</sup>.

Acontece que o confisco de livros e publicações tidas como “subversivas” não tem início com a promulgação do AI-5, em 1968. A prática é desencadeada logo após o golpe de Estado de 31 de março.

As ações confiscatórias ocorriam de forma primária, improvisada, efetuada por pessoas mal treinadas para este tipo de operação, e eram justificadas através da necessidade de garantir a Segurança Nacional e a ordem moral. Objetivava confiscar todo material considerado subversivo, contra o regime, ou pornográfico, contra a família e os costumes (AYUB GASPARI, 2001, p. 215).

O então ministro da Educação e da Cultura, Flávio Suplicy Lacerda, o primeiro a dirigir essa pasta durante o período dos governos militares, baseava-se em critérios bem peculiares em seu trabalho censório. Os livros eram confiscados pelas forças policiais “por falarem de comunismo (mesmo que fosse contra), porque o autor era *persona non grata* do regime, por serem traduções do russo, ou simplesmente porque tinham capas vermelhas” (AYUB GASPARI, 2001, p. 215).

É no decorrer do período inicial do regime militar (1964-1968) que a primeira lista de “livros proibidos” é editada. A Divisão de Ordem Política e Social do Departamento Federal de Segurança Pública listou trinta e três obras – a maioria de autores socialistas ou comunistas, ou ligados aos campos da história, da filosofia e da ciência política – que formariam uma espécie de “índice esquerdista”. Ali constavam nomes como Marx e Engels, Plekhanov, Vladimirov, Leandro Konder, Nelson Werneck Sodré, Miguel Arraes, Lêda Barreto, Mário Lago, Edmundo Muniz e o quarteto uspiano Octavio Ianni, Paul Singer, Gabriel Cohn e Francisco C. Weffort (Fig. 16).

A orientação, presente no ofício que precede a lista de textos que atentavam contra a Segurança Nacional, era confiscar “onde forem encontradas e expostas à venda, as obras constantes da relação anexa”. Castro (2016, p. 78), que também analisou o documento,

---

<sup>51</sup> Ao propor tal interpretação, Lemos (2016) baseou-se no trabalho de Vieira (1998).



observa que: “Não é possível saber se outras listas, como essa, foram publicadas. Mas essa é um indicativo de que, mesmo sem nenhuma legislação que impedisse a edição, publicação e circulação de livros com temáticas filosóficas e políticas, dava embasamento jurídico às apreensões, elas ocorreram e foram orientadas pelo Governo Federal”<sup>52</sup>.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL	
SÃO PAULO, 32.960/55-Via. 3-	
- Cópia Fiel - - D.P.A. -	
- DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA -	
- DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL -	
- RELAÇÃO DOS LIVROS TIDOS COMO SUBVERSIVOS -	
TÍTULOS	AUTORES
História Militar do Brasil	- Nelson Werneck Sodrê.
Palavras de Atrase	- Miguel Arraes
Manifesto do Partido Comunista	- Karl Marx e Friedrich Engels.
O Golpe começou em Washington.	- César Moral
Política e Revolução Social no Brasil	- Céfiro José Paulo Siqueira-Carriol Oden e Francisco C. Neffort
Julho Nordeste Revolução	- Léda Barreto.
Moscou, Varóvia Berlim	- José Guilherme Mendes
Do Socialismo Utopico ao Socialismo Científico.	- Friedrich Engels.
O Golpe de Abril -	- Edgardo Muniz.
Quem pode fazer revolução no Brasil -	- Bolívar Costa.
Filosofia Marxista.	- V. G. Afanaseiev
Revolução e Contra Revolução no Brasil-Vanir Chacón	
O Canhão e a Foice.	- F. E. Lapidé.
Que foi o tenentismo -	- Virgílio Senterrosa
Que é o Imperialismo.	- Eduardo Bellby
Como seria o Brasil Socialista ?	- Renato de Holanda
Que é a Revolução Brasileira	- Franklin de Oliveira
1º de Abril	- Mária Lago
A Invasão da América Latina.	- Tomé Cerrosi
A Crise Geral do Capitalismo.	- S. Draguliev
História Moderna.	- N. Krievov.
História Contemporânea.	- V. M. Ivostov e L. I. Zubek
Salário-Praço e Lucro.	- Karl Marx.
Trabalho Assalariado e Capital.	- Karl Marx.
História da Idade Média	- K. A. Kosminsky
Terra e Sangue.	- Mikhail Cholekhov
Fundamentos do Marxismo-Leninismo.	- diversos autores
Marxismo e Alienação.	- Leonardo Konder
A Diplomacia do Dólar.	- L. Vladimirov
A Concepção Materialista da História.	- G. Plekhanov.
Coleção História Nova -	- diversos autores.
Palácios das Elites.	- Adelaide Carraro
O Golpe em Goiás.	- Mauro Borges.

Figura 16 – “Lista dos livros tidos como subversivos”, a primeira do gênero editada pela ditadura. Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo

Já entre 1975 e 1985, livros e revistas de esquerda apareceram com mais frequência nas vitrines de livrarias e em bancas de jornais; memórias de militantes a respeito da experiência da guerrilha começam a ser publicadas. A Editora Codecri edita o livro de Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?*, em 1979<sup>53</sup>. Destaca-se, nesse período, a atuação das livrarias paulistanas Brasiliense, Editora Ciências Humanas e Duas Cidades, além do trabalho de décadas a fio da Editora Civilização Brasileira, de Ênio Silveira, no Rio de

<sup>52</sup> Arquivo do Estado de São Paulo. Disponível em: <[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/OS\\_old/BR\\_SPAPESP\\_DEOPSOS0000730001.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/OS_old/BR_SPAPESP_DEOPSOS0000730001.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2020. Devo a autora o conhecimento da “lista dos livros tidos como subversivos”, editada em 1965.

<sup>53</sup> “A Codecri foi uma editora, criada em 1972, pelos proprietários do jornal *O Pasquim*, um dos mais destacados da imprensa alternativa brasileira. Tornou-se uma das mais atuantes editoras do país no final dos anos 1970. Publicou alguns dos grandes sucessos de venda da época, como o livro *O Que É Isso, Companheiro?*, de Fernando Gabeira. Editou literatura brasileira e obras de cunho político, particularmente memórias e denúncias sobre o período da ditadura militar” (MAUÉS, 2016, p. 56).

Janeiro, conforme já referido. O livreiro Raimundo Antônio da Costa Jinkings ajudou a difundir o marxismo em cidades do Norte e do Nordeste. Ele é pai da atual proprietária da Boitempo Editorial, Ivana Jinkings, que tem se dedicado a publicar no Brasil a obra completa de Marx e Engels com traduções feitas diretas do alemão.

Na fase de abertura do regime, Marx, Engels, Lênin chegaram a ser comercializados legalmente por editoras profissionais. Aproximadamente 19 obras do líder bolchevique foram editadas no período de 1978 a 1982. *Formações Econômicas Pré-capitalistas*, de Marx, sai em 1977 pela Editora Paz e Terra. Gramsci teve parte de suas *Obras escolhidas* publicada em 1978 e, três anos mais tarde, viria a lume a obra *Gramsci*, de Carlos Nelson Coutinho, professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS-UFRJ). Mao Tsé-Tung foi traduzido para o português pela Alfa Ômega em cinco volumes. E Rosa Luxemburgo, com *Acumulação de capital*, apareceu em 1971 pela Editora Zahar.

A Global, editora que, durante os primeiros anos de atuação, pautou-se por um catálogo com títulos populares, publicou simultaneamente em 1977 três obras que marcariam uma inflexão em sua linha editorial, direcionando-a a um campo de oposição à ditadura: *Dez dias que abalaram o mundo*, do jornalista John Reed (em coedição com a Editora Alfa-Ômega); *Poética – como fazer versos*, do poeta russo Vladimir Maiakóvsky; e *A origem do capital: a acumulação primitiva*, de Marx (Fig. 17).

Os títulos faziam parte da coleção “Bases”, dedicada a “divulgar textos relevantes, acessíveis ao grande público, nos mais diversos domínios, necessários à sua formação cultural básica” (MAUÉS, 2016, p. 53). Num total de 40 volumes, ganharam às ruas até o começo dos anos 1980 textos de pensadores como Engels, Lênin, Trotsky, Alexandra Kollontai, Marta Harnecker e Eric Hobsbawm.



Figura 17 – A Global torna-se uma editora de oposição à ditadura no final dos anos 1970. Fonte: Google Imagens

No final dos anos 1970, livros que tematizavam a história ditatorial recente do país – nos mais variados gêneros, de memórias à reportagem, passando por análises sociológicas, filosóficas e da ciência política – passaram a ser pouco a pouco publicados por algumas casas editoriais. A Global sustentou sua guinada à esquerda iniciada em 1977 publicando textos que alcançaram ampla repercussão por causa da proximidade dos assuntos abordados com a conjuntura política do país: *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*, de Fernando Pacheco Jordão (1979); *Guerra de guerrilhas no Brasil*, de Fernando Portela (1979); e *Tortura: a história da repressão política no Brasil*, de Antônio Carlos Fon; *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*, de Alfredo Syrkis (1980); e *Lamarca, o capitão da guerrilha*, de Emiliano José e Oldack Miranda (1980).

“Foram mais de 150 títulos com esse perfil editados nesse período [de 1977 a 1985], muitos deles com várias reedições. Alguns desses títulos [dos cinco mencionados anteriormente] estiveram nas listas dos livros mais vendidos do Brasil durante semanas” (MAUÉS, 2016, p. 59). Não se pode perder de vista a particularidade do caso da Global entre as editoras de oposição à ditadura. Sua opção por livros de esquerda em meados dos anos 1970 foi motivada mais por razões de ordem mercadológica do que de ordem política.

A repressão a livros e outras publicações impressas prosseguia mesmo com a abertura política do regime. Os editores da Global, por exemplo, tinham clareza acerca do que representava a publicação de Marx, Maiakóvsky, John Reed, Lênin, Alexandra Kollontai naquele momento: “Era muito risco [editar esses livros], era uma coisa que se fazia e não ficava na avenida desfilando, corria. Não estávamos editando esses livros por provocação. Para nós o sentido era dizer: precisamos de mais liberdade, precisamos conhecer o outro lado” (MAUÉS, 2016, p. 54).

O livro do jornalista Antônio Carlos Fon, *Tortura: a história da repressão política no Brasil*, quase foi impedido de ser lançado no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo por causa de uma ameaça (não concretizada) de atentando a bomba. O autor foi processado com base no artigo 14 da Lei de Segurança Nacional, o qual versava sobre a divulgação de falsas notícias que pudessem comprometer as autoridades instituídas. O processo acabou sendo extinto em razão da Lei da Anistia promulgada em 1979.

PARTE II

**Anticomunismo, órgãos de repressão do Estado e o impresso comunista**

## CAPÍTULO 3

**Anticomunismo: matrizes e atores**

**Chave de leitura:** O presente capítulo aborda as três matrizes do anticomunismo no Brasil: catolicismo, nacionalismo e liberalismo. Trata também dos atores atrelados a cada uma dessas matrizes – Igreja, Forças Armadas e empresariado – e do papel desempenhado por eles no trabalho de combate aos comunistas. O objetivo é delinear o contexto político mais amplo de luta contra o “perigo vermelho” no qual os “estouros” das gráficas clandestinas se inserem. Como ficará claro adiante, o anticomunismo foi o motor das ações dos órgãos de repressão do Estado em sua cruzada permanente contra o aparato de imprensa do PCB.

“O Kremlin não compensa”

Faixa levantada pela multidão durante a passeata da  
“Marcha com Deus, pela Família e Liberdade”, 1964

O anticomunismo pode ser definido como um conjunto de ações militantes de combate ao projeto comunista. Logo, anticomunistas seriam aqueles “indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação” (MOTTA, 2000, p. 4).

Do ponto de vista histórico, o anticomunismo começa a ser elaborado na ocasião em que o pensamento filosófico de Marx e Engels produz sua primeira e mais importante revolução social: a Revolução Russa<sup>54</sup>. A partir desse momento, o temor despertado pela ação revolucionária do proletariado foi progressivamente consubstanciado em movimento organizado e projeto político em diversos países.

No caso do Brasil, o anticomunismo teve papel destacado na história republicana, tornando-se o argumento principal para a concretização de duas rupturas institucionais recentes, ocorridas em 1937 e 1964. As intervenções de Getúlio Vargas e dos generais das Forças Armadas contra a “comunização do país” produziram regimes ditatoriais que perduraram por décadas. E agora, após um período em que sua capacidade de mobilização parecia estar enfim esgotada, eis que o anticomunismo retorna como uma das linhas de força responsáveis por levar Jair Bolsonaro ao Palácio do Planalto em 2019. Parece que o espectro do anticomunismo jamais deixará de nos assombrar<sup>55</sup>.

Por aqui, o anticomunismo começa a tomar forma somente nos primeiros anos da década de 1930, momento que coincide com a expansão do Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>56</sup>, fundado em 1922, e com as primeiras medidas de caráter reformista no sistema político-econômico e na estrutura administrativa do Estado realizadas pelo grupo que chegara ao poder por meio da “Revolução de 1930”. Uma vez materializado numa organização

---

<sup>54</sup> É possível falar efetivamente em anticomunismo somente a partir da Revolução Socialista de 1917 na Rússia e da formação do primeiro Estado proletário da história. Em um momento anterior, o que havia era uma espécie de sentimento antissocialista vago e difuso. A vitória dos bolcheviques forneceu bases sólidas para o que até então era apenas um “espectro” a rondar as sociedades capitalistas europeias, conforme a já célebre formulação de Marx e Engels presente nas primeiras linhas do Manifesto de 1848.

<sup>55</sup> Devo a Rodrigo Patto Sá Motta tanto do que vai sendo dito aqui. Sua tese de doutorado exerceu particular influência na elaboração deste capítulo.

<sup>56</sup> A expansão do PCB no limiar dos anos 1930 é inseparável da adesão de Luiz Carlos Prestes ao partido, oficializada por meio de um documento, o *Manifesto de maio*, no qual o líder tenentista, ainda exilado em Buenos Aires, declara sua concordância com as principais teses do partido, sem, no entanto, declarar-se comunista.

política, é como se o comunismo fosse transformado em “perigo real”, o que fez com que seus adversários se mobilizassem para combatê-lo.

Com efeito, torna-se difícil imaginar que poderia ter havido um movimento anticomunista com alguma relevância durante os anos de vigência da Primeira República. O caráter insipiente da industrialização brasileira e as práticas políticas patrimonialistas do período praticamente inviabilizavam qualquer movimento coletivo organizado por trabalhadores, embora importantes greves operárias, dirigidas principalmente pelos anarquistas, tenham ocorrido em capitais do país durante as duas primeiras décadas do século XX, conforme demonstra o trabalho de Fausto (1977)<sup>57</sup>. A Lei dos Sindicatos, por exemplo, uma das primeiras medidas do governo provisório de Vargas no campo dos direitos trabalhistas, é de março de 1931. A medida determinava um conjunto de direitos e obrigações tanto para industriais quanto para o operariado nascente (NETO, 2013).

Apesar de o anticomunismo ter ganhado forma política somente a partir de 1930, os revoltosos da Aliança Liberal que depuseram Washington Luiz trataram de tomar medidas para que a agitação pública não fosse apropriada pelos comunistas. A junta militar, que assumiu provisoriamente o governo até a chegada ao Rio de Janeiro da marcha rebelde liderada por Vargas, divulgou em 27 de outubro um manifesto impresso no qual chamava a atenção para a existência de “*elementos perniciosos à ordem social que procuram infiltrar na classe operária ideias nocivas à ordem pública*” (ARARIPE, 1960, grifos nosso)<sup>58</sup>.

Na mesma medida, setores conservadores do movimento constitucionalista paulista de 1932 associaram ações e características do governo provisório de Vargas – leis trabalhistas, tenentes exaltados, intervencionismo estatal, sucessivas greves operárias etc. – ao movimento marxista internacional. O então arcebispo de São Paulo, d. Duarte Leopoldo e Silva, dissera numa oportunidade: “A erva daninha do comunismo, trouxe-a para São Paulo a mochila de certos próceres de 1930”<sup>59</sup>.

Há, no entanto, um fato que pode ser considerado o marco da disseminação do anticomunismo entre parcelas expressivas da sociedade brasileira. Trata-se do levante militar

---

<sup>57</sup> Criado em 1924, o órgão de Estado paulista destinado a garantir a ordem política e social durante a Primeira República evidenciava em seus documentos a preponderância do movimento anarquista sobre o movimento comunista. O órgão nem chega a mencionar nominalmente os comunistas em suas atribuições: “e, finalmente, a prevenção e repressão ao anarquismo e demais doutrinas de subversão nacional”. Resumo Histórico do D.O.P.S – Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública – Departamento de Ordem Política e Social. São Paulo, 1953.

<sup>58</sup> Citado em Neto (2013). A alusão ao universo epidemiológico para retratar os comunistas, tão importante para o DOPS na repressão às gráficas do PCB em 1939 e 1940, será analisada em detalhes no próximo capítulo desta tese.

<sup>59</sup> *Diário Nacional*, 12 jul. 1932.



organizado em 1935 pela Aliança Nacional Libertadora (ANL)<sup>60</sup> nas capitais do Rio de Janeiro, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. Sob a liderança de Prestes, o movimento armado eclodiu no final de novembro daquele ano, mas foi logo sufocado pelas forças legalistas. Em Natal, cidade onde o levante prosperou por mais tempo (quatro dias), os revoltosos chegaram a instalar um Comitê Popular Revolucionário<sup>61</sup>. Já no Recife a tomada do 29º Batalhão Central (BC) foi seguida pela distribuição de aproximadamente 6 mil armas à população local.

Alguns anos mais tarde, Prestes apresentaria seu balanço a respeito da revolta derrotada: “Nosso erro não foi empunharmos armas, mas não termos conseguido ampliar a frente, a União Nacional, em não termos conseguido desmascarar por completo a propaganda fascista”. De fato, o levante comunista assemelhou-se mais a uma quartelada tenentista do que a uma ação de massas revolucionária.

Nas décadas seguintes, o Estado, com apoio decisivo de sua máquina de propaganda e da imprensa em geral, tratou de transformar o acontecimento de 1935 em um marco da militância contra os comunistas. A cada ano, celebrações no dia 27 de novembro eram dedicadas à memória dos “militares patriotas” que tomaram no combate ao que a historiografia oficial passou então a designar como “Intentona comunista”. Starling (2019, p. 350) destaca a intenção depreciativa contida na escolha do termo: “os levantes de 1935 converteram-se na ‘Intentona comunista’ – termo que significa intento louco ou insensato – e deram origem a uma narrativa com fabulação de sobra”.

As histórias fantasiosas davam conta de que militares legalistas do 3º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro foram assassinados pelos colegas comunistas enquanto dormiam, e que, em Natal, os comunistas teriam realizado saques, depredações e estupros após a derrota ser consumada. A versão sobre a morte de legalistas enquanto dormiam começou a circular já nos primeiros dias após a revolta, constituindo-se em uma das razões de inúmeras pessoas terem ido ao velório dos 17 militares mortos na capital federal. Acontece que não há uma

---

<sup>60</sup> A ANL foi uma frente popular ampla que reuniu, além do PCB, força política responsável por dirigi-la, setores do sindicalismo e da classe média progressista. Em seu programa constavam a nacionalização de empresas estrangeiras, a extinção dos latifúndios, o cancelamento da dívida estrangeira etc. Em maio de 1935, a organização, cujo presidente de honra era Prestes, contava com aproximadamente 1.600 seções locais espalhadas pelo país. Sua principal palavra de ordem era “Por um governo popular nacional revolucionário!”. A aproximação do PCB da ANL foi motivada por uma decisão da Internacional Comunista, a qual optara por estabelecer frentes nacionais antifascistas em meados dos anos 1930.

<sup>61</sup> Em uma carta endereçada a Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas chama o Comitê Popular Revolucionário instalado em Natal de “soviete potiguar”. Carta de Getúlio Vargas a Oswaldo Aranha, 4 de dezembro de 1935. Arquivo CPDOC-FGV. Documento GV C 1935.12.14/1. O “soviete potiguar” foi composto por “um sapateiro, um funcionário da polícia civil, um sargento músico da banda do 21º BC, um empregado dos Correios e Telégrafos e um estudante secundarista” (NETO, 2013, p. 248).

menção sequer a esse fato nos 17 volumes do inquérito policial conduzido pelo delegado Eurico Bellens Porto (NETO, 2013). Isso não impediu, no entanto, que a versão se propagasse<sup>62</sup>.

As quarteladas de Natal, Recife e Rio de Janeiro ganharam contornos hiperbólicos, explorados com habilidade pela máquina de propaganda montada por Lourival Fontes [ministro de propaganda de Vargas]. Transformou-se uma ameaça real, mas incapaz de solapar o poder em termos objetivos, em um perigo anômalo, com potencial incomensurável para os destinos da nação (NETO, 2013, p. 256).

Desde então, as estratégias adotadas pela militância anticomunista foram tão bem-sucedidas que é possível falar na existência de uma “sólida tradição anticomunista” no Brasil, “cujo zelo militante levou à constituição de um conjunto de representações sobre o comunismo, um verdadeiro imaginário anticomunista” (MOTTA, 2000, p. 7). Esse imaginário “acompanharia como fantasmagoria a história política do país” (STARLING, 2019, p. 350). Tanto é verdade que, oitenta e três anos depois da revolta comunista de 1935, o então comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, escreveu em sua conta no *Twitter* que havia determinado a comemoração nos quartéis do país da “Intentona comunista”: “antecedentes, fatos e consequências serão apreciados para que não tenhamos nunca mais irmãos contra irmãos vertendo sangue verde e amarelo em nome de uma ideologia diversionista”<sup>63</sup>. Feita em novembro de 2018, a publicação recebeu 14,8 mil curtidas, e pode ser entendida também como parte do esforço contemporâneo de reafirmar a tese de que as Forças Armadas sempre estiveram a postos para “salvar o Brasil do comunismo”.

Uma boa referência para se dimensionar a importância do anticomunismo como força de mobilização política é a história do uso do epíteto “comunista”. Em incontáveis situações,

---

<sup>62</sup> Um exemplo do caráter fantasioso do discurso anticomunista sobre 1935 pode ser encontrado na obra do historiador brasileiro Thomas E. Skidmore, a despeito da qualidade do trabalho do autor. Em seu livro *Brasil: de Getúlio a Castello* (2010), ele afirma que: “No fim de novembro de 1935, militares revolucionários nas guarnições de Natal e do Recife começaram uma revolta de quartel, assassinando oficiais superiores enquanto eles dormiam”. Já na ordem do dia divulgada pelo General Amauri Krueel, ministro da Guerra de João Goulart em 1962, aparece o seguinte trecho referente à revolta do PCB: “a ponto de, às caladas da noite, transformar as próprias mãos em veículos executores de traiçoeiro assassinio de compatriotas”. O texto, lido em todos os quartéis do país naquele momento, foi reproduzido na edição de 27 de novembro de 1962 do *Jornal do Brasil* (JB). Getúlio Vargas, por sua vez, faz menção ao fato ao menos em duas oportunidades. Na primeira, de modo privado, em carta a Oswaldo Aranha datada de dezembro de 1935: “As baixas mais numerosas foram do lado das forças legais. Afora os oficiais mortos quando combatiam, há casos de verdadeira selvageria, como os dos assassinados à traição e até dormindo”. Carta de Getúlio Vargas a Oswaldo Aranha, 4 de dezembro de 1935. Arquivo CPDOC-FGV. Documento GV C 1935.12.14/1. Já a segunda consta em sua mensagem de Ano-Novo de 1935, divulgada em cadeia nacional de rádio: “[os revoltosos cometeram] o assassinio frio e calculado de companheiros confiantes e adormecidos”, afirmou. VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1945.

<sup>63</sup> Para o conteúdo completo do *tweet* do general do Exército Eduardo Villas Bôas a respeito do levante de 1935, ver: <[https://twitter.com/gen\\_villasboas/status/1066709566178713602](https://twitter.com/gen_villasboas/status/1066709566178713602)>. Acesso: 1 mai. 2019.

o termo “comunista” foi utilizado para qualificar desafetos e adversários. Qual político, tanto à esquerda quanto à direita, não fora chamado de comunista por seus detratores? Não raro, as acusações se revelavam infundadas e oportunistas e, em alguns casos, bastante cômicas.

O intervencionismo estatal do governo provisório de Vargas no negócio cafeeiro foi taxado de “comunismo” por setores paulistas ligados à antiga República Velha. As medidas trabalhistas de Pedro Ernesto como interventor do Distrito Federal nos primeiros anos de 1930 foram igualmente taxadas de “comunistas” por empresários e rivais de seu padrinho político, Getúlio Vargas<sup>64</sup>. Outro interventor do governo provisório, o tenente João Alberto, que assumira o comando de São Paulo no mesmo período, foi duramente criticado pelos liberais-constitucionalistas, recebendo a alcunha de “agente vermelho de Moscou” por ter consentido com a criação da “Sociedade dos Amigos da Rússia” e a atuação de uma célula do PCB no estado.

Carlos Lacerda, por sua vez, acusou Juscelino Kubitschek (JK) e João Goulart de terem sido eleitos aos cargos de presidente e vice-presidente em 1955 graças ao apoio dado a eles pelos comunistas, o que justificaria a anulação do pleito daquele ano<sup>65</sup>. A reivindicação do jornalista e político da UDN foi reforçada pela propaganda da Cruzada Brasileira Anticomunista, a qual enxergava Jango, outro apadrinhado político de Vargas e seu ex-ministro do Trabalho, como um defensor da ideia de se criar no país um “Estado sindicalista” nos moldes daquele erigido por Perón na Argentina. Anos depois, foi a vez de Tancredo Neves ser chamado de “comunista” por setores de extrema direita contrários à redemocratização do país em 1984.

Como se vê, o substantivo foi muitas vezes empregado de maneira genérica para expressar o temor de grupos sociais e indivíduos em face a transformações indesejáveis que se avizinhavam, indo muito além, portanto, do “real perigo” oferecido pelos revolucionários marxistas<sup>66</sup>. Em outras palavras, o anticomunismo no Brasil “serve para nomear e

---

<sup>64</sup> Médico pessoal de Getúlio, Pedro Ernesto vinha, desde 1931, “determinando uma série de medidas trabalhistas, a exemplo da estabilidade no emprego, da extensão dos direitos do funcionalismo municipal aos operários (incluindo a assistência médico-hospitalar) e da regularização das licenças e aposentadorias no caso de invalidez e doenças como a tuberculose, a lepra e o câncer” (NETO, 2013, p. 52).

<sup>65</sup> *Tribuna da Imprensa*, 5 out. 1955. Alguns meses antes do pleito, ocorrido em 3 de outubro de 1955, o PCB declarou apoio aos candidatos da aliança formada por PSD e PTB. Depois de tomar posse, em agosto de 1956, JK mandou interditar o jornal *Tribuna da Imprensa* após Carlos Lacerda, então autoexilado, publicar um manifesto no qual acusava o presidente de curva-se diante dos comunistas. Conforme aponta Avritzer (2019), a posse de JK foi vista como um retorno ao poder de forças políticas ligadas ao varguismo e ao pessedismo, muito embora o presidente apresentasse conexão histórica com a oligarquia política de seu estado, Minas Gerais.

<sup>66</sup> Circula atualmente no *Twitter* uma lista de comunistas contemporâneos, formada não apenas por políticos profissionais, mas também por empresas de mídia, jornalistas, músicos, bancos privados, institutos de pesquisa, apresentadores de TV etc. Nela há nomes como *The New York Times*, Geraldo Alckmin, Bill Clinton, Madonna,

desqualificar genérica e literalmente o opositor – independente de quem seja” (STARLING, 2019, p. 351).

Apesar das particularidades de cada conjuntura histórica, a bandeira anticomunista foi frequentemente hasteada com o intuito de aglutinar as diversas tendências que compõem o espectro de forças conservadoras e reacionárias no país. Em momentos de acentuada crise político-econômica, diferenças ideológicas no campo da direita foram momentaneamente postas de lado em proveito da formação de frentes suprapartidárias e ecumênicas de combate aos revolucionários marxistas. As frentes, responsáveis por fazer as “ondas anticomunistas” perdurarem, permaneciam em atividade por um período relativamente curto, o suficiente para que a sensação de ameaça do “perigo vermelho” se dissipasse (MOTTA, 2000).

Foi o que aconteceu no período que vai de 1935 a 1940<sup>67</sup>. Na ocasião, o anticomunismo motivou, além de um golpe de Estado, uma série de ações do Executivo federal, da Igreja Católica, da imprensa e de grupos paramilitares fascistas contra a esquerda em geral e o PCB em particular. Entre elas, a vigilância e o desmantelamento de pelo menos duas gráficas clandestinas do partido, objeto de investigação desta tese<sup>68</sup>. A criação em 1935 do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), instância judiciária de exceção, é uma das medidas anticomunistas mais relevantes de Vargas no período. O chefe de polícia Cecil Borer (2000, p. 48) deixa claro a que se prestava o órgão: “[o] Tribunal de Segurança Nacional foi criado para julgar a revolução comunista”. A tentativa malograda de insurreição do PCB criou o pretexto para Vargas aumentar seus poderes discricionários: a aprovação do estado de sítio pelo Congresso em 25 de novembro de 1935 e o endurecimento da Lei de Segurança Nacional (a

---

*The Economist*, Reinaldo Azevedo, Faustão, Papa Francisco, Príncipe Charles, Itaú, Roger Waters, Kim Katagui, Silas Malafaia, IBOPE, Felipe Neto etc. O critério para pertencer à lista (em atualização permanente) é o de ter feito algum tipo de crítica, seja ela qual for, ao governo Bolsonaro.

<sup>67</sup> Motta (2000) sustenta que a primeira “onda anticomunista” teria durado apenas dois anos, de 1935 a 1937. Propõe-se, aqui, uma interpretação alternativa que considera a “onda anticomunista” como sendo extensiva senão a todo o governo, mas ao menos aos três primeiros anos do Estado Novo de Vargas. A esse respeito, o autor reconheceu, em um artigo de 2010, as críticas direcionadas à sua tese, defendida uma década antes. Ele tratou, no entanto, de rebatê-las: “A propósito, a centralidade conferida na tese a 1937 e a 1964 gerou a crítica de que a intenção teria sido restringir o fenômeno anticomunista aos dois momentos, como se em outros períodos ele tivesse sido menos relevante. O argumento parece-me decorrer de leitura ligeira do trabalho, pois ali se reconhece, devidamente, que as mobilizações contra o comunismo foram importantes por todo o período. A ênfase nos golpes anticomunistas não se deveu à preocupação de relegar outros momentos, apenas decorreu da escolha de privilegiar os contextos em que a luta contra os ‘vermelhos’ trouxe impactos políticos mais marcantes, nesses casos, os desfechos golpistas e a criação de longevos estados autoritários” (MOTTA, 2010, p. 20).

<sup>68</sup> Há, por suposto, um conjunto amplo e diversificado de acontecimentos que propiciou a emergência da primeira “onda anticomunista” no Brasil antes referida. A apresentação das especificidades dessa conjunta histórica será realizada na primeira parte do capítulo 6, quando, com base nos arquivos da polícia política presentes no APERJ, dois dos três “estouros” de gráficas clandestinas do PCB serão abordados.

“Lei Monstro”), em vigor desde 30 de março daquele ano. O argumento para justificar as medidas de exceção seria o combate às “atividades subversivas”.

Já entre 1945 e 1950, anos que marcaram a redemocratização pós-Estado Novo e o início da Guerra Fria, outra “onda anticomunista”, novamente envolvendo o Estado e atores distintos do campo da direita, se formou no país. Sobreveio-a durante o governo do general Dutra e caracterizou-se por ser uma espécie de resposta ao retorno dos comunistas às atividades legais a partir de maio de 1945. Numa conjuntura em que se discutia quais rumos o país deveria tomar após o fim da ditadura Vargas e da Segunda Guerra Mundial, o anticomunismo não arrefeceu, passando a orientar as medidas repressivas adotadas pela polícia política, que contou com o apoio irrestrito da Igreja Católica e da imprensa. Houve suspensão das eleições sindicais em março de 1946; veto à realização de comícios no primeiro de maio do mesmo ano; afastamento de militantes do PCB de cargos do serviço público; inúmeras apreensões do jornal *Tribuna Popular*; e, por fim, cassação do registro do PCB em maio de 1947 (RODEGHERO, 2006; AZEVEDO, 1992)<sup>69</sup>.

Transcorrida, por sua vez, entre outubro de 1963 e março de 1964, a crise político-militar que resultou na deposição de João Goulart pelas Forças Armadas foi desencadeada sob um contexto de anticomunismo acentuado. É evidente que João Goulart – proprietário de terras que ingressou na vida pública em 1953 apadrinhado por Vargas – não era um revolucionário, e que a crise que resultou em sua deposição não pode ser bem explicada somente apelando para a ideia de que o presidente, ao se alinhar com as forças de esquerda em favor das “Reformas de Base”<sup>70</sup>, pretendia transformar o Brasil em uma nova Cuba. Tampouco é verossímil o negativo à esquerda dessa tese, que consistiria em dizer que o político gaúcho fora um “presidente reformista vitimado por reacionários” (FICO, 2004, p. 30)<sup>71</sup>.

---

<sup>69</sup> Sobre o anticomunismo ao longo do governo Dutra, ver: AZEVEDO, Débora B. *Em nome da ordem: democracia e combate ao comunismo no Brasil (1946-1950)*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – UnB, Brasília, 1992.

<sup>70</sup> Tratava-se de quatro tipos de reforma: a reforma administrativa, a reforma financeira, a reforma tributária e a reforma agrária.

<sup>71</sup> O impasse da gestão de Jango e o ímpeto golpista já existente àquela altura na caserna e em setores do empresariado foram aprofundados por alguns fatos, a saber: a inflação alta (cerca de 78% por ano); o baixo crescimento econômico (1% ao ano); a sensação de paralisia decisória no governo (inúmeros ministros demitidos em poucos meses); os escândalos de corrupção de parlamentares ligados à base de apoio do presidente; a ingerência do Executivo em assuntos das Forças Armadas (“Revolta dos Marinheiros” e “Discurso no Automóvel Club”); o clima de animosidade entre Jango e o Congresso em torno da agenda reformista; a dívida externa exorbitante (cerca de 3 bilhões de dólares em julho de 1963); a presença de membros do PCB em cargos da administração pública; e, por fim, a própria “tendência golpista” inegável do presidente.

Diante de tal cenário, o anticomunismo surgiu como elemento aglutinador, um argumento-síntese que produziria efeitos de coesão e unidade na caserna e em setores da população alinhados à direita, especialmente parcelas da classe média e da elite econômica. A esse respeito, Starling (2019, p. 350) afirma que “derrotar o comunismo serviu de conduto para articular em uma retórica comum as diversas conspirações que fermentavam no meio militar”. Motta (2019b, p. 3) corrobora essa interpretação ao destacar que o anticomunismo “foi a linguagem dominante do golpe”<sup>72</sup>.

O ataque de oficiais militares à João Goulart, associando-o, por convicção ou oportunismo, às forças políticas de esquerda não tem início em 1964. Anos antes, durante a crise de sucessão instaurada pela renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, ministros militares que desejavam impedir a posse de Jango, vice-presidente na ocasião, o acusaram de ter confiado cargos do governo a “agentes do comunismo internacional” e, uma vez instalado na presidência, o político do PTB transformaria as Forças Armadas em “simples milícias comunistas”. O manifesto dos ministros mencionava ainda sua visita à China e o elogio que fizera às comunas populares maioistas.

Soma-se agora ao reportório de lances decisivos na história do Brasil ocorridos em contexto de anticomunismo a eleição para a Presidência da República em 2018 de um capitão reformado do Exército, cuja campanha foi marcada por declarações virulentas, ataques às pautas de minorias e forte argumentação anticomunista, embora as associações ao comunismo (ou ao socialismo ou bolivarianismo) tivessem sido feitas tendo como referência o Partido dos Trabalhadores (PT). Pertencente ao campo progressista, o PT nunca foi um partido de orientação marxista-leninista clássica<sup>73</sup>.

A manipulação do medo do comunismo por parte de grupos políticos e do próprio Estado foi muito frequente na história, mas houve quem de fato acreditasse na “ameaça vermelha” e, atemorizado, se propusesse a combatê-la. O receio não era infundado, já que os

---

<sup>72</sup> Na historiografia do período, as interpretações sobre a razão principal do golpe militar de 1964 são numerosas e divergem bastante entre si. De acordo com Fico (2004), os trabalhos acerca do tema podem ser divididos em três grandes grupos: as teorizações da Ciência Política, as interpretações marxistas e as análises que privilegiam a dinâmica interna dos militares. Eis algumas interpretações presentes na literatura especializada de 1964: a falta de habilidade de João Goulart em reequilibrar o sistema político (Alfred Stepan); a paralisia decisória do governo, aspecto mais importante do que as políticas específicas por ele adotadas (Wanderley Guilherme dos Santos); o caráter das relações travadas entre o PTB e os setores militares (Maria Celina D’Araujo); a ameaça oferecida pela luta dos trabalhadores à classe dominante e ao imperialismo, forçando-os a optar por um golpe contrarrevolucionário preventivo (Jacob Gorender); a atuação do capital internacional via IPES e IBAD (René Armand Dreifuss); a atuação do capital internacional por meio de uma ampla frente que reunira banqueiros, industriais, latifundiários, classe média e políticos (Daniel Aarão Reis Filho); o caos administrativo do Executivo federal e o ataque à hierarquia militar (Gláucio Ary Dillon Soares), entre outras.

<sup>73</sup> A relação do governo Bolsonaro com as matrizes e os atores do anticomunismo brasileiro será abordada no Epílogo desta tese.

comunistas constituíram durante anos uma força de peso no cenário nacional, chegando a organizar guerrilhas e levantes contra a ordem vigente. Havia razões, portanto, para temê-los. Nesse sentido, pode-se dizer que o anticomunismo fora mobilizado ora de maneira instrumental, ora em virtude de uma genuína convicção. Nas “ondas anticomunistas” do século XX antes mencionadas, instrumentalização e convicção apareceram normalmente combinadas, com a prevalência de uma dimensão sobre a outra conforme a conjuntura histórica em que se analisa.

\*\*\*

São três as matrizes<sup>74</sup> que compõem o anticomunismo no Brasil: catolicismo, nacionalismo e liberalismo. Diferentes entre si, encontram no repúdio às ideias comunistas – espécie de inimigo comum – um ponto de convergência programática.

É possível falar também na existência de um anticomunismo de esquerda, ou melhor, em uma oposição aos revolucionários marxistas vinda de uma esquerda não comunista. Um aspecto que a caracterizou ao longo dos anos foi a crítica reiterada às ações repressivas e autoritárias adotadas pelo Estado soviético. Tal posicionamento, no mais das vezes, não implicava desconsiderar medidas positivas adotadas pela União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas (URSS), especialmente na área econômica. Veja-se, nesse sentido, a posição dos anarquistas brasileiros durante os primeiros anos que sucederam a Revolução Socialista de 1917: eles se valeram de seus periódicos para denunciar o restrito controle que os bolcheviques exerciam sobre o proletariado russo e o movimento operário internacional, sem, no entanto, deixar de reconhecer os avanços no campo social e econômico do regime socialista em relação às democracias liberais.

Sob certos aspectos, o próprio PT, tido por Bolsonaro e parte de seus eleitores como sinônimo de partido comunista ou socialista, pode ser visto como uma força contrária aos comunistas no campo da esquerda, uma vez que suas práticas e seu programa partidário recusam três dos pressupostos essenciais do projeto idealizado por Marx e Engels: a existência de um partido como vanguarda da classe operária; a ditadura do proletariado como instância de transição entre o socialismo e o comunismo; e a violência revolucionária como método incontornável de transformação social.

---

<sup>74</sup> O termo “matriz” é entendido aqui como o fundamento político-ideológico que sustenta e anima o projeto anticomunista.

É razoável supor que, em razão do quadro crônico de concentração de renda, pobreza, desigualdade social e violência institucionalizada do país, a esquerda não comunista no Brasil tenha mais colaborado do que combatido os comunistas. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado por Vargas em março de 1945 para disputar com os marxistas a hegemonia do movimento operário, tornou-se nos anos 1960 um aliado importante do PCB, para ficar apenas em um exemplo. Por sua vez, os revolucionários marxistas se apropriaram da alcunha “anticomunista” para associá-la necessariamente a uma posição conservadora e reacionária, chegando até mesmo a dizer que anticomunismo era sinônimo de fascismo, o que dificultou em muito a militância não comunista de esquerda. Todavia, as fontes que melhor forneceram argumentos e imagens ao discurso anticomunista foram o liberalismo, o nacionalismo e, especialmente, o catolicismo.

A Igreja Católica via os comunistas como inimigos irreconciliáveis, uma vez que eles faziam parte de uma longa tradição devotada a pôr fim ao catolicismo. Tratava-se do antagonista mais recente, que, assim como os anteriores, também seria derrotado, numa clara manifestação do poder dos seguidores de Cristo. Referência importante para a luta anticomunista são as publicações oficiais da Igreja – em especial, as Cartas Encíclicas elaboradas pelos papas e dirigidas a bispos e cardeais, e as Cartas Pastorais<sup>75</sup>. A primeira delas a mencionar o “perigo comunista” foi publicada em 1878, a exatos 30 anos depois do Manifesto Comunista vir a lume. Intitulada *Quod Apostolici Muneris*<sup>76</sup>, a encíclica do Papa Leão XIII ainda não sabe muito bem como nomear o “inimigo” – o chama ora de “socialista”, ora de “niilista”, ora de “comunista” – e traz como principal recomendação a fundação de “sociedades de artificies e operários” sob o comando direto da Igreja. Valendo-se desse tipo de organização, as lideranças católicas poderiam “disputar” as classes trabalhadoras com os revolucionários, ensinando-as a suportar com resignação as agruras do ofício.

O Papa Leão XIII voltou ao tema novamente em 1891, em uma nova encíclica (*Rerum Novarum*<sup>77</sup>), que, desta vez, reconhecia que somente o trabalho da Igreja não seria suficiente para combater o aumento no número de seguidores de Marx e Engels. O Papa cobra do Estado medidas concretas como a proteção da propriedade, o impedimento da realização de greves, a limitação da jornada de trabalho, a prática do salário justo para os operários, entre outras medidas. A ideia de criar “corporação de operários católicos” é novamente reforçada na

<sup>75</sup> A estratégia metodológica de analisar as Cartas Encíclicas e as Cartas Pastorais como fontes importantes de orientações, discursos e imagens anticomunistas é de Motta (2000). O que faço aqui é reproduzir seus principais “achados” de pesquisa.

<sup>76</sup> “A sua apostólica”, em tradução livre.

<sup>77</sup> “Mudança política”, em tradução livre.



encíclica de 1891<sup>78</sup>. Rodeghero (2002) mostra como a *Rerum Novarum* apostava que o combate ao comunismo passava menos por medidas repressivas e mais pela diminuição da pobreza por meio de implementação de programas sociais.

Já no século XX, em 1937, ocorre a publicação da encíclica *Divinis Redemptoris*<sup>79</sup>. Editada pelo Papa Pio XI, o documento reflete o contexto da guerra civil entre republicanos e franquistas que ocorria naquele momento na Espanha. Era de se esperar que o documento apresentasse forte teor anticomunista. O pontífice reforça a necessidade de a Igreja e o Estado atuarem em temas ligados à justiça social, estreitando assim o campo de atuação dos comunistas; defende os valores cristãos de justiça e igualdade; e fala em “colaboração de classes” como condição necessária para a “paz social”. Numa entrevista ao *Washington Post*, Vargas deu sua opinião sobre o documento papal: “Os princípios da Encíclica de Pio XI fixam, em linhas gerais, as bases da política social, que é uma das razões da existência e do destino da comunidade cristã universal”<sup>80</sup>.

Sobre a encíclica, Motta (2000, p. 41) afirma que “enquanto em documentos anteriores prevalecia uma postura preventiva, Pio XI constata que o ‘estrage’ causado pelos comunistas já era considerável e a luta agora seria menos de prevenção e mais de reação”.

A publicação da *Divinis Redemptoris*, a qual procurava em alguma medida responder às violências físicas e simbólicas infringidas a Igreja Católica<sup>81</sup> durante o conflito civil espanhol, coincidiu com os primeiros anos de propaganda anticomunista no Brasil, desencadeada pelos acontecimentos de 1935. Nesse contexto, os adversários locais do PCB passaram a se alimentar de argumentos oriundos da Espanha, país de forte tradição católica. A campanha mundial contra o comunismo encampada pela Igreja tratou de destacar o que se passava na Espanha conflagrada. Dizia um determinado trecho da encíclica *Divinis Redemptoris* (1937):

---

<sup>78</sup> A recomendação papal vai repercutir no Brasil somente algumas décadas depois com a criação dos chamados “Círculos Operários”, primeiro no Rio Grande do Sul e, mais tarde, no Rio de Janeiro. A iniciativa contou com a liderança do padre Leopoldo Brentano, jesuíta de origem italiana, e foi bastante explorada pelo Estado Novo. Os círculos praticavam a conciliação de classes, buscando estabelecer relações colaborativas entre patrões e operários, sob a orientação da doutrina social da Igreja Católica. Vargas via nos Círculos Operários uma forma de combater o comunismo nos sindicatos e na luta dos trabalhadores. Em 1945, no auge de sua atuação, a organização chegou a contar com aproximadamente 200.000 membros, divididos entre 200 círculos. Alguns desses líderes ocuparam cargos de direção em sindicatos após o expurgo comunista realizado pelos generais a partir de 1964. ALVES, Márcio Moreira. *Igreja e política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

<sup>79</sup> “Do Redentor”, em tradução livre.

<sup>80</sup> Jornal *A Noite*, 7 mar. 1939, p. 2.

<sup>81</sup> Os ataques a padres e a igrejas ocorridos durante a Guerra Civil na Espanha (1936-1939) não podem ser atribuídos somente aos comunistas. Uma boa parte dessas ações foi orquestrada e realizada por militantes anarquistas, ou até mesmo por pessoas comuns, que não tinham ligações com grupos políticos envolvidos no conflito.

Onde quer que os comunistas conseguiram radicar-se e dominar, aí, como eles próprios abertamente o proclamam, por todos os meios se esforçaram por destruir radicalmente os fundamentos da religião e da civilização cristãs, e extinguir completamente a sua memória no coração dos homens, especialmente da juventude. Bispos e sacerdotes foram desterrados, condenados a trabalhos forçados, fuzilados ou trucidados de modo desumano; simples leigos tornados suspeitos por terem defendido a religião, foram vexados, tratados como inimigos, e arrastados aos tribunais e às prisões.

No âmbito nacional, as Cartas Encíclicas do Vaticano eram reinterpretadas pelos bispos locais, responsáveis por elaborar outro tipo de documento de caráter doutrinário, as Cartas Pastorais. Direcionadas a dioceses, essas Cartas repercutiam diretamente no público leigo que frequentava as igrejas. Seu conteúdo era lido e explicado aos fiéis durante as mais variadas celebrações religiosas que ocorriam no país. Além disso, as mensagens episcopais serviam de referência para o trabalho religioso e político em geral. Registra-se ao menos sete Cartas Pastorais dedicadas à luta anticomunista no Brasil. A primeira delas data de 1930 e foi redigida por Dom João Becker, bispo de Porto Alegre (RS). Recebeu o nome de *O comunismo russo e a civilização cristã*. A mais recente, intitulada *Carta pastoral sobre a seita comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente*, é de 1962 e traz a assinatura do então bispo de Diamantina (MG), Dom Geraldo de Proença Sigaud. Não por acaso, há uma concentração de Cartas na segunda metade da década de 1930 e nos primeiros anos da década de 1960, períodos notadamente marcados por “ondas anticomunistas”.

No contexto do anticomunismo católico brasileiro, a atuação política do cardeal d. Sebastião Leme era notória. Em outubro de 1930, ele foi ao Palácio do Catete pedir a Washington Luís que não pegasse em armas para resistir ao golpe perpetrado pela Aliança Liberal que levaria Vargas ao poder. Tempo depois, o chefe do governo provisório, ao se ver diante de uma aguda crise política em março de 1932, recordaria o evento da seguinte maneira: “Não renunciarei. E não sou dos que esperam o cardeal” (ARAÚJO *apud* NETO, 2013, p. 44). O cardeal foi um dos idealizadores, juntamente com o escritor e advogado Alceu Amoroso Lima, da Liga Eleitoral Católica (LEC), agremiação eleitoral que deu apoio a candidatos à Assembleia Constituinte de 1933.

O trabalho da LEC consistia em reunir o eleitorado católico e lançar candidatos comprometidos com os princípios sociais da Igreja, os quais poderiam ser resumidos em “ensino religioso facultativo, indissolubilidade do casamento, assistência religiosa às Forças Armadas, liberdade sindical, defesa da propriedade, combate a atividades subversivas”

(RODEGHERO, 2002, p. 479). Do mesmo modo, o Centro Dom Vital, associação civil religiosa anticomunista, estava intimamente ligado a Leme. Foi ele quem promoveu, durante o primeiro governo de Getúlio, a retomada das relações entre Estado e Igreja, abaladas desde a República Velha (AVRITZER, 2019).

Seu sucessor na Arquidiocese, d. Jaime Câmara, protagonizou um acontecimento que interessa particularmente a esta tese. No *A Voz do Pastor*, programa radiofônico comandado pela Igreja nos anos 1960, o então cardeal do Rio de Janeiro afirmou que comunistas chineses estariam propagando ideias antirreligiosas na América Latina por meio da publicação e divulgação de obras em castelhano<sup>82</sup>. Enquanto manteve-se no ar, *A Voz do Pastor* foi utilizado como fonte irradiadora de propaganda anticomunista.

À época, era bastante comum que veículos de comunicação fornecessem espaços para a doutrinação anticomunista de origem religiosa. No caso dos jornais de grande circulação, publicava-se matérias que reproduziam opiniões da Igreja sobre os revolucionários ou convidava-se integrantes do clero para comporem o time de articulistas de uma determinada publicação. O próprio Alceu Amoroso Lima assinou por anos a fio uma coluna no *Jornal do Brasil* (JB) sob o pseudônimo de Tristão de Ataíde. Em momentos de formação de frentes anticomunistas, os jornais impressos eram ainda mais generosos e repercutiam amplamente opiniões e ideias dessas lideranças.

No início de 1962, o cardeal d. Jaime Câmara voltou a encontrar espaço na imprensa. O JB de 8 de abril reproduziu sua fala na Rádio Vera Cruz, durante o programa *A Voz do Pastor*. Nele, o clérigo menciona os pontos principais de um documento chamado *O partido comunista e seu programa secreto*, atribuído ao PCB, suposição jamais comprovada. A certa altura, constariam no texto as seguintes recomendações aos militantes a respeito do plano secreto de combate à Igreja Católica: “5. Criar um clima de hostilidades entre os padres e as juventudes, isso ajudará o partido; 6. No interior, impedir que os meninos ingressem nos seminários; 7. Afastar os padres das famílias, por todos os meios possíveis”<sup>83</sup>. Afinal, o que pretendiam os comunistas? Jaime Câmara cita novamente o suposto documento: “O objetivo será afastar a família da religião, sendo esta a maior inimiga do partido. A única família é o Estado. Os padres deverão ser destruídos. Não perca um minuto! O partido não perdoará, se você deixar perder uma só oportunidade!”<sup>84</sup>.

<sup>82</sup> *Jornal do Brasil*, 11 jun. 1961, p. 3.

<sup>83</sup> *Jornal do Brasil*, 8 abr. 1962, p. 18.

<sup>84</sup> *Ibid.*

Pelo tom um tanto ameaçador e superlativo, é plausível supor que se tratava de mais uma falsificação urdida contra os comunistas, cuja a mais emblemática é o Plano Cohen, responsável por respaldar o golpe de 1937. Na galeria de falsificações, merece menção um documento atribuído à Internacional Comunista pelo jornal *O Globo* em edição de 26 de junho de 1935, poucos dias após o governo Vargas tomar conhecimento, por intermédio do serviço secreto inglês, da gestação de um levante comunista no Brasil. O autor da matéria garantia que o documento apreendido pela polícia dava conta da existência de agentes russos no Brasil que estariam prontos para desfechar um golpe “rápido e violento”, valendo-se da estrutura e do prestígio social alcançado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL). Os militares das Forças Armadas que se opusessem ao golpe deveriam ser mortos de maneira impiedosa, garantia o jornal de Roberto Marinho. A matéria foi escrita com base no suposto documento, cuja autenticidade jamais fora comprovada. O jornal da ANL, *A Manhã*, classificou o episódio de “grosseira mistificação”, e acusou *O Globo* de ser uma espécie de assessoria de comunicação da *Light*, que, por sua vez, atuaria no Brasil para garantir os interesses econômicos do imperialismo norte-americano e britânico<sup>85</sup>.

Rodeghero (2002, p. 466) afirma que “[o] anticomunismo católico no Brasil se organizava a partir da infra-estrutura já existente na Igreja e se beneficiava das boas relações que a hierarquia mantinha com governos e grupos dominantes”. Os meios de difusão do anticomunismo católico eram variados e excepcionalmente persuasivos: iam de publicações impressas (livros, revistas, jornais, santinhos) e programas radiofônicos até escolas, grupos da Ação Católica (AC) e seminários de formação de padres, passando, muitas vezes, por sermões dominicais e solenidades diversas. O anticomunismo no clero brasileiro contou ainda com o trabalho de organizações como a Liga Eleitoral Católica (LEC), os Círculos Operários (COs) e as Frentes Agrárias.

O período democrático compreendido entre o fim do Estado Novo e o golpe militar de 1964 é marcado por movimentos simultâneos de acentuação e arrefecimento do anticomunismo católico. Se, por um lado, existiam discursos no meio religioso que chamavam a atenção para o perigo representado pelas liberdades políticas e direitos individuais recém-conquistadas a partir de 1946, por outro, crescia no âmbito interno da instituição um movimento de apoio a lutas populares e reformas sociais, capitaneado pela direção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e por grupos da Ação Católica (AC). Espécie de desdobramento da Juventude Universitária Católica (JUC), o trabalho da

---

<sup>85</sup> Jornal *O Globo*, 26 jun. 1935, p. 4. Jornal *A Manhã*, 27 jun. 1935.

Ação Popular (AP), dedicado aos programas de alfabetização lançados pelo Ministério do Trabalho do governo Goulart em 1963, também desempenhou um papel relevante.

As críticas ao comunismo, então exclusivas no meio religioso, passaram a dividir espaço com críticas relacionadas às injustiças sociais brasileiras. “Estava surgindo, nesse momento, uma espécie de esquerda católica que, todavia, ocupava posições não-majoritárias dentro da instituição, a qual se mantinha como atuante batalhadora contra o comunismo” (RODEGHERO, 2002, p. 480). Durante a ditadura, a Igreja Católica passou a ter uma penetração considerável na sociedade civil por conta da posição de combate ao autoritarismo que então adotara no período:

Nenhum ato exprime melhor a nova orientação da Igreja do que o culto ecumênico que se seguiu ao assassinato de Vladimir Herzog enquanto estava preso em São Paulo. Ali, a Igreja Católica demonstrou, pela primeira vez, sua concepção de religião pública em uma sociedade multirreligiosa (AVRITZER, 2019, p. 123).

Em tal contexto, a Igreja Católica reagiu ao surgimento de alas progressistas nas fileiras do clero e do laicato. Atribuiu mais uma vez a novidade indesejável ao trabalho de “infiltração” dos comunistas brasileiros e da Internacional Comunista, interessados em desestruturar o edifício cristão (MOTTA, 2000).

A segunda matriz anticomunista, o nacionalismo, estrutura-se em torno do conceito de que uma nação é um corpo único, indivisível e soberano, e sua preservação deve estar acima de qualquer conflito social. Trata-se, evidentemente, de um nacionalismo de inspiração conservadora e autoritária, ligado ao significado político que a direita dá ao termo.

Sob tal ponto de vista, a militância de esquerda é percebida como uma força que promoveria a divisão da sociedade em classes distintas, contribuindo para a desagregação da ordem e da coletividade nacionais. Orientados por Moscou, os comunistas – agentes estrangeiros, estranhos à pátria – agiriam com a intenção de dividir o povo brasileiro em classes, regiões, raças, crenças para melhor concretizar seus planos conspiratórios internacionais. Esse tipo de discurso se fortalece quando se considera o internacionalismo<sup>86</sup> dos comunistas e a defesa entusiasmada, principalmente ao longo da primeira metade do século XX, do Estado Soviético, considerado então a base para a revolução mundial e a “pátria do socialismo”, ou ainda, a “verdadeira pátria”. Tudo isso soava como uma “traição” para os nacionalistas conservadores, que viam no PCB uma mera representação dos interesses

---

<sup>86</sup> O internacionalismo proletário assenta-se sobre a ideia de que o proletariado como classe não tem pátria, sendo, portanto, o seu dever revolucionar o mundo, instaurando, assim, um regime pautado na solidariedade universal.

de uma potência estrangeira – a União Soviética – no Brasil. O “olho” e o “braço” de Moscou, como disse Vargas em uma carta endereçada a Oswaldo Aranha<sup>87</sup>.

A afirmação de que os militantes do PCB eram “traidores da nação a serviço de Moscou” foi largamente utilizada pela propaganda anticomunista no período compreendido entre 1920 e 1980. Em discurso um tanto empolado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) após receber da instituição o título de sócio benemérito em 1935, Vargas disse que:

Quando se tornou necessário assegurar a integridade da pátria, não foram menos bravos os combatentes da pena, cerrando fileiras em torno do poder público, prestigiando-o, esclarecendo a opinião e repelindo, com energia, a audácia dos executores do plano arquitetado e custeado por estrangeiros para transformar o Brasil em colônia de Moscou.

Nessa mesma época, em fevereiro de 1936, o jornal *A Noite* noticiava a ida da militante Pagu (Patrícia Galvão) ao juizado federal após ser detida em São Paulo distribuindo boletins de propaganda do PCB. A matéria descrevia assim o trabalho de repressão da polícia:

Com a irrupção do movimento comunista de setembro, a polícia paulista apertou o cerco aos *elementos nacionais e estrangeiros* que enxameavam nas fábricas e nos centros comerciais desenvolvendo *perniciosa propaganda das teorias moscovitas*. Foi implacável a Superintendência de Ordem Social no seu combate aos *emissários russos* que aqui se haviam radicado e que vivam espalhando nos núcleos trabalhistas de São Paulo a semente do comunismo (grifos nosso)<sup>88</sup>.

Também em São Paulo, uma faixa um tanto irônica foi levantada pela multidão durante a passeata da “Marcha com Deus, pela Família e Liberdade” realizada no dia 19 de março de 1964: “O Kremlin não compensa”<sup>89</sup>.

A origem desse tipo de argumento possivelmente está nas notícias que deram conta da participação de comunistas estrangeiros no levante de 1935. São os casos do ex-deputado comunista alemão Arthur Ernst Ewert e sua companheira, Elise Saborovsky; dos igualmente alemães e casais fictícios Johann de Graaf e Helena Kruger; dos argentinos Rodolfo Ghioldi e Carmen de Alfaya Ghioldi, membros do Birô Sul-Americano da Internacional Comunista e do PC portenho; dos ucranianos Pável Stutchevski e Sófia Stutchevskaia, agentes da polícia secreta soviética e do Exército Vermelho, respectivamente; do norte-americano Victor Baron; e, claro, da alemã que se encarregou da segurança pessoal de Luiz Carlos Prestes, Olga

<sup>87</sup> Carta de Getúlio Vargas a Oswaldo Aranha, 4 de dezembro de 1935. Arquivo CPDOC-FGV. Documento GV C 1935.12.14/1.

<sup>88</sup> Jornal *A Noite*, 8 fev. 1936, p. 1.

<sup>89</sup> *Jornal do Brasil*, 20 mar. 1964, p. 3.

Benario<sup>90</sup>. “No plano interno, a prisão de Ewert era o ingrediente que faltava para convencer a opinião pública de que o país estivera a ponto de ser engolfado por uma convulsão bolchevique”, sintetiza Neto (2013, pp. 255-256).

Cerca de uma década depois da “Intentona comunista”, em março de 1946, o governo do general Dutra realizou o pedido de cassação do registro do PCB alegando ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que o partido seria “uma organização internacional a serviço de Moscou”. Inusitado é que, no contexto mundial da Guerra Fria, o rompimento de relações diplomáticas com a União Soviética ocorreu primeiro no Brasil do que nos Estados Unidos. Em 1947, Dutra justificou a decisão com base em uma reportagem publicada na imprensa soviética, cujo título era “No Brasil, generais não nascem nos campos de batalha, mas, sim, nos cafezais”. A paranoia do poder estrangeiro no Brasil chegou ao ponto de ser determinante para o fechamento da Sociedade Eslava no Rio e em diversas capitais do Brasil em 1946. O motivo estaria no fato da organização não apresentar “estatutos legais” e ser formada por “russos, iugoslavos, tchecos, poloneses, lituanos etc., [que] a pretexto de difusão cultural, vinha desenvolvendo propaganda de um regime estrangeiro contrário às nossas instituições” (RODEGHERO, 2006, p. 196).

Ao invocar a ideia de um país agredido por uma potência estrangeira, os anticomunistas aceleravam o processo de criação de frentes suprapartidárias e ecumênicas de combate ao “inimigo vermelho”. Nessas ocasiões, a “união nacional” era reivindicada pelo Estado para que a ameaça que pairava sobre a pátria pudesse ser enfrentada a contento. Assis Chateaubriand falou em “união sagrada”<sup>91</sup> dos nacionalistas contra o comunismo em um editorial de dezembro de 1935.

Logo nos primeiros dias de janeiro de 1964, professores universitários do estado da Guanabara publicaram um manifesto patriótico no jornal *O Globo*. Um excerto do texto dizia que era necessário “reagir contra as criminosas tentativas de entregar o país ao jugo de uma ditadura liberticida e cruel, comandada pelo imperialismo comunista e pelo colonialismo soviético”<sup>92</sup>. Ironia à parte, os militantes do PC do Brasil, que sempre ostentaram a bandeira de luta anti-imperialista e de libertação nacional, foram indiretamente acusados pelos professores cariocas – já que o alvo principal era o governo Goulart – de agirem segundo as ordens do “projeto colonialista” da URSS. A propósito, no contexto da crise político-militar

---

<sup>90</sup> Johann de Graaf, ingresso no Brasil sob o pseudônimo de Franz Gruber, era, na verdade, um agente duplo britânico infiltrado na Internacional Comunista. Seu trabalho de espionagem foi fundamental para o fracasso do levante comunista de 1935.

<sup>91</sup> Citado em Motta (2000).

<sup>92</sup> Ibid.

de 1963-4, o ponto em comum entre as críticas da esquerda e da direita feitas aos seus respectivos “inimigos” incrustados no palácio presidencial residia justamente na relação do Brasil com outros países. “A esquerda os acusava de entreguismo, ou seja, de se venderem às potências capitalistas, especialmente os Estados Unidos. A direita os acusava de subversão e comunismo – ou seja, de se venderem ao bloco comunista” (SKIDMORE, 2010, p. 365).

Por sua vez, o chefe de polícia do governo Dutra, Pereira Lira, em uma entrevista realizada em julho de 1946, às vésperas do PCB ser novamente proscrito, disse que, para pôr fim à “ameaça” representada pelos comunistas, era preciso abandonar as divergências existentes e pensar somente no Brasil. A ideia de união contra o “inimigo comum” é novamente utilizada.

É preciso mobilizar todas as classes, conchamar os jornalistas, atrair o magistério, animar os estudantes, arregimentar os trabalhadores, invocar as forças espirituais, pôr as mulheres do Brasil a serviço da causa e ninguém deixar na inatividade e no comodismo. Não pode nem deve haver divergências políticas em face desta ameaça: pôr o Brasil fora do perigo ou da escravidão (RODEGHERO, 2006, p. 198).

Não faltou quem, ao longo do século XX, defendesse a proposta de que militar a favor de ideais socialistas seria por si só um crime contra a soberania nacional<sup>93</sup>. Em outras palavras, os “vermelhos” eram a um só tempo inimigos internos e externos do Brasil e do povo brasileiro. E se a pátria estava em risco, a polícia política deveria fazer seu trabalho repressivo livremente, uma vez que o que estava em jogo era nada menos que a soberania nacional.

A pouco mais de dez dias do golpe que destituiria João Goulart da presidência, os organizadores da “Marcha com Deus, pela Família e Liberdade” publicaram um texto no jornal *O Globo* no qual atribuíam ao comunismo, àquela altura “infiltrado” em diversas instâncias sociais, qualidades como “poder totalitário”, “estrangeiro” e “devorador”. O tom de convocação patriótica, de nação injustamente agredida, é evidente. Fala-se em “corpo da nação”, “pátria imensa e maravilhosa”, “povo do Brasil”, “extremo perigo”, expressões pertencentes ao universo semântico do nacionalismo conservador:

<sup>93</sup> Em 2016, o deputado Eduardo Bolsonaro propôs um projeto de lei que visava “criminalizar o comunismo”. A proposta consistia em punir com reclusão quem realizasse qualquer tipo de “apologia” aos regimes socialistas – os atuais (embora não exista nenhum país socialista na contemporaneidade) e os passados. “O comunismo é tão nefasto quanto o nazismo e, se já reconhecemos em nosso ordenamento jurídico a objeção ao segundo, devemos também fazê-lo em relação ao primeiro”, ressalta um trecho do projeto. Sendo assim, seria um ato criminoso “fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que usem a cruz suástica ou gamada, a foice e o martelo ou quaisquer outros meios para fins de divulgação favorável ao nazismo ou ao comunismo”. O projeto ficou estacionado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), não chegando a ir à votação no plenário da Câmara dos Deputados.



Povo do Brasil, a pátria, imensa e maravilhosa, que Deus nos deu, está em extremo perigo. Deixaram infiltrar-se no corpo da nação, na administração, nas Forças Armadas e até nas nossas igrejas os servidores do poder totalitário, estrangeiro e devorador<sup>94</sup>.

Já no anúncio publicado na edição de 26 de março do *Jornal do Brasil* as organizadoras da Marcha acusavam os comunistas de estarem “em plena marcha para submeter o Brasil à escravidão da sua ditadura retrógrada, anti-humana e anti-cristã”. Seu objetivo maior era “o assalto final às igrejas de todos os credos e a todas as liberdades de todos os cidadãos”. Prova dessa intenção, segundo as anticomunistas, seriam os acontecimentos passados em Cuba, na Hungria, na Tchecoslováquia e na Romênia, onde os templos cristãos foram transformados em “centros de heresia e paganismo”.

O texto terminava com uma exortação: “Vamos para as ruas, antes que os inimigos cheguem aos nossos templos e igrejas!”<sup>95</sup>. Ao menos 13 entidades assinavam o manifesto-anúncio, entre as quais estavam a Cruzada do Rosário em Família, a Liga de Defesa Nacional, a Confederação Católica Arquidiocesana do Rio de Janeiro e o Club do Otimismo. A passeata da Marcha em São Paulo, no dia 19 de março, reuniu algo em torno de 500 a 800 mil<sup>96</sup> manifestantes anticomunistas. Patrocinada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), a União Cívica Feminina foi a principal organizadora das passeatas que percorreram ao menos cinquenta cidades entre os meses de março e junho de 1964.

Outra demonstração de que os comunistas eram adversários irreconciliáveis do Brasil seria a disposição de membros do PCB em “profanar” certos símbolos nacionais, particularmente a bandeira verde e amarela. Em um dos “estouros” aqui estudados, o de 1975, um agente da repressão exhibe o que seria a prova irrefutável do crime dos comunistas contra a soberania nacional: na gráfica clandestina desbaratada, havia um impresso em que a bandeira brasileira era representada com a foice e o martelo no lugar dos elementos pátrios tradicionais.

Não é por acaso que governos autoritários investem tão maciçamente em propaganda voltada para enaltecer o patriotismo e os ideais cívicos. Durante o Estado Novo e o regime militar, inúmeras campanhas buscaram valorizar acontecimentos, personagens e datas da historiografia oficial do país. O *slogan* da ditadura “Brasil: ame-o ou deixe-o” é apenas o exemplo mais célebre de uma infinidade de estratégias adotadas para reforçar o sentimento de

---

<sup>94</sup> Citado em Motta (2000).

<sup>95</sup> *Jornal do Brasil*, 26 mar. 1964, p. 4.

<sup>96</sup> *Jornal do Brasil*, 20 mar. 1964, p. 1.

coesão e unificação nacionais<sup>97</sup>, entre as quais destacam-se a construção de monumentos e a implementação de reformas educacionais. Tudo pensado, em última instância, como estratégia de combate ao internacionalismo proletário.

O anticomunismo de matriz nacionalista tem como principais atores as Forças Armadas e o conjunto de instituições de segurança pública que formam o Estado, com ênfase especial à polícia civil. Foram os militares e os agentes policiais (chefes de polícia, delegados, inspetores etc.) que sempre se puseram na condição de esteios do nacionalismo e de protetores da pátria. O anticomunismo nas Forças Armadas tem a ver, a princípio, com um aspecto formal: a incumbência de “defesa da ordem interna” dada pela Constituição ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica, o que implica refutar projetos de cunho revolucionário. O apreço à hierarquia e o sentimento corporativista são dois outros aspectos que explicam esse sentimento entre os militares. Em 1964, como estratégia para convencer oficiais legalistas indecisos, os conspiradores antijanguistas utilizaram o argumento de que, uma vez concretizado o “golpe” que o presidente preparava em conjunto com os sindicatos operários contra o Congresso e a Constituição, as Forças Armadas seriam dissolvidas e substituídas por milícias armadas<sup>98</sup>.

O principal documento da conspiração de 1964, o memorando assinado pelo general Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército à época, tocava em pontos como o “papel histórico” das Forças Armadas como defensoras da ordem constitucional e guardiãs das leis. Do mesmo modo, rechaçava a então proposta de Goulart de instaurar uma Assembleia Constituinte, classificando-a como uma prova inequívoca do golpismo incrustrado no Palácio do Planalto<sup>99</sup>.

Segundo Castro (2002), teria sido o levante armado de 1935 o responsável por transformar os comunistas em inimigo principal da classe militar. Aos militares que tomaram

---

<sup>97</sup> O SBT ressuscitou, em um dos intervalos de sua programação, o *slogan* “Brasil: ame-o ou deixe-o”, veiculado juntamente com o hino nacional. O fato ocorreu no dia 6 de novembro de 2018, nove dias após Bolsonaro ser eleito presidente. Diante da grita das redes sociais, a emissora de Silvio Santos resolveu retirar no mesmo dia a propaganda do ar. A original foi concebida durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), um dos mais repressivos de todo o regime militar. “SBT ressuscita e mata ‘Brasil, ame-o ou deixe-o’ em vinheta relâmpago”. *Folha de S. Paulo*, 6 nov. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/11/sbt-ressuscita-brasil-ame-o-ou-deixo-o-em-nova-vinheta.shtml>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

<sup>98</sup> *Jornal do Brasil*, 29 mar. 1964, p. 1.

<sup>99</sup> O memorando de Castello Branco acabou extravasando os limites da caserna e indo parar na imprensa. Em sua coluna no *Jornal do Brasil* em 26 de março, intitulada *Dividir o Poder antes da ruptura da legalidade*, o jornalista Carlos Castello Branco afirmou que “Castelo Branco (não este, mas o outro, o General) expediu uma ordem do dia, recomendação ou que nome tenha, aos comandos militares, advertindo-os sobre a hora presente e sobre os deveres das Forças Armadas. O documento está alcançando intensa repercussão”. *Jornal do Brasil*, 26 mar. 1964, p. 4.

parte na insurreição frustrada foi dado o rótulo infame de “traidores” – teriam traído tanto o país quanto à instituição a qual pertenciam. Não é nada trivial que, a partir daquele momento, anualmente as Forças Armadas realizassem eventos para celebrar a vitória sobre a “Intentona comunista”, ocasiões oportunas para renovar o sentimento anticomunista e zelar pela memória dos patriotas mortos. Interessante observar como, na caserna nacional, há ao menos três símbolos de crucial importância para os militares: o dia 19 de abril de 1648, data da primeira Batalha dos Guararapes, transformada em “Dia do Exército”; o culto ao patrono Duque de Caxias; e, por fim, a vitória sobre os comunistas em 1935 (CASTRO, 2002).

Em geral, entre as razões que levam as Forças Armadas a intervir no jogo político democrático, assumindo o papel de árbitro supremo da vida nacional, está certamente a luta contra a “comunização do país”, como ocorreu em 1937 e 1964. Mas há também a ideia de que os militares, portadores de uma honra ilibada, seriam capazes de promover uma espécie de “moralização” da política e de suas instituições. Ou ainda, conforme aponta Fico (2004, p. 39), ao referir-se a uma das características da “utopia autoritária” que animou 1964: “[há uma] crença em uma superioridade militar sobre os civis, vistos, regra geral, como despreparados, manipuláveis, impatrióticos e – sobretudo os políticos civis – venais”. Esse tipo de pensamento apareceu com força em 1964 e esteve na base dos pedidos de “intervenção militar” manifestados durante os protestos a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016.

O apelo à luta contra os comunistas segue, no entanto, sendo o elemento que melhor justifica a ingerência das Forças Armadas na vida pública brasileira. E a história recente do país mostra que 1937 e 1964 são apenas os casos mais célebres.

Não seria exagero nenhum afirmar que se a história política recente do Brasil tem se caracterizado por uma constante e crescente presença das Forças Armadas na cena política, esta presença tem sido justificada, antecipadamente ou posteriormente, através da retórica anticomunista. Do golpe de 1937 ao golpe de 1964; da cassação do PCB em 1947 até a legalização dos partidos clandestinos em 1985; da Revolta de Jacareacanga até o Manifesto Silvío Frota de 1977; das críticas (e estímulo à neutralização) ao projeto de reforma agrária de 1963, às mesmas críticas e neutralização ao projeto de reforma agrária de 1985; da eleição de Getúlio em 1950 à eleição de Leonel Brizola, como governador do Estado do Rio de Janeiro em 1982, em suma, não há um acontecimento relevante para a política brasileira nos últimos cinquenta anos e que com a presença das Forças Armadas, ou setores expressivos delas, onde a retórica anticomunista não seja utilizada (FERREIRA, 1986, p. 50-51)<sup>100</sup>.

---

<sup>100</sup> Citado em Motta (2000).

Não se pode perder de vista, contudo, que o anticomunismo nacionalista não é exclusividade de militares e agentes de segurança pública. Organizações da sociedade civil e o povo em geral são bem susceptíveis a argumentos que façam menção aos valores e às tradições supostamente próprios da nação brasileira. Além disso, foi bastante comum a combinação entre os anticomunismos de matriz católica e o de matriz nacionalista. O Estado Novo, em suas cerimônias públicas, costumava posicionar o pavilhão nacional ao lado de um altar católico<sup>101</sup>. A concentração da “Marcha com Deus, pela Família e Liberdade”, realizada em São Paulo às vésperas do golpe, foi animada por padre nossos e ave marias seguidos do hino nacional brasileiro<sup>102</sup>.

Já o discurso democrático-liberal clássico contra os revolucionários marxistas – terceira e última matriz aqui abordada – tende a se estruturar em torno de duas críticas essenciais: a ausência, na sociedade socialista, de liberdade individual, prevalecendo o autoritarismo político de um Estado centralizador; e a violação de um direito inalienável que representaria o fim da propriedade privada dos meios de produção. Por conta de aspectos próprios à formação social brasileira, o que mais mobilizou a luta contra os “vermelhos” não foram convicções de ordem econômica e/ou social, como o apelo à liberdade do indivíduo ou à defesa da propriedade, mas sobretudo valores e crenças do catolicismo.

As ideias liberais não só não foram muito eficazes para a luta anticomunista, como os efeitos de sua falência repercutiram na formação do Estado Novo, espécie de congênere de estados autoritários que surgiram naquele mesmo momento na Europa. As elites econômicas e intelectuais do Brasil passaram a enxergar em um regime centralizador a saída redentora para os impasses da proposta democrático-liberal e para o sucesso do combate ao comunismo. Em eventos públicos, o autor daquela que viria a ser a Carta Magna do Estado Novo, o jurista Francisco Campos, atacava abertamente o regime liberal, apresentando como proposta alternativa o personalismo de um líder autocrático:

O regime político das massas é o da ditadura. Não há, a estas horas, país que não esteja à procura de um homem, isto é, de um homem carismático ou marcado pelo destino para dar às aspirações das massas uma expressão simbólica. Não há hoje um povo que não clame por um César. Quem quiser saber qual o processo pelo qual se

---

<sup>101</sup> Em uma dessas solenidades, Francisco Campos, ministro da Justiça, discursou: “Não há lugar para outro pensamento no Brasil, nem espaço para outra bandeira que não seja esta, hasteada hoje por entre as bênçãos da Igreja e a continência das espadas, a veneração do povo e os cânticos da juventude”. Na ocasião, o Estado Novo mandara queimar as 22 bandeiras estaduais em nome do nacionalismo e da unidade em torno do Executivo federal. *Correio da Manhã*, 28 nov. 1937, p. 2.

<sup>102</sup> *Jornal do Brasil*, 20 mar. 1964, p. 3.

formam efetivamente hoje em dia as decisões políticas, contemple a massa alemã, medusada sob a ação carismática do Führer<sup>103</sup>.

Parte da incipiente classe média também possuía a mesma convicção naquele momento a respeito da ausência de viabilidade e de sucesso do liberalismo como sistema político-econômico. Segundo Skidmore (2010, p. 62), os eleitores desse grupo social “admitiram na prática que a fórmula liberal já não se aplicava ao Brasil e que estavam, portanto, preparados, ainda que inconscientemente, a aceitar, quase sem protesto, o tipo especial de autoritarismo que Vargas impôs, de súbito, em novembro de 1937”.

No campo do fascismo, houve quem argumentasse que fora o liberalismo que criara as condições para a emergência da revolução socialista. O chamado “Manifesto de Outubro”, documento publicado pela AIB em 1932, durante a vigência do governo provisório de Vargas, falava em luta por um “Estado Integral”, em tudo distinto do estado liberal. Tal ideia, a de que o liberalismo era uma espécie de antessala do regime socialista, não era completamente disparatada, já que encontrava correspondência com formulações presentes na revista católica *A Ordem*, fundada algumas décadas antes, em 1921. O anticomunismo católico presente na linha editorial do periódico se assentava sobre a ideia de que “[o] Estado liberal, enquanto expressão do poder político burguês, contém em si os elementos que fatalmente conduzirão ao comunismo” (VELOSO, 1978, p. 158).

De todo modo, na vigência do Estado Novo, “a crítica liberal ao comunismo se restringia a formulações algo simplórias, reproduzindo chavões convencionais sobre a ditadura soviética”. Tal retórica era essencialmente contraditória e pouco convincente, já que “vituperava-se contra a falta de liberdade no regime comunista como se tivéssemos aqui um idílio republicano” (MOTTA, 2000, p. 61). Somente depois do término da Segunda Guerra Mundial, período marcado pelo ocaso dos regimes nazifascistas e pela reabertura democrática no Brasil, que os ideais democrático-liberais passaram a ser úteis aos anticomunistas brasileiros.

Da Constituição de 1946 ao golpe de 1964, a contraposição democracia cristã ou ocidental *versus* comunismo foi constantemente empregada em debates e manifestações, passando a fazer parte do repertório comum da opinião pública. A equação era apresentada da seguinte forma: países capitalistas pertencentes ao “mundo livre, democrático, ocidental e cristão”, de um lado, e países socialistas, do outro. Nesse sentido, democratas seriam todas as pessoas e grupos sociais que lutassem contra o PCB e seu projeto de sociedade. No

---

<sup>103</sup> Citado em Neto (2013).

movimento estudantil, por exemplo, o rótulo “democrata” era atribuído compulsoriamente aos estudantes não comunistas. Em tal contexto, o levante de 1935 continuava sendo acionado como evidência do caráter não democrático, tirânico, dos comunistas. “Militantes anticomunistas, que incluíam muitos constitucionalistas liberais, constantemente citavam 1935 como prova de que o Partido Comunista não tinha lugar num sistema democrático” (SKIDMORE, 2010, p. 95).

A tese da “democracia cristã e ocidental” foi particularmente cara não só à onda anticomunista que culminou com a deposição de Jango, como também para as próprias ações realizadas pelas Forças Armadas durante a ditadura. Como demonstra Fico (2004, p. 34), o projeto político dos militares, denominado pelo autor de “utopia autoritária”, se assentou na “crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, ‘subversão’, ‘corrupção’) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da ‘democracia ocidental e cristã’”. Inúmeros documentos e testemunhos que compõem a historiografia do período já demonstraram que a eliminação de “quaisquer formas de dissenso” foi realizada com base em violências extralegais, isto é, torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados.

Ocorre, no entanto, que

A democracia que tão sofregamente se pretendia proteger não tinha conteúdo, seu sentido era vago. Não se tratava de afirmar a participação popular em contraposição ao autoritarismo, mas de opor a ordem à “ameaça revolucionária”. No fundo, democrata significava simplesmente o oposto de comunista, quer dizer, anticomunista, o que era uma licenciosidade conceitual muito conveniente, pois permitia usar o simpático adjetivo para designar grupos que nada tinham de democráticos (MOTTA, 2000, p. 63).

Já o argumento sobre o fim da propriedade, também determinante para a matriz liberal do anticomunismo, foi, no geral, utilizado de maneira deturpada. A proposta marxista de transformar o regime de propriedade dos meios de produção de privado para social foi transmutada pela retórica anticomunista em uma mera proibição dos indivíduos acumularem bens materiais. No regime político defendido pelo PCB, alegavam, todas as coisas pertencerão ao Estado: não apenas fábricas, terras, estradas, riquezas naturais etc., mas também casas, automóveis, eletrodomésticos, incluindo os pertences mais pequenos e triviais.

Nesse contexto, os primeiros anos de vigência do regime soviético incitaram o debate a respeito da viabilidade ou não do sistema econômico implementado pelos bolcheviques. No plano da propaganda anticomunista, esse sistema era apresentado como ineficiente e

problemático, representando um retrocesso incomensurável em relação ao regime capitalista, regulado pela livre iniciativa.

No âmbito da matriz liberal, o empresariado se apresenta como o principal ator. A associação entre empresários e luta anticomunista remete, de imediato, à existência nos anos 1960 de duas organizações, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Em um trabalho pioneiro sobre o regime militar, Dreifuss (1981) argumenta que o IPES e o IBAD representavam no Brasil os interesses econômicos do capital internacional. As duas organizações funcionariam como uma espécie de “Estado-Maior da burguesia multinacional-associada [que] desenvolveu uma ação medida, planejada e calculada que a conduziu ao poder” (DREIFUSS *apud* FICO, 2004, p. 50). A atuação do “complexo IPES/IBAD” fora essencialmente ideológica, promovendo ações de desestabilização do governo Goulart, combinando-as com a conquista de apoio político para o golpe em setores das Forças Armadas, especialmente no Exército.

IPES e IBAD se incumbiram de “coordenar e integrar os vários grupos militares, conspirando contra o governo, e, de certa forma, proporcionar o exigido raciocínio estratégico para o golpe” (DREIFUSS *apud* FICO, 2004, p. 51). Sob esse ponto de vista, o golpe de 1964 não foi único e exclusivamente “militar”, e sim “civil-militar”. Starling (2019, p. 340) afirma que foi o IPES quem “se concentrou em criar as circunstâncias capazes de transformar uma quartelada em golpe de Estado e um golpe de Estado em governo”. Fico (2004) sintetiza, enfim, a tese de Dreifuss:

Desse modo, não foi um suposto “aparelho militar-burocrático” que tomou o poder, a despeito das classes dominantes, para que, afinal, pudesse fazer prevalecer os interesses dessas classes: na verdade o Estado teria sido diretamente reorganizado pela “elite orgânica” capitaneada pelo Ipes (FICO, 2004, p. 51-52).

A atuação de um desses órgãos remonta a um contexto anterior ao golpe. Fundado ainda sob o governo de Juscelino Kubitschek, o IBAD foi quem financiou boa parte das campanhas de candidatos de direita ao Congresso e aos cargos executivos de 11 estados nas eleições de 1962. De acordo com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada no Congresso em maio de 1963, o fundo eleitoral mobilizado pelo IBAD era alimentado principalmente por doações provenientes de fontes norte-americanas. Naquele momento, o IBAD “engendrou ferrenha campanha contra o governo Goulart e os candidatos ao Legislativo identificados pelos ibadianos como comunistas. Além disso, produziu e difundiu

grande número de programas de rádio e de televisão e matérias nos jornais com conteúdo anticomunista”.

Seja como for, “o anticomunismo liberal não primou pela pujança, nem pela coerência. Sua fragilidade está diretamente relacionada à tradição autoritária brasileira e à dinâmica política da história republicana” (MOTTA, 2000, p. 61). Dito com outras palavras: num país marcado por um autoritarismo e um golpismo atávicos, é esperado que, quando comparados a valores do catolicismo e do nacionalismo, argumentos liberais tendam a ser menos eficazes na luta contra o projeto político marxista. A matriz liberal decerto teve algum destaque na conformação do sentimento anticomunista no Brasil, mas esteve longe de alcançar a influência exercida pelo nacionalismo e, principalmente, pelo catolicismo.



## CAPÍTULO 4

**O anticomunismo do DOPS: o impresso comunista sob a ótica da metáfora epidemiológica**

**Chave de leitura:** O capítulo aborda o imaginário anticomunista no Brasil, com um enfoque especial às imagens e representações pertencentes ao universo epidemiológico – comunismo como “vírus”, “praga”, “quisto”, “toxina”, “germe”, “bacilo” –, já que elas influenciaram de maneira decisiva as atividades policiais de repressão. O objetivo aqui é demonstrar como um panfleto ou um jornal do PCB era visto como uma espécie de microrganismo responsável por “inocular o comunismo na sociedade”, aspecto que aponta para o lugar proeminente ocupado pela máquina impressora no imaginário anticomunista do DOPS, órgão responsável pelos “estouros” das gráficas do PCB em 1939 e 1940.

“Nos Estados Unidos resolveu-se o caso sabiamente: os comunistas nacionais vão ser deportados para uma ilha distante, onde ficarão livres, mas isolados. Afasta-se, assim, o perigo da contaminação, e dá-se-lhes a oportunidade de criarem uma sociedade à feita a eles. Por que não se faz isto aqui? Poderíamos mandá-los para Trindade, ou para Fernando de Noronha”.

Lucius, 1930

A abordagem do anticomunismo pressupõe duas dimensões diferentes e complementares: o anticomunismo no domínio das representações e o anticomunismo no domínio das ações. A primeira significa ver o anticomunismo como “um corpo doutrinário ou uma corrente de pensamento que possui discurso e representações próprias”, enquanto a segunda o entende como “um movimento político que engendra a ação e a militância de grupos organizados”. Motta (2000, p. 11) diz ainda o seguinte:

Representações e ações não devem ser entendidas num viés dicotômico, ao contrário, são interdependentes: representações são construídas mediante um processo ativo que envolve militância, divulgação e propaganda e, ademais, frequentemente têm correspondência com interesses sociais; e as ações e práticas sofrem influência (não passiva) das representações, que muitas vezes moldam os comportamentos dos grupos sociais.

Rodeghero (2002, p. 464) elenca, do mesmo modo, algumas atividades que definem o anticomunismo em seu segundo domínio, o das ações. Seriam elas: “produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no Legislativo etc.”.

A presente tese vai se dedicar a analisar o anticomunismo no domínio das ações, com ênfase particular às medidas de vigilância e repressão sobre as gráficas clandestinas do PCB realizadas pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do estado do Rio de Janeiro<sup>104</sup> e pelo Destacamento de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) durante dois períodos recentes de autoritarismo da história nacional: o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura civil-militar (1964-1985).

Representações do imaginário anticomunista também serão mobilizadas, uma vez que foram determinantes para o trabalho dos órgãos de repressão que resultou no desmantelamento do aparato editorial do PCB. Dentre as principais figuras desse imaginário –

---

<sup>104</sup> Os departamentos da polícia estadual do Rio de Janeiro tiveram várias denominações ao longo do século XX. Por uma questão de praticidade, adota-se a terminologia mais recente e conhecida do órgão, representada pela sigla DOPS.

comunistas como “demônios”, comunistas como “agentes infecciosos” e comunistas como “ameaça estrangeira” – a segunda, associada à epidemiologia, é a que interessa de fato a este trabalho, pois guarda uma semelhança íntima com as gráficas e os jornais, por conta do caráter mesmo do material impresso, muitas vezes distribuído pelos militantes de maneira sorrateira, à revelia da lei, sem fazer alarde.

Significa dizer que, para a polícia, o trabalho de produção e distribuição de livros e jornais pelo PCB assemelhava-se ao modo insidioso de expansão de uma doença. A “ideologia malsã” comunista se alastrava pelo corpo da sociedade à maneira de um microrganismo infeccioso que se infiltra em um organismo vivo. Seu principal veículo de proliferação eram os materiais impressos saídos das gráficas clandestinas.

Tal ideia está na base das convicções que animaram a polícia de Vargas: “Os propagadores da *doutrina deletéria* engendram os planos mais disfarçados, organizando, de mil modos tentadores, a difusão de seu credo, preparando, em *um trabalho de sapa, subterrâneo e insistente, a inoculação do vírus soviético*”<sup>105</sup>. O chefe de polícia do Estado Novo direcionava o comunicado aos jovens brasileiros, advertindo-os contra os “primeiros movimentos da propaganda soviética, distribuindo no país uma série de publicações, apresentadas sob a capa de obras culturais e de economia política”<sup>106</sup>.

O Estado via, portanto, num simples panfleto do PCB uma espécie de agente capaz de “inocular o comunismo na sociedade”. Sob essa perspectiva, jornais, revistas e outros impressos eram considerados unidades menores e propagadores do “agente patológico vermelho”. Seriam eles os responsáveis por promover a infiltração da “ideologia comunista” nos organismos e grupos sociais, na administração pública e no Estado, na Igreja, nos lares das famílias brasileiras, debilitando-os internamente.

A máquina impressora e o mimeógrafo seriam, assim, uma fonte irradiadora de “toxinas”<sup>107</sup> que necessitava ser combatida a qualquer custo. Visto dessa maneira, a repressão do DOPS às gráficas nos anos 1930 não se deu apenas porque tratava-se de uma parte da estrutura organizativa do partido, mas principalmente porque era a tipografia quem emitia os tais “bacilos perniciosos do comunismo”. Destruí-la representava uma medida de profilaxia social, de proteção da saúde de uma sociedade essencialmente cristã, conservadora e ordeira.

<sup>105</sup> Jornal *A Noite*, 20 nov. 1937, p. 3. Daqui em diante, todos os grifos deste capítulo são nossos. Expressão da época, “trabalho de sapa” significa “trama, atuação oculta e ardilosa com o propósito de minar, de fazer frustrar empreendimento de outrem”, segundo a definição do Dicio, Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/sapa/>>. Acesso: 19 jul. 2019.

<sup>106</sup> Jornal *A Noite*, 20 nov. 1937, p. 3.

<sup>107</sup> O termo aparece com frequência em inquéritos, prontuários, comunicações internas e atas de reuniões do DOPS utilizadas nesta tese.

Isso fica didaticamente evidenciado em um acontecimento envolvendo o DEOPS de São Paulo relatado por Carneiro e Kossoy (2008, p. 163):

Por volta de junho de 1957, foi feito um levantamento do material existente no depósito do DEOPS com o objetivo de solicitar autorização para “industrializar ou incinerar” os impressos apreendidos. Registrado no processo n. 15.688 pela Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública do Estado de São Paulo, o pedido foi justificado como uma “*medida profilática*”. Constavam da lista, em relação numérica, todos os livros, panfletos e jornais relacionados por autor, apreendidos entre 1939 a 1945. A relação “Livros no Depósito do DOPS” (incluindo panfletos, jornais e revistas) foi elaborada em três colunas distintas por nome, autor e quantidade, totalizando 64.087 volumes.

O argumento que aqui se defende é reforçado por algumas manifestações de quem foi o chefe de Estado durante o período de formação do DOPS, e ajudou a lançar as principais políticas de sua atuação como órgão de controle social. Em uma carta a Oswaldo Aranha sobre as consequências do levante armado do PCB para o seu governo, Getúlio Vargas disse:

Foram, em verdade, momentos de apreensão, os que vivemos nos últimos dias de novembro. Ninguém seria capaz de supor que *as toxinas da propaganda subversiva* houvessem ganho tanto terreno, a ponto de determinarem um movimento de articulação extensa e seriamente ameaçador para a estabilidade das instituições e da ordem pública. Não é possível ter mais ilusão quanto à extensão e intensidade da *propaganda comunista* nos meios intelectuais e estudantis, na massa operária e dentro das próprias classes armadas<sup>108</sup>.

Valendo-se de metáfora do universo infeccioso bastante em voga na época, Vargas estabelece uma correlação direta entre as “toxinas da propaganda subversiva” e a conflagração de “um movimento seriamente ameaçador para a estabilidade das instituições e da ordem pública”. O presidente afirma que o levante armado só foi possível graças ao trabalho editorial e de propaganda da ANL e do PCB. Como resposta imediata aos sediciosos, Vargas propõe: “De tudo, resulta a necessidade de reagirmos, primeiro, punindo os culpados e responsáveis, e, segundo, desencadeando *uma campanha saneadora* capaz de *desintoxicar o ambiente*”<sup>109</sup>. Tal campanha parece ter surtido os efeitos almejados, pois, alguns anos depois, já na condição de ditador do Estado Novo, ele garantiria a um jornalista do *Washington Post* que: “O nosso país acha-se suficientemente *imunizado* contra a *contaminação do vírus comunista*”<sup>110</sup>.

<sup>108</sup> Carta de Getúlio Vargas a Oswaldo Aranha, 4 de dezembro de 1935. Arquivo CPDOC-FGV. Documento GV C 1935.12.14/1.

<sup>109</sup> Ibid.

<sup>110</sup> *Jornal A Noite*, 7 mar. 1939, p. 2.

Para as forças do Estado, o “perigo vermelho” jamais deixaria de existir enquanto houvesse uma máquina impressora capacitada a rodar jornais, revistas ou panfletos, responsáveis por proliferar ideias disfuncionais e perigosas. Todo esse material representava uma ameaça à ordem instituída e, segundo Carneiro e Kossoy (2008, p. 155), os agentes do DOPS “tinham plena consciência do material que deveriam procurar, identificar, confiscar e tirar de circulação”. “A sistemática prisão de seus *produtores e impressores* deve ser avaliada como a formulação de uma resposta institucional à ameaça representada por aqueles que atentavam contra a estabilidade das elites dominantes” (CARNEIRO; KOSSOY, 2008, p. 155). Em última instância, empastelar uma gráfica do PCB representava diminuir a possibilidade de o ideário comunista ser socialmente reproduzido. Opor-se ao PCB era fundamentalmente anular os efeitos na sociedade de seu discurso revolucionário.

A preocupação das forças anticomunistas com a propaganda do PCB era tão grande que, em janeiro de 1936, o editorial do jornal *O Estado de São Paulo* chega a tratar como sinônimos o trabalho político do partido e a divulgação de material impresso por ele realizado. Os editorialistas reconhecem que, nessa luta, a Igreja Católica desempenharia um papel de liderança:

As forças mais aparelhadas para combater o comunismo são as cristãs. A propaganda comunista, fértil em recursos e de uma atividade infatigável, só poderá ser neutralizada pelas organizações da Igreja, que atuam nos meios operários e fazem sentir a sua influência nas camadas superiores<sup>111</sup>.

Tem-se assim, no período aqui analisado, o seguinte cenário: de um lado, as recorrentes destruições de oficinas gráficas e confiscos do órgão central do PCB, o jornal *A Classe Operária*; do outro, a reprodução de discursos anticomunistas em importantes veículos empresariais de comunicação, conforme demonstra o trecho do *Estadão* e outras passagens do capítulo anterior. Houve também uma profusa divulgação de obras doutrinárias – assinadas por intelectuais, ativistas, organizações da sociedade civil etc. – e documentos oficiais oriundos de meios religiosos dedicados a combater o comunismo.

Já no âmbito da máquina de propaganda oficial do varguismo, destaca-se a produção de “documentários cinematográficos sobre a *periculosidade dos impressos sediciosos*” por parte do Departamento de Imprensa e Propaganda (CARNEIRO; KOSSOY, 2008, p. 162). Se o PCB imprimia panfletos, cartazes e opúsculos para realizar intervenções políticas, seus adversários se valiam do mesmo expediente no trabalho de contrapropaganda: colocavam para

---

<sup>111</sup> Jornal *O Estado de São Paulo*, 04 jan. 1936, p. 3.

circular material impresso que dificultou em muito o proselitismo do partido. Na propaganda anticomunista, foi bastante comum associar a ação dos revolucionários a doenças contra as quais era preciso imunizar-se e combatê-las: comunistas eram representados como a “peste”, a “praga”, o “câncer”, o “vírus”, a “lepra” etc.

Sobre essa imunização, o biógrafo oficial de Vargas, o jornalista André Carrazzoni<sup>112</sup>, ao abordar o levante comunista de 1935, enfatizou um aspecto que transcendia o trabalho repressivo: “Impõe-se agora, como nunca, diante da materialidade da prova, afastar dos caminhos da juventude os detritos de uma cultura francamente suicida para os herdeiros da civilização ocidental”<sup>113</sup>. O veículo principal da referida cultura não consiste em outra coisa senão nas publicações do PCB – jornais, revistas, livros, panfletos, apostilas etc. O título do artigo é um indicativo importante do que estava em jogo para os defensores da ordem logo após o malfadado levante comunista: “Cruzada da inteligência”. Apesar do fracasso do assalto ao poder e há apenas 13 anos desde a fundação de seu partido, os comunistas demonstraram ser uma força política capaz de inspirava temor.

Referindo-se então à forma como as ideias revolucionárias ganhavam adeptos nas sociedades daquele tempo, o biógrafo de Vargas diz: “A inteligência, numa hora de crise do pensamento universal, sofre de várias *moléstias*. É de Jacques Maritain a observação e só a presença de tais moléstias explicará a origem das *infecções* que as utopias coletivistas estão *semeando* na Europa e na América”<sup>114</sup>. Ele prossegue com sua insólita teoria social do conhecimento, marcada pela metáfora imunológica: “No Brasil, felizmente, o clima social, a índole do povo, as facilidades da terra, a flexibilidade do mecanismo democrático representam *antídoto naturais* contra os *tóxicos fabricados nas retortas de Moscou*”<sup>115</sup>. Por fim, saudando o populismo paternalista de Vargas, o jornalista dirige-se à elite intelectual do país, que deveria se incumbir do “expurgo das *zonas contaminadas pelo vírus vermelho*”<sup>116</sup>.

---

<sup>112</sup> Carrazzoni conhecia Getúlio desde os tempos em que dirigira o jornal *Correio do Povo*, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Indo morar no Rio de Janeiro a partir de 1932, passou a trabalhar em jornais governistas, os quais prestavam amplo apoio a Vargas. Alguns anos depois, foi contratado como censor teatral e cinematográfico pelo Departamento de Propaganda do Estado Novo. Sobre a biografia escrita por Carrazzoni, publicada pela José Olympio em 1938 sob o título de *Getúlio Vargas, Neto* (2013, p. 356) afirma que “o livro priorizou a grandiloquência dos adjetivos à informação substantiva”. Durante o ataque integralista ao Palácio da Guanabara em 1938, o livro de Carrazzoni *Sob o fogo invisível* foi destroçado por uma das balas que atingiu o gabinete do presidente. Antes de ir parar na estante de livros, o projétil passou pela cadeira onde Getúlio costumava se sentar para realizar os despachos diários da Presidência.

<sup>113</sup> *Jornal A Noite*, 3 dez. 1935, s/n.

<sup>114</sup> *Ibid.*

<sup>115</sup> *Ibid.* Retorta é um tipo de recipiente de gargalo estreito e curvo, muito utilizado para a destilação de substâncias químicas.

<sup>116</sup> *Jornal A Noite*, 3 dez. 1935, s/n.

Ao tratar do mesmo assunto na obra *A guerra revolucionária no Brasil e o episódio de novembro de 1935*, o militar Antônio Carlos Muricy, observando os fatos em retrospecto, diverge de André Carrazzoni, pois acredita que “o comunismo na ocasião fora derrotado, mas o veneno fora implantado e o organismo nacional seria mais tarde novamente inoculado” (MURICY, 1966, p. 41-42)<sup>117</sup>. O segundo momento de “inoculação do veneno comunista” a que o autor se refere seria o governo de João Goulart, iniciado em agosto de 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros<sup>118</sup>.

No período imediatamente após 1935, discutia-se muito os resultados e as condições que possibilitaram a eclosão do levante comunista. Tal contexto era propício, portanto, para a publicação de matérias e artigos de opinião que se valiam de imagens do universo epidemiológico.

O caso da artista plástica e militante Pagu é emblemático, nesse sentido. Sob o título de “Agentes de Moscou!”, uma matéria é publicada na capa da edição de primeiro de fevereiro de 1936 do jornal *A Noite*. Nela, o leitor se dá conta logo nas primeiras linhas do crime cometido por Patrícia Galvão, a Pagu, e sua irmã, Sidéria Galvão: fazer “intensa propaganda comunista em São Paulo” a favor de “criminosos que, em nosso país e sob as inspirações de Moscou, agiam contra a ordem pública e o próprio regime”.

No relatório dos policiais que prenderam as militantes há, segundo o redator do jornal,

Referências minudentes [minuciosas] sobre a atuação de Pagu durante sua viagem à Rússia, que durou quatro meses, e durante os quais a jovem se *contaminou* suficientemente do *vírus extremista*, para, retornando a S. Paulo, melhor desempenhar sua atividade de *agente do perigo vermelho*<sup>119</sup>.

O texto prossegue enfatizando o “profundo desgosto” do pai de Pagu ao “vê-la *contaminada de ideias terroristas*, em flagrante desacordo com a educação que recebera”. O ato de distribuir, no Bosque da Saúde, “boletins sediciosos e de propaganda do credo de Lenine” era o crime a qual as irmãs Galvão responderiam<sup>120</sup>. Despontam aqui os

---

<sup>117</sup> Citado em Motta (2000).

<sup>118</sup> Muricy foi um dos signatários do *Manifesto dos coronéis*, documento que em 1954 denunciou a crise de autoridade no Exército durante o segundo governo Vargas. Para o perfil biográfico de Antônio Carlos Muricy, ver: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

<sup>119</sup> Jornal *A Noite*, 01 fev. 1936, p. 1.

<sup>120</sup> Escritora, poeta, jornalista, dramaturga e desenhista, além de militante política, Pagu seria tardiamente reconhecida como figura importante do modernismo brasileiro. O trabalho de resgate de seu legado foi realizado no final dos anos 1970 por Augusto de Campos. No campo da política, foi militante do PCB ao longo de uma década e, depois de romper com o partido em 1940, adotou as teses do trotskismo, vindo a integrar a redação do jornal *A Vanguarda Socialista*, que contava também com Geraldo Ferraz (seu segundo marido; o primeiro fora

“microrganismos infecciosos do comunismo” e sua fonte de irradiação como elementos importantes da ação militante: “A polícia arrecadou no apartamento ocupado por Pagu *numeroso material de propaganda bolchevista e cópias mimeografadas de circulares* que partiam de fontes misteriosas, com assinaturas arrevesadas que indicavam a sua procedência estrangeira”<sup>121</sup>.

No fim, Pagu é absolvida do crime que havia sido imputado a ela pela Lei de Segurança Nacional (LSN), o de “exercer a propagação de ideias extremistas”<sup>122</sup>, sem, no entanto, ser solta, pois o Secretário de Segurança à época negou o cumprimento do mandado de soltura, alegando se tratar de “elemento que vem desenvolvendo em São Paulo *perniciosa atividade em prol do comunismo*”<sup>123</sup>.

O episódio toca simultaneamente em duas representações do imaginário anticomunista: os comunistas como “agentes infecciosos” (“contaminação pelo vírus extremista”; “perniciosa atividade”) e os comunistas como “ameaça estrangeira” (“agente do perigo vermelho” e “assinaturas arrevesadas que indicavam a sua procedência estrangeira”).

O general Dutra, ministro da Guerra em 1937, valeu-se de palavras como “germe”, “organismo”, “desagregação” e “ameaçado” para expressar seu descontentamento com medidas de Getúlio que buscaram atenuar em alguma medida o caráter autoritário assumido pelo regime desde novembro de 1935: presos comuns foram libertados; os militantes Luiz Carlos Prestes e Arthur Ernest Ewert, transferidos para prisões menos degradantes; a censura à imprensa passara por um abrandamento etc. Disse o ministro militar na ocasião: “Se continuar esse estado de coisas, o germe da desagregação tentará reentrar no organismo já ameaçado do Exército, levando-nos talvez a uma situação de muito maior gravidade”. Na verdade, as “medidas permissivas” de Getúlio faziam parte do plano de atravancar a sucessão presidencial prevista para janeiro de 1938 e consolidar ainda mais a proposta golpista do Estado Novo.

O aparecimento da metáfora epidemiológica para definir a ação dos marxistas é anterior, contudo, à tentativa de tomada de poder pelo PCB em 1935, marco inicial da constituição do imaginário anticomunista, conforme demonstrado no capítulo anterior.

---

Oswald de Andrade), Mário Pedrosa (crítico de arte), Hilcar Leite (ex-militante do PCB) e Edmundo Moniz (que se tornaria um importante historiador brasileiro).

<sup>121</sup> Jornal *A Noite*, 8 fev. 1936, p. 1.

<sup>122</sup> Jornal *A Noite*, 21 mar. 1936, p. 4.

<sup>123</sup> Jornal *A Noite*, 7 abr. 1936, p. 3.



Por mais nauseabundas que sejam certas realidades soviéticas, convém – como medida de indispensável profilaxia – escancarar-lhe as chagas horripilantes e os cancos em supuração. O bolchevismo também é uma intoxicação de ordem geral, uma lepra monstruosa que degrada as almas e corrói o pensamento (CHESSIN, 1932, p. 5-6)<sup>124</sup>.

“Nauseabundas”, “profilaxia”, “cancros”, “supuração”, “intoxicação”, “lepra”, “degrada” e “corrói”. Em linguagem um tanto empolada, há aqui uma profusão de adjetivos, verbos e substantivos pertencentes ao universo semântico da epidemiologia e da patogenia.

As noções de “vírus”, “infiltração” e “combate” aparecem também em um editorial do *A Noite* em 12 de fevereiro de 1930, ainda sob a vigência da Primeira República. Em referência a fatos passados na França durante aquele mês, os editorialistas afirmam que “o mundo começa, finalmente, a reagir contra a *perniciosa infiltração do comunismo*, que a falsa ditadura proletária, instalada em Moscou à custa do terror, procura espalhar por toda parte”<sup>125</sup>. A reação a qual o texto celebra foi um ato político contrário ao regime socialista realizado em frente à embaixada da União Soviética em Paris e um pedido de um deputado à Câmara francesa para que o governo europeu rompa as relações diplomáticas com Moscou. Era preciso que alguma coisa fosse feita a respeito dos “inconvenientes e *perigos* que constituem para o país a existência da embaixada dos Soviets”<sup>126</sup>.

As informações vieram à tona por causa do vazamento de dois telegramas, os quais serviram para demonstrar “a medida da repulsa com que a França inicia o seu *combate a esse ‘vírus’ dissolvente da sociedade*”<sup>127</sup>. À época, primeiros meses de 1930, o Brasil não contava com uma embaixada soviética, contingência que não impediria, segundo o periódico, que a propaganda revolucionária fosse realizada também por aqui. De todo modo, tornava-se necessário “tomar *medidas profiláticas* contra esses *germens*, que começam a querer *envenenar* o nosso ambiente social com a *epidemia* da sua loucura”<sup>128</sup>.

No final de setembro do mesmo ano, às vésperas, portanto, da “Revolução de 30” que conduziria pela primeira vez Vargas ao poder, um artigo assinado por Lucius sugere o isolamento como medida de prevenção contra o “vírus soviético”<sup>129</sup>. Ao se referir ao modo como a repressão das atividades comunistas no Rio deveria operar, ele levanta a seguinte hipótese:

---

<sup>124</sup> Citado em Mota (2000).

<sup>125</sup> *Jornal A Noite*, 12 fev. 1930, p. 2.

<sup>126</sup> *Ibid.*

<sup>127</sup> *Ibid.*

<sup>128</sup> *Ibid.*

<sup>129</sup> *Jornal A Noite*, 29 set. 1930, p. 1.

Nos Estados Unidos resolveu-se o caso sabiamente: os comunistas nacionais vão ser deportados para uma ilha distante, onde ficarão livres, mas *isolados*. Afasta-se, assim, *o perigo da contaminação*, e dá-se-lhes a oportunidade de criarem uma sociedade à feita a eles, dentro do alcorão de Karl Marx e de Lenine. Por que não se faz isto aqui? Poderíamos mandá-los para Trindade, ou para Fernando de Noronha<sup>130</sup>.

Tal como ocorre em relação a algumas doenças contagiosas, a proliferação das ideias comunistas poderia ser contida caso os comunistas, agentes dessa patologia social desagregadora, fossem isolados do restante da sociedade. Para isso, havia Trindade ou a idílica Fernando de Noronha. Trata-se de medida sanitária semelhante a que foi adotada entre os anos 1920 e 1940 no Brasil em relação à hanseníase.

Motta (2000) mostra que, diferentemente de outras representações, a imagem epidemiológica esteve presente no imaginário anticomunista em praticamente todo o século XX. Ela foi mais utilizada durante os anos 1930, mas não deixou de aparecer com alguma frequência nos anos 1960. Em casos raros, chegou a ganhar uma conotação positiva, que, como se verá, não era casual. Exemplo disso é o que Kruschov dissera aos mais de dois mil estudantes oriundos de vários países durante a inauguração na URSS da Universidade da Amizade, em 17 de novembro de 1960: “Um terço da humanidade se enquadra, hoje, sob a bandeira marxista-leninista e os outros dois terços procuram em vão o contraveneno deste *vírus do século*”<sup>131</sup>.

Na fala de Pedro Bonfim, irmão do militante comunista Antônio Maciel Bonfim, o “Miranda”, aparece uma associação direta entre livros e a adesão ao comunismo, definido como “gérmen revolucionário”. Ao se referir à adolescência do irmão passada em um seminário no Recife, Pedro disse: “Esgotou, em pouco, a biblioteca do Colégio. Julgo que tenha colhido aí o gérmen revolucionário” (BONFIM *apud* MOREIRA, 2016, p. 174). Entre as preferências de “Miranda” – um dos protagonistas dos casos envolvendo as gráficas analisados nesta tese – estavam Cesare Cantu (1804-1895), Élisée Reclus (1830-1905), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Louis Adolphe Thiers (1797- 1877) e Alphonse de Lamartine (1790-1869).

Em outro exemplo similar, Hermes Lima, advogado e político ligado à esquerda não comunista, disse que o objetivo das medidas tomadas contra Cuba pelos Estados Unidos no

<sup>130</sup> Jornal *A Noite*, 29 set. 1930, p. 1.

<sup>131</sup> *Jornal do Brasil*, 18 nov. 1960, p. 10.

primeiro semestre de 1961 era “preservar o continente do *vírus socialista*”<sup>132</sup>. Nesse contexto, o termo assume uma conotação essencialmente positiva, no sentido de algo com poder de disseminação considerável, tal como pareceria ser à época a experiência da Revolução Cubana em relação ao restante da América Latina<sup>133</sup>. Naquele momento, o debate público no Brasil era dominado pelas agendas econômica e de política exterior, com ênfase ao comportamento do presidente recém empossado Jânio Quadros, o qual mantinha relações ambíguas, segundo seus detratores, com a União Soviética<sup>134</sup>.

Pouco antes da Revolução Cubana se sagrar vitoriosa, mas decerto preocupado com sua repercussão no Brasil, Golbery do Couto e Silva, figura central do golpe militar e responsável direto pela formulação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que coordenaria as ações repressivas do regime, escreveu em 1958 um livro chamado *Geopolítica do Brasil*, que acabou por se tornar um estudo influente entre a oficialidade de toda a região da América do Sul. Nele, lê-se o seguinte a respeito da estratégia nacional de combate ao comunismo:

Com efeito, o propósito fundamental, deliberadamente assentado, é nada outro que o de conter o expansionismo comunista em suas atuais fronteiras já dilatadas, impedindo-o de transbordar, onde quer que seja, pelo ataque militar ou pela penetração pacífica, pela agressão tanto ostensiva quanto disfarçada, tanto direta quanto indireta, e *prevenindo* o lançamento à distância de novos rebentos que venham, numa *metástase* de que só o comunismo e o *carcinoma* descobriram o *segredo maligno*, a promover, aquém da cortina de ferro, *novos focos da pernicioso infecção*, de *extinção* muito mais difícil depois (SILVA, 1981, p. 240-241).

Defensor da ditadura a qual o “feiticeiro Golbery” ajudou a construir e a desmontar (GASPARI, 2002), Bolsonaro se elegeu à cadeira de presidente da República em 2018 com um discurso abstrato de que a esquerda havia por anos se “infiltrado” nas instituições sociais – escolas, universidades, centros culturais, imprensa, família etc. – e principalmente na estrutura do Estado, colocando-as em “risco” permanente. No decorrer da campanha e nos primeiros

---

<sup>132</sup> *Jornal do Brasil*, 18 mai. 1961, p. 4. Entre setembro de 1962 e janeiro de 1963, Hermes Lima ocupou o cargo de primeiro-ministro do regime parlamentarista então vigente no Brasil. Sua nomeação ao Superior Tribunal Federal (STF) resistiu à queda de João Goulart, mas não ao Ato Institucional (AI) de nº 5, promulgado em dezembro de 1968. Para o perfil biográfico de Hermes Lima, ver: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

<sup>133</sup> No campo da esquerda, todavia, os termos epidemiológicos nem sempre ganharam conotação positiva, como sugerem as manifestações de Kruschov e Hermes Lima. Trótski, por exemplo, foi prolífico na arte de definir o regime stalinista na União Soviética a partir de metáforas como “cólera”, “sífilis”, “câncer”, entre outras.

<sup>134</sup> Em agosto de 1961, antes de apresentar sua renúncia ao Congresso, Jânio resolveu condecorar Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, principal comenda atribuída a personalidades estrangeiras. O Brasil cortara relações diplomáticas com a União Soviética em 1947, durante o governo Dutra, que só vieram a ser reatadas em novembro de 1961, sob a presidência de João Goulart.

meses de governo, em diversas oportunidades, Bolsonaro comparou os governos do PT a um agente destruidor do Estado, da cultura, da tradição e dos valores “intrinsecamente brasileiros”.

\*\*\*

Está ainda por se fazer um estudo do comunismo como fenômeno atinente às *ciências médicas* em geral e mais particularmente àquelas que procuram desvendar as causas das *deformações psíquicas e morais*. A própria maneira pela qual ele age vem-nos demonstrar que é realmente através do *estudo da patologia* e do *funcionamento das glândulas de secreção interna* que se poderá um dia chegar a explicar o fato de numerosos membros das organizações políticas onde imperam as liberdades individuais aceitarem os dogmas que todo membro das organizações comunistas internacionais admite sem discussão<sup>135</sup>.

Representar os marxistas valendo-se de imagens do universo epidemiológico foi mais comum no Brasil nos anos 1930 e 1940, período em que ocorreram os “estouros” das gráficas analisados no capítulo 6 e as primeiras “ondas anticomunistas” detalhadas no capítulo anterior desta tese. Durante o regime militar (1964-1985), essa operação simbólica tornou-se menos frequente, longe, no entanto, de desaparecer da propaganda dos anticomunistas e do vocabulário de figuras públicas e dos veículos jornalísticos, como sugere o excerto anterior retirado de um editorial do jornal *O Estado de São Paulo* publicado em 1963. Contemporaneamente, o glossário ganhou um novo verbete: “esquerdopata”, termo cunhado pelo jornalista Reinaldo Azevedo e largamente utilizado pelos antipetistas e bolsonaristas nas redes sociais.

Nos anos 1960, há também, além do arrefecimento da carga dramática e hiperbólica das representações, um aumento substancial de referências à “infiltração”, tema correlato ao universo da imunidade e das doenças. Uma das possíveis explicações para essa tendência está na política de alianças estabelecida entre o então presidente João Goulart, o PCB e setores do operariado urbano, classificada pelas Forças Armadas e pela opinião pública conservadora como “infiltração comunista no Estado brasileiro”. Para Motta (2000), outra razão seria a abordagem norte-americana prevalecente na literatura anticomunista que circulava naquele período, muito voltada para divulgar as “técnicas de infiltração revolucionária”, caso das obras *Mestres do embuste – A história do comunismo na América e como combatê-lo* (1963), de Edgar J. Hoover, e *Em cima da hora* (1963), de Suzanne Labin.

---

<sup>135</sup> *O Estado de São Paulo*, 13 jul. 1963, p. 3. Publicado como o editorial da edição, o texto recebeu o título sugestivo de “O comunismo e as ciências médicas”.

Esse tipo de imagem retorna atualmente por meio da noção de “marxismo cultural”, definida, segundo a ótica de movimentos de direita que a cunharam, como sendo a “infiltração” de preceitos e valores de esquerda (progressistas e socialistas) em diversas instâncias da vida intelectual: escolas e universidades, veículos de comunicação, mercado editorial e de arte etc. A tese do “marxismo cultural” sustenta que, diante da derrocada da experiência socialista da União Soviética, os revolucionários marxistas, inspirados agora não mais por Marx, Engels e Lênin, mas pelo filósofo italiano Antonio Gramsci, decidiram-se por travar a luta no campo da cultura, da educação e do debate de ideias, passando a atuar em setores da sociedade considerados estratégicos para a conquista da “hegemonia cultural”.

Nota-se, desse modo, a centralidade e a permanência da metáfora epidemiológica e de temas correlatos a ela no âmbito do imaginário anticomunista, formado igualmente por representações que associam os militantes revolucionários a “demônios” e à “ameaça estrangeira”.

O uso metafórico de enfermidades e medidas de imunização para descrever a dinâmica social possui uma história demasiado abrangente, que não tem início no Brasil de Getúlio nem tampouco no dos generais-presidentes. Com efeito, o imaginário das doenças e seus usos figurados ocupa um espaço privilegiado em toda a cultura e a política ocidentais. Vejamos alguns poucos casos.

Ao abordar – sempre de modo oblíquo – as disfunções da sociedade elisabetana do século XVI, Shakespeare fez largo uso em sua obra de termos como “contágio”, “infecção”, “chaga”, “abscesso”, “úlceras” etc. O vocabulário epidemiológico se estendeu à fortuna crítica a respeito do trabalho do dramaturgo inglês. Stephen Greenblatt (2019, p. 24), um de seus principais intérpretes modernos, afirma o seguinte a respeito da relação existente em algumas peças entre os súditos e seus soberanos autocráticos: “Repetidas vezes Shakespeare retratou o ônus trágico dessa submissão e as medidas heroicas, desesperadas, dolorosas, necessárias para trazer *uma nação combalida* de volta a *um mínimo de sanidade*”. O tirano, com seus desmandos e suas mentiras, representaria a patologia que ameaça seriamente as instituições e a cidadania. “Há alguma maneira, perguntam as peças, de interromper o deslize para um poder arbitrário e ilegal antes de ser tarde demais, algum meio eficaz para evitar a catástrofe civil que a tirania invariavelmente provoca?” (GREENBLATT, 2019, p. 24)<sup>136</sup>.

---

<sup>136</sup> A questão shakespeariana é terrivelmente atual. O ensaio de Greenblatt é uma espécie de resposta intelectualizada ao governo Donald Trump, conforme reconhece o autor.

Dois séculos e meio depois de Shakespeare, Victor Hugo dá à doença o sentido de algo antinatural e deletério. Em uma passagem de *Os miseráveis*, romance publicado em 1862, a vida dos monges é assim interpretada: “O monasticismo, tal como existia na Espanha e existe no Tibete, é para a civilização *uma espécie de tuberculose*. Ele suprime a vida. Pura e simplesmente, despoeva. Isolamento, castração. Foi *um flagelo* na Europa” (HUGO *apud* SONTAG, 2007, p. 94).

Já no século XX, um marxista se vale de imagens da epidemiologia para descrever processos sociais da sociedade burguesa tardia:

Tal forma de cultura [a cultura enciclopédica] serve para criar esse intelectualismo descorado e sem fôlego que gerou toda uma multidão de presunçosos e delirantes, mais *nocivos à vida social sadia* do que *os micróbios da tuberculose ou da sífilis* são para a beleza e para a *saúde do corpo* (GRAMSCI *apud* SONTAG, 2007, p. 91).

Todos esses breves exemplos, extraídos da obra de Sontag (2007), ecoam a analogia entre desordem social e doença – cujo par antinômico seria equilíbrio e saúde – criada pela Grécia Antiga e reproduzida pela filosofia política moderna de nomes como Thomas Hobbes e Maquiavel. Este último faz uso de imagens e termos ligados à enfermidade para tratar de questões de Estado:

Quando os problemas são previstos de longe, o que só homens de talento podem fazer, *os males* que deles poderiam advir são logo *curados*; mas quando, por falta de providência, eles são padecidos até um ponto em que se tornam perceptíveis para todos, já não existe mais *remédio* (MAQUIAVEL *apud* SONTAG, 2007, p. 124).

Hobbes, por sua vez, recorre à ameaça representada pela doença com o propósito de sublinhar a importância da racionalidade na condução dos rumos de um país ou de uma comunidade. Para ele, a única morte justificável de uma sociedade seria aquela resultante de uma violência externa, jamais de uma desordem interna. “Se os homens, não obstante, fizessem uso da razão que alegam possuir, suas Comunidades de Nações poderiam *estar a salvo*, pelo menos, de *perecer devido a doenças internas*” (HOBBS *apud* SONTAG, 2007, p. 126).

Em diferentes épocas e sociedades, portanto, as enfermidades foram utilizadas – na literatura, na teoria social e na filosofia – para representar a corrupção ou a injustiça, a degradação de valores ou as crises econômicas, o desequilíbrio ou a ameaça, mas também a desordem social e as ideias dissidentes. Correntes políticas distintas – e, em certos casos, antagônicas, como o comunismo e o fascismo – invocaram metáforas epidemiológicas em

suas retóricas para atacar adversários e projetos de sociedade com os quais discordavam radicalmente.

No curso dessa longa história, vista aqui somente de relance, há uma inflexão marcante. Trata-se da noção moderna de “revolução”, particularmente cara a esta tese. Se, antes, havia algum otimismo em torno do emprego das metáforas epidemiológicas em sua acepção antiga, já que previa a possibilidade de a doença ser administrada ou curada, com a modernidade tardia, porém, as metáforas epidemiológicas passam a ter a morte como seu sentido prioritário, quando não exclusivo. A ênfase não está mais na administração ou no cuidado – seja por meio da “previdência” como em Maquiavel, seja por meio da “razão” como em Hobbes – da enfermidade, e sim em seu ataque ostensivo por meio de um processo radicalmente transformador, que pode ser levado a cabo tanto por forças à esquerda quanto por forças à direita do espectro ideológico. Não apenas as metáforas, como a própria ideia moderna de doença está relacionada com a morte em sentido estrito.

Sontag (2007, p. 176) cita novamente Hugo e seu romance sobre a Revolução Francesa, *Noventa e três*, como exemplo marcante dessa transmutação. O personagem Gauvain, ele mesmo um revolucionário condenado à guilhotina, avalia da seguinte maneira seu destino trágico:

A civilização estava sob o jugo da peste; este vendaval vem para salvar. Talvez não seja bastante seletivo. Mas pode agir de outra forma? Está incumbido da árdua tarefa de varrer a doença! Em face da infecção aterradora, eu compreendo a fúria da ventania.

O “vendaval”, metáfora para a violência revolucionária, é apresentado aqui como a solução irremediável diante de uma sociedade que está “sob o jugo da peste”; cabe, portanto, à ação revolucionária a “árdua tarefa de varrer a doença” da França e de toda a história da civilização. Isso significa extirpá-la, eliminá-la por completo – longe, portanto, das noções de administração, tratamento ou cuidado, todas elas com uma conotação essencialmente positiva. “O melodrama da metáfora de doença no discurso político moderno supõe uma noção punitiva: uma ideia da doença não como castigo mais como sinal do mal, algo que se deve punir” (SONTAG, 2007, p. 177).

Em ambos os períodos aqui analisados, Estado Novo e ditadura civil-militar, o apelo ao universo epidemiológico para caracterizar as ações dos comunistas guarda uma relação bastante evidente, embora nem sempre explicitada nas representações, com a noção de alteridade. Nesse sentido, a patologia estaria associada necessariamente ao “outro”, jamais ao

“mesmo”. “Para as autoridades da repressão, o ‘produtor de um jornal’ era apenas o outro, elemento provocador que, como tal, deveria ser isolado” (CARNEIRO; KOSSOY, 2008, p. 155). Não por acaso, o gesto de classificar esse “outro desconhecido e ameaçador” como uma patologia foi um procedimento utilizado por regimes totalitários. Trata-se de um expediente que faz parte do repertório de teorias e práticas raciais e xenófobas da modernidade, do qual os estados de Vargas e dos gerais-presidentes se valeram.

Em um texto de intervenção intitulado *Racismo e fascismo (2019)*, Toni Morrison, escritora que retratou com extrema habilidade a dimensão mítica da herança do escravagismo, elenca os dez passos decisivos para o sucesso de regimes autoritários e/ou nazifascistas. Entre eles, interessa enfatizar as “instruções” relacionadas às dimensões da alteridade e da patologia:

1. Construa um inimigo interno, para servir tanto como foco quanto como algo que desvie a atenção daquilo que se deseja ocultar; 2. Isole e demonize esse inimigo, desencadeando e protegendo a prática de ofensas verbais e insultos ostensivos ou indiretos. Use ataques de caráter pessoal como acusações legítimas contra o inimigo; 5. Sabote e calunie todos os representantes e simpatizantes do inimigo assim construído; 7. Use publicações acadêmicas e meios de comunicação de massa para caracterizar o inimigo como uma patologia; por exemplo, recicle o racismo científico e os mitos da superioridade racial para relacionar a patologia a determinados segmentos da população (MORRISON, 2019, p. 4-15).

Curioso é que, ao referir-se ao fenômeno nazifascista, a autora também o qualifica como uma doença, o mesmo procedimento simbólico operado pelo regime social ao qual ela se dedica a criticar: “a genialidade do fascismo está no fato de que qualquer estrutura política pode *hospedar o vírus*, e praticamente qualquer país desenvolvido oferece um caldo de cultura adequado” (MORRISON, 2019, p. 16).

No decorrer dos anos 1930, a retórica nazista substituiu a tuberculose pelo câncer como imagem preferencial para descrever o judaísmo e os judeus. A razão dessa mudança não é fortuita, aponta Sontag (2007, p. 202):

Apresentar um fenômeno como se fosse um câncer representa uma incitação à violência. O uso do câncer no discurso político estimula o fatalismo e justifica “medidas” severas – bem como reforça com veemência a noção de que a doença é necessariamente fatal. Embora as metáforas de doença jamais sejam inocentes, seria possível afirmar que a metáfora do câncer é um caso pior: implicitamente genocida.

Com efeito, o câncer como metáfora esteve presente em muitas querelas e discursos geopolíticos ao longo do século XX, servindo a um só tempo para representar o mal absoluto



e fazer um convite à luta sem tréguas: ele aparece no embate Trótski-Stálin nos anos 1930, na União Soviética; no caso Watergate no princípio dos anos 1970, nos Estados Unidos; na secular disputa entre árabes e israelenses no Oriente Médio etc. O câncer é essencialmente uma “patologia de espaço”, isto é, as principais metáforas a ele ligadas referem-se à topografia e/ou à guerra militar. É comum ver que “o câncer ‘se espalha’, ou ‘prolifera’, ou está ‘difuso’, os tumores são cirurgicamente ‘extirpados’”. Ou ainda, fala-se em “células invasivas”, “colonização de regiões do corpo”, “pacientes bombardeados com raios tóxicos” etc. (SONTAG, 2007, p. 144).

De maneira análoga, os preceitos marxistas e o modo como são difundidos socialmente costumam ser representados conforme a dinâmica espacial e militar. Tanto é verdade que as palavras “extirpar”, “proliferação”, “conter”, “espalhar” e outras similares são reiteradamente utilizadas em propagandas anticomunistas.

As metáforas epidemiológicas usadas pelos anticomunistas para descrever as ações de seus adversários parecem mesmo ter o objetivo de, numa chave hiperbólica, estigmatizar o “inimigo” e, ao mesmo tempo, mobilizar meios para combatê-lo. Os marxistas são apresentados à sociedade de maneira depreciativa, como uma espécie de anomalia, um corpo estranho, daninho, contra o qual é preciso criar mecanismos de defesa eficazes e permanentes.

Tomemos agora o caso da palavra “germe” que, tal como a palavra “câncer”, aparece com frequência na retórica dos anticomunistas brasileiros e alude às gráficas e ao trabalho de propaganda do PCB. “Germe” pode significar “um organismo que causa doença”, mas também “algo que está para brotar”. “Doença” e “crescimento”, simultaneamente (BISS, 2017, p. 33). No caso da militância de esquerda, a expressão “germe comunista” abarca os dois sentidos, já que ressalta tanto a capacidade de proliferação das ideias revolucionárias (“crescimento”) quanto seu potencial de promover disfunções no corpo social (“doença”), cuja saúde é identificada como sinônimo de conservadorismo.

“Germe” também é algo que se reproduz de maneira silenciosa, sem fazer alarde, pertencendo à dimensão invisível do mundo – um pouco como as ideias subversivas em contexto de regimes autoritários ou ditatoriais. A imagem do “verme” é outra figura associada à difusão sorrateira de posições políticas dissidentes. Ela aparece, por exemplo, em um guia de combate ao comunismo elaborado pela Polícia Militar do Distrito Federal: “O seu trabalho, surdo e subterrâneo, traiçoeiro e astucioso, qual verme a perfurar o lodo”.

Na dinâmica repressiva, confiscar cada boletim posto em circulação pelo PCB era uma tarefa impossível. Para evitar que o “germe da subversão” circulasse livremente, o ideal para

as forças do Estado seria ter acesso à sua fonte de emissão: as oficinas gráficas. Ocorre, contudo, que a oficina clandestina, uma vez empastelada pelos agentes do DOPS, era imediatamente reinstalada em outro ponto, a exemplo do que acontece com alguns vírus que se transformam por variação genética e voltam modificados ao trabalho de contaminação.

A propósito, os vírus são seres essencialmente parasitas; seres formados por material genético inerte que necessita de uma célula viva para nela se hospedar e se reproduzir. “A metáfora de uma fábrica é usada com frequência para descrever como os vírus funcionam: eles entram numa célula e forçam seu equipamento a gerar milhares de vírus” (BISS, 2017, p. 35). Não há reprodução viral, quer seja um vírus composto por material genético ou por *bits*, se não houver a existência de um hospedeiro – em inglês, *hosts*. Inevitável não associar o modo de reprodução dos vírus à imagem de uma máquina tipográfica, espécie de *host* vermelho, rodando jornais e boletins comunistas, processo pertencente ao mesmo imaginário industrial da “fábrica”, do “equipamento” e da “reprodução serializada” do qual fala a autora.

O plano de combate ao “vírus comunista” incluía, naturalmente, não só medidas de repressão contra a “origem da infecção” ou ao *host* do vírus – as gráficas clandestinas –, mas também um conjunto de outras estratégias, que variavam entre reformas sociais, antipropaganda, leis persecutórias, manifestações públicas e sermões clericais. Todavia, de modo análogo ao corpo humano que não pode prescindir de certa dose de patógenos, para o Estado também não se tornava vantajoso erradicar o “vírus comunista” do corpo da sociedade. A retórica da existência de um inimigo forte e insidioso costuma ser bastante eficaz em termos políticos, conforme a discussão do capítulo anterior procurou demonstrar.

Se o universo epidemiológico serve de referência para descrever o comportamento humano – no caso, as ações dos militantes do PCB –, de modo correspondente, porém em sentido inverso, a literatura científica especializada em epidemiologia faz uso de metáforas do universo humano para caracterizar os comportamentos e as atividades das células. Fala-se em “comunicação”, “memória”, “reconhecimento”, “interpretação”, “individualidade” desses pequenos organismos. Há até mesmo um ramo da imunologia dedicado a estudar a possível existência de um sistema de sinais e símbolos utilizado para a comunicação entre os organismos celulares: a imunossemiótica.

De todas as imagens evocadas, a mais comum é a de natureza bélica, militarista. O sistema imunológico humano é muitas vezes descrito como um “corpo em guerra”, regido por ataques e defesas, invasores e defensores, vencidos e vencedores. “Nossa imaginação do sistema imunológico”, define Biss (2017, p. 60), é permeada por

Metáforas da defesa militar. Em livros ilustrados e artigos de revistas, o corpo emprega algumas células como “infantaria” ou como a “unidade blindada”, e essas tropas espalham “minas” para explodir bactérias, enquanto a própria reação imunológica “detona como uma bomba” (BISS, 2017, pp. 60-61).

Do mesmo modo, as teorias sociais modernas se valeram do corpo e das partes que o constituem como metáforas para definir o modo de funcionamento de um Estado ou de uma nação. O poder executivo de um país, por exemplo, é apresentado como sendo sua “cabeça”, enquanto os ministérios, casas legislativas e outras instâncias de governança são seus “braços”. Quando a economia vai bem, fala-se em “surto de crescimento”, conquistado graças à capacidade de “digerir inovações” nas mais diversas áreas. É a anatomização da política.

\*\*\*

Em última instância, essas construções simbólicas serviam a um propósito político-persuasivo bem delimitado, o de convencer indivíduos e grupos sociais da inevitabilidade do fracasso do projeto revolucionário encampado pelos marxistas. Na propaganda anticomunista, as representações atuavam como instrumentos úteis na hora de traduzir para um público amplo teses e pontos de vista complexos que pertenciam a campos como a filosofia, a economia ou a história política. Houve, evidentemente, muito de caricatural nas representações do comunismo e dos militantes do PCB, o que não significa que não tivessem eficácia nem lastro na realidade imediata.

Se há um aspecto que singulariza o imaginário anticomunista este é a permanência obsessiva de certas representações – todas elas pejorativas – ao longo do tempo. É perfeitamente possível encontrar circulando pelas redes bolsonaristas em 2019 uma ideia concebida pelos anticomunistas nos idos dos anos 1930. Em contrapartida, certas representações se restringiram à quadra histórica na qual foram elaboradas, não sendo reproduzidas em novos contextos, enquanto outras sofreram adaptações para se encaixarem em conjunturas específicas de luta contra o comunismo e seus militantes. A imagem dos comunistas como “ameaça estrangeira”, já suficientemente trabalhada no capítulo anterior, é um caso de representação circunscrita a um momento histórico determinado, relacionado à URSS, extinta em 1991, que, no entanto, se atualiza na contemporaneidade quando as redes bolsonaristas evocam a relação da esquerda brasileira com países como Venezuela, Cuba, China e Coreia do Norte.

## CAPÍTULO 5

**O anticomunismo do DOI-CODI: o impresso comunista sob a ótica da “doutrina da guerra revolucionária”**

**Chave de leitura:** Abordado no capítulo anterior à luz da metáfora epidemiológica presente no imaginário anticomunista do DOPS, o impresso comunista é tratado aqui sob a perspectiva da “doutrina da guerra revolucionária”, conjunto de preceitos do pensamento militar francês que influenciou decisivamente as ações da ditadura civil-militar brasileira, especialmente de sua máquina repressiva. Procura-se, assim, demonstrar como o DOI-CODI de São Paulo, órgão responsável pelo “estouro” da gráfica analisado no capítulo 7, davam significado à atividade de agitação e propaganda dos comunistas e de organizações da guerrilha urbana. Na maioria dos casos, a repressão a uma panfletagem ou o confisco de jornais e revistas era interpretado pelos agentes como uma vitória do regime frente à “guerra psicológica” desencadeada pela esquerda.

“O desmantelamento das seções de agitação e propaganda (Agitprop) dos comunistas era um feito tão importante quanto o desembarque na Normandia”

Marcelo Godoy, 2014

A criação do Destacamento de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) representou a tentativa do Estado brasileiro de conferir ordem e eficiência à repressão política. Pela primeira vez na história do país a repressão às organizações e partidos de esquerda estava sob comando direto das Forças Armadas, especialmente do Exército. Os DOIs – dez, ao todo – foram concebidos em 1970 como unidades de informação e operação especializadas em “desmontar toda a estrutura de pessoal e de material das organizações subversivas, bem como impedir a sua reorganização”<sup>137</sup>.

“Tratava-se de unificar o comando, de subordinar as polícias ao Exército, de *combater a propaganda e a imprensa inimigas* e de abater os líderes políticos que podiam desempenhar o papel de catalisadores de revoltas” (GODOY, 2014, p. 47, grifos nosso). Nesse novo arranjo, as polícias estaduais foram privadas do lugar que ocuparam no Estado Novo varguista: o de centro de controle e repressão político-social. A prevalência do DOI sobre a Secretaria de Segurança Pública, a qual o DOPS de cada estado estava subordinado, demonstra que, para o regime dos generais-presidentes inaugurado em 1964, o “combate à subversão” passara a ser um problema bélico, relacionado à tática e estratégia de guerra, e não mais apenas uma questão de polícia<sup>138</sup>.

A repressão política sob a batuta dos militares se consolidou em julho de 1969, quando a “Diretriz para a Política de Segurança Interna” foi promulgada pelo governo Costa e Silva, a qual determinou aos comandantes de área do Exército a “responsabilidade pelo planejamento e execução de medidas para conter a subversão e o terrorismo em suas respectivas áreas”. Sete meses depois, uma nova ordem, contida no “Planejamento de Segurança Interna”, determinou o “aperfeiçoamento do dispositivo responsável pela garantia dessa segurança”. Foi criado, assim, o Sistema de Segurança Interna e os comandantes de área do Exército passaram a contar com o auxílio das polícias Militar, Civil e Federal, além das secretarias de

---

<sup>137</sup> *Apostila Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN*. [1974?], cap. 2, p. 27. Citado em Joffily (2008).

<sup>138</sup> Havia, claro, razões de ordem prático-legal: a atuação dos DOPS estava circunscrita aos seus respectivos estados, enquanto as Forças Armadas tinham condições de atuar em todo o território nacional. A Polícia Federal, que porventura poderia vir a desempenhar tal função, não contava à época com treinamento e recursos que a luta contra a guerrilha demandava (D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, 1998).

segurança estaduais<sup>139</sup>. “Esse sistema implantou uma polícia política bastante complexa no país — que mesclava polícia civil, polícia militar, militares das três forças e até mesmo bombeiros e polícia feminina — e foi responsável pelos principais episódios de tortura e extermínio” (FICO, 2004, p. 35).

A polícia política, ou “comunidade de segurança”, fazia par com a espionagem, ou “comunidade de informações”. Ambas instâncias repressivas formavam o que se convencionou chamar de “porões da ditadura”. Entre elas havia articulação, mas também lógicas de funcionamento distintas. O projeto amplo de repressão da ditadura completava-se com a censura à imprensa e às diversões públicas e a propaganda política oficial. Embora já seja possível vislumbrar a formação de tal aparato repressivo nos primeiros Inquéritos Policiais Militares (IPMs) da chamada “Operação Limpeza”, levada a cabo nos primeiros meses após o golpe<sup>140</sup>, a criação dos DOIs em 1970 deu a ele um renovado e significativo impulso (FICO, 2004)<sup>141</sup>.

Muito embora o DOI/CODI fosse apenas um pequeno subconjunto do aparelho de segurança interna do Brasil, essa organização – devido à sua subordinação direta ao Executivo militar federal – sobrepunha-se aos demais elementos de segurança interna e tinha status mais alto do que eles (HUGGINS, 1998, p. 190).

Em termos quantitativos, o DOI de São Paulo possuía em suas fileiras mais policiais (sobretudo militares) do que integrantes das Forças Armadas: dos mais de 250 homens do efetivo disponível, menos de 80 eram oriundos dos quartéis<sup>142</sup>. Os homens do Exército

<sup>139</sup> A repressão política amparou-se em um conjunto de leis e instrumentos jurídicos forjados pela própria ditadura: Atos Institucionais, uma nova Constituição (1967), leis relacionadas à Segurança Nacional, códigos penais militares, tribunais de exceção etc. Tentava-se, assim, manter certa legalidade formal que pouco ou quase nada intervia em muitas das ações ilegais dos órgãos repressivos.

<sup>140</sup> Sobre a relação do aparato repressivo com o governo do marechal Castello Branco, primeiro presidente do regime militar e responsável pela articulação da “Operação Limpeza”, Starling (2019, p. 18) avalia que: “Seu governo não tinha nada de moderado, serviu para institucionalizar as soluções discricionárias que limitaram de modo drástico as competências dos demais poderes e lançou as bases do sistema de repressão que garantiram longevidade à ditadura”. Na historiografia do período, persiste até hoje inúmeras contradições em torno da natureza do mandato e da figura pessoal de Castello Branco. Há quem diga que se tratava de um intelectual moderado e legalista, enquanto muitos o pintam como um ditador cruel e impiedoso, em nada distinto dos demais presidentes-generais. Fico (2001), por sua vez, lembra que foi Castello o presidente responsável por aprovar a Constituição de 1967 e dar legalidade à noção de “guerra interna”, marcos importantes para o aprofundamento das arbitrariedades do regime.

<sup>141</sup> O funcionamento do aparato repressivo da ditadura já foi bastante explorado por parte da historiografia do período, cuja a obra-síntese possivelmente é o trabalho do historiador Carlos Fico, *Como eles agiam* (2001). Não é objetivo da presente tese reiterar tais informações e análises, mas apenas destacar como o pensamento militar que animava esse imenso aparato – a “doutrina da guerra revolucionária” – impactou o modo como os militares entendiam os impressos dos comunistas e suas gráficas clandestinas. A partir deste ponto do capítulo, será traçado um breve perfil da estrutura, métodos repressivos e quadros do DOI-CODI de São Paulo, já que o destaque foi o responsável por desbaratar a gráfica clandestina do PCB no Rio no início de 1975.

<sup>142</sup> *Apostila Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN*. [1974?], cap. 2, p. 27-28. Citado em Joffily (2008).

ocupavam, no entanto, os postos de chefia das seções e subseções do órgão – Investigação, Busca e Apreensão, Interrogatório, Análise –, além de outros cargos de direção. O DOI paulista foi inspirado no modelo da Operação Bandeirante (OBAN), criada pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE), cujo propósito essencial era o de intensificar o terrorismo de Estado<sup>143</sup>.

Em termos de lógica repressiva, o DOI paulista desenvolveu a compreensão de que prender a esmo militantes de esquerda não resolveria o “problema do terrorismo”; realizar vigílias e infiltrações para desarticular a rede clandestina de uma organização ou partido parecia ser uma solução mais inteligente. O “estouro” da gráfica do PCB em 1975, fato que interessa mais de perto a esta tese, e o desmantelamento da própria guerrilha urbana em pouco mais de quatro anos atestam a eficácia dos novos métodos adotados pela repressão no país.

Esses dois métodos – o acompanhamento visual dos afazeres do militante pela cidade e a produção de informantes disfarçados – ganhavam, no linguajar dos agentes, os nomes de “paquera” e “infiltração”. A “paquera” se beneficiava dos “pontos” cobertos pelos militantes nas ruas. Quando se tinha acesso a um único ativista, tinha-se uma “ponta” da organização ou do partido. A vigilância era feita por homens e mulheres, ora a pé, ora de carro, a depender do caráter da operação. Os agentes duplos cooptados pelo DOI-CODI recebiam, por sua vez, o codinome de “cachorros”. Alguns deles tornaram-se célebres com o passar dos anos: Jota, Vinícius, Fritz, Dourado, VIP, Kimble.

Ex-integrante da ALN que se transformou em informante do DOI-CODI de São Paulo, o estudante João Henrique Ferreira de Carvalho, o “Jota”, atuou de maneira decisiva para o desmantelamento da organização dirigida por Marighella. Parte de seu trabalho fora coordenado por um dos principais quadros da repressão à época, ao lado do coronel Carlos Alberto Brillante Ustra: o capitão Ênio Pimentel da Silveira, conhecido como “Doutor Ney”, ou simplesmente “Neyzinho”. “Se o Dops teve o delegado Sérgio Paranhos Fleury, o DOI teve o capitão Ênio”, compara Godoy (2014, p. 34). Integrante do DOI desde 1970, Ênio passou antes pela Divisão de Ordem Social do DOPS paulista, onde aprendeu táticas de

---

<sup>143</sup> Um dos principais centros de tortura e assassinatos da ditadura, a OBAN foi idealizada em junho de 1969 pelo então comandante do 2º Exército, o general José Canavarro Pereira. A operação, não legalizada oficialmente, contou com o apoio dos governos federal e do estado de São Paulo e foi financiada por empresários e industriais daquele estado. Ela representou a primeira investida direta das Forças Armadas em ações de repressão política, antes exercidas pelas polícias estaduais. Seu objetivo consistia em “identificar, localizar e capturar os elementos integrantes dos grupos subversivos que atuam na área do II Exército, particularmente em São Paulo, com a finalidade de destruir ou pelo menos neutralizar as organizações a que pertençam”. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 86, 16084, fl. 5. Citado em Joffily (2009). Para a relação entre empresários paulistas e a Operação Bandeirante, ver *Cidadão Boilesen*, um filme de Chaim Litewski. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yGxIA90xXeY>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

vigilância e infiltração então adotadas pela polícia do estado. Se Ênio arregimentou “Jota”, coube ao delegado Fleury forjar aquele que se tornaria o símbolo máximo da traição entre as esquerdas: José Anselmo dos Santos, o Cabo Anselmo, que na “comunidade de informações” do regime respondia pelos codinomes de “informante Montenegro” e/ou “Doutor Kimble”.

O DOI-CODI de São Paulo é responsável pelo “sumiço” – isto é, a morte e a ocultação do cadáver – daquelas que são consideradas oficialmente a primeira e a última vítimas do regime militar brasileiro: Virgílio Gomes da Silva, o “Jonas” da Ação Libertadora Nacional (ALN), e Orlando Rosa Bonfim Júnior, do PCB. A chacina da Lapa em dezembro de 1976, que vitimou três dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) enquanto faziam a avaliação da experiência da Guerrilha do Araguaia, também é obra do DOI paulistano. Oficialmente, 66 pessoas morreram em suas dependências. Desse total, ao menos 39 o foram sob tortura. Outras 19 passaram pelo órgão e são hoje consideradas desaparecidas.

Sob o ponto de vista da ditadura, a informação tornou-se um elemento preciosíssimo no trabalho de desarticulação das organizações de esquerda, incluindo seus locais clandestinos de impressão. Em última instância, a criação do sistema DOI-CODI fora motivada pelo desejo de se obter informações da maneira mais rápida possível, resultando assim em ações repressivas ágeis e dinâmicas.

Os esforços da repressão política orientavam-se, portanto, pela busca obsessiva por informações sobre o adversário, em seus mínimos detalhes, pelo combate incessante às organizações de esquerda e pelo dever de pressentir e localizar as manifestações da guerra revolucionária, o que, na realidade, significava ampliar tanto quanto fosse possível o leque das suspeitas. Identificar a “subversão” em seu “nascidoiro” significava rastrear todas as suas manifestações, convertendo em suspeita qualquer expressão de ideias ou práticas de esquerda (JOFFILY, 2009, pp. 776-777).

De fato, o desejo de identificar “qualquer expressão de ideias ou práticas de esquerda” fez com que a repressão desenvolvesse uma atenção permanente e um tanto paranoica para os impressos políticos. Cada exemplar de jornal, revista ou panfleto que chegava às ruas representava a manifestação inequívoca da guerra revolucionária – especialmente em sua faceta “psicológica” – levada a cabo pelos marxistas. Daí também porque o “estouro” de uma gráfica clandestina era tão festejado: tratava-se de “identificar a subversão em seu nascidoiro”.

Estabeleceu-se, assim, pouco a pouco, uma relação direta entre informação e tortura, método extralegal e desumano em voga desde 1964, mas que se intensificou após o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Na lógica da repressão, torturava-se para difundir o terror e subjugar



o militante, e também para “arrancar” dele não a confissão de um determinado crime (fosse essa confissão forjada ou não pelas sevícias), mas a obtenção de qualquer tipo de pista que pudesse auxiliar a investida da polícia política sobre a “subversão”. Os agentes do DOI, sintetiza Godoy (2014, p. 134), “não queriam confissões, mas informações. O militar sobrepujou o policial”.

Serão pedidos poucos detalhes sobre os atentados que ele [militante prisioneiro] cometeu ou não e que são de um passado antigo, sem interesse imediato e sim informações precisas sobre sua organização. Em particular, cada homem tem um chefe que ele conhece; antes de tudo, é o nome desse chefe e sua residência que ele deve dar a fim de que se possa proceder à sua prisão. Em seu interrogatório, ele não será certamente assistido por um advogado. Se ele fornece sem dificuldade as informações pedidas, o interrogatório acabará rapidamente; se não, especialistas deverão, por todos os meios, arrancar-lhe o segredo. Ele deverá então, como um soldado, enfrentar o sofrimento e, talvez, a morte (TRINQUIER, 1961, p. 18).

Nos interrogatórios, interessava aos militares e policiais do DOI nomes de ativistas, com ênfase especial aos dirigentes e chefes militares, “pontos” de encontro entre militantes, locais de “aparelhos” e outros detalhes da extensa rede de apoio. Os “aparelhos”, endereços clandestinos de um partido ou organização, eram especialmente visados porque eles eram locais de encontro e hospedagem de militantes, que se dedicavam a realizar balanços de ações passadas e traçar planos.

De acordo com (Joffily, 2009), os interrogatórios do DOI-CODI de São Paulo estruturavam-se em três estratégias distintas e complementares: a) pressupor, de início, que toda e qualquer pessoa ligada ao militante preso poderia ter vínculo com a organização clandestina, quer seja como ativista, quer seja como apoiador; b) aprofundar as informações obtidas pelo interrogatório, levantando mais detalhes sobre nomes verdadeiros, grau de envolvimento, funções, tarefas a serem realizadas, posição hierárquica; c) e, por fim, conseguir o maior número possível de informações sobre o paradeiro de dirigentes e chefes militares. As informações apuradas, por sua vez, se destinavam aos seguintes propósitos<sup>144</sup>:

A primeira e mais urgente consistia em localizar o inimigo: angariar dados para novas perseguições e capturas, além de identificar os alvos. A segunda estava relacionada ao conhecimento do inimigo, com o propósito de antever seus passos e impedir seus movimentos. A terceira dizia respeito à punição legal, sendo importante identificar o grau de envolvimento do depoente com atividades de cunho político, e medir intencionalidades, com vistas à fase judiciária da repressão política, a fim de orientar a decisão dos juízes no processo movido pela Justiça Militar (Joffily, 2009, p. 777).

---

<sup>144</sup> Para chegar a essas formulações, a autora analisou 5.427 sessões de interrogatórios preliminares da OBAN e do DOI-CODI de São Paulo.

Quanto às gráficas, como a repressão chegava até elas? Existia uma preocupação por parte do aparato repressivo de extrair logo de imediato informações relacionadas às “gráficas vermelhas”? Pelos documentos disponíveis, qualquer resposta a essas perguntas se revelaria especulativa e imprecisa, mas é possível dizer que, entre os diversos tipos de “aparelhos”, aquele que abrigava a gráfica (ou o depósito de impressos) certamente era um dos mais cobiçados. “Estava em jogo não apenas a possibilidade de prender outros militantes que ali residissem ou estivessem se reunindo, como de recolher *vasto material de propaganda*, armamentos, dinheiro e documentos da organização à qual o aparelho pertencia” (Joffily, 2009, p. 779, grifo nosso).

Na estrutura do aparato repressivo do regime, não cabia ao DOI – embora eventualmente o fizesse, conforme mencionado anteriormente – a tarefa de coletar informações e provas que incriminassem os militantes e enviá-las à Justiça Militar, a pretexto de violações da Lei de Segurança Nacional. A formalização de inquéritos continuava sendo realizada pelas polícias estaduais. O papel principal do DOI era atuar como um instrumento de guerra contra a “subversão” e o “terrorismo”. O destacamento mantinha, no entanto, um fichário macabro em que catalogava fotografias de guerrilheiros assassinados antes de enviá-los ao Instituto Médico Legal (IML). Percebe-se como a fotografia acompanhava todo o processo repressivo: da morte à vigilância de militantes, “aparelhos”, gráficas, “pontos” etc.<sup>145</sup>

Ao fazer uso indiscriminado da tortura em interrogatórios em busca de informações, o DOI repercutia o ensinamento do coronel francês Roger Trinquier (1961, p. 86), um dos teóricos da chamada “guerra revolucionária”: “O que buscam as forças da ordem que prendem um subversivo não é punir os crimes a respeito dos quais sua responsabilidade pessoal não está em questão, mas como em todas as guerras, a destruição do exército adversário ou a sua submissão”. A luta contra o “terrorismo” deveria ser “total”, não podendo subordinar-se a códigos legais ou de conduta ético-moral, apregoavam tanto militares franceses quanto seus congêneres brasileiros<sup>146</sup>.

---

<sup>145</sup> Sobre a presença desse tipo de imagem em arquivos, Bastos (2010, p. 73) afirma que “as imagens existem como documento, mas a existência delas no Arquivo lhes garante, sobretudo, uma sobrevivência própria e propiciam um caminho autônomo e peculiar de constituição da história”.

<sup>146</sup> Esse preceito da ciência militar francesa adotada pelas Forças Armadas no Brasil ganhou uma “versão civil” na reunião que decretou a aprovação do AI-5 em dezembro de 1968: “Às favas, senhor presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência”, disse o então ministro do Trabalho e da Previdência Social Jarbas Passarinho. Menos contido, o coronel francês Antoine Argoud (1974, p. 89) afirmara: “De nossa perspectiva, a tortura e as execuções são atos de guerra”. Citado em Martins Filho (2012).

De abuso cometido pelos interrogadores sobre o preso, a tortura no Brasil passou, com o regime militar, à condição de ‘método científico’, incluído em currículos de formação de militares. O ensino deste método de arrancar confissões e informações não era meramente teórico. Era prático, com pessoas realmente torturadas, servindo de cobaias neste macabro aprendizado (BRASIL: NUNCA MAIS, 1996, p. 32).

Para a opinião pública, o regime justificava a violência alegando que os atos daquela “guerra” foram iniciados pelas esquerdas, cabendo então às Forças Armadas a tarefa legítima de revidar e defender o país. Isso quando os militares assumiam o caráter político inerente ao conflito, porque, em muitos casos, os revolucionários eram apresentados como delinquentes comuns que cometiam crimes e se escondiam sob o argumento da “motivação política”<sup>147</sup>. No âmbito interno das Forças Armadas e do Executivo federal, os generais-presidentes, seus ministros e chefes militares tratavam a repressão como uma forma justificada de pôr fim às forças políticas no país que lutavam pela redemocratização e pelo socialismo<sup>148</sup>. Quando se trata de buscar responsáveis por torturas e outras formas extremas de violência, cabe a ressalva feita por Fico (2004, p. 35, grifos do autor): “Não se deve confundir a *independência operacional* com que trabalhava a polícia política com uma suposta *autonomia* em relação aos oficiais-generais. A tortura e o extermínio eram aceitos pelos comandantes e governos militares, como hoje já se comprovou”.

“Destruir o inimigo”, portanto, nunca deixou de ser objetivo e, principalmente, método da ditadura. Uniu-se, então, a estratégia militar de aniquilamento adotada em guerras com as táticas policiais de vigilância, infiltração e investigação. Vigiar para punir se possível com a morte foi um sistema que resultou de escolhas, as quais se baseavam em certos princípios doutrinários.

A Lei de Segurança Nacional (LSN, Decreto-Lei nº 314), promulgada em março de 1967, ainda durante o governo Castello Branco, associou muito fortemente as noções de “guerra” e “segurança interna” (LONGHI, 2009). O texto mencionava 38 tipos de crimes contra a Segurança Nacional e inúmeros outros delitos relacionados à “guerra revolucionária

---

<sup>147</sup> Sobre caracterizar o confronto entre as esquerdas guerrilheiras e as forças de repressão do Estado como sendo uma “guerra”, tal designação está longe de pretender mitigar a violência perpetrada pela ditadura militar. As Forças Armadas sequestraram, torturaram e executaram aqueles que se opuseram – pela via armada ou não – ao regime de exceção inaugurado em 1964. Todos esses atos infringiam a própria legislação autoritária do regime. Além do mais, a opção por matar o inimigo quando se pode capturá-lo é vista como um delito grave até mesmo numa guerra. Para ficar apenas no exemplo do PCB, objeto desta tese, ao menos 10 de seus militantes que faziam parte do Comitê Central foram mortos entre 1964 e 1985.

<sup>148</sup> É importante frisar que a guerrilha urbana no Brasil não foi somente um meio de combate a um regime de exceção. Os militantes das diversas organizações acreditavam estar lutando por uma revolução socialista. Naquele momento, a tática adotada passava pela renúncia à via parlamentar e pela adoção da luta armada revolucionária. Com efeito, a opção pelas armas foi admitida em parte da esquerda antes mesmo do golpe de 1964; a exceção era o PCB e sua palavra de ordem “derrotar a ditadura”.

ou subversiva” e à “guerra psicológica adversa”, demonstrando, com o uso desses termos, a influência do pensamento francês sobre a legislação criada. Consta o seguinte texto em seu artigo terceiro: “A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva”.

Com esse Decreto-Lei 314, a ideia da guerra psicológica, revolucionária e subversiva é acentuada. Qualquer manifestação, crítica, propagação de ideia, de qualquer natureza, contrárias ao regime militar, a partir de então, era considerada ofensa à Segurança Nacional (LONGHI, 2009, p. 129).

Nos anos seguintes, a LSN foi modificada (Decreto-Lei nº 314, de março de 1969; Decreto-Lei nº 898, de setembro de 1979), chegando a prever, como resposta ao sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, a existência da pena de morte e da prisão perpétua no Brasil (Joffily, 2008). A atuação do DOI de São Paulo no desmonte da gráfica comunista no Rio se deu sob a vigência dessa penúltima modificação na LSN<sup>149</sup>.

Com efeito, só se entende o desenho organizacional e as ações contra a esquerda levadas a cabo pelos órgãos da “comunidade de segurança” – incluindo as que resultaram no desmantelamento de gráficas e locais clandestinos de impressão – quando se examina os fundamentos da ciência militar que animavam a ditadura à época. Essa doutrina se inspirava em autores da tradição militar francesa como Liddell Hart, Roger Trinquier, Claude Delmas e Charles Lacheroy. Uma ênfase particular era dada às formulações do coronel Gabriel Bonnet sobre as “guerras insurrecionais e revolucionárias”<sup>150</sup>. Seu livro mais famoso fora traduzido<sup>151</sup> e publicado em 1963 pela Biblioteca do Exército (Bibliex) e constava como uma das fontes da apostila *Guerras Revolucionárias, Cuba, Grécia e China*, editada pelo curso de preparação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Antes mesmo do golpe de Estado, em 1958, meios editoriais das Forças Armadas traduziram artigos de revistas francesas que resultaram no fascículo *Alguns estudos sobre a*

<sup>149</sup> A Lei de Segurança Nacional (LSN) sofreria ainda duas novas alterações, em 1978 e 1983, mas seus efeitos repercutiram no sentido de abrandar a violência e as medidas repressivas, contribuindo assim para o processo de “abertura” da ditadura. A noção de “segurança nacional” está atrelada a uma outra, a de “crime político”. Para o debate em torno dessas duas noções centrais do regime inaugurado em 1964, ver Joffily (2009) e Silva (2007).

<sup>150</sup> Acreditou-se, por um certo período, que a atuação política dos militares de 1964 teria sido influenciada principalmente pela doutrina norte-americana. Parte desse entendimento inicial entre os estudiosos do tema deveu-se à publicação no Brasil, no limiar dos anos 1980, da influente obra *A ideologia da segurança nacional*, de Joseph Comblin. A conexão militar França-Brasil, conforme aponta Martins Filho (2012, p. 521), começou a ser devidamente explorada por pesquisadores só muito recentemente, a partir do início dos anos 1990.

<sup>151</sup> Ver BONNET, Gabriel. *Guerras insurrecionais e revolucionárias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1963.

guerra revolucionária e na cartilha *Relatório do Seminário de Guerra Moderna*. No ano seguinte, uma conferência sobre o tema teve lugar na Escola Superior de Guerra. Poucos meses depois, uma comissão foi designada pelo chefe do Estado Maior do Exército para estudar a instrução sobre guerra moderna, com ênfase especial à guerra revolucionária. Dali em diante, informativos do Exército como o *Mensário de Cultura Militar*, *Boletim de Cultura Militar*, *Cultura Militar* etc. passaram a tratar periodicamente do assunto (MARTINS FILHO, 2012; FRAGOSO, 1959; BAUER, 2011).

É possível identificar a influência da teoria francesa na obra de Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do poder*, publicada em 1958<sup>152</sup>, especialmente em seu capítulo *O planejamento e a Segurança Nacional* (GASPARI, 2002b). O oficial foi um dos artífices principais da ditadura dos generais-presidentes findada em 1964. A literatura de formação de cursos das escolas das Forças Armadas brasileiras abarcava ainda o estudo crítico de obras de dirigentes proletários cujas contribuições no campo das estratégias militares eram de relevância reconhecida: Lênin, Che Guevara e Mao Tsé-tung.

“Erroneamente culpamos os americanos pela influência dessa doutrina no Brasil. A origem foi a França. Essa doutrina teve grande influência no Exército brasileiro. Ela se tornou uma obsessão, na qual se via em tudo a guerra revolucionária em marcha”, afirmou o general Otávio Costa<sup>153</sup>. Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras e da Escola de Comando-Maior do Exército, ele ressalta ainda o contexto em que a doutrina francesa desembarcou no Brasil:

Em Fort Leavenworth, na War School, nos Estados Unidos, debatia-se qual seria a nova doutrina militar. Elaborou-se a doutrina da guerra nuclear, com sua divisão pentômica, passando do uso estratégico dessas armas para o tático. No Brasil, os militares ficaram perdidos, pois a guerra nuclear não existia para nós, era delirante. Nesse vazio, desabou entre nós a Doutrina da Guerra Revolucionária e Insurrecional. Ela ocupou o espaço, já que não era possível acompanhar a guerra nuclear e a convencional não mais existia.

Paul Aussaresses, general do exército francês que participou das guerras da Indochina e da Argélia, instruiu brasileiros sobre a doutrina e os métodos aplicados na luta colonial em cursos em Fort Bragg, no estado norte-americano da Virgínia. Reuniram-se ali militares

---

<sup>152</sup> Para mais detalhes da importância da obra na construção de representações do imaginário anticomunista no Brasil, ver capítulo 4 desta tese.

<sup>153</sup> Depoimento do general Otávio Costa aos pesquisadores do CPDOC: D'ARAUJO, Maria Celina *et al.* *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998, p.77-78. Na Escola Superior de Guerra de Paris, os brasileiros eram maioria entre os latino-americanos nos cursos realizados entre 1951 e 1962 – 24,4% do total.

vindos principalmente da Argentina<sup>154</sup> e do Brasil. Adido militar da França no Brasil entre 1971 e 1973, Aussaresses ministrou cursos da mesma natureza na Escola de Guerra na Selva, situada em Manaus<sup>155</sup>. Ele desenvolveu uma longa amizade com o então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), o general João Batista Figueiredo (BAUER, 2011). A passagem de Aussaresses pelo Brasil coincidiu com o período em que a repressão da ditadura fora mais intenso, resultando no aumento significativo de casos de torturas, mortes e desaparecimentos. Na sua avaliação,

O governo brasileiro travou uma luta impiedosa contra comunistas treinados pela União Soviética. O policial Sérgio Fleury, de origem francesa, perseguiu a todos eles. Os policiais prenderam violentamente as pessoas, enquanto os esquadrões da morte, constituídos por homens bastante duros, terminavam o trabalho.

Nesse tipo de concepção de guerra trazida da França para a Escola Superior de Guerra (ESG) brasileira e difundida posteriormente para o Estado Maior das Forças Armadas, não havia forças nacionais ou Estados soberanos em confronto; não estaria em jogo territórios, poder ou prestígio ante à comunidade internacional; o número de combatentes estava longe de mobilizar parcelas significativas da população. Lutava-se, na verdade, pela prevalência de uma determinada visão de mundo (ideologia) sobre outra.

“A GR [guerra revolucionária] é um tipo diferente das demais guerras, porque nela não há luta aberta entre exércitos. Na definição feliz dos franceses, ‘a GR é uma luta abstrata contra um inimigo invisível’”, afirmou o tenente-coronel responsável por comandar a Coordenação de Execução da OBAN, Waldyr Coelho, durante uma palestra a policiais militares em 1970<sup>156</sup>. O Exército brasileiro assim a definiu:

É a guerra interna de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que – apoiados em uma ideologia, estimulados

<sup>154</sup> Em 1961, o país portenho foi sede do primeiro curso de guerra contrarrevolucionária interamericano, do qual participaram também membros das Forças Armadas Brasileiras, além de oficiais de 14 outros países. Cinco anos depois, um material inusitado serviria de instrução sobre a “doutrina da guerra revolucionária” a militares das Forças Armadas argentina e brasileira: o filme *A Batalha de Argel*, do cineasta italiano Gillo Potencorvo. “Cinicamente, ao ser perguntado se assistira à produção, Paul Aussaresses afirmou: ‘Sim, é magnífica. Muito próxima da verdade. Não se pode fazer melhor, está muito bem interpretada’” (BAUER, 2011, p. 87).

<sup>155</sup> Instruídos por Aussaresses na Escola de Guerra na Selva, os militares brasileiros, por sua vez, passaram a fazer da instituição alocada em Manaus um centro de treinamento de integrantes de Forças Armadas estrangeiras. Entre 1966 e 1985, passaram por lá militares de países como Argentina, Chile, Peru, Bolívia, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, México, Panamá etc., que receberam instruções sobre “técnicas de tortura e combate à guerrilha”. “Exército ensinou tortura a estrangeiros”. *Folha de S. Paulo*, 15 jun. 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1506200812.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

<sup>156</sup> Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15.602, fl.14. Citado em Joffily (2009).

e, até mesmo, auxiliados pelo exterior – visam à conquista do poder através do controle progressivo, físico e espiritual, da população sobre a qual é desencadeada<sup>157</sup>.

Estava claro que, àquela altura, a guerra atômica entre Estados Unidos e União Soviética era uma ameaça remota e que a guerra convencional já havia sido em tese superada, restando aos países de “democracia ocidental e cristã” voltar-se para um outro tipo de conflito bélico – não menos complexo e oneroso –, aquele desencadeado contra o “inimigo interno”, isto é, contra os partidos comunistas. A guerra contra os comunistas, em contrapartida, “era um conflito que parecia estar aqui dentro”, como definiu o general Octávio Costa<sup>158</sup>.

Na concepção de ‘guerra revolucionária’ assumida pela ESG e associada à ideia de Segurança Nacional reorientava-se a noção de fronteira até então vigente na definição do inimigo; assim, de inimigo externo e definido, passou-se à concepção de inimigo difuso, penetrando as fronteiras do país, podendo constituir-se internamente e de modo mascarado (LONGHI, 2009, p. 124).

Uma vez que o caráter da guerra e das ações do “inimigo” haviam se alterado, alterava-se também o tipo do exército moldado para nela atuar. No caso brasileiro, as polícias estaduais cederam lugar a um novo tipo de organização militar-policial, os DOIs. Já no francês, criou-se o *Détachement Opérationnel de Protection (DOP)* para atuar na luta de libertação nacional argelina. Em suas memórias, o ex-chefe do DOI paulista e torturador reconhecido pela justiça, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, detalha o modo como a repressão caracterizava o “inimigo” ao qual passaria a enfrentar e para o qual teria que adaptar-se:

Dentro desse contexto ele milita no âmbito de uma organização clandestina; é preparado ideologicamente; recebe recursos materiais de uma potência estrangeira; é aperfeiçoado em cursos nesses países interessados em apoiar essa Guerra; recebe nomes falsos e codinomes; vive na mais absoluta clandestinidade; possui mecanismos de segurança extremamente eficientes, onde a compartimentação o isola da maioria dos seus companheiros; vive infiltrado no seio da população; não usa uniformes; ataca sempre de surpresa; sequestra, mata, assalta e rouba em nome do seu ideal revolucionário; vive em “aparelhos”; combate no seio da sociedade que pretende destruir; vive a soldo de uma Organização para a qual dedica todos os seus dias (USTRA, 1987, p. 157)<sup>159</sup>.

Se as esquerdas determinavam suas táticas a partir de noções de teoria militar como “guerra popular prolongada” ou “foco guerrilheiro”, a ditadura inspirava-se nos preceitos da

<sup>157</sup> Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, 1961.

<sup>158</sup> Depoimento do general Octávio Costa aos pesquisadores do CPDOC: D’ARAÚJO, Maria Celina *et al.* *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998, p.77-78.

<sup>159</sup> Citado em Joffily (2009).

“guerra revolucionária” de Bonnet e outros teóricos. Formulados a partir da experiência francesa no combate aos movimentos de independência na Argélia<sup>160</sup> e no Vietnã, tais preceitos determinavam a necessidade de, no contexto de um conflito armado, “destruir o inimigo, desarmá-lo e obter sua consequente submissão, o que só seria possível forçando-o ao abandono de sua ideologia ou dos meios de expressá-la em público, ou seja, neutralizando sua ação política” (GODOY, 2014, p. 63).

Havia, portanto, uma ênfase por parte da doutrina militar da ditadura na necessidade de neutralizar a ação pública do “inimigo”. Os seguidores da “doutrina da guerra revolucionária” defendiam que, antes mesmo que o primeiro tiro fosse dado, os revolucionários tratavam de incutir “ideias subversivas” na sociedade, valendo-se do trabalho de “agitação e propaganda ideológica”.

Nesse sentido, Bonnet afirmava que a “guerra revolucionária” desencadeada pela esquerda era a união entre a “guerra de guerrilhas” e a “guerra psicológica”, sendo esta última formada essencialmente pela “doutrinação ideológica”, feita de modo “insidioso” e “subliminar” (MARTINS FILHO, 2009). Assim, a “artilharia do pensamento” comunista era constituída de livros, rádio, TV e a imprensa em geral. “Esse tipo de guerra seria a forma encontrada pelo comunismo de inspiração marxista para vencer a civilização ocidental cristã, por meio da *doutrinação das populações* dos países onde atua e com o emprego da guerra de guerrilhas” (MARTINS FILHO, 2012, p. 526, grifos nosso).

Nota-se, com facilidade, a predominância de um “viés psicologizante” nos formuladores da “guerra revolucionária”. O coronel Meira Mattos, ao comentar o trabalho do francês Lacheroy, enfatizou que em conflitos dessa natureza “a decisão é procurada, principalmente, pelo emprego intensivo de processos psicológicos de persuasão e submissão; o objetivo estratégico é a conquista psicológica das mentes dos habitantes da área geográfica visada”. No linguajar da caserna, ao levarem a cabo a “guerra revolucionária” os marxistas buscavam em primeiro lugar disputar a “mente e o pensamento humanos”, com o intuito de manipulá-los a favor de uma revolta contra o estado de coisas vigente. “Mente e pensamento humanos” eram “conquistados” com o recurso valioso da agitação e da propaganda políticas e, em alguns casos, com a ferramenta do ensino público.

Ao comentar o comportamento de uma professora no interior de São Paulo indiciada por dar aos seus alunos um exercício no qual a morte de Vladimir Herzog era atribuída aos

---

<sup>160</sup> A chamada “Batalha de Argel”, ocorrida em 1975 na capital do país africano, foi crucial para a concepção de muitos dos preceitos militares que compõem a “doutrina da guerra revolucionária” (BAUER, 2011). Gaspari (2002, p. 32) classifica-a como “o maior triunfo de uma unidade antiinsurrecional nos tempos modernos”.



militares, um agente da repressão tomou nota: “Percebe-se na conduta da indiciada o objetivo de preparar psicologicamente a criança, para que, no porvir, possa a mesma ser receptível a outras ideias contrárias aos nossos interesses políticos. É o terrível processo de massificação, adotado pelo P.C., posto em prática a partir da infância”<sup>161</sup>.

Do mesmo modo, um panfleto de 1977 da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade fala em “guerra revolucionária psicológica” movida em todo o mundo pela Rússia e pela China, cujo principal objetivo seria “o confisco de mentalidade, modificando o pensar e o sentir dos homens”<sup>162</sup>.

Evidentemente não se trata de campanhas desabotoadas, nem de estrondos publicitários. Muito pelo contrário. Para destruir a propriedade, a guerra psicológica comunista mais sagaz não fala contra ela. Mas *através de um noticiário torrencial e jeitoso*, vai sistematicamente apresentando ao público todo assalariado como um explorado. De onde as sensibilidades acabam imperceptivelmente por ver em todo patrão um ladrão. Analogamente, a guerra psicológica revolucionária age contra a religião, a tradição etc. (grifos nosso)<sup>163</sup>.

A ênfase da “doutrina da guerra revolucionária” no aparato editorial e de propaganda dos “subversivos” explica a enorme atenção dispensada pela ditadura às gráficas clandestinas comunistas, cujos “estouros” eram comemorados como troféus de extremo valor. Ao reprimir uma panfletagem, confiscar tiragens de jornais e revistas, ou “empastelar” um parque gráfico clandestino ou uma editora, os agentes imaginavam estar atuando contra a “guerra psicológica” dos comunistas. Outra forma de combatê-la consistia em investir na “formação moral e cívica” da população (MARTINS FILHO, 2012). Isso explica em parte o aumento do número de escolas militares e o conteúdo da propaganda oficial do governo no período.

Desarticular os meios expressivos que unem a oposição ao restante da sociedade é, com efeito, fundamental para qualquer regime de exceção. “O desmantelamento das seções de agitação e propaganda (Agitprop) dos comunistas era um feito tão importante quanto o desembarque na Normandia” (GODOY, 2014, p. 68).

\*\*\*

<sup>161</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 245, folhas 168. Para o agente da repressão, a dialética marxista era facilmente encontrada num trabalho dado pela mesma professora a seus jovens alunos: “No trabalho passado à 5ª série ‘A’, com o tema ‘Júri simulado sobre o aumento do preço da gasolina’, é patente o emprego da dialética marxista de que toda ação gera uma reação contrária, determinando um resultado. Utilizando-se da lógica formal, chegam os marxistas aos resultados que eles querem, pela maneira como expõe os fatos”.

<sup>162</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 245, dossiê 12, folhas 168 a 195.

<sup>163</sup> Ibid.

A seção *Comunismo* no APERJ reflete didaticamente essa preocupação com o chamado “impresso comunista”: há um sem número de materiais – jornais, revistas, livros, panfletos, cartazes, apostilas, faixas etc. – apreendidos pela ditadura militar.

Em fevereiro de 1976, panfletos da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) deixados em passarelas da avenida Brasil (Fig. 18), no Rio de Janeiro, motivaram a abertura de um registro no Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) classificado com o grau de sigilo “confidencial”. Datilografado, o material denunciava a morte de um metalúrgico em São Paulo e apresentava no cabeçalho a seguinte advertência: “Atenção! Leia que é importante”<sup>164</sup>.

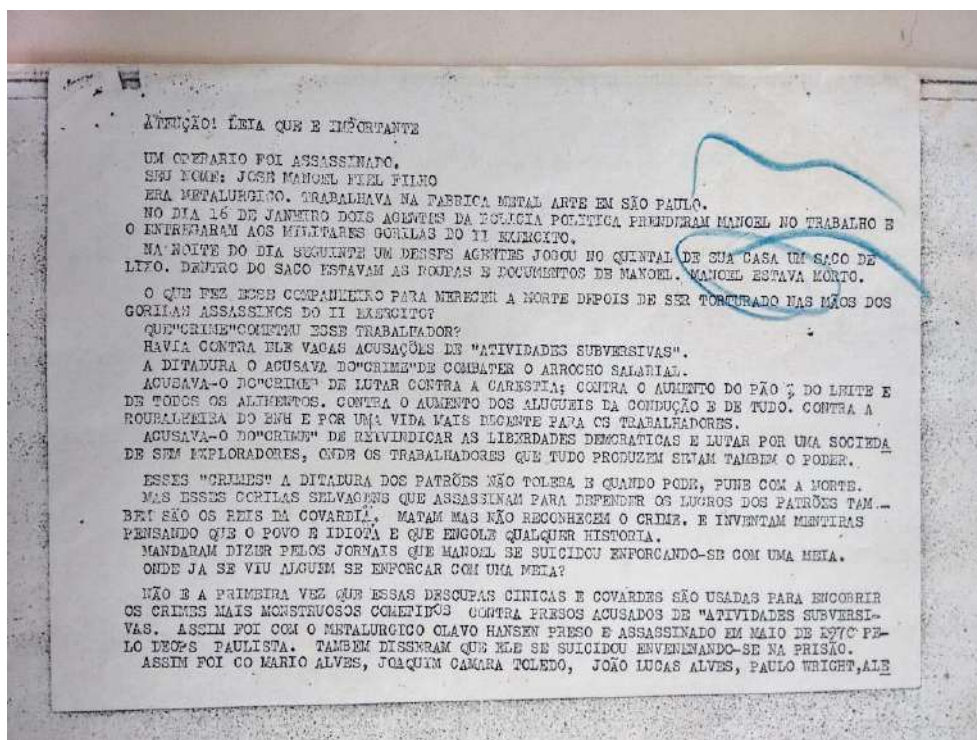


Figura 18 – Folheto da VPR denuncia morte do operário Manoel Fiel Filho. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Em tom de denúncia, o panfleto atribuía aos militares do II Exército a autoria do crime. O operário, após sofrer torturas, teria sido morto por lutar por “liberdades democráticas” e por “uma vida mais decente para os trabalhadores”, afirmavam os militantes.

<sup>164</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 245, dossiê 12, folhas 168 a 195.

O II Exército e o DOI-CODI, porém, teriam forjado o suicídio de Manoel Fiel Filho, a exemplo do que ocorrera meses antes com o jornalista Vladimir Herzog.

Num dado momento, os combatentes da VPR indagam: “Mandaram dizer pelos jornais que Manoel se suicidou enforcando-se com uma meia. Onde já se viu alguém se enforcar com uma meia?”. As mortes dos militantes Stuart Jones, Mário Alves e Joaquim Câmara Ferreira, bem como do deputado federal Rubens Paiva, são igualmente atribuídas à técnica do suicídio forjado. O então general-presidente, Ernesto Geisel, e o chefe militar do II Exército em São Paulo, Ednardo D’Ávila Melo, seriam cúmplices de todas aquelas mortes e torturas<sup>165</sup>. O caso teve enorme repercussão à época e Ednardo acabou substituído no comando do II Exército pelo general Dilermando Gomes Monteiro. A decisão de Geisel causou indignação entre parcelas das Forças Armadas identificadas com a “linha dura” e contrárias à abertura do regime patrocinada pelo então presidente. O comandante e subcomandante do DOI paulista, o tenente-coronel Audir Santos Maciel e o capitão Dalmo Lúcio Cyrillo, respectivamente, também foram destituídos de seus cargos.

Chama a atenção o fato de não constar no impresso a assinatura da VPR, donde se deduz que o CENIMAR descobriu por outros meios – não explicitados no documento sigiloso – a autoria da mensagem. A investigação não conseguiu identificar e localizar quem teria realizado a ação de “guerra psicológica”, registrando apenas o modelo e a placa do carro que supostamente levava os “subversivos” até o local: um Dodge Dart verde, com placa da Guanabara.

Percebe-se aqui como o panfleto cumpre o papel de veículo de denúncia dos crimes cometidos pela ditadura, substituindo em certa medida os jornais e outros meios de comunicação, que, àquela altura, atravessavam o processo de transição da censura prévia para um tipo de censura *a posteriori*<sup>166</sup>. A versão miniaturizada, produzida por uma máquina de escrever, de custo baixo e fácil transporte, possibilitou sua fixação nas grades de passarelas da avenida Brasil, via de fluxo intenso de pessoas e veículos no Rio.

Formatos menores, produzidos não necessariamente por máquinas tipográficas de partidos e organizações, mas por mãos de militantes ou pessoas comuns, dificultavam o trabalho repressivo da polícia. Manifestações contra a ditadura podiam aparecer de repente em qualquer parte da cidade. Foi o que um grupo de agentes percebeu ao circular pelas ruas do centro do Rio em junho de 1976.

---

<sup>165</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 245, dossiê 12, folhas 168 a 195.

<sup>166</sup> Outubro de 1975 marca o fim da censura prévia aos meios de comunicação no Brasil.

Pequenos panfletos, escritos à mão, foram colocados em pilastras, pontos de ônibus, lixeiras, banheiros de bares e portas de lojas de ruas como a Sete de Setembro e a Gonçalves Dias<sup>167</sup>. Uma lixeira da Comlurb serviu de suporte para a propaganda comunista: “Chega de mentir ao povo – Abaixo a ditadura militar” (Fig. 19).

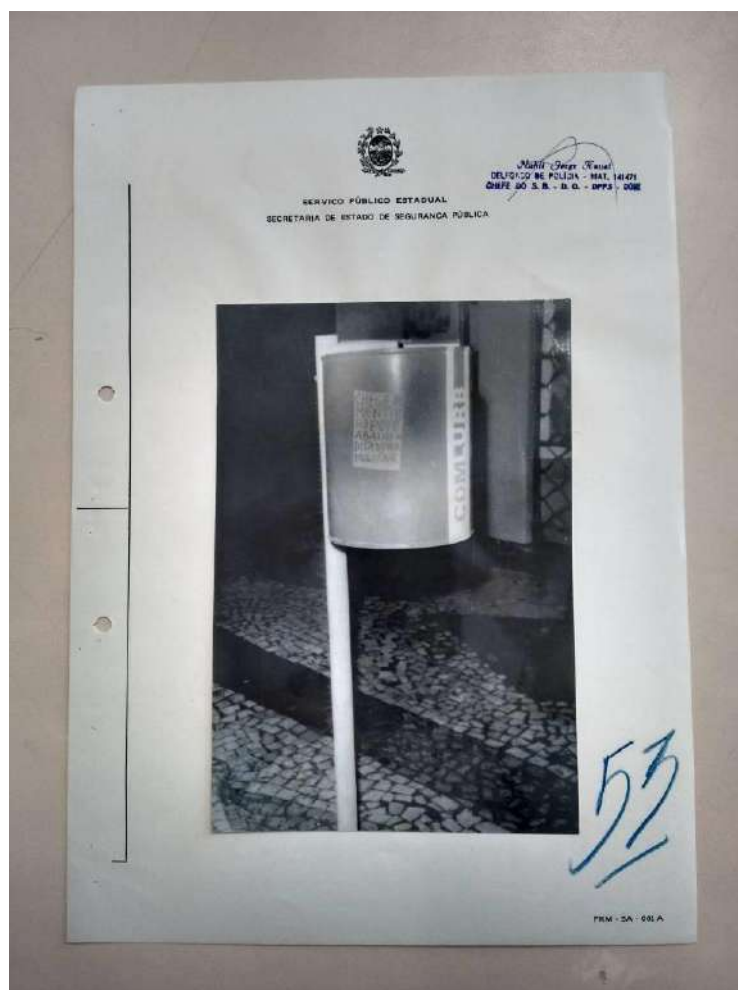


Figura 19 – O impresso político assumia as mais diversas formas em sua luta contra a ditadura. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

O panfleto de pequenas dimensões colado na pilastra do prédio de nº 171 na Sete de Setembro exibia os seguintes dizeres: “Chega de roubar – Abaixo a ditadura assassina”. Impresso semelhante seria encontrado em frente à entrada principal do Teatro João Caetano, nas proximidades da praça Tiradentes. “Chega de explorar o povo – Abaixo a ditadura militar” era a palavra de ordem. Os agentes da seção de “Buscas Ostensivas” recolheram

<sup>167</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 245, dossiê 12, folhas 168 a 195.

algumas dessas manifestações, anexadas posteriormente aos documentos sigilosos presentes hoje no APERJ (Fig. 20)<sup>168</sup>.

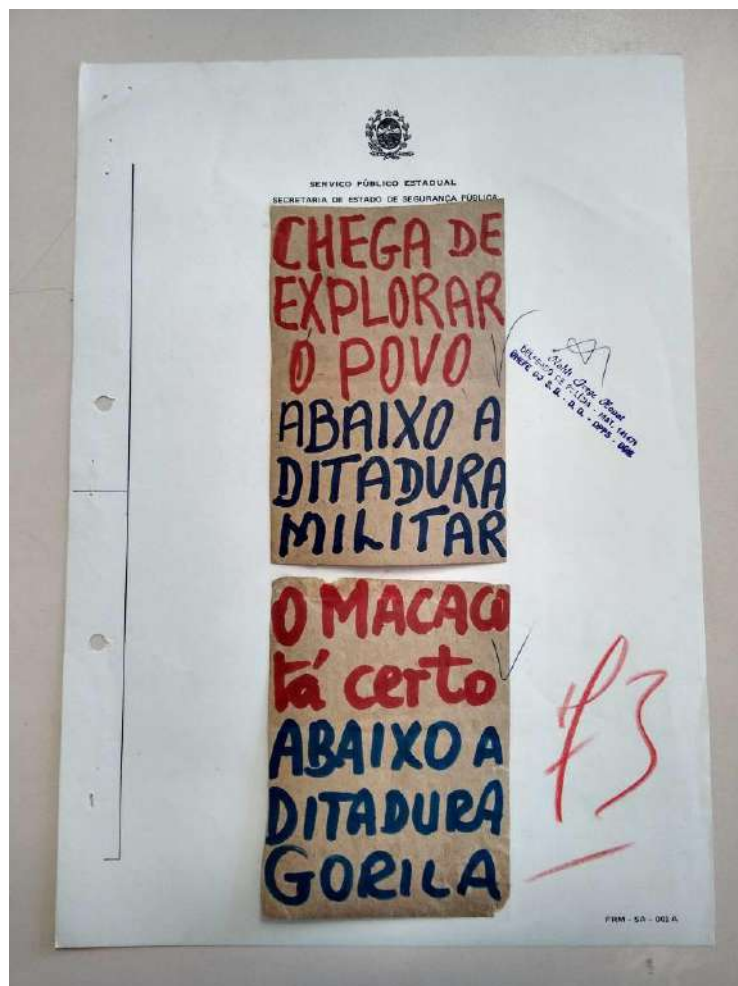


Figura 20 – Inscricões contra o regime arquivadas pela repressão. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Outras colagens semelhantes foram flagradas no mesmo período no Alto da Boa Vista e na confluência das avenidas Graça Aranha e Nilo Peçanha com a rua São José. Em uma delas o salário do general-presidente é comparado ao de um operário padrão, para logo depois conclamar: “Abaixo a ditadura assassina para o bem do povo” (Fig. 21)<sup>169</sup>.

<sup>168</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 245, dossiê 12, folhas 168 a 195.

<sup>169</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 245, dossiê 12, folhas 168 a 195.

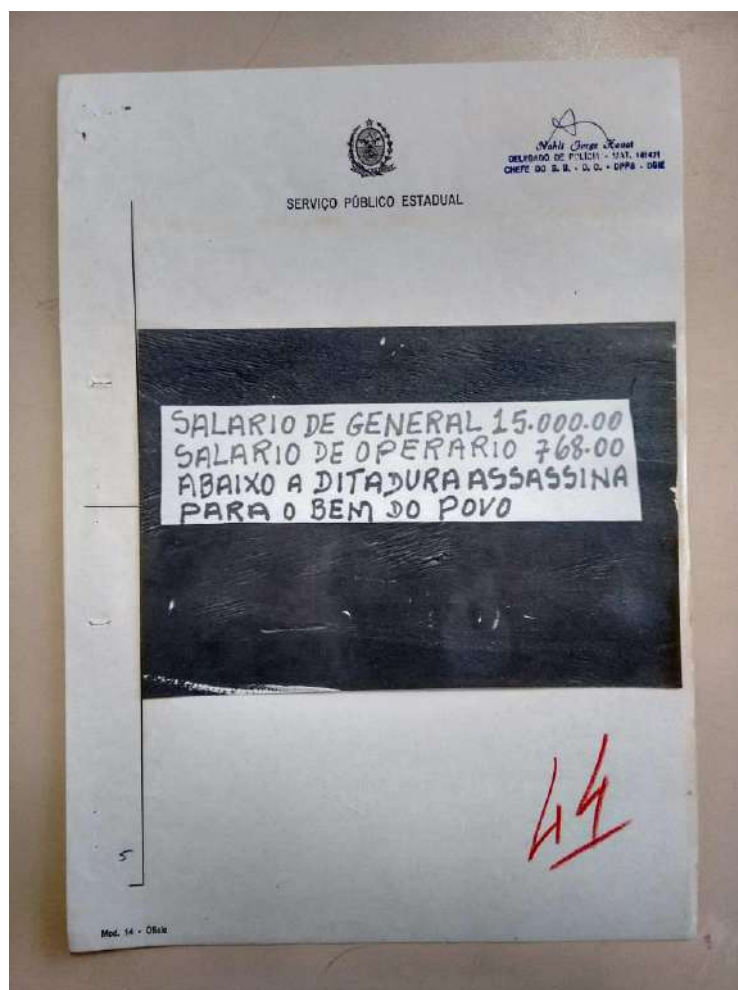


Figura 21 – Abaixo a ditadura! Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

A ditadura perseguia de perto a propaganda comunista. Tratava-se, no jargão policial e militar, de “dizeres atentatórios à segurança nacional”. Podia ser um jornal, um panfleto, um cartaz, uma pichação no muro ou até mesmo inscrições em uma estação ferroviária de Saracuruna, no Rio. No início de junho de 1976, os segurança da concessionária ferroviária se depararam com os dizeres “Morte a Geisel”, “Abaixo a ditadura” e “Operários aos poderes” escritos em giz vermelho no banheiro público da estação. A polícia foi logo acionada e tratou de apagar as inscrições e reforçar a vigilância no local<sup>170</sup>.

A atenção dos órgãos de segurança à agitação e propaganda comunistas, aspecto central da “guerra revolucionária” segundo a doutrina militar francesa adotada no Brasil, levava agentes e seus chefes a cobrirem toda e qualquer ocorrência, numa lógica de “atenção total” próxima à paranoia. No dia 2 de junho de 1976 uma patrulha foi deslocada para a

<sup>170</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 245, dossiê 12, folhas 168 a 195.

avenida Presidente Antônio Carlos, centro do Rio, para verificar um “local de pichamento”, conforme descreve o documento reservado da DPPS/DGIE. Em vez de palavras incendiárias contra o regime dos militares, lia-se: “Pelo direito humano de poder discriminar”<sup>171</sup>. A frase antinômica, gravada na faixa da do prédio em letras cursivas, foi inutilizada pela repressão (Fig. 22).

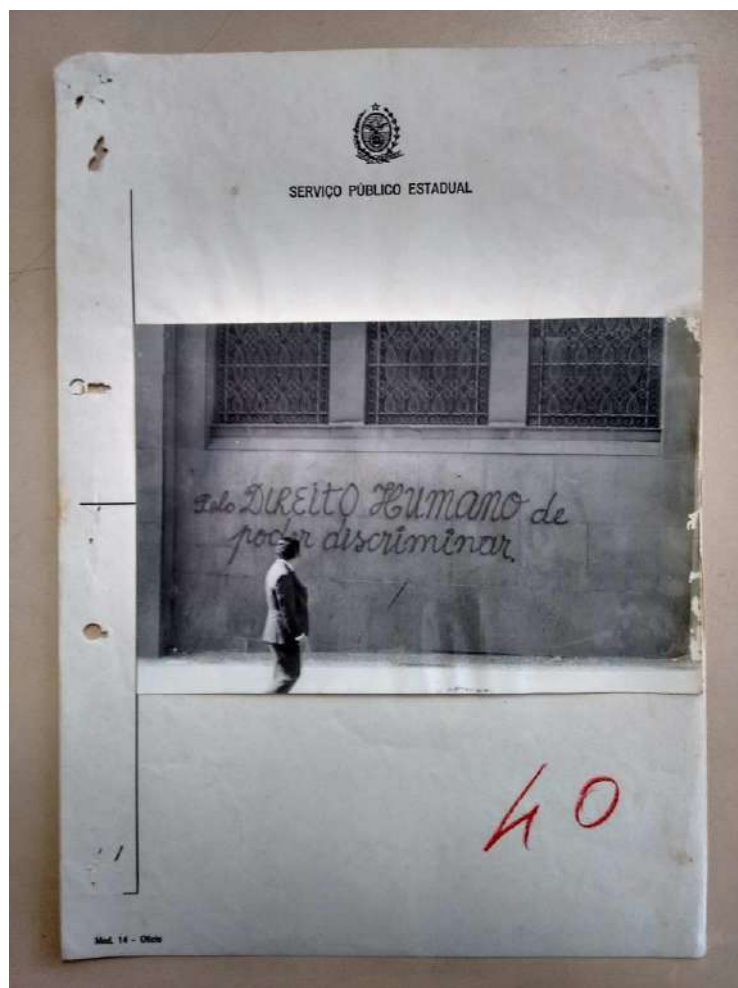


Figura 22 – Frase misteriosa intrigou a repressão em meados dos anos 1970. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Acontece que, no mesmo dia, a frase reapareceu inscrita num muro no entroncamento da avenida Paulo de Frontim com a rua Joaquim Palhares. Desta vez, trazia a assinatura da sigla “A.A.C.”, seguida do desenho da suástica nazista. A frase apócrifa e um tanto delirante da Presidente Antônio Carlos ganhara agora um novo significado.

<sup>171</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 245, dossiê 12, folhas 168 a 195.

A luta contra a “artilharia do pensamento” comunista mobilizava toda a máquina do Estado autoritário, incluindo os departamentos de informação e segurança das estatais e empresas públicas, concebidos pelo sistema do SNI. Num documento classificado como confidencial e urgente, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) dá conta da interceptação de 41 exemplares de panfletos destinados a realizar “propaganda adversa interna”. O impresso fazia referência a um artigo publicado no dia 14 de abril de 1976 no *Jornal do Brasil* e seria distribuído em estados como São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A ocasião criou a oportunidade para que os destinatários dos pacotes interceptados fossem fichados pelos órgãos de repressão<sup>172</sup>.

Além de violar e confiscar encomendas, a ECT produzia informações sobre as atividades de propaganda contra o regime. A panfletagem de militantes do Comitê 1º de maio pela Anistia em frente a um cinema de rua em Copacabana foi registrada pela Assessoria de Segurança e Informações (ASIR) da agência federal e encaminhada ao CISA em julho de 1977. Enquanto a sessão não começava, panfletos foram distribuídos na fila do cinema Caruso, sem muita repercussão, segundo o relato do agente do ASIR. Ele arrisca, então, um palpite sobre o modo como os impressos foram confeccionados: “Os panfletos semelhantes ao contido no anexo eram impressos possivelmente em mimeógrafos e produzidos por máquina elétrica”<sup>173</sup>.

Mais do que confiscar o material em si, retirando-o de circulação, a “comunidade de segurança” almejava encontrar a fonte de produção de panfletos e jornais, isto é, os locais onde eram impressos de maneira clandestina. Isso não se restringia às produções editoriais da guerrilha ou do PCB; aquilo que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) punha nas ruas também interessava à ditadura. Em meados de 1977, a repressão desconfiou da existência de um local de impressão na favela da Rocinha, situada na zonal sul do Rio. O proprietário dos equipamentos seria o secretário de um deputado carioca do MDB, responsável pela “impressão de panfletos e manifestos subversivos”<sup>174</sup>. No informe presente nos arquivos do APERJ consta que “a impressão seria feita em 2 ou 3 barracos situados pouco acima da Fundação ‘Leão XIII’, junto ao túnel Dois Irmãos”<sup>175</sup>. A polícia chegou a interrogar o secretário do MDB, mas denúncia acabou sendo arquivada por falta de provas.

---

<sup>172</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 245, dossiê 12, folhas 168 a 195.

<sup>173</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 167, dossiê 3, folhas 221 a 302.

<sup>174</sup> *Ibid.*

<sup>175</sup> *Ibid.*



Do mesmo modo, em outro documento confidencial, desta vez do Centro de Informações do Exército (CIE), um dos principais órgãos repressivos da ditadura, o local de impressão de um panfleto atribuído ao Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (MRT) aparece como informação central a ser apurada. O I Exército solicita à DPPS/RJ que o enviem “dados que permitam esclarecer o local de sua impressão e outros indícios sobre seus autores”<sup>176</sup>. Trata-se de um impresso intitulado “Avanço”, contendo 7 folhas, editado em maio de 1977 pela organização guerrilheira.

Apesar do notório interesse pela fonte de emissão, o conteúdo dos “panfletos subversivos” não deixava de ser interpretado pelos agentes. Extraía-se do material impresso pistas que pudessem orientar o trabalho cotidiano da repressão, tal como ocorria de maneira análoga com os jornais da mídia empresarial. Por meio da análise das reivindicações e palavras de ordem expressas no texto era possível intuir, por exemplo, quais táticas de luta adotariam dali em diante as organizações de esquerda. Na maioria das vezes, o interrogatório, com largo recurso à tortura e outras formas de violência, era o instrumento utilizado pelos agentes da repressão para confirmar ou atualizar as informações que extraíam de panfletos e impressos em geral (Joffily, 2009).

Num informe confidencial do DOI carioca datado de março de 1977, o conteúdo de um panfleto distribuído na Universidade Federal Fluminense (UFF) é esmiuçado tópico a tópico, resultando num relatório de quatro páginas, seguido de cópias do conteúdo apreendido. Algumas “ideias-centrais”<sup>177</sup> contidas no panfleto são compiladas e apresentadas da seguinte maneira:

- Contra o imperialismo norte-americano;
- Por liberdades democráticas (em caráter transitório);
- Pelo direito de reunião, organização, expressão e greve;
- Contra o terrorismo fascista de ultra-direita;
- Pró voto nulo e contra o posicionamento político do MDB e da ARENA;
- Por eleições livres e diretas e pelo fim do governo militar;
- Pela anistia geral a todos os presos políticos e volta dos exilados;
- Pelo desmantelamento dos órgãos de repressão;
- Pela liberdade aos jornais operários;
- Pela construção do partido revolucionário da classe trabalhadora.

A análise dos impressos permite ainda deduzir que se tratava de uma “organização trotskista de linha moderada”, com atuação principalmente no movimento estudantil e no

---

<sup>176</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 167, dossiê 3, folhas 221 a 302.

<sup>177</sup> Ibid.

movimento operário de São Paulo, apesar da panfletagem ter ocorrido em uma universidade do estado do Rio. Afirma-se também que periódicos editados no mesmo período na Universidade de São Paulo (USP) e na UFF seguiam a orientação política contida nos impressos apreendidos, o que leva o I Exército a concluir que “os jornalecos estudantis devem estar sendo editados sob orientação da mesma organização subversiva”<sup>178</sup>.

A vigilância do DOI-CODI e dos demais órgãos repressivos não se restringia apenas às oficinas clandestinas ou a ações de distribuição de material impresso no espaço público. As redações de jornais da mídia corporativa, de onde também poderia provir a “palavra subversiva”, eram igualmente vigiadas pelo regime. Em prontuário do APERJ cujo assunto é “Comunistas trabalhando em conjunto no ‘Correio da Manhã’”<sup>179</sup>, Hilcar Leite aparece como um dos membros da redação, ao lado dos jornalistas Jânio de Freitas (diretor-comercial), Zuenir Ventura (editor-geral), Reynaldo Jardim (diretor de redação) e Marcelo Nunes Alencar (diretor-executivo).

O agente responsável pelo texto anota que Hilcar era “fundador do PCB e antigo elemento ligado ao jornal Tribuna da Imprensa, onde trabalhou”. Freitas, Zuenir, Jardim e Alencar são acusados de também compor a “célula vermelha” que funcionava no jornal, que dava aos funcionários comunistas “apoio financeiro” com “altos salários” quando se comparado a outros jornalistas da casa. Parte do salário desses funcionários seria destinado à “campanha de auxílio às finanças do Partido”<sup>180</sup>.

Zuenir é caracterizado como sendo “ligado estreitamente a figuras de proa do Partidão”. O poeta Reynaldo Jardim, por sua vez, era considerado da ala de imprensa do partido e “responsável por publicações tendenciosas”. No prontuário do Exército, num dado momento, é citada a fonte de tais dados: “o informante”<sup>181</sup>. O documento confidencial é de junho de 1970<sup>182</sup>, anterior ao “estouro” da gráfica do PCB aqui analisada.

Acontece que o nome de Zuenir Ventura – às vezes grafado como “Zoenir”, “Zoany”, ou ainda “Zwenir” – aparecia com alguma regularidade em prontuários, informes, circulares e

---

<sup>178</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 167, dossiê 3, folhas 221 a 302.

<sup>179</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 2, folhas 111 a 146.

<sup>180</sup> Ibid.

<sup>181</sup> Sobre a colaboração de jornalistas e outros profissionais da imprensa com o regime militar brasileiro, ver: KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo, 2004. A autora se dedica a estudar o caso paradigmático da *Folha da Tarde*, espécie de diário oficial em São Paulo da Operação Bandeirante.

<sup>182</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 2, folhas 111 a 146.

outros documentos da burocracia militar<sup>183</sup>. Os órgãos repressivos o perseguiram de muito perto por conta do reconhecido prestígio profissional e de suas ligações informais com o Partido Comunista. A primeira menção que se faz a ele – datada de maio de 1964 – consta em um informe secreto que trata do tema da “infiltração na imprensa”. Zuenir surge ao lado de um conjunto de jornalistas profissionais considerados “comunistas” no documento editado pelo Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI) e distribuído ao DOPS da Guanabara.

Anos depois Zuenir apareceria novamente em um documento de teor similar produzido em dezembro de 1971 pelo CIE. Intitulado “Panorama da imprensa brasileira”, tratava do funcionamento da “máquina esquerdista” em diversas redações do país. Alguns itens do relatório confidencial do setor de inteligência do Exército chamam a atenção: “a infiltração esquerda na imprensa”; “os comandos internos, o sistema de solidariedade entre os esquerdistas da imprensa”; “como dar conteúdo ideológico às matérias”; “o Partido Comunista como agência de empregos nos jornais e controle de informação, a censura do PC”. Nem mesmo *O Estado de S. Paulo*, jornal historicamente alinhado às elites paulistas, estaria a salvo da “influência vermelha”.

A investida sobre a imprensa seria uma espécie de saída encontrada pelos comunistas frente à “Revolução de 1964” que os alijou do cenário político e de cargos de direção nos sindicatos, controlados a partir daquele momento pelo Ministério do Trabalho.

Perdendo o notável instrumento político de agitação social, que representava os sindicatos de trabalhadores, federações e confederações, a máquina do Partido Comunista e as esquerdas a ela aliadas voltaram suas atenções para uma área mais interessante e possivelmente mais importante em termos de formação e informação política – a área da comunicação social.

Nessa suposta engrenagem, Zuenir Ventura exerceria cargo de direção e atuaria no sentido de “proteger colegas comunistas”, dando a eles empregos em redações de jornais, revistas e TVs. Segundo o agente do CIE,

A máquina e o PC têm um censor, uma espécie de coordenador geral para a imprensa. Trata-se do jornalista Zuenir Ventura, que militou em vários jornais e atualmente trabalha na revista Visão. Ele é juntamente com Gustavo Silveira o responsável pela agência de empregos para jornalistas integrantes do esquema. Zuenir censura, ainda, livros, textos especiais do PC etc. Sua mulher, Mary Acker, também trabalha na máquina. Foi agitadora estudantil da UNE e presa, com o marido, por ocasião do AI-5.

---

<sup>183</sup> Devo à pesquisa de Quintino (2016) as informações sobre Zuenir Ventura que vão mencionadas nos próximos parágrafos. O autor também se valeu do fundo “Polícia Política” presente no APERJ.

Com efeito, o jornalista não se tornou um membro efetivo do PCB, mas alimentava concepções políticas de esquerda, como de resto boa parte dos jornalistas, intelectuais e professores da época. Ele chegou, no entanto, a receber em sua casa alguns militantes do partido perseguidos pela ditadura – que viera prendê-lo pouco depois de ter decretado o AI-5.

Nessa pequena biografia não autorizada de Zuenir escrita pela repressão destaca-se a sindicância nº 56 instalada em 17 de julho de 1968. Seu objetivo era apurar a informação de que pertenciam ao jornalista os onze livros de “natureza subversivos” encontrados na bagagem do arquiteto Marcos Flaksman, que regressara ao Rio de Janeiro proveniente de Paris. Os autores de sua predileção? Mao, Che, Debray, Marcuse, Althusser, Bettelheim etc. Também foi apreendido um boletim editado em Cuba e um volume da coleção Biblioteca de Cultura Histórica.

Zuenir justificou-se dizendo que havia de fato pedido a Flaksman que levasse os títulos para o Brasil, já que seria obrigado a ficar na Europa por mais alguns dias por conta de seu trabalho para a revista *Visão*. A sindicância acabou sendo arquivada porque não foi possível encontrar “tipicidade entre tais fatos e a Lei de Segurança Nacional”.

O episódio evidencia como obras filosóficas e políticas – especialmente de autores ligados à tradição socialista e comunista – eram vistas pela ditadura como verdadeiros instrumentos de subversão, potencialmente capazes, portanto, de colocar em risco a segurança do país. Importante destacar que não havia nenhum artigo da legislação que incriminasse quem se dedicasse a vender e a comprar livros, muito embora um militante da ALN tenha sido condenado por conta da literatura marxista encontrada em sua casa, acontecimento referido no capítulo 2.

Impressos despertavam a atenção da ditadura até mesmo quando não circulavam nas ruas. A cela 14, situada no pavilhão 2 do presídio Tiradentes, abrigava Tullo Vigevani e Geraldo Magela Mota. Era agosto de 1971, o AI-5 ainda estava em vigência. Fora encontrado ali um “volumoso material subversivo, que se destinava a ‘doutrinar’ os presos ainda não inteiramente convictos das teorias marxistas, bem como impedir que outros abandonassem tais ideias”. O Ministério Público Militar denunciou, então, os militantes por violarem o disposto no art. 45-I do DL nº 898/69, uma vez que eles realizaram “propaganda de guerra

revolucionária usando panfletos manuscritos”<sup>184</sup>. Testemunhas não foram arroladas, bastando apenas a perícia e a apreensão como provas do “crime” de Tullo e Geraldo Magela.

\*\*\*

“O conceito de guerra revolucionária, cerne da Doutrina de Segurança Nacional, fundamenta um modelo de Estado profundamente autoritário e autoriza a disseminação da violência institucional em escalas ainda não praticadas no contexto brasileiro” (LONGHI, 2009, p. 124). Para a constituição desse quadro inédito de violência política institucional há que se considerar outro aspecto que explica os efeitos da doutrina francesa nas Forças Armadas brasileiras: a visão compartilhada entre os militares de ambos os países de que são eles, em última instância, o árbitro supremo da vida nacional, ou a encarnação de suas principais e elevadas aspirações.

Conforme visto em detalhes no capítulo 3, os militares em geral acreditam que a política e suas instituições democráticas estão corrompidas por conta da atuação de civis venais, despreparados, corruptíveis etc. “O solo que permitiu a aproximação entre franceses e brasileiros foi uma visão de mundo comum, fundada na ideia de que os males de seus respectivos países só seriam suplantados quando os valores militares da ética, ordem, disciplina, dever e unidade suplantassem as mazelas do mundo ‘político’ ou ‘civil’” (MARTINS FILHO, 2012, p. 524). Nesse sentido, a “utopia autoritária” que animou a ditadura militar brasileira realizava-se, segundo Fico (2004, p. 39), em duas dimensões:

A primeira, mais óbvia, de viés saneador, visava ‘curar o organismo social’ extirpando-lhe fisicamente o ‘câncer do comunismo’. A segunda, de base pedagógica, buscava suprir supostas deficiências da sociedade brasileira. Assim, enquanto a polícia política, a espionagem, a censura da imprensa e o julgamento sumário de supostos corruptos estavam fortemente imbuídos da dimensão saneadora da ‘utopia autoritária’, a Aerp [Assessoria Especial de Relações Públicas] e a DCDP [Divisão de Censura de Diversões Públicas] primavam pela tópica pedagógica.

Tensões internas ao regime<sup>185</sup> e provenientes da sociedade civil impediram a aplicação total da “doutrina da guerra revolucionária”. A disputa que comumente se afirma ter havido

<sup>184</sup> Inquérito presente no acervo histórico do projeto *Brasil Nunca Mais*. Disponível em: <<http://bnm-acervo.mpf.mp.br/>>. Acesso: 12 dez. 2019.

<sup>185</sup> Sobre as crises políticas entre alas das Forças Armadas e o executivo federal durante os primeiros anos da ditadura, ver MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Ed. UFSCar, 1996. Quanto às disputas entre as autoridades políticas que

entre militares “moderados” e militares da “linha dura” (GASPARI, 2002) pode ser entendida como movimentos de recuo e avanço na aplicação da “doutrina da guerra revolucionária”. Oficiais graduados ligados à Escola Superior de Guerra eram adeptos da doutrina militar clássica, a qual acabou por se tornar um contraponto importante àqueles que pretendiam fazer dos preceitos franceses a política oficial do regime.

Outro impeditivo estava na própria cultura da caserna brasileira, muito aferrada às noções de ordem e hierarquia, que poderiam ficar comprometidas num contexto de “vale tudo” contra os comunistas. “A discordância entre os militares não atingia a estratégia que se devia adotar contra a guerrilha, mas a intensidade da repressão e a subordinação desta à hierarquia militar e aos objetivos do governo, o chamado Poder Civil” (GODOY, 2014, p. 121).

Embora não seja objeto de discussão deste capítulo, não se pode perder de vista que, se coube à França o papel de inspiração doutrinária para os militares brasileiros, foram os Estados Unidos o país que mais ajudou materialmente a ditadura. Além de apoiar o golpe em 1964 e ministrar cursos formativos nas áreas de combate e interrogatório, os norte-americanos forneceram instrumentos e compartilharam “técnicas científicas de tortura” com as Forças Armadas do Brasil. Isso sem mencionar, claro, a já comprovada proximidade entre a embaixada dos EUA e os órgãos repressivos, especialmente o DOI (GORENDER, 1998; JOFFILY, 2008).

Vale ressaltar, na mesma medida, que o sistema DOI-CODI esteve longe de monopolizar o exercício da violência durante o regime militar. Apesar de seu protagonismo indiscutível, outras instâncias repressivas, como a Polícia Federal e suas delegacias regionais e as próprias delegacias estaduais do DOPS praticaram atos semelhantes, compondo, assim, um robusto “sistema repressivo”. Havia também o já mencionado SNI e as seções de informação das Forças Armadas – com destaque para o CIE e o CENIMAR –, que forneciam “dados desvirtuados sobre os brasileiros, julgando subjetivamente cidadãos sem direito de defesa, participando de operações que culminaram em prisões arbitrárias, torturas e assassinatos” (FICO, 2001, p. 105).

---

criaram e davam sustentação legal aos órgãos repressivos e os militares-oficiais responsáveis por comandá-los, ver, por sua vez, HUGGINS, Martha. *Polícia e política*. São Paulo: Cortez, 1998.

PARTE III  
**“Estouros”**

CAPÍTULO 6  
**Os “estouros” de 1939 e 1940**

**Chave de leitura:** Antes de analisar os “estouros” das gráficas clandestinas do PCB em 1939 e 1940, este capítulo apresenta as principais medidas repressivas contra os comunistas adotadas por Vargas entre o período que vai do levante armado de 1935 aos anos iniciais de sua ditadura, o Estado Novo. Com isso, pretende-se caracterizar a primeira “onda anticomunista” referida no terceiro capítulo desta tese, situando os “estouros” de 1939 e 1940 num contexto mais amplo de perseguição e violência aos comunistas, seu aparato editorial e ao movimento popular em geral.



“Começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social”.

Graciliano Ramos, 1948

Getúlio foi enfático em seu discurso de Ano-Novo transmitido pelo rádio a todo o país em 1935:

A punição dos culpados e responsáveis pelos acontecimentos de novembro impõe-se como ato de estrita justiça e de reparação, como exercício legítimo do direito de defesa da sociedade, em face da atividade criminosa e organicamente antissocial dos inimigos declarados e conhecidos<sup>186</sup>.

Segundo o mandatário do Catete, afeito às metáforas epidemiológicas para designar a militância comunista, tornava-se “indispensável também fazer *obra preventiva e de saneamento, desintoxicando o ambiente, limpando a atmosfera moral* e evitando principalmente que a mocidade se *contamine* e se desvie do bom caminho”<sup>187</sup>.

Para que a repressão aos insurgentes de 1935 fosse realizada a contento, seria necessário alterar determinados pontos do texto constitucional. A Carta Magna então em vigor tornava muito limitada a atuação das forças da ordem no trabalho de perseguição aos comunistas do PCB e aos seus simpatizantes da ANL, pensava tanto Getúlio quanto seu chefe de polícia, Filinto Müller, e parte expressiva da cúpula do Exército. Em balanço apresentado ao presidente, Müller afirmara a necessidade de “profundas modificações do estatuto político brasileiro, a fim de que o governo seja dotado de meios rápidos e enérgicos para a repressão do extremismo”<sup>188</sup>.

A mudança na Constituição dependia, no entanto, da simpatia dos parlamentares e da opinião pública para as medidas repressivas.

Na frente voltada para a opinião pública, o governo tratou logo de fechar, com base na Lei de Segurança Nacional (LSN), os jornais oposicionistas, de modo que o conteúdo publicado pela imprensa no período fosse ostensivamente favorável à “caça aos comunistas” que se estabeleceria no país.

---

<sup>186</sup> Citado em Neto (2013).

<sup>187</sup> Ibid.

<sup>188</sup> Documentos sobre as medidas repressivas adotadas pelo governo e pelas Forças Armadas em relação aos participantes do movimento comunista. Arquivo CPDOC-FGV. Documento GV C 1935.12.03/3.

A ‘ameaça vermelha’ serviu de mote para que editoriais e manchetes se posicionassem a favor da política de combate inabalável aos comunistas, a despeito do preço que o país certamente haveria de pagar por isso. Periódicos das mais variadas correntes proclamaram sua concordância com os propósitos da cruzada antibolchevique (NETO, 2013, p. 252).

Apesar de instrumento útil de cooptação da imprensa, a Lei de Segurança Nacional, conhecida como “Lei Monstro”<sup>189</sup>, em vigor desde abril daquele ano, não era suficientemente discricionária para os anseios punitivistas de Getúlio, Filinto Müller e dos principais chefes militares das Forças Armadas.

A LSN tratava de crimes contra a ordem política e social; para dar conta dessa demanda, fora formulada uma legislação especial que ignorava garantias processuais, liberdades democráticas e direitos elementares. Seria passível de penalidade rigorosa os seguintes atos: “aliciar ou articular pessoas”; “instigar desobediência coletiva ao cumprimento da lei”; “insuflar o ódio entre as classes sociais”; “preparar a paralisação de serviços públicos”; “dirigir agremiações cuja atividade se exerça no sentido de modificar a ordem política ou social”; e, por fim, os três itens que interessam particularmente a esta tese, “fazer funcionar estações radiotransmissoras clandestinas”, “divulgar notícias falsas” e “*distribuir entre soldados e marinheiros quaisquer papéis, impressos, manuscritos, datilografados, mimeografados ou gravados em que se contenha material subversivo*” (grifo nosso)<sup>190</sup>.

De autoria do ministro da Justiça Vicente Rao e do deputado federal Raul Fernandes, sua promulgação, no dia 4 de abril de 1935, coincide com a fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Não se tratava de mera causalidade.

Àquela altura, o então ministro da Guerra, Góes Monteiro, já obtivera informes confiáveis sobre a iminente criação da ANL. A elaboração da Lei de Segurança Nacional respondia, portanto, ao processo de formação de uma ampla frente popular de oposição ao governo Vargas. Em conversa reservada com o presidente, Góes teria defendido a necessidade de aplicação de medidas concretas e imediatas contra os “subversivos”, que iam desde o trabalho de contrapropaganda até alterações nas leis e no arcabouço jurídico brasileiro.

O último biógrafo de Getúlio, Lira Neto, apresenta os bastidores da criação da LSN, demonstrando sua vinculação direta com o trabalho editorial e de propaganda do PCB e da esquerda em geral:

<sup>189</sup> O apelido foi dado pelo movimento operário independente e por parte da imprensa oposicionista.

<sup>190</sup> Lei nº 38, de 4 de abril de 1935. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1935*.

Sentindo-se autorizado pelo resultado das urnas, Getúlio convocou uma reunião geral do ministério para comunicar aos auxiliares *a decisão de municiar mais o Estado contra a ação e a propaganda extremista*. Caberia ao ministro da Justiça, Vicente Rao, elaborar um projeto de lei a ser apresentado ao Congresso com o propósito de cercear de uma vez por todas as ações subversivas. Pela mesma linha de raciocínio, o governo apressaria a formação de um Conselho Superior de Segurança Nacional, a ser presidido pelo próprio presidente da República, com a participação conjunta de todos os ministros e dos chefes dos estados-maiores do Exército e da Marinha (NETO, 2013, pp. 201-202, grifos nosso).

Nesse contexto, para setores do governo federal, a Constituição de julho de 1934, ao permitir a ampla liberdade de reunião e de manifestação pública, dava garantias excessivas aos “extremistas” que passaram a “aparelhar” as entidades operárias independentes – isto é, os sindicatos não subordinados ao Ministério do Trabalho – e a praticar “crimes de subversão”, colocando em risco a tão alardeada segurança nacional.

Na prática, os dispositivos jurídicos e normativos da LSN reestabeleceram parte importante dos poderes discricionários que o Executivo federal havia perdido com a reconstitucionalização do país. Tudo isso, no entanto, não bastava. Com as emendas constitucionais a serem aprovadas, o presidente desejava ir além de apenas punir com severidade quem participara do levante armado organizado pelo PCB.

Uma querela envolvendo “impressos subversivos”, um sindicato de trabalhadores no Rio e a recém-criada Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) demonstrara que a disposição de Getúlio para tornar a Constituição sem efeito datava de um período anterior ao que ele costumava chamar de “Intentona comunista”. Sob o comando de Filinto Müller, agentes da polícia política do Distrito Federal invadiram a sede do Sindicato dos Garçons, localizada na praça dos Arcos da Lapa. Realizava-se ali uma assembleia da categoria convocada pela Frente Única Proletária, a FUG, entidade classista clandestina.

A repressão encontrou trabalhadores armados que se recusaram a cancelar a atividade. Um deles foi morto com um tiro no peito durante o entrevero que logo se estabeleceu. Outros 20 garçons e ajudantes de garçons ficaram feridos. No bolso da vítima fatal, foi encontrada a prova do crime de que os policias tanto precisavam: o exemplar de um jornal comunista que vilipendiava Vargas e enaltecia a Revolução Russa de 1917<sup>191</sup>.

Uma vistoria mais diligente no sindicato e os agentes da DESPS logo encontram pilhas e mais pilhas de “boletins subversivos”, dedicados principalmente a criticar a tutela do Ministério do Trabalho sob a qual as associações de classes estavam submetidas naquele momento. Entre os mais de cinquenta presos estava o jovem jornalista Moacir Werneck de

---

<sup>191</sup> *Correio de Manhã*, 11 out. 1934, p. 23.

Castro, que cobria a assembleia como enviado do *Jornal do Povo*. Para o *Correio da Manhã*, os trabalhadores e ativistas da FUG tramavam “um plano audacioso e sinistro de destruição das instituições brasileiras, levando o pavor ao seio das famílias”<sup>192</sup>.

Por sua vez, Getúlio avaliava que o episódio no centro do Rio era parte de uma luta maior que os comunistas travavam contra o governo. Em seu diário, ele tomou a seguinte nota, associando a propagação da militância de esquerda na capital federal à recém-promulgada Constituição de julho de 1934:

Há intenso trabalho de comunistas na Central, nos ônibus, entre os *chauffeurs*, padeiros, marceneiros etc. O governo necessita de leis que o fortaleçam contra essa onda dissolvente de todas as forças vivas da nacionalidade. A polícia sente-se vacilante na repressão aos delitos, pelas garantias dadas pela Constituição à atividade dos criminosos e o rigorismo dos juízes em favor da liberdade individual<sup>193</sup>.

Em sessão no dia 17 de dezembro de 1935, o Congresso aprovou três das emendas que alteraram o texto constitucional, criando, assim, as condições legais para o expurgo dos revoltosos comunistas. Getúlio teve a prerrogativa de determinar a perda de patente ou posto de militares (da ativa ou da reserva) envolvidos em “crimes de subversão” e de demitir funcionários públicos que praticassem atos semelhantes.

Tão logo conseguiu aprovar as três emendas, Getúlio reestabeleceu o estado de sítio, prorrogando-o por mais noventa dias, período durante o qual os quartéis, as delegacias de polícia e os presídios do país ficaram abarrotados de inimigos – reais e imaginários – do governo. Foi preciso ultimar a criação de cinco novas colônias penais agrícolas para dar conta do grande número de prisioneiros considerados “perigosos socialmente” (NETO, 2013, p. 254).

A partir daquele momento, um estado permanente de violência e terror direcionado aos comunistas se instalou no país. Da parte do PCB, seus principais dirigentes não demorariam muito a ser capturados pelos agentes policiais a serviço de Filinto Müller, que passaram em revista todo o Rio de Janeiro. Arthur Ernest Ewert, Luiz Carlos Prestes e Olga Benário seriam presos em Ipanema e no Méier, em 26 de dezembro de 1935 e 5 de março do ano seguinte, respectivamente. O militante estrangeiro, principal representante da

---

<sup>192</sup> *Correio de Manhã*, 28 out. 1934, p. 8.

<sup>193</sup> Getúlio Vargas, *Diário*, vol. I, p. 321 e 319.

Internacional Comunista no Brasil, seria barbaramente torturado em seu périplo de seis anos pelas prisões do regime<sup>194</sup>.

A repressão não atingiu apenas os dirigentes e militantes do partido. Prisões arbitrárias de pessoas quaisquer, de modo algum vinculadas ao PCB ou à ANL, se tornaram recorrentes nos meses posteriores à revolta. No campo cultural, o governo Vargas perseguiu sistematicamente professores, artistas, jornalistas e intelectuais. Para ficar apenas nos exemplos mais célebres, Graciliano Ramos<sup>195</sup>, Nise da Silveira e Jorge Amado foram parar na prisão, enquanto Anísio Teixeira perdera seu emprego de secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal. Alegou-se à época que ele mantinha ligações com os comunistas.

Em janeiro de 1936 seria criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC), órgão oficial do governo Vargas cuja função principal consistia em receber denúncias e encaminhar as detenções de pessoas ligadas direta ou indiretamente ao Partido Comunista do Brasil. A proposta gerou uma onda alarmante de denunciismo que se espalhou pela sociedade. Ritos processuais eram ignorados, não necessitando, em muitos casos, que o denunciante apresentasse evidências e provas concretas que sustentassem a acusação. Nessas condições, a denúncia se transformava imediatamente em ordem de prisão (PINHEIRO, 1991).

Entre as atribuições da Comissão estava: *“propor medidas tendentes a evitar a propaganda de ideias subversivas pela imprensa, ou, de modo geral, pela palavra ou através de publicações de qualquer natureza e requisitar a apreensão e destruição das edições ou publicações”* (grifo nosso).

A Comissão ficou a cargo do deputado Adalberto Correia<sup>196</sup> e, em cerca de seis meses de atividades, a polícia política realizou a prisão de aproximadamente 7.056 pessoas – número decerto subestimado, já que nem sempre a queixa-crime era formalizada<sup>197</sup>. Do mesmo modo, muitos dos detidos sequer tinham processos abertos contra si; eles eram simplesmente jogados

---

<sup>194</sup> O alemão, que viria a perder a sanidade mental por causa das bárbaras torturas, jamais delatou seus companheiros de partido. Judia, sua companheira teve um fim igualmente trágico: morreu em 1940 num campo de concentração nazista.

<sup>195</sup> Militante do PCB, Graciliano Ramos relatou, nos dois volumes de *Memórias do cárcere*, o período em que ficou preso. “Começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social”, diz um dos trechos mais célebres da obra. O escritor foi um dos milhares de casos de presos que passariam longos períodos em Ilha Grande sem jamais ter sido feita uma acusação formal contra eles.

<sup>196</sup> O deputado Adalberto Correia não demoraria a ser apelidado de “Robespierre burlesco”. Uma das medidas propostas por ele que justificaria sua alcunha foi a de fuzilar os dirigentes da revolta comunista de 1935. O plano jamais chegou a ser executado.

<sup>197</sup> *Correio de Manhã*, 10 jul. 1937, p. 2.

em celas construídas às pressas em delegacias, quartéis, prisões e colônias penais. Tal aspecto denunciava o caráter extrajudicial do trabalho da polícia.

Acumulavam-se denúncias de mal tratos e torturas nos porões do regime, todas elas ignoradas por Vargas, que desse modo as incentivava. Para a opinião pública, no entanto, a “caça aos comunistas” era apresentada de outra forma:

Posso afirmar-vos que até agora todos os detidos são tratados com benignidade, atitude essa contrastante com os processos de violência que eles apregoam e sistematicamente praticam. Esse procedimento magnânimo não traduz fraqueza. Pelo contrário, é próprio dos fortes, que nunca se amesquinham na luta e sabem manter, com igual inteireza, o destemor e o sentimento de justiça humana.

A onda anticomunista que convulsionou o país naquele momento – e que se estenderia por mais alguns anos – fez com que as autoridades policiais brasileiras estabelecessem relações com o regime de Hitler. Criou-se ali um intercâmbio de informações e arquivos entre o DOPS do Distrito Federal e a polícia secreta nazista, a *Geheime Staatspolizei*, mais conhecida pela sigla Gestapo.

Filinto Müller chegou a enviar um de seus homens, o delegado especial Afonso de Miranda Correia, para um estágio de cerca de um mês com as forças policiais alemães. Miranda Correia se esforçara principalmente para assimilar técnicas de combate à propaganda comunista, uma das especialidades dos nazistas, o que incluía decerto a desarticulação de gráficas clandestinas.

Nesse contexto, José Carlos de Macedo Soares, ministro das Relações Exteriores de Vargas, tratou de criar no ministério uma espécie de imenso fichário no qual arquivava dados sobre brasileiros e estrangeiros suspeitos de “subversão” e “terrorismo”, liberando-os à medida que as ações da polícia política demandavam. Foi graças a esse sistema, batizado de Serviço de Estudos e Investigações (SEI), que a Gestapo pode auxiliar Macedo Soares e Müller na identificação de Olga Benário.

O “estado de guerra”, que uma das emendas aprovadas na sessão do dia 17 de dezembro de 1935 dava o direito a Getúlio de decretar a qualquer momento, foi posto em prática em março do ano seguinte, ocasião em que o Congresso Nacional foi invadido pela polícia política e alguns de seus parlamentares presos. Seria o fim do brevíssimo período democrático brasileiro passado entre julho de 1934 e março de 1936.

A violência de Estado não pararia aí. Pouco depois, esse mesmo Congresso viu-se obrigado a aprovar a proposta do Executivo de criação de um tribunal de exceção para julgar

os revoltosos de 1935 e os demais adversários políticos do regime que caíram nas malhas da Comissão de Repressão ao Comunismo. Tratava-se do Tribunal de Segurança Nacional (TSN).

Passaria a imperar nessa nova corte a presunção de culpa, isto é, todos que ali se apresentassem seriam considerados culpados até que se provasse o contrário. Entre os juízes, havia dois militares cujo anticomunismo era notório: Alberto Lemos Basto, capitão de mar e guerra, e Luís Carlos da Costa Neto, coronel de cavalaria.

O TSN condenou os principais dirigentes do PCB envolvidos no levante, incluindo dois personagens que protagonizaram a história do “estouro” da gráfica de 1939 que é contada logo a seguir: Antônio Maciel Bonfim e Honório de Freitas Guimarães, ambos condenados a quatro anos e quatro meses de reclusão. Agildo Barata recebeu pena mais dura, dez anos, enquanto Luiz Carlos Prestes foi quem mais sofreu diante do tribunal de exceção: dezesseis anos e oito meses de cadeia. Ernest Ewert, por sua vez, teve assinalado em sua sentença o período de treze anos e quatro meses.

Percebe-se, portanto, que a “onda anticomunista” foi formada antes mesmo do famigerado Plano Cohen e da implementação do Estado Novo. Na mesma medida, ela se estendeu até o final daquela década, tornando-se o contexto político e social sobre o qual desenrolam-se os desmantelamentos das gráficas clandestinas do PCB em 1939 e 1940.

Na verdade, Vargas já havia encomendado a Góes Monteiro um plano de formação de um regime ditatorial em agosto de 1936. Dali a oito meses, receberia das mãos do jurista Francisco Campos o primeiro rascunho do novo texto constitucional.

Nesse contexto, a Comissão de Repressão ao Comunismo e o Tribunal de Segurança Nacional (TSN) cumpriram aos menos duas tarefas entre o final de 1935 e todo o ano de 1936: a de dar uma resposta rápida e enérgica (palavras de Filinto Müller) aos sediciosos comunistas; como também a de tornar ainda mais combalidas as instituições democráticas e o sistema político do país, criando, assim, as condições necessárias para a ruptura constitucional futura.

Tal ruptura veio em novembro de 1937. Antes do ato de força “de cima para baixo”<sup>198</sup> se concretizar, Vargas passou todo aquele ano ocupado em manobrar politicamente sua sucessão. Inicialmente, uma das estratégias adotadas foi adiar o quanto fosse possível a transformação dos preparativos para o pleito eleitoral em pauta pública. Quando confrontado

---

<sup>198</sup> A expressão “de cima para baixo” é do próprio Vargas, em conversa com seu ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, em 18 de setembro de 1937: “Devemos, portanto, reagir contra a situação que se desenha. Uma revolução de cima para baixo, isto é, desencadeada pelo próprio governo”. Citado em Neto (2013).

com a sucessão, Vargas argumentava que debatê-la naquele momento poderia desviar a atenção de seu governo ante sua tarefa principal, a luta contra os comunistas.

As candidaturas, no entanto, se impuseram: Armando Sales, José Américo de Almeida e Plínio Salgado. Nenhuma delas contava com o apoio oficial do Catete. Em seu jogo dúbio, Getúlio afirmava publicamente que a eleição de janeiro de 1938 estava assegurada, mas, nos bastidores, em contato com o ministro da Guerra, urdia um golpe continuísta. Uma possibilidade chegou a ser aventada: estender, com a anuência do Congresso, o mandato presidencial por mais dois anos. Foi logo descartada, pois dificilmente haveria apoio para alterar o texto constitucional àquela altura. Além disso, Getúlio via-se acossado pela popularidade comprovada tanto de Sales quanto de Salgado.

O futuro golpe dependia, todavia, da anulação do poderio militar do então governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha – ex-aliado político de Getúlio e agora seu opositor de primeira hora –, e do bom relacionamento com as Forças Armadas, fiadoras permanentes de qualquer intervenção autoritária. Restava também ganhar Plínio Salgado para a causa, o chefe da única força civil capaz de se opor militarmente ao Catete. Todos esses empecilhos foram devidamente contornados por Getúlio e Dutra.

Coincidência ou não, as celebrações do Exército em torno da “Intentona Comunista” foram antecipadas em dois meses, de novembro para setembro. Era o segundo aniversário do levante comunista. Em seu discurso no cemitério São João Batista, o general Newton Cavalcanti, que esteve à frente das tropas do 3º RI da Praia Vermelha durante o conflito, se aproveitou do momento para atacar o regime democrático-liberal, classificando-o como o principal incentivo para a propagação do comunismo no Brasil.

O general era um integralista reconhecido. Sua fala repercutiu imediatamente no Congresso e o país voltou a viver um momento de radicalização política, com integralistas e a esquerda parlamentar se atracando publicamente. Para alas reacionárias do Exército, Cavalcanti à frente, os parlamentares progressistas sentiam-se livres para proferir seus discursos por conta da suspensão do estado de guerra decretada alguns meses antes por Getúlio. A fúria de uma parcela dos militares tinha a ver também com um documento apócrifo que, desde o início de setembro, circulara pela caserna, o chamado Plano Cohen.

Ele dava conta de uma conspiração comunista em curso (mais uma), e era composto por dezoito tópicos, entre os quais destacavam-se as “regras para o trabalho de agitação das massas”, o “desencadeamento de uma greve geral”, os “incentivos a saques e depredações”, a “formação de comitês de incêndio contra prédios públicos” etc. Uma vez fracassado o levante,



a recomendação expressa era fuzilar civis e militares pertencentes a cargos de direção no Executivo federal e no Exército.

Escrito pelo coronel Olímpio Mourão Filho, chefe do serviço secreto integralista, o Plano Cohen

teria sido redigido por ele a pedido de Plínio Salgado, mas como um exercício teórico. Tratava-se de um boletim aos integrantes do movimento dos camisas-verdes, composto de dois capítulos. No primeiro, faziam-se recomendações gerais à militância integralista; no segundo, para efeito didático, mimetizava-se um plano de operações comunista, livremente baseado em um artigo da publicação francesa *Revue des Deux Mondes* a respeito do levante húngaro de 1919, comandado por Béla Kun. O primeiro capítulo foi suprimido do conhecimento público e o segundo, tratado à época como documento autêntico (NETO, 2013, p. 304).

O documento foi apresentado a Getúlio, Filinto Müller e Dutra por Góes Monteiro, então chefe do Estado Maior do Exército, que garantiu a eles que os comunistas do PCB preparavam uma nova insurreição armada, a exemplo do que ocorrera há menos de dois anos, em 1935. Era preciso, portanto, fazer alguma coisa em nome “do Exército, das instituições democráticas, da sociedade e da família brasileira”, segundo consta na ata da reunião de cúpula que contou com a presença dos principais dirigentes das Forças Armadas e da polícia política, em 27 de setembro daquele ano.

Durante o Estado Novo, a repressão às atividades comunistas atingiu um patamar então inédito na história do país<sup>199</sup>. A polícia política recebeu de Vargas liberdade irrestrita para atuar no combate aos “subversivos” e “inimigos do regime”. Tudo aquilo que colocasse em risco a “ordem pública” ou a “segurança nacional” deveria ser punido com severidade.

Outro respaldo importante para o trabalho dos agentes policiais provinha do ministro da Justiça, Francisco Campos. Autor único da Constituição, o jurista reformulara os códigos de Processo Civil e Penal, dando ao Estado poderes ampliados. O novo Código Penal brasileiro fora baseado no Código Rocco, da Itália de Mussolini.

Em mais um discurso de Ano-Novo, desta vez em dezembro de 1937, Getúlio resumiu da seguinte forma a disposição do Estado Novo frente a seus adversários políticos – especialmente os “extremistas”, um dos epítetos atribuídos aos revolucionários do PCB: “A ordem e a tranquilidade públicas serão mantidas sem vacilações. O governo continua vigilante na repressão ao extremismo e vai segregar, em presídios e colônias agrícolas, todos os

---

<sup>199</sup> Para detalhes sobre a estrutura e o modo de atuação da polícia durante o Estado Novo, ver: CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

elementos perturbadores, reconhecidos pelas suas atividades sediciosas ou condenados por crimes políticos”<sup>200</sup>.

A repressão atingiu também a AIB, organização que respaldara o golpe de novembro de 1937<sup>201</sup>. Proscrita pelo decreto que extinguiu os partidos, a agremiação do Sigma teve suas sedes invadidas pelos agentes de Filinto Müller, que cuidaram também de tirar de circulação livros de doutrinação integralista e a revista oficial do movimento, *Anauê*; jornais ligados à AIB continuaram a existir, mas sob forte censura.

Essa postura constrataria com a liberdade editorial irrestrita usufruída pela AIB entre 1932 e 1937, período durante o qual, segundo Carneiro e Kossoy (2008), a organização manteve a circulação de jornais (*Acção Integralista*, especialmente), revistas (*Panorama*, *Offensiva* e a já mencionada *Anauê*), manuais diversos e milhares de panfletos de cunho fascista e anti-semita, não havendo nenhum tipo de censura por parte do Executivo federal.

A censura aos livros e jornais comunistas – e também de outras correntes políticas de oposição – contrastava com o trabalho de propaganda da máquina estadonovista. Biografias laudatórias de Getúlio foram publicadas quase que anualmente; bibliotecas e escolas públicas passaram a receber um acervo extenso de folhetos e cartilhas sobre o regime; um sem número de imagens do líder do regime eram regularmente distribuídas para a população etc.

Apenas nos dois primeiros anos do Estado Novo, entre 1937 e 1939, o serviço de divulgação do governo imprimiria e distribuiria 90 mil retratos, cartões-postais e pôsteres de Getúlio, além de um total de 45 livros doutrinários, com tiragens que variavam de 10 mil a 75 mil exemplares cada. Em 1938, saíram pela editora José Olympio os cinco volumes em capa dura de *A nova política do Brasil*, reunião dos discursos de Getúlio desde a formação da Aliança Liberal e a chegada ao poder, em 1930 (NETO, 2013, p. 326).

Importante destacar que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) veio a ser criado somente no final de 1939, praticamente no mesmo momento em que as gráficas do PCB foram desmanteladas pela polícia. Antes, cabia ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) o trabalho de celebrar a doutrina, a ideologia, as políticas e as realizações do líder personalista do Estado Novo. Sua coordenação seguiu a cargo do jornalista Lourival Fontes, com a diferença notável de que, a partir daquele momento, o

<sup>200</sup> Citado em Neto (2013).

<sup>201</sup> Para garantir o apoio da Ação Integralista Brasileira (AIB), Getúlio prometeu a Plínio Salgado o ministério da Educação do futuro governo. Foi dito ainda ao chefe do integralismo que o movimento liderado por ele seria o alicerce político-social do Estado Novo, uma espécie de “partido único nacional” aos moldes do nazifascismo europeu. Como forma de demonstrar apoio ao presidente, cerca de 20 mil integralistas realizaram uma parada militar em frente ao Palácio do Catete no dia 1º de novembro.

departamento de propaganda da ditadura teria os poderes e a reserva financeira de um ministério e estaria subordinado diretamente ao presidente da República.

O funcionamento da máquina de propaganda do Estado Novo foi detalhado à exaustão por parte da historiografia do período (GOULART, 1990; CAPELATO, 1998). Não é propósito desta tese reiterar tais informações, mas apenas destacar o evidente contraste entre, de um lado, o investimento maciço do governo federal em comunicação publicitária, e, do outro, a repressão sistemática levada a cabo pela polícia ao aparato editorial do PCB, com ênfase às gráficas.

\*\*\*

O “estouro” da oficina tipográfica do PCB foi registrado em um relatório de 59 páginas assinado pelo então delegado da DESPS, o capitão Felisberto Baptista Teixeira, e apresentado, em setembro de 1940, ao chefe da Polícia Civil do Distrito Federal, o major Filinto Müller. Logo na capa, fica evidente a que fim serviram as diligências policiais ali documentadas: “repressão às atividades do Partido Comunista no país”<sup>202</sup>.

Na introdução, o delegado da DESPS lembra que, apesar da quase completa desarticulação do PCB após o fracasso do levante armado de 1935, os comunistas ainda mantinham numerosas atividades políticas no Rio de Janeiro e em outros estados. Na visão de Baptista Teixeira, a intensa repressão ao levante de 1935 foi, pouco a pouco, nos últimos cinco anos daquela década, cedendo lugar a “uma certa tolerância e sentimentalismo para com seus agentes [os agentes comunistas] ainda presos e para com aqueles que por ventura ainda vinham sendo objeto da ação policial”<sup>203</sup>.

O delegado chamava a atenção para o equívoco que seria achar que o “perigo bolchevista” já não mais se fazia iminente no país. Se “corações” e “consciências” no âmbito da “opinião pública” e das “classes dirigentes” haviam sido demovidas pelos acontecimentos recentes, a DESPS, ao contrário, seguia atenta às “práticas subversivas”<sup>204</sup> do Partido Comunista. Sobre o “perigo bolchevista”, Baptista Teixeira anota o seguinte:

---

<sup>202</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

<sup>203</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

<sup>204</sup> Ibid.

Salvo em 1935, ele nunca foi tão forte e tão ameaçador, e, considerando certas circunstâncias mesmo, pode-se dizer que sob alguns aspectos ele hoje se tornou mais perigoso que durante a insurreição de 27 de novembro, por isso que, revestido de roupagens aparentemente inocentes, logrou penetrar em setores até então vedados à sua atividade<sup>205</sup>.

A polícia política sabia, então, que o PCB passava por um processo de rearticulação após novembro de 1935, o que implicava fundamentalmente a formação de novos quadros e o reestabelecimento de sua oficina tipográfica. Conforme aponta o relatório hoje presente nos acervos do APERJ, o PCB se valera da experiência da revolta malograda para reelaborar sua linha política geral, bem como seu trabalho revolucionário dali em diante.

De posse de um bilhete assinado por Antônio Maciel Bomfim, que fora secretário-geral do partido entre 1934 e 1936 e naquele momento estava preso junto a outros camaradas em Fernando de Noronha, a polícia toma conhecimento de parte do balanço feito pelos comunistas a respeito da rebelião realizada no Rio de Janeiro, no Recife e em Natal.

Assim foi a interpretação que a polícia deu ao texto interceptado:

Estudando as causas do insucesso de 1935, o Partido verificou que a principal foi a falta de apoio das massas, que não secundaram a ação armada dos elementos militares, e isso porque lhes faltava consciência revolucionária, tarefa que o Partido desprezou por confiar demais na ação exclusiva dos quartéis<sup>206</sup>.

Em termos práticos, os militantes que escaparam à prisão após 1935 trabalhavam para que as atividades do PCB pudessem ser reestabelecidas. A vigilância policial, no entanto, acompanhava tudo de muito perto, sem descanso.

Isso fica claro na parte do relatório chamado “A reorganização”, na qual o autor afirma que quatro militantes haviam se deslocado para os estados de Pernambuco e da Bahia a fim de “iniciarem logo a reorganização das hostes comunistas”<sup>207</sup>. A polícia referia-se a Honório de Freitas Guimarães, Lauro Reginaldo da Rocha, Deycola dos Santos e Oswaldo Costa. As vidas desses militantes já faziam parte dos arquivos da repressão, principalmente porque Lauro, Honório e Oswaldo eram os principais autores que assinavam – com pseudônimos, na maior parte das vezes – boletins, artigos e ensaios publicados à época em *A Classe Operária*, *Revista Proletária* e outras publicações impressas do PCB.

---

<sup>205</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

<sup>206</sup> Ibid.

<sup>207</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

Honório chegou a ir a Moscou no princípio de 1938. A polícia se referia a capital soviética em seus documentos como “a Matriz”<sup>208</sup>. Eduardo Xavier e Waldovino de Oliveira juntaram-se a ele um pouco mais tarde. Mas os militantes não passaram muito tempo na URSS. Após um período de trabalho em São Paulo, compreendido possivelmente entre o final de 1937 e a primeira metade de 1938, a Direção Nacional do PCB resolve mudar-se para o Distrito Federal. A DESPS atribui a decisão dos comunistas à inépcia da Polícia Federal em combatê-los:

A “Direção Nacional” e os principais órgãos do aparelho comunista localizaram-se em São Paulo e só em meados de 1938, quando a ação da Polícia Federal tornou-se demasiadamente branda, é que para aqui se trasladaram, encontrando-se com Honório, que nesta mesma ocasião retornara da Europa. Daí por diante, o trabalho foi fácil e o comunismo foi estendendo seus tentáculos e penetrando, imperceptivelmente, em todos os setores de atividade social, até ao ponto atual de notável desenvolvimento e de grande raio de ação. Segundo mesmo seus próprios documentos secretos, preparando ativamente a Revolução<sup>209</sup>.

Honório era um velho conhecido da polícia política brasileira. Sua biografia vinha sendo escrita há anos por agentes que trabalhavam no setor de informação e vigilância da DESPS. Conhecido pelos codinomes “Martins”, “Camilo”, “Lima”, ou ainda “Gaspar”, nascera em julho de 1902. Caçula em uma família de três irmãos, era filho de Álvaro de Freitas Guimarães e Maria Emília de Barros Guimarães. O pai fora promotor em Friburgo, juiz municipal e “juiz de Direito” em Petrópolis. A mãe, por sua vez, era “descendente da velha aristocracia feudal”, bisneta do Marquês de Paraná e neta do Barão de Icarahy. Os pais levaram uma vida relativamente confortável graças a uma herança deixada pelo avô materno de Honório. Todas essas informações foram fornecidas pelo militante no momento de seu ingresso no PCB, e constavam em arquivos do partido (“Autobiografias de militantes”<sup>210</sup>) apreendidos pela polícia política em 15 de março de 1940.

Honório ingressara no PCB em outubro de 1931, realizando à época trabalhos de “secretaria técnica” e, desde então, vinha vivendo “ilegalmente como funcionário do partido”, segundo a DESPS. O militante é descrito em inquérito de 1939, do qual derivou o relatório aqui mencionado, como “elemento de grande projeção no partido, do qual é dirigente desde 1935, ano em que tomou parte saliente, como um dos orientadores, na revolução comunista de

---

<sup>208</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

<sup>209</sup> Ibid.

<sup>210</sup> Ibid.

novembro”<sup>211</sup>. A DEPS ainda o caracterizara como “membro do Birô Político, orientador intelectual do partido e um de seus chefes de maior prestígio”<sup>212</sup>.

No documento que dá conta do “estouro” de 1939, vê-se a importância da oficina gráfica tanto para o partido quanto para a própria polícia ficar evidenciada no momento em que o relatório enumera aquilo que, na perspectiva da repressão do Estado, seria importante para o partido se reerguer novamente: a criação tanto de “um aparelho de direção” quanto de uma “imprensa ilegal”, fazendo que, com isso, o “arcabouço do P.C.B.” pudesse voltar a existir e a operar<sup>213</sup>.

Ao analisar as diversas ações táticas que o PCB vinha adotando nos últimos dois anos, a polícia se valera do conteúdo publicado em materiais impressos que saíam das gráficas do partido, além de informações oriundas de seu próprio trabalho de vigilância e espionagem. “O órgão oficial do Partido, ‘A Classe Operária’, inúmeros manifestos, panfletos e volantes martelavam, insistentemente, nessa tecla, acusando o governo de vendido ao imperialismo americano, de despótico e reacionário, procurando lançar o povo abertamente na Revolução”, garantia o trecho referente ao gesto político dos comunistas de criarem a “Frente Única contra Getúlio e o Estado Novo”<sup>214</sup>.

Em 1938, a DESPS realiza, assim, inúmeras diligências contra o PCB no Distrito Federal. Na lógica repressiva, atingir a direção é mais importante do que a “base”, composta essencialmente por militantes. A vitalidade de um Partido Comunista, segundo a tese leninista, está em suas instâncias diretivas, e a polícia política compreendia isso como ninguém. Por consequência, no trabalho de vigilância e repressão procura-se chegar sempre aos quadros que compõem a direção partidária ou aos militantes que estão a eles interligados em algum nível. Atingir, por sua vez, o aparato editorial, com ênfase especial às tipografias, é também primordial para a polícia. Os documentos presentes no APERJ atestam isso de distintas formas.

Nessa ocasião, em 1938, os policiais da DESPS conseguiram alcançar apenas o setor Marítimo e parte do setor Militar do Comitê Regional do Rio. Ninguém da direção do PCB foi preso. A oficina clandestina do partido tampouco foi identificada. “Mais prudentes, em vista das atividades policiais, os dirigentes comunistas mudavam de moradia de três em três

---

<sup>211</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

<sup>212</sup> Ibid.

<sup>213</sup> Ibid.

<sup>214</sup> Ibid.

meses, quando não, mais frequentemente, e tomavam medidas organizativas cada vez mais hábeis e indevassáveis”, afirma o relatório<sup>215</sup>.

Diante do insucesso dessa primeira investida, a polícia resolve mudar de tática no combate ao “perigo vermelho”. Para o órgão, as circulares e outros documentos comunistas apreendidos apontavam para a possibilidade real de uma insurreição popular ocorrer ainda em 1940, apesar do tempo curtíssimo que a separava do levante armado de 1935.

Em fins do ano próximo passado [1939], desiludidos os dirigentes comunistas de quebrar a unidade do governo pela sua decomposição em duas frações, e já se sentindo bastante fortes, resolveram adotar nova tática política, mais revolucionária e combativa e que deveria culminar na insurreição por todo o ano de 1940<sup>216</sup>.

O capitão Felisberto Baptista Teixeira, chefe da DESPS e autor do relatório, afirma que “[resolvemos], então, mudar de tática e determinamos a suspensão de todas as diligências, iniciando ao mesmo tempo um trabalho lento e progressivo de infiltração e observação”<sup>217</sup>. A técnica de “infiltração” permitiu que a polícia levantasse os verdadeiros nomes de alguns dirigentes comunistas e suas respectivas ligações com outros militantes do partido. Já a “observação” resultou em uma espécie de inventário de “aparelhos” clandestinos – casas suburbanas do Distrito Federal, em sua maioria.

Chegou-se, primeiro, após o trabalho de “elementos infiltrados”, a Maria Joana de Oliveira. Ela aparentava ter algum tipo de ligação com Lauro Reginaldo da Rocha, que respondia pelo nome de luta “Bangu”.

Tratava-se de um importante membro do PCB, cuja fisionomia a polícia política até então desconhecia por completo. Em seus arquivos, entretanto, eram incontáveis as menções ao nome do militante. Bangu é descrito no inquérito como “elemento proeminente do P.C.B. desde 1928”. Ele teria participado ativamente, na condição de “mentor”, da revolta armada de 1935. Em razão disso, foi processo e condenado pelo TSN, que não conseguiu prendê-lo à época<sup>218</sup>.

Maria Joana de Oliveira, por sua vez, havia militado na Aliança Nacional Libertadora (ANL) no estado do Rio Grande do Norte e, desde então, passara a trabalhar no Rio de Janeiro, segundo apurou os órgãos de informação e vigilância.

---

<sup>215</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

<sup>216</sup> Ibid.

<sup>217</sup> Ibid.

<sup>218</sup> Ibid.

Os agentes passaram a segui-la e, como essa medida não resultou em informações relevantes, o delegado da DESPS resolveu destacar “um agente estranho à Polícia para residir na mesma pensão e observá-la, o que foi feito por dois meses, constatando-se levar a mesma vida regular e frequentar várias residências”<sup>219</sup>. Era possível que Lauro Reginaldo da Rocha, ou qualquer outro militante de prestígio do PCB, fosse o morador ou simplesmente frequentasse uma dessas casas.

O álibi que a polícia precisava para prender Maria Joana veio com um agente disfarçado que ofereceu a ela uma carta endereçada ao referido militante do PCB. Como Maria a aceitou sem protestar (poderia, por exemplo, alegar que não conhecia o destinatário), embora tivesse se surpreendido com o pedido, os policiais a prenderam e levaram-na à Delegacia.

Submetida à interrogatório, confessou, segundo as fontes policiais, que Bangu ia, com alguma frequência, à casa de uma mulher cujo nome era Rita, situada à rua Pereira de Figueiredo, número 355. No fundamental, a informação dada pela militante nordestina se resumia a isso.

Foi o suficiente para os policiais da DESPS, sob coordenação de Baptista Teixeira, se dirigirem às pressas para o local mencionado. A estratégia de “infiltração” passava a apresentar os primeiros resultados mais contundentes. A rede de locais e militantes que em breve levaria à oficina tipográfica do PCB começava a ser desarticulada pela polícia naquele último ano da década de 1930 (Fig. 23).

---

<sup>219</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.





Figura 23 – Fachada da casa frequentada pelo militante Bangu. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

A casa, a de número IV da rua Pereira de Figueiredo, pertencia a Rita Alves de Souza, que ali residia com seu companheiro, Elpídio Fernandes de Souza. Rita era doméstica e, de acordo com depoimento de um militante preso pelo DESPS, o local “era depósito de números da Classe Operária e também ponto de reunião dos elementos do Partido Comunista do Brasil”<sup>220</sup>.

A polícia julgou relevante destacar, na legenda da imagem anterior que consta na página 18 do relatório, que havia na casa “copioso material de propaganda subversiva”<sup>221</sup>, novamente como uma espécie de prova irrefutável de um crime. Após realizar o cerco durante a noite, os policiais não demoraram muito a prender Rita e Elpídio. Bangu, no entanto, não foi encontrado.

Uma espécie de armadilha foi deixada na casa, culminando com a prisão do ativista do PCB Elias Reinaldo da Silva, conhecido como “Paulo” ou “André”, “quando para lá se dirigia

---

<sup>220</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

<sup>221</sup> Ibid.

à procura de material que deveria entregar a um marítimo, que o levaria para o estado da Baía”<sup>222</sup>.

Elias seria um “elemento de projeção no seio do P.C.B.”<sup>223</sup>, membro do Comitê Central e do Birô Político. Encarregava-se do contato com os comitês do partido situados em outros estados. Além de ter o estado baiano como destino, impressos do PCB encontrados na casa da rua Pereira de Figueiredo estavam programados para ser distribuídos em trens da Leopoldina ou da Auxiliar no Rio de Janeiro.

No decorrer dessas mesmas diligências, a polícia chegou até a companheira de Elias, Adalcinda Moura da Silva, detida na residência do casal na estação de Irajá, mais especificamente na rua João Machado, número 116 (Fig. 24).



Figura 24 – Casa em Irajá onde Adalcinda, companheira de Elias, foi presa. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

---

<sup>222</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

<sup>223</sup> Ibid.

O depoimento de Elias à DESPS ajuda a esclarecer uma das formas pelas quais impressos comunistas em língua espanhola chegavam ao país na primeira metade do século XX. Assim que entrou no PC do Brasil, o militante teve a oportunidade de transportar boletins da Espanha para o Brasil em 1930 “por ocasião da campanha eleitoral da Aliança Liberal”<sup>224</sup>. Elias era marítimo à época. Em sua ficha como militante comunista, consta a estada de aproximadamente um ano na República Soviética entre 1933 e 1934.

O trabalho da polícia seguiu noite adentro naquele mesmo dia. Após “estourar” a primeira casa, foram realizadas aproximadamente 40 buscas até finalmente encontrar o local onde morava outro importante quadro do partido, o militante Eduardo Ribeiro Xavier, conhecido como “Abóbora”.

Na casa localizada à rua Bernardo Guimarães, número 73 (Fig. 25), em Quintino Bocaiúva, havia “copioso material de propaganda subversiva, um mimeógrafo ‘Gestetner’ e parte do arquivo do partido” (Fig. 26)<sup>225</sup>. Tudo fora prontamente confiscado pelos agentes policiais, que, no entanto, se frustraram ao perceber que Abóbora não se encontrava lá.

No momento exato em que os policiais vasculhavam sua casa, o militante estava a caminho de “um ponto”, isto é, de um encontro marcado com outro militante em alguma parte da cidade. O que ele não suspeitava era que o “ponto”, na verdade, era uma armadilha criada pela própria polícia, pois quem o esperava era Rita Alves de Souza, a militante presa na rua Pereira de Figueiredo, número 355. Tal estratégia policial, que consistia em forjar o encontro de um militante já detido com outro ainda em liberdade, seria largamente utilizada principalmente durante o regime militar, que perdurou no país de 1964 a 1985.

---

<sup>224</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

<sup>225</sup> Ibid.



Figura 25 – Aparelho utilizado por Abóbora. No local, a polícia encontrara impressos e um mimeógrafo do PCB.  
Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

O aparelho em Quintino era utilizado com frequência para a realização de reuniões de membros proeminentes do PCB, muitos deles pertencentes ao Birô Político. Não se tratava apenas da casa de Abóbora, evidentemente.

No momento em que foi invadido pela polícia, de lá saiu às pressas, ainda de pijama, Mathias, que viera a ser identificado como Sebastião Francisco Caetano. O relatório procura justificar o motivo de os policiais terem deixado o militante escapar: “isso deve-se ao fato de a casa não ter sido indicada precisamente, o que levou nossos elementos a procederem mais de quarenta buscas durante a madrugada”<sup>226</sup>. Antônia da Silva, companheira de Abóbora, não teve, no entanto, a mesma sorte de Mathias e acabou sendo detida.

---

<sup>226</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.



Figura 26 – No aparelho em Quintino, os policiais montam a cena do crime, com destaque às máquinas e ao material impresso. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Como ficará claro adiante, a prisão de Eduardo Ribeiro Xavier foi decisiva para que se chegasse à sede da imprensa do Partido Comunista do Brasil no final dos anos 1930. Isso porque, além de membro da Direção Nacional, Abóbora era o “encarregado do material de propaganda e do arquivo do P.C.B.”<sup>227</sup>.

Membro do Birô Político, tesoureiro do Socorro Vermelho, Abóbora – que em certas ocasiões se apresentava como “Xavier” – era “um dos poucos conhecedores do local onde funcionava, clandestinamente, a tipografia do P.C.B.”, conforme mostra o inquérito<sup>228</sup>.

No depoimento dado à polícia, Abóbora afirmou que, nos meses finais de 1939, o PCB era comandado por Lauro Reginaldo da Rocha, Honório de Freitas Guimarães, Sebastião Francisco e por ele próprio. Já o Birô Político (BP) tinha uma formação mais ampla: além dos ativistas já mencionados, havia também Domingos Brás, Elias Reinaldo da Silva e Walduvino

<sup>227</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

<sup>228</sup> Ibid.

Loureiro. Luiz Carlos Prestes seguia na direção-geral do PCB, mesmo estando naquele momento preso.

O BP se reunia uma vez por mês para “prestação de contas e determinação das diretrizes de organização, de agitação e propaganda, enfim, para estabelecimento de suas tarefas”<sup>229</sup>, segundo a tradução que o escrivão fez da fala de Abóbora prestada à DESPS. Alguns desses encontros ocorriam clandestinamente no aparelho em Quintino desbaratado pela repressão.

A frequência das reuniões do BP era determinada em larga medida pela necessidade de confeccionar, imprimir e organizar a distribuição de material de propaganda comunista. Encontra-se aqui mais uma evidência de que a atuação do PCB como partido estava intimamente atrelada à capacidade de que a organização dispunha de pôr em funcionamento suas tipografias e mantê-las a salvo da vigilância escrutinadora da polícia.

Isso fica claro no seguinte trecho do depoimento de Abóbora:

Com o fim de atender a necessidade de um processo contínuo de agitação e propaganda de que eram exemplos as edições contínuas das mais variadas publicações do Partido Comunista do Brasil (Classe Operária, Revista Proletária, opúsculos, panfletos, boletins e volantes) é que aqueles acusados, inclusive o declarante [Abóbora], se reuniam de dez em dez dias a fim de ficar determinada a confecção daqueles veículos de propaganda comunista, que eram mimeografados pelo declarante [Abóbora], quando não impressos em prelo pelos acusados Júlio Barbosa de Oliveira e João Fragoso Júnior<sup>230</sup>.

Pistas aparecem aqui esboçadas a respeito do processo de confecção dos materiais impressos – jornais, opúsculos, boletins, revistas, panfletos, cartazes etc. – do PCB. Descubra-se, por exemplo, que Abóbora podia até mimeografar alguns textos valendo-se de sua máquina *Gestetner* (Fig. 27), mas a maior parte da produção, capitaneada pelo jornal *A Classe Operária* e pela *Revista Proletária*, cabia aos tipógrafos Júlio Barbosa de Oliveira e João Fragoso Júnior, que operavam a gráfica clandestina do partido.

O prelo por eles utilizado no processo de impressão tinha sido comprado, não havia muito tempo, pelo militante Bangu. Já a manutenção do maquinário cabia a Abóbora, que podia contar eventualmente com a ajuda de um dos impressores, o militante João. “A aquisição do material de tipografia, tais como tipos, tinta, papel, graxa, óleos, escovas,

<sup>229</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

<sup>230</sup> Ibid.

chumbo etc. era feita pelo declarante [Eduardo Ribeiro Xavier, o Abóbora] e, às vezes, por João Fragoso Júnior, com numerário do Partido”, aponta o inquérito<sup>231</sup>.

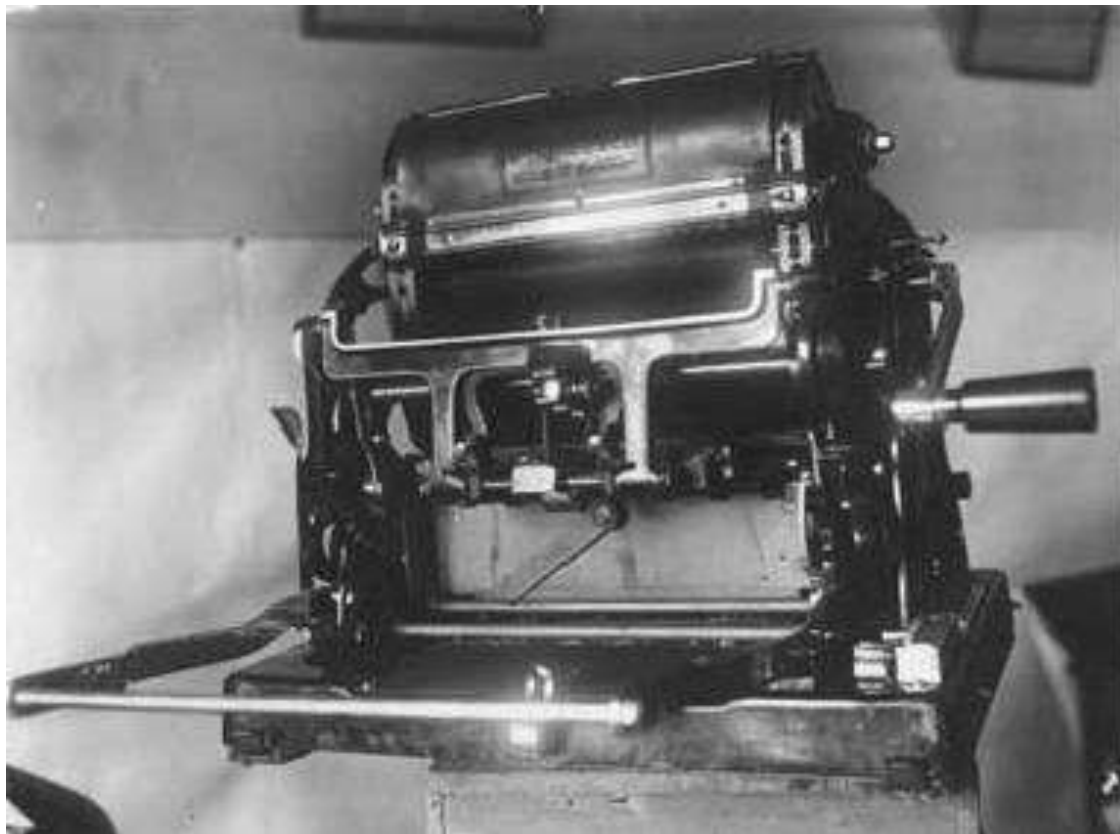


Figura 27 – Mimeógrafo com o qual Abóbora reproduzia alguns textos do PCB. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Mas, afinal de contas, onde se localizava a gráfica clandestina do PCB em 1939? Foi a partir do interrogatório ao qual Abóbora foi submetido que se pode chegar ao endereço de uma casa bem simples em Thomaz Coelho, considerada a sede da imprensa do PCB naquele momento. O endereço oficial era o da rua Engenho do Mato, número 21.

No local, os agentes policiais encontraram “duas máquinas impressoras com várias coleções de tipos, sendo que uma em pleno funcionamento, uma estação transmissora de rádio, documentos originais de organização interna do partido, além de farto material subversivo impresso e mimeografado”<sup>232</sup> (Fig. 28).

---

<sup>231</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

<sup>232</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.



Figura 28 – A gráfica clandestina do PCB em fins de 1939. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Os agentes policiais cuidaram da composição da imagem. É como se provas irrefutáveis de um crime estivessem sendo expostas. O campo visual é organizado de modo a extrair dele o máximo possível de informação. Uma narrativa de subversão e perigo é construída pela disposição mais ou menos organizada dos elementos na sala: jornais, panfletos, revistas, um mimeógrafo, tipos e caixas, livros.



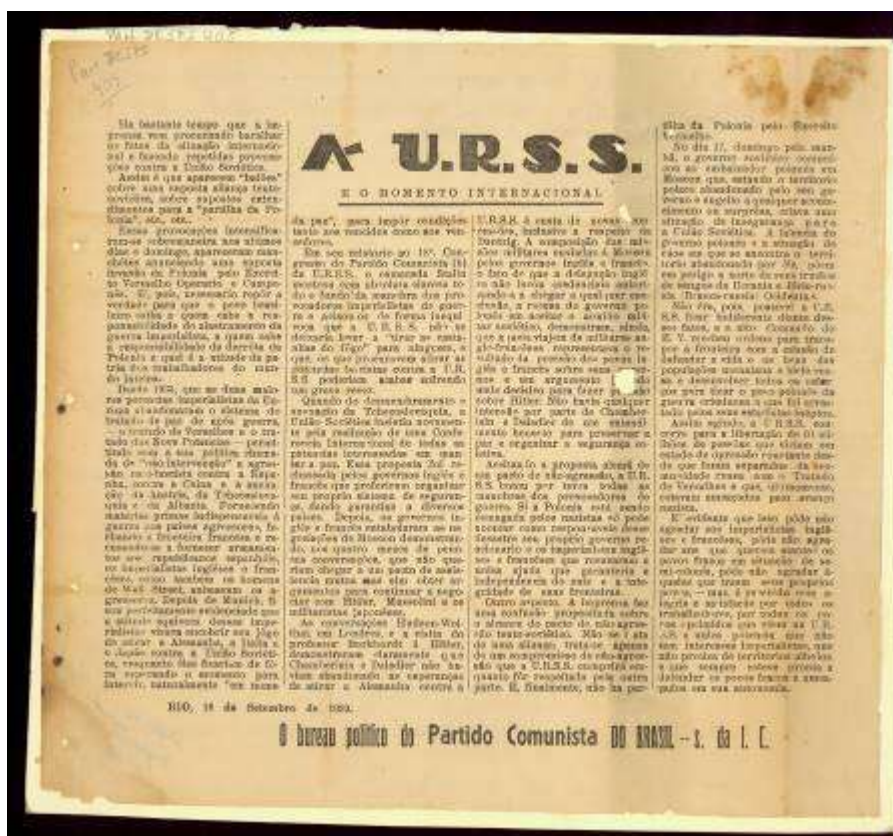


Figura 29 – Um dos panfletos encontrados pelos policiais na gráfica clandestina. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

No exato momento do “estouro”, uma das máquinas estava rodando material, o que parece sugerir que os tipógrafos Júlio Barbosa de Oliveira e João Fragoso Júnior não tinham conhecimento da operação e por isso foram surpreendidos pela polícia. Sabe-se que, entre militantes gráficos, era corriqueira a prática de destruir deliberadamente máquinas e tipos quando se percebia que a fuga a um cerco policial era algo impossível. Isso acontecia porque muitas vezes os agentes da repressão se valiam do material tipográfico para produzir impressos falsos com a assinatura do PCB.

Ex-marinheiro, processado anteriormente pela Justiça Militar por conta de sua militância, chegando mesmo a cumprir pena em regime fechado, João Fragoso Júnior tinha como tarefa principal operar a gráfica clandestina do partido. Já Julio Barbosa de Oliveira era radiotelegrafista reformado da Armada. Ambos moravam na casa situada em Thomaz Coelho onde foram presos (Fig. 30)<sup>233</sup>.

<sup>233</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

O ativista Arthur Tomazi conseguiu, todavia, escapar do cerco feito à gráfica. Ele era encarregado de estabelecer contato com outro importante militante, Oswaldo Costa, o “Tamandaré”, que fora um dos diretores do “extinto jornal ‘A Manhã’ e autor de muitos artigos e boletins sobre o problema siderúrgico, editados, clandestinamente, na tipografia da ‘A Classe Operária’”, afirma o inquérito<sup>234</sup>. Arthur trabalhava, à época da desarticulação do partido, como arquivista de *O Globo*.



Figura 30 – Fachada da casa em Thomaz Coelho onde funcionava a gráfica clandestina do PCB em 1939. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Uma vez presos os militantes gráficos, os agentes policiaes adotaram a seguinte estratégia repressiva: “dessa casa apenas foram removidos, de madrugada, os dois presos [Júlio e João] e nela foram deixados alguns policiaes ocultos, com a missão de prender quem aí entrasse, pois tínhamos informações de que tanto ‘Bangu’ como Honório a frequentavam”<sup>235</sup>.

<sup>234</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

<sup>235</sup> Ibid.

Os agentes da DESPS esperavam encontrar dois outros importantes quadros de direção do PCB, que possivelmente para ali se dirigiram em algum momento com o intuito de buscar jornais, panfletos e outros impressos. A importância do local – a gráfica clandestina do partido – era, portanto, condizente com as expectativas do plano policial.

A tática funcionou. Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu, foi preso no dia seguinte. Até ali, o militante vivera sob rigorosa clandestinidade. Membro do Birô Político do PCB, era, em fins de 1939, o “atual secretário[-geral] interino do Partido”<sup>236</sup>. Atribui-se a ele a autoria de diversos artigos publicados no jornal *Classe Operária*, “impresso à rua Engenho do Mato, 21, onde comparecia diariamente a fim de auxiliar aos trabalhos manuais de impressão”<sup>237</sup>. O aparelho onde vivia em Piedade também foi desmantelado pela repressão (Fig. 31). Ali “foi encontrada grande cópia de documentos e material de propaganda comunista”<sup>238</sup>.



Figura 31 – Casa situada no bairro Piedade, onde o militante Bangu vivia clandestinamente. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

---

<sup>236</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

<sup>237</sup> Ibid.

<sup>238</sup> Ibid.

Entre os membros proeminentes do partido que atuavam no Distrito Federal, restavam ainda Honório de Freitas Guimarães e um outro militante que, décadas depois, se tornaria famoso e temido entre os órgãos de segurança do regime civil-militar: o paulista Joaquim Câmara Ferreira. A prisão de Honório se diferenciou das demais que até então vinham sendo realizadas pela equipe comandada por Baptista Teixeira. Surpreendido em casa (Fig. 32), na rua Projetada São Paulo, em Inhaúma, ele abriu fogo contra os policiais, matando um deles. Durante o confronto que se seguiu, Honório foi atingido por dois tiros. Ele encararia um périplo extenuante por três hospitais (Getúlio Vargas, Polícia Militar e Casa de Saúde São Geraldo) até ser definitivamente encarcerado nas dependências da DESPS. Sua companheira também foi detida. Honório vivia à época “vida paupérrima, de operário”<sup>239</sup>. Era financiado pelo PCB e pela própria mãe, que dava a ele “um conto de réis” por mês<sup>240</sup>.



Figura 32 – Casa onde Honório foi preso após trocar tiros com a polícia. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

<sup>239</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

<sup>240</sup> Ibid.

Joaquim Câmara Ferreira também foi surpreendido pelos agentes de Baptista Teixeira que invadiram sua casa na rua Santo Amaro, número 122, e o prenderam. À época, o jovem militante, que fora acadêmico de Engenharia por alguns anos antes de abandonar o curso em proveito do trabalho no PCB, era o responsável pelo setor militar da organização. “Copioso material de doutrina e propaganda comunistas, além de uma máquina de escrever, portátil, e de um esquema de organização militar”<sup>241</sup> foram encontradas no apartamento 5 da rua Santo Amaro, na Glória, zona sul da cidade do Rio.

Durante o regime militar, Câmara Ferreira assumiria outra função de caráter militar, desta vez no âmbito da Ação Libertadora Nacional (ALN), e passaria a ser conhecido entre militantes e agentes da repressão como “Comandante Toledo”. Ele seria um dos principais articuladores do sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick em setembro de 1969.

Figura importante da história do movimento comunista no Brasil, o prontuário da delegacia especial o descreve em 1940 como: “intelectual de largos recursos como orador e escritor” e “portador da palavra de ordem aos CC.RR [Comitês Regionais do partido]”<sup>242</sup>.

Em 1938, Joaquim Câmara Ferreira era um dos responsáveis por remeter jornais e panfletos comunistas a destinatários espalhados pelo país. Já em março de 1939, ele levou pessoalmente materiais impressos ao Comitê Regional Paulista.

Desde setembro de 1938, Câmara Ferreira já vinha atuando em trabalhos relacionados à imprensa do Partido. Ele batia à máquina os manuscritos que lhe eram repassados por Eduardo Ribeiro Xavier. Uma vez datilografados, Câmara Ferreira os remetia a Eduardo, que então se incumbiria de mimeografá-los, ampliando, assim, o número de cópias de um panfleto ou circular. Joaquim Câmara Ferreira também recebia de Eduardo impressos e jornais já rodados para que fossem distribuídos pelo Distrito Federal<sup>243</sup>.

A oficina tipográfica do partido, situada em Thomaz Coelho e operada pelos gráficos Júlio Barbosa de Oliveira e João Fragoso Júnior, era composta essencialmente por duas máquinas. Uma delas, a principal, era uma impressora tipográfica plana, que contava com um prelo, diversas caixas de tipos, clichês já prontos de dirigentes revolucionários como Lênin e Luiz Carlos Prestes, além de um estoque de papel (Fig. 33).

---

<sup>241</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

<sup>242</sup> Ibid.

<sup>243</sup> Ibid.



Figura 33 – A principal máquina tipográfica do PCB. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Uma guilhotina fazia o trabalho de refilar os materiais produzidos, dando forma a jornais, revistas, livros e boletins. É provável que o texto *Tarefas orgânicas do Partido Comunista*, de autoria do militante Abóbora, tenha sido impresso por essa máquina. Na imagem anterior, vê-se ainda uma estação radiotransmissora, mais um objeto criminoso segundo a ótica policial.

Em relação ao Rio de Janeiro, todo o material pecebista, mimeografado e/ou impresso, tinha como destino inicial a casa de Abóbora. O militante, na condição de coordenador da área de propaganda, se incumbia de fazer os panfletos, revistas e jornais chegarem até as mãos de companheiros como Lauro, Honório, Sebastião, Elias, Walduvino e Joaquim Câmara Ferreira, “que por sua vez passavam adiante ou faziam diretamente a sua distribuição”. Parte das vendas dos exemplares do jornal *A Classe Operária* era realizada pelo militante Sebastião Francisco, que repassava a Abóbora o dinheiro arrecadado<sup>244</sup>.

<sup>244</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

A palavra comunista chegava ao estado de São Paulo por meio do repasse de impressos que Abóbora fazia a um militante conhecido apenas como “Machado”, que vinha até o Rio de Janeiro recolher números de *A Classe Operária* e da *Revista Proletária*.

A segunda máquina que compunha a oficina do Partido Comunista do Brasil era um tanto mais simples (Figura 34).

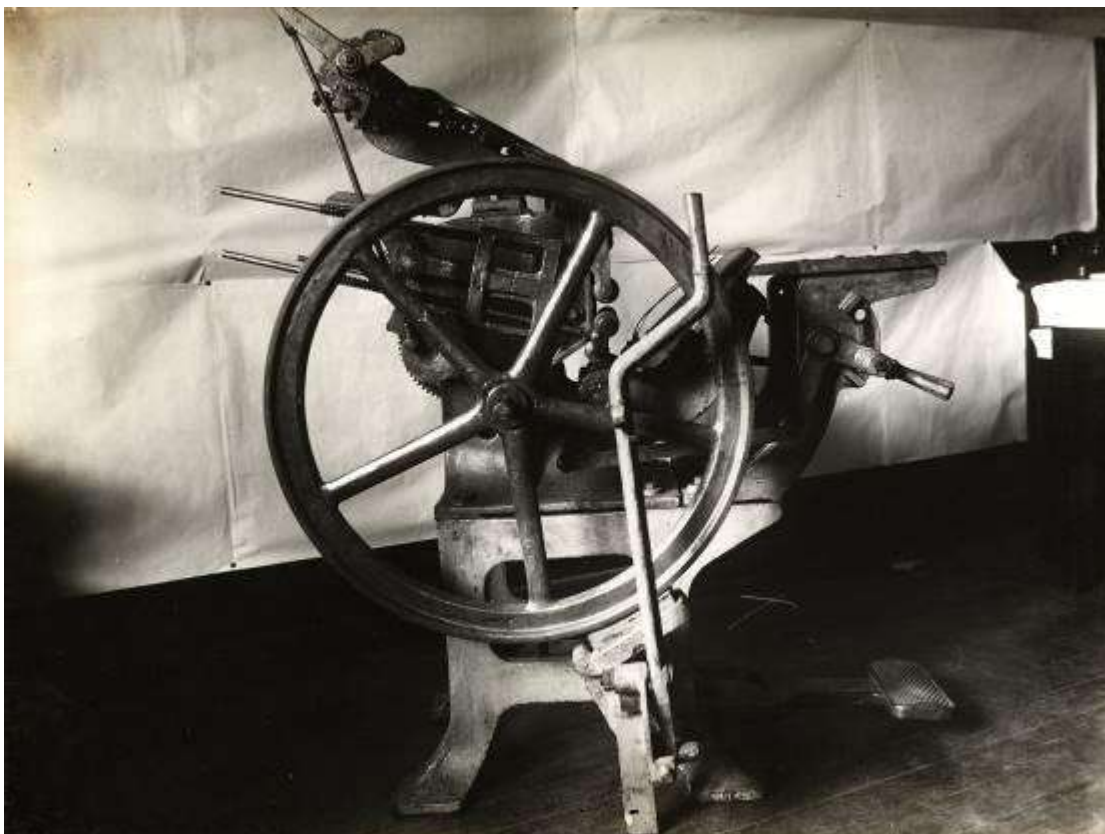


Figura 34 – A oficina do PCB contava com apenas duas máquinas. Uma estrutura enxuta para realizar o trabalho de imprensa da maior organização operária do período. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Em mais uma imagem feita pelo setor de fotografia da polícia, é possível ver a modesta oficina gráfica sob outro ângulo. Em um dos cantos do cômodo, há uma guilhotina desarmada. No chão, exemplares da mais recente edição do jornal *A Classe Operária*. A máquina tipográfica é a mesma da imagem anterior (Fig. 35).



Figura 35 – A gráfica comunista sob outro ângulo. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

O relatório da DESPS menciona ainda a prisão de 41 outros militantes, sem, no entanto, detalhar as circunstâncias em que se deram as diligências. Reafirma, no entanto, que todos eram “ativos militantes comunistas e *trabalhando pela reorganização do Partido e pela distribuição de boletins subversivos*”<sup>245</sup> (grifo nosso). Alguns nomes se destacam. São os casos de Henrique Covre, diretor do Socorro Vermelho; Leôncio Basbaum, à época médico e futuro quadro de renome do partido; e Renovato Pereira de Souza, soldado da Polícia Militar (PM) que poderia ser um dos intermediários entre membros do PCB e Luiz Carlos Prestes, já que o filho do PM também estava preso.

Quando o relatório foi apresentado pela primeira vez, Baptista Teixeira ainda não havia realizado as prisões dos militantes Sebastião Francisco (“Mathias”), Domingos Brás (“Alfredo” ou “Mauro”), Noel Perdão Goertel e Oswaldo Costa. O delegado especial presta contas a Filinto Müller de suas intenções futuras: “no estado do Rio, estamos providenciando a captura do Dr. Josias Ludolf Reis e de sua amante Chiquita, pessoas importantíssimas no

<sup>245</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.



partido e em cuja residência, em Niterói, apreendemos o arquivo do Comitê Regional e parte do arquivo do Comitê Central”<sup>246</sup>.

Na avaliação da polícia, a direção do PCB fora completamente desarticulada ao fim das diligências que duraram cerca de um ano. Os principais quadros da Direção Nacional (DN), do Birô Político (BP), do Comitê Central (CC) e do Secretariado Nacional (SN) tinham sido presos. Além das ações feitas no Rio visando o Comitê Regional daquele estado, a DESPS também adotara medidas repressivas contra o Comitê Regional de São Paulo, e forneceu “elementos aos demais estados para fazerem o mesmo”<sup>247</sup>.

A oficina gráfica clandestina no Rio fora, portanto, “estourada”. “Apreendemos, ainda agora, a imprensa ilegal do partido, constituída de dois prelos e um mimeógrafo, todo o arquivo, uma estação radiotransmissora, imensa quantidade de boletins subversivos e de números da ‘Classe Operária’, datada de 1º do corrente”<sup>248</sup>, afirma Baptista Teixeira em seu balanço a respeito do aparato editorial do PCB.

Nessa investida, a DESPS também teve acesso ao arquivo do PCB e à correspondência que Prestes mantinha da prisão com militantes do Birô Político.

---

<sup>246</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

<sup>247</sup> Ibid.

<sup>248</sup> Ibid.



Figura 36 – Os policiais encontram ainda peças de um prelo manual desativado na sede da imprensa do partido em Thomaz Coelho. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

O delegado especial conclui seu relatório enfatizando o papel desempenhado pelos agentes, detetives e investigadores, citando-os nominalmente nas páginas 30 e 32. Por fim, ele arrisca uma análise acerca de quais fatores, para além da repressão policial, devem ser combinados a fim de combater o “perigo vermelho”.

O sucesso que alcançamos devemos aos nossos auxiliares, sendo, por conseguinte, credores da nossa admiração e da *gratidão da sociedade brasileira*. Não basta, apenas, a ação repressora da polícia se não forem tomadas medidas de natureza política e educacional, que *neutralizem os efeitos da propaganda marxista*, esclarecendo os espíritos por um lado, e removendo as causas do mal-estar econômico, por outro (grifos nosso)<sup>249</sup>.

Vê-se aqui como a ação de propaganda do PCB, sustentada em larga medida pelos seus materiais impressos, é tida como elemento central a ser combatido pelo Estado, quer seja no âmbito da “ação repressora da polícia”, quer sejam nos âmbitos “político” e “educacional”.

<sup>249</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.



Figura 37 – Vista da casa na rua Engenho do Mato, nº 21, onde funcionava a gráfica clandestina do Partido Comunista do Brasil. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

\*\*\*

“Para revelar a periculosidade da ação dissolvente do Partido Comunista do Brasil”, adverte um trecho do inquérito judicial aberto contra o PCB, “basta dizer que, tendo escapado à repressão policial apenas dois elementos do Comitê Central, os acusados Noé Gertel e Sebastião Francisco, ambos novamente se movimentaram conseguindo uma nova tipografia clandestina”. A tipografia produziria material “destinado a confundir o espírito público”, assegura o Tribunal de Segurança Nacional (TSN), órgão de exceção criado por Getúlio Vargas em 1936<sup>250</sup>.

Em outra parte do inquérito, desta vez referente ao depoimento do militante Sebastião Francisco, aparece o seguinte registro: “Revelando a sua audácia, após ter conseguido fugir da

---

<sup>250</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

ação policial, passou a confessar como conseguira reerguer o Partido Comunista do Brasil, montando um novo aparelho gráfico para a propaganda subversiva”<sup>251</sup>.

Esses dois trechos ajudam a entender como a ação de reconstrução do Partido Comunista do Brasil, após a investida repressiva que desmantelou seu Comitê Central, estava intimamente ligada à instalação de uma nova tipografia clandestina. Os termos “reorganização partidária” e “oficina gráfica” funcionam aqui praticamente como sinônimos. É como se o PCB não existisse se não pudesse falar à classe operária por meio de seu jornal, sua revista, seus boletins e panfletos.

E a montagem de uma nova tipografia de fato ocorreu pouco tempo depois das diligências anteriormente descritas terem se encerrado. Quem ficara responsável por tal tarefa fora Sebastião Francisco, o “Mathias”, que havia escapado do cerco policial feito à casa de Abóbora em Quintino. Sua biografia escrita pela polícia política o caracterizava como “velho e traquejado revolucionário, indivíduo de grande capacitação política, de apreciável cultura social e notável poder dirigente”<sup>252</sup>.

O “traquejado revolucionário” entrou em contato com o gráfico Theodoro de Oliveira Santos para apurar onde seria possível comprar uma máquina em bom estado e se este estava interessado em trabalhar nela. Seguindo a orientação do gráfico, Sebastião procurou uma casa familiar para que a instalação da oficina não levantasse suspeitas.

A busca o levou até Joaquim Francisco da Silva, que residia com a esposa e os filhos no morro de São Mateus, em São João de Meriti, região do Rio conhecida como Baixada Fluminense. Como o proprietário não se importou em ceder a casa, Sebastião e o gráfico Theodoro tomaram a decisão de instalar a tipografia naquele local.

O primeiro impresso da nova gráfica do PCB foi um boletim de Sebastião e Noé intitulado *Ao povo brasileiro*, com tiragem de cerca de quatro mil exemplares (Fig. 38). No corpo do texto, falava-se da necessidade de uma união nacional contra o imperialismo e a guerra, a crise e a miséria, e a favor da constituição democrática. O boletim terminava com palavras de ordem ligadas ao contexto político da época. O impresso veio a lume em abril de 1940, marcando, assim, o início do processo de rearticulação do PCB na capital federal.

---

<sup>251</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

<sup>252</sup> Ibid.

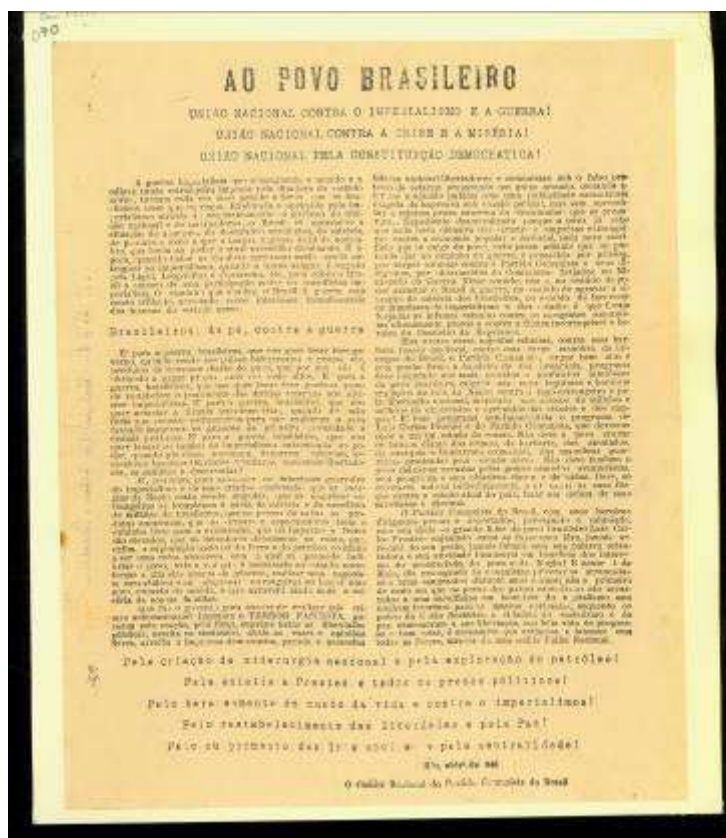


Figura 38 – Panfleto que inaugurou as atividades da gráfica em São de Meriti. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

No início de 1940, Sebastião recebeu de Jorge Silveira Martins Ramos, então membro da Secretaria de Finanças do PCB, uma quantia em dinheiro – um conto de réis – para a compra do maquinário. Isso ocorreu em 15 de abril e a nova gráfica passou a funcionar a partir dessa data.

Conforme aponta o inquérito, Noé Gertel, militante conhecido como “Camargo”, dividia com Sebastião o mesmo aparelho e também assumira a tarefa de colocar o PCB novamente de pé no Distrito Federal. Militante de papel destacado na direção nacional, ingressara na organização no início de 1933 em São Paulo depois de trabalhar alguns meses no Socorro Vermelho Internacional. Pouco mais de um ano depois, participou, juntamente com o camarada “Mathias”, da chamada “Batalha da Praça da Sé”, quando antifascistas e integralistas se enfrentaram no centro da capital paulista. O episódio ficou conhecido entre os comunistas como “a revoada das galinhas verdes”, uma alusão a cor verde-oliva do uniforme integralista.

Em seu depoimento, Gertel atribuiu o interesse pela militância comunista à condição familiar degradante e também à leitura de textos de Marx, Engels, Lênin e Stálin – textos

estes que possivelmente saíram das máquinas tipográficas do PCB antes mesmo do militante se vê incumbido de manejar uma.

No recém reorganizado Comitê Regional do Rio de Janeiro, Gertel comandava o setor de Agitação e Propaganda (estas informações aparecem sublinhadas no depoimento, numa tentativa de destaque do escrivão)<sup>253</sup>. Isso o colocava em contato direto com a oficina tipográfica em São João de Meriti.

Com a Direção Nacional do PCB quase toda ela presa, Gertel passou a ser o autor de diversos boletins e de artigos publicados no jornal *A Classe Operária*. Os manuscritos eram entregues ao amigo e parceiro de residência Sebastião Francisco.

A nova movimentação dos marxistas brasileiros não passara despercebida pela DESPS: “Apesar de todas aquelas detenções e de todas as apreensões feitas nas oficinas gráficas do Partido Comunista do Brasil, a apologia do credo bolchevista prosseguia muito embora com menor intensidade no seio das massas”<sup>254</sup>.

A delegacia sabia que, além de Sebastião e Gertel, Antônio Josephino do Santos (“Tigre”), Domingos Brás (“Alfredo” ou “Mauro”) e Josias Ludolf Reis (“Machado”) estavam em liberdade e continuavam a realizar trabalho político em nome do partido. Operário tecelão, Domingos Brás tinha larga experiência com os impressos e as gráficas clandestinas, pois, após a desarticulação do Comitê Central do PCB em São Paulo no ano de 1932, ele fora designado para cuidar da Secretaria de Agitação e Propaganda do partido (MOREIRA, 2016).

O delegado especial enfatiza novamente a relevância da gráfica para a rearticulação do PCB:

Com rara audácia, esses líderes, que no curtíssimo espaço de tempo de quinze dias conseguiram montar nova tipografia, passaram a aqui editar diversos boletins subversivos e iniciando a impressão de seu órgão de luta, “A Classe Operária”. Ao mesmo tempo, emissários eram enviados a todas as regiões, dando conta da ação da polícia, recomendando cuidado e tornando sem efeito as ligações antigas, insistindo-se, porém, para o prosseguimento, cada vez mais rigoroso, do trabalho conspiratório<sup>255</sup>.

Um acontecimento no início de 1940 aguçou ainda mais a atenção dos órgãos repressivos, acabando por se tornar a pista introdutória para a ação policial que desarticulava

---

<sup>253</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

<sup>254</sup> Ibid.

<sup>255</sup> Ibid.

a oficina tipográfica em São João de Meriti. No dia 27 de abril daquele ano, quem circulava pelo centro do Rio se deparou com uma chuva de papéis que caíam de edifícios da Avenida Rio Branco, Rua Sete de Setembro e Cinelândia. Tratavam-se de folhetos propagandísticos do PCB. Eles apareceriam novamente, dias depois, por ocasião do 1º de maio, em bairros da zona norte da cidade como São Cristóvão, Piedade, Penha e Cordovil.

Para a polícia, as ações representavam “uma demonstração pública e audaciosa de propaganda”, cujo objetivo consistia em demonstrar “às massas aderentes e aos simpatizantes que o partido continuava íntegro e que não tinha sido atingido, em seu prestígio e força, pela repressão policial”<sup>256</sup>.

Investigações, sobre as quais carecem de informações detalhadas no âmbito do acervo da DESPS, levaram os agentes policiais até a nova sede da oficina do partido (Fig. 39).



Figura 39 – A nova oficina tipográfica do PCB funcionava na casa de Joaquim Francisco da Silva. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

<sup>256</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

Uma espécie de estética da apreensão é igualmente encontrada na imagem. Os elementos principais praticamente se repetem: máquina tipográfica, guilhotina, prensa, caixa com tipos, clichês, jornais, literatura marxista etc. Tudo é visto como provas irrefutáveis de um crime, o crime do “bolchevismo”, como a polícia costumava se referir à ideologia marxista-leninista. Um dos panfletos fotografados é de Roberto Sisson, intitulado *Carta aberta à Marinha de Guerra*. Exemplares da revista *Diretrizes* também estão no cômodo, dentro de uma mala, e aparecem na montagem da cena.

Em outra fotografia feita pela perícia, os tipos e clichês e a máquina aparecem agora amontoados próximos a uma pistola, uma espingarda e uma faca, focalizadas em primeiro plano, conforme pode ser visto na imagem abaixo (Fig. 40).



Figura 40 – A revolução proletária se faz com tipos e armas, ou ainda, tipos que são armas. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Sebastião Francisco, o militante “Mathias” que erguera a nova oficina, foi preso no momento em que cobria um ponto na região da Tijuca, zona norte da cidade. À prisão de Mathias, sucederam-se outras: Gertel; o secretário de finanças do partido, Jorge Silveira Martins Ramos, que havia disponibilizado um conto de réis para a compra do maquinário;



Antônio de Mello Machado Filho, “chefe da comissão de levantamento teórico da região do Rio”; Aloysio Gurgel do Amaral, membro da comissão coordenada por Martins Ramos; o responsável pelo trabalho na Central do Brasil, Antônio Josephino dos Santos, mais conhecido como “Tigre”. E, ainda, os responsáveis pelas células marítima, têxtil e ferroviária do PCB, Joaquim José do Rêgo, João Massena Mello e Francisco de Assis Coelho, respectivamente<sup>257</sup>.

De acordo com a fonte policial,

O resultado foi que em quarenta e oito horas prendíamos toda a rede de distribuidores de boletins, e apreendíamos, em longa e penosa diligência, em São Mateus, no Estado do Rio, as novas oficinas do Partido, efetuando a prisão, ainda, de quase todos os restantes de seus principais dirigentes que permaneciam aqui no Rio<sup>258</sup>.

O delegado da DESPS, Felisberto Baptista Teixeira, após o dismantelamento de mais uma gráfica comunista, feito comemorado com júbilo pelas forças de repressão, arrisca-se novamente na análise política acerca do PCB e do “permanente perigo” que suas atividades oferecem às “instituições e ao país”<sup>259</sup>. Em tom dramático e hiperbólico, sugere que “desejaríamos, aqui, alardear vitória e declarar conjurado o perigo bolchevista no Brasil, mas isso não corresponderia à verdade. O PCB existe ainda, e ainda forte prossegue no seu incansável trabalho de destruir a sociedade”.

---

<sup>257</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

<sup>258</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor Comunismo, notação 13, dossiê 1, folhas 46 a 67.

<sup>259</sup> Ibid.

## CAPÍTULO 7

### O “estouro” de 1975

**Chave de leitura:** O capítulo apresenta o terceiro caso de “estouro” de uma gráfica clandestina do PCB, levado a cabo desta vez por um órgão das Forças Armadas, o DOI-CODI, numa região suburbana da cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de um dos episódios mais significativos do governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), identificado pela historiografia do período como sendo o momento de início do processo de abertura da ditadura civil-militar brasileira. Antes de realizar a descrição detalhada da atuação da máquina repressiva contra os comunistas, o capítulo volta-se para as contradições que marcaram a relação entre a “comunidade de segurança” do regime e o poder civil representado pela Presidência da República. O “estouro” ora analisado ecoa tanto o embate interno de correntes militares adversárias quanto os preceitos da “doutrina da guerra revolucionária” expostos no capítulo 5.

“Os serviços tinham se transformado na versão policial do oráculo de Delfos, decidiam em segredo o destino de populações inteiras. Suprimem tudo o que pode ameaçar a vida média e medíocre, atacam a diferença em todos os seus aspectos, controlam e ficham tudo, escrevem nossas biografias. O conformismo é a nova religião e eles são seus sacerdotes”.

Ricardo Piglia, 2017

O “estouro” da gráfica do PCB em 1975 ocorreu durante um período *sui generis* da ditadura militar brasileira. Ele se insere no contexto mais amplo de confronto entre o então presidente da República, Ernesto Geisel, e setores das Forças Armadas contrários à abertura do regime promovida por ele. Uma vez desarticuladas as organizações da luta armada, os órgãos repressivos se voltaram aos partidos comunistas que não aderiram à guerrilha urbana, PCdoB e PCB.

Este último adotara a estratégia, sob o ponto de vista do II Exército, de infiltrar-se nos quadros da oposição legal, representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Na eleição ocorrida no ano anterior ao “estouro” da gráfica no subúrbio do Rio, o partido alcançara uma votação expressiva para o Senado. Isso levou ao DOI à seguinte análise sobre a situação do “terrorismo” no Brasil:

O desbaratamento das organizações terroristas revelou a inviabilidade da solução “militarista”, sem o apoio popular, para a tomada do poder. Com isso, os inimigos da Revolução sentiram a necessidade de intensificar o trabalho de massa cujos resultados poderão criar novas condições ou oportunidades para a reativação do terrorismo que, não obstante as derrotas sofridas, continua em estado latente<sup>260</sup>.

Se a luta armada urbana e a Guerrilha do Araguaia foram derrotadas, por qual motivo a máquina repressiva deveria continuar em pleno funcionamento? Na dinâmica interna de luta contra o poder civil representado por Geisel, bem como em sua relação com a sociedade em geral, órgãos como o DOI-CODI justificavam sua existência em razão da capacidade operacional de combater militarmente o “inimigo”.

Tratava-se, então, de forjar uma nova ameaça, representada naquele momento pela relação que o partido de Prestes mantinha com políticos do MDB. “Temendo a normalidade, o

---

<sup>260</sup> *Relatório Periódico de Informações nº 04/1974*. 04/1974. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 183, 37441, fl. 15. Citado em Joffily (2008).

aparelho de segurança do governo precisava de uma ameaça. Fabricou-a no PCB” (GASPARI, 2002, p. 405).

“Houve um aproveitamento da sensação de ‘abertura’ propiciada pela conjuntura eleitoral. Sente-se que está havendo infiltração do PCB no meio trabalhista e nota-se que ele está tendo o cuidado de se utilizar de nomes sem antecedentes”, tomou nota um agente em um documento sigiloso do DOI<sup>261</sup>. Aqui, a ideia de “infiltração”, trabalhada nos capítulos 3 e 4, aparece novamente associada às atividades políticas do PCB.

Para a ala radical do regime, que tinha no ministro do Exército Sylvio Frota seu principal quadro político, o cálculo era relativamente simples: comprovada a ligação dos comunistas com os senadores do MDB eleitos em 1974, criar-se-ia um motivo convincente para um novo endurecimento do regime. Não que Geisel fosse contrário às torturas e aos assassinatos em série realizados por grupos da “comunidade de segurança” nos anos precedentes; com seu discurso de distensão e abertura, ele pretendia apenas, segundo Gorender (1998), tornar a repressão um instrumento mais “discreto e seletivo”, controlando, assim, sua utilização.

O PCB passou, dessa forma, a ser alvo de uma operação do DOI-CODI paulista cujo objetivo consistia em desarticular o Comitê Central e sua gráfica clandestina, dois instrumentos essenciais na vida de um partido revolucionário. Naquele momento, “os órgãos repressivos pareciam ter estabelecido como meta uma ‘última varrida’ em todos os agrupamentos de esquerda, para aniquilar tudo o que tivesse resistido à repressão anterior” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986, p. 65).

Interessante observar como a tese de que o MDB era uma espécie de preposto do PCB no Congresso Nacional surgiu a partir da leitura sistemática que os agentes do DOI fizeram do jornal *Voz Operária* e de manifestos divulgados à época pelo partido. Os impressos serviam, assim, tanto aos comunistas quanto à máquina repressiva que procurava esmagá-los.

Já informações sobre estrutura, cargos, quadros, conteúdos de debates realizados em reuniões, planos para ações, “aparelhos”, rotinas de dirigentes etc. foram obtidas por meio do interrogatório preliminar de um membro do PCB que fazia parte da “Comissão de Entendimentos”, algo como um canal oficial de diálogo com o MDB<sup>262</sup>. De todo modo, não é

---

<sup>261</sup> *Relatório Periódico de Informações nº 09/1974*. 09/1974. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 196, 39835, fl. 41. Citado em Joffily (2008).

<sup>262</sup> *Informação nº 728/75-L5*. 04 abr. 1975. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 198, 40206, fl. 38. Citado em Joffily (2008).

possível afirmar qual seria a fonte de informação que permitiu aos agentes do DOI encontrarem o endereço clandestino da gráfica.

Sabe-se, todavia, que, para chegar até o subúrbio carioca, o DOI-CODI de São Paulo precisou realizar uma investigação que durou cerca de um ano. Segundo seus agentes, o jornal *Voz Operária* era visto como o “disseminador das ideias do Partido”, o “elo com as massas”. Ele desenvolvera tais atividades ao longo de “quase 10 anos (fev. 65 a jan. 75”, período durante o qual “na mais absoluta clandestinidade, propiciada pelos longos anos de experiência do PCB, conseguiu manter todo o seu ‘Esquema’ de impressão e distribuição a salvo dos Órgãos de Segurança”<sup>263</sup>.

Como ficaria comprovado, a ação do DOI-CODI não se restringiu ao “estouro” da gráfica; a investida resultou também em prisões de militantes e dirigentes do partido. “Ao destruir as seções de imprensa e de agitação e propaganda do partido, o DOI deixou um rastro de uma dúzia de dirigentes mortos e desaparecidos” (GODOY, 2014, p. 148).

Para promover tais “quedas”, assassinatos e desaparecimentos, o órgão se valeu de práticas repressivas mencionadas no capítulo 5: a infiltração de agentes duplos e o uso da tortura para se obter informações privilegiadas. Os critérios para a escolha dos alvos foram os seguintes:

1. O DOI/CODI/II Ex, analisando a estrutura e funcionamento do PCB, organizou uma relação de membros do CC que, pela atuação e posição no partido, se presos, causariam com suas “quedas” danos irreparáveis a curto e médio prazo, a essa organização de esquerda.
2. Para organizar-se tal relação, foram considerados os seguintes aspectos:
  - a. Repercussão política e quebra de “moral” nos comunistas;
  - b. Condições intelectuais e ideológicas, além de militância interior, que possibilitem assumir postos elevados ou reorganizar setores do partido;
  - c. Interesse dos Órgãos de Segurança, visando informações.<sup>264</sup>

O trabalho de dois militantes recebeu atenção especial da máquina repressiva. Não por acaso, estavam ligados ao setor de propaganda e à gráfica do partido. Dizia assim o documento do DOI:

Ambos foragidos, ligados a Seção de Agitação e Propaganda [SAP] e ao esquema da “Voz Operária”. As “quedas” de “Eli” e “Artur” apresentam maior importância. Enquanto não forem presos, a SAP terá condições de reorganizar-se (grifos nosso)<sup>265</sup>.

<sup>263</sup> *Informação nº 169/75*. 22 jan. 1975. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 192, 38987. Citado em Joffily (2008).

<sup>264</sup> *Informação nº 485/75-L5*. 13 mar. 1975. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 194, 39313-12. Citado em Joffily (2008).

De acordo com dados fornecidos pelo próprio DOI, o número de “gráficas” desbaratadas pelo destacamento foi de seis no período compreendido entre janeiro de 1969 e maio de 1977<sup>266</sup>. Entre elas certamente está a do PCB, vista como um dos episódios mais contundentes, ao lado dos assassinatos de Herzog e do operário Fiel<sup>267</sup>, do prolongado embate, cessado somente em outubro de 1977, entre a “comunidade de segurança” e o poder civil representado pela figura do presidente da República<sup>268</sup>.

Consta também no documento a notação de 376 “oficinas” desarticuladas, não sendo possível auferir quantas desse total são oficinas gráficas, relacionadas à impressão de material de propaganda. De tão relevantes, os outros dados que aparecem no documento sigiloso ajudam a reforçar a tese aqui defendida a respeito da predileção da máquina repressiva pelas “gráficas vermelhas”: 2.541 (presos); 51 (mortos sob a custódia do órgão); 3 (mortos sob a custódia do órgão, mas que vieram de outro lugar); 274 (“estouros” de aparelhos clandestinos); Cr\$ 915.325, 60 e US\$ 78. 585,00 (dinheiro apreendido).

Após a repressão à gráfica do PCB, os DOIs – especialmente os do Rio de Janeiro e São Paulo – e os demais órgãos que compunham a chamada “linha dura” optaram por realizar ações terroristas como estratégia de luta contra a política de distensão de Geisel e contra aquilo que sobrara das organizações de esquerda. Fico (2004, pp. 213-214) resume o que passava a estar em jogo a partir daquele momento:

Durante a “abertura”, sem ter mais os velhos inimigos contra quem lutar, a linha dura sentia-se ameaçada de extinção, acuada por ser identificada como grupo não democrático e com medo de punições que poderiam advir do retorno ao Estado de Direito (algo que nunca se verificaria, em grande medida graças ao esforço do setor durante a negociação da anistia política). Foi essa combinação de decadência e medo que levou a comunidade de segurança a patrocinar alguns dos atos mais bárbaros do regime militar.

---

<sup>265</sup> *Informação nº 485/75-L5*. 13 mar. 1975. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 194, 39313-12. Citado em Joffily (2008).

<sup>266</sup> Trata-se de uma monografia apresentada em 1977 à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) pelo então major Freddie Perdigão Pereira. O oficial serviu em alguns dos principais órgãos repressivos da ditadura, como os DOIs do Rio de Janeiro e de São Paulo, o CIE e o SNI.

<sup>267</sup> Para detalhes do episódio, ver o capítulo 5 desta tese.

<sup>268</sup> O período da ditadura aqui analisado é marcado por muitos acontecimentos significativos no intervalo de apenas três anos: a derrota da Guerrilha do Araguaia em 1974, mesmo ano em que o presidente Geisel proferiu seu célebre “discurso da distensão”; em 1975, ocorrem o “estouro” da gráfica do PCB no Rio e as mortes de alguns de seus dirigentes, além dos assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, casos que alcançaram ampla repercussão pública desfavorável ao regime; já em 1976 é consumada a “Chacina da Lapa”, ação repressiva do DOI-CODI e do DOPS de São Paulo contra dirigentes do PCdoB, no momento em que faziam um balanço da experiência do Araguaia.

Nesse marco, ocorreram diversos atentados clandestinos, entre os quais destacam-se o episódio do Riocentro no 1º de maio de 1981; as bombas colocadas em instituições como o Centro Brasileiro de Pesquisas (CEBRAP), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), todas elas diretamente envolvidas no processo de redemocratização; as explosões de bancas de jornais e redações de periódicos considerados de esquerda etc.

Para os militares que participaram dessas ações, no entanto, tratava-se não só de garantir a permanência de cotas de poder e de certos privilégios e benefícios, mas também de levar a cabo o projeto de sociedade idealizado em 1964, que se sustentava na ideia de um “Estado de Segurança Nacional”.

Na fala do general Ênio dos Santos Pinheiros evidencia-se como noções ligadas à epidemiologia referentes às décadas de 1930 e 1940 ainda se faziam presentes quase 50 anos depois quando o assunto era o combate aos revolucionários marxistas: “Para aqueles vinculados à área de informações, a construção do Estado de Segurança Nacional era de fato um projeto de maior alcance que se impunha atemporalmente. Ele teria a função de combater a guerrilha e, numa segunda etapa, fazer *um trabalho preventivo de saneamento ideológico*” (grifos nosso).

\*\*\*

Em 1975, a tipografia do PCB funcionava clandestinamente no estado do Rio de Janeiro em um local conhecido como Caminho Anésia. Para chegar até lá, os agentes do DOI-CODI tiveram que percorrer uma estrada estreita, de terra batida, não muito diferente daquela que em 1939 deu acesso às instalações gráficas do partido em Thomaz Coelho (Fig. 41).



Figura 41 – Estrada de terra próxima à casa onde ficava a gráfica do PCB. Na placa da esquina, é possível ler “Caminho Anésia”. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Rodeada por um muro alto, formado por placas pré-moldadas, a casa de número 228 mais parecia “uma granja destinada à criação de aves”<sup>269</sup>, segundo o ponto de vista da repressão que por ali chegou no mês de fevereiro. No terreno, podia-se ver, ao ultrapassar o portão de entrada, duas construções: a casa principal e uma garagem relativamente extensa, com capacidade para pelo menos dois carros (Fig. 42).

---

<sup>269</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor DGIE, notação 222, folhas 60 a 81 e 1 a 31.





Figura 42 – A sede e a garagem, principais edificações do terreno. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

O laudo que consta no inquérito n° 04/75 descreveu da seguinte forma as construções vistoriadas: “Pelo que foi dado observar, as edificações aparentes não diferem das existentes nas propriedades vizinhas, empregando materiais de qualidade inferior, e acabamento de segunda, próprio das construções rurais, levadas a cabo por subempreiteiros ou biscateiros”<sup>270</sup>.

À primeira vista, quem se desloca pelo local não consegue imaginar que existe ali instalações de uma tipografia. Não há nada que a identifique de imediato. Os militantes que cuidaram de “levantar” a gráfica trataram de escondê-la engenhosamente. Não era para menos.

A pista que ajuda a decifrar o enigma da “gráfica vermelha” está na garagem. Um armário de fundo deslocável na parede, a uma altura bastante baixa, dá acesso a um cômodo improvisado, espécie de anexo, que, por sua vez, permite que se chegue aos fundos da casa (Fig. 43).

<sup>270</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor DGIE, notação 222, folhas 60 a 81 e 1 a 31.



Figura 43 – A resposta para o enigma da “gráfica vermelha” estava no armário falso nos fundos da garagem.  
Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Nesse anexo, cujo piso é constituído de tábuas, uma abertura semelhante a uma “tampa de cisterna”<sup>271</sup> esconde uma escada irregular, de degraus com alturas variadas, que faz a ligação a um subsolo amplo, de aproximadamente 5,6 por 7,1 metros quadrados, sustentado de maneira improvisada por pilares e vigas em concreto armado (Fig. 44).

---

<sup>271</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor DGIE, notação 222, folhas 60 a 81 e 1 a 31.



Figura 44 – Abertura sob o piso em formato de “tampa de cisterna”. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

A tipografia subterrânea do PCB começa a ganhar forma aos olhos atentos dos agentes do DOI. Antes de ter acesso às máquinas e aos impressos por elas produzidas, foi preciso desarmar os alarmes (sonoro e visual) instalados pelos comunistas (Fig. 45).



Figura 45 – Alarme sonoro camuflado sob o interruptor de energia. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

A princípio, quando se entra no primeiro dos compartimentos do subsolo, o que se vê é um arquivo e/ou depósito, apinhado de jornais, livros, opúsculos, folhetos e outros impressos (Fig. 46).

Os peritos puderam anotar, entre os que se mostravam soltos e amarrados em pacotes, sem papel envolvente, impressos com os seguintes títulos: *Problemas internacionais; O mundo em Revista; Marxismos e atualidades; Estudos, vida de Lênin; Problemas ideológicos; Minha vida de revolucionário; Construir um forte e poderoso partido da classe operária; Aos trabalhadores; Estatutos do Partido Comunista; ABC do PCB; Rumo ao comunismo; Resolução política; O grande Outubro; Brasil: tortura e morte dos presos políticos;* e um grande número de pequenos folhetos das edições SAP<sup>272</sup>.

Uma mesa e uma banquetta de madeira, latas de tinta vazias, possivelmente utilizadas na impressão, além de provas impressas usadas e papéis em branco, foram alguns dos objetos encontrados pelos policiais naquele lugar que era uma espécie de antessala da tipografia.

<sup>272</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor DGIE, notação 222, folhas 60 a 81 e 1 a 31.



Figura 46 – Parte do depósito da oficina gráfica do PCB em 1975. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Já no segundo compartimento da área subterrânea é onde se encontra propriamente a tipografia. Havia ali uma estrutura relativamente robusta para um partido clandestino, constantemente acossado por um regime ditatorial (Fig. 47).



Figura 47 – Vista de uma das paredes da tipografia. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Mesas para composição, estantes para clichês e cavaletes para amparar caixas de tipos dividiam o espaço subterrâneo com uma máquina gráfica da marca Guarany (Fig. 48), um prelo mecânico de mesa (acionado por meio de um motor), um pequeno prelo manual, um prelo manual médio, uma guilhotina manual da marca Tecnigráfica, dois mimeógrafos elétricos Gestetner, uma grampeadeira da marca Catu.

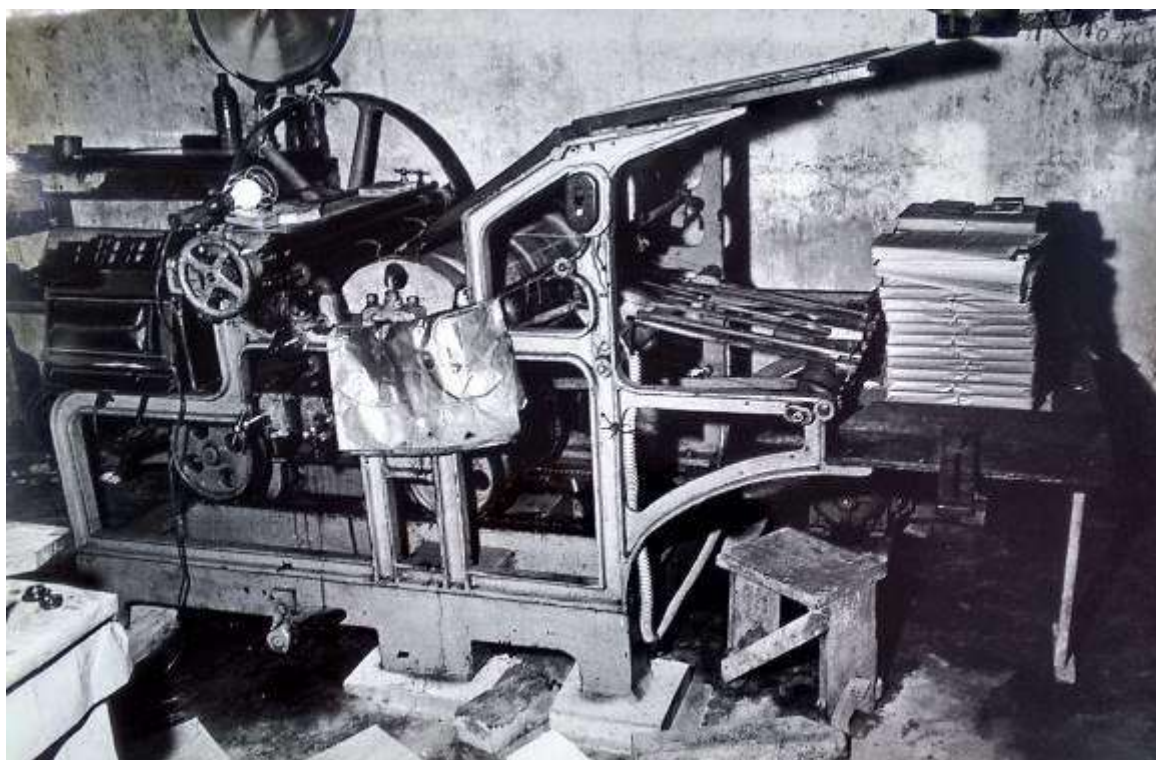


Figura 48 – Principal máquina do “complexo gráfico” do PCB. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

O aparato do PCB contava ainda com um cortador-chanfrador, uma aparadeira fabricada também pela Tecnigráfica e um copiador eletrônico da marca Rex Rotari 2202. Nesse último equipamento, destinado especialmente à produção de estênceis que poderiam eventualmente ser utilizados em um mimeógrafo, havia “montado um impresso que se achava em trabalho de reprodução”<sup>273</sup>. Sobre o copiador eletrônico, foi tomada a seguinte nota: “[trata-se] de equipamento requintado, de preço elevado, que eleva o nível técnico das instalações básicas da tipografia examinada”<sup>274</sup>.

Como tudo isso fora parar embaixo da terra? “No galinheiro, foram encontrados cavaletes de madeira, roletes feitos de cano galvanizado e corrente de ferro, material que teria servido, inequivocamente, para mover e arriar, por meio de guincho, as partes pesadas do equipamento”<sup>275</sup> (Fig. 49).

<sup>273</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor DGIE, notação 222, folhas 60 a 81 e 1 a 31.

<sup>274</sup> Ibid.

<sup>275</sup> Ibid.

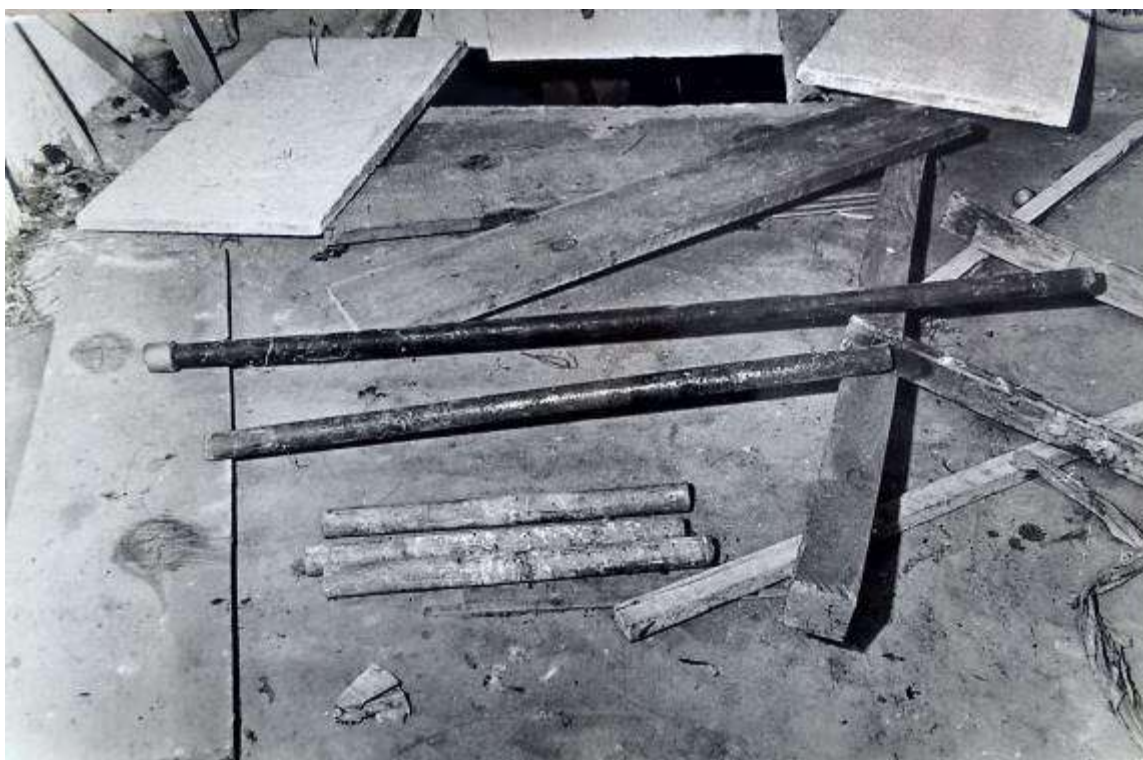


Figura 49 – Roletes de aço utilizados no deslocamento das máquinas para o subsolo. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Um conjunto de materiais de tipografia, no entanto, chamou a atenção dos agentes da perícia, apresentando-se como uma possível pista para futuras investigações dos órgãos de repressão a respeito de outras gráficas clandestinas como aquela:

É relevante consignar [registrar] que havia, no local examinado, clichês de retícula; clichês em estereotípia e linhas-bloco, de linotipo, material cujas características indicam confecção em local outro que não aquele. Eis que resultam de recursos técnicos e de instalações não existentes na tipografia examinada<sup>276</sup>.

Com efeito, no inquérito encaminhado à justiça militar consta que o “Setor Gráfico” se valia de outras gráficas e máquinas impressoras para imprimir seu material de propaganda e estudo. Segundo a investigação, o jornal *Voz Operária* não era impresso somente no aparelho desbaratado no Rio, mas também em outros estabelecimentos de propriedade do PCB, como as gráficas *Isbra* e *Hoje*, ambas localizadas na cidade de São Paulo. A *Hoje* dava vida também aos jornais *Notícias de hoje* e *Nossa Voz*, este último editado em iídiche. O militante responsável por esse tipo de trabalho era José David Dib, também conhecido como “Pedro”

<sup>276</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor DGIE, notação 222, folhas 60 a 81 e 1 a 31.



ou “Dibão”. A gráfica *Potiguara*, embora não pertencesse aos comunistas, prestava assistência a eles imprimindo parte dos folhetos, jornais, revistas e opúsculos.

Os órgãos de repressão apuraram ainda que, na mesma época, o partido mantinha instalações gráficas menores num bairro da capital paulista: “A gráfica clandestina instalada no ‘aparelho’ da Rua Gonçalves Figueira, nº 80, Casa Verde Alta, era explorada por Elias Moreira Borges [Fig. 50], vulgos ‘Julio Cezar’ ou ‘Mauro’”. Foram encontrados no local, além de parte do arquivo do Comitê Estadual do partido, “maquinários para impressão gráfica, material de impressão e inúmeros exemplares do jornal ‘Voz Operária’”.<sup>277</sup>

A exemplo do que ocorrera no Rio, também em São Paulo os militantes tratam de dissimular a existência da gráfica no “aparelho” da Gonçalves Figueira. Para tanto, construíram dois cômodos em níveis distintos um do outro, sendo que o acesso ao primeiro deles se dava pelo banheiro social do apartamento. Realizada entre dezembro de 1963 e março de 1964, a obra ficara a cargo do militante Antônio José Gonçalves, o “Baixinho”, que contou com a ajuda e a supervisão técnica de seu camarada de partido, Alfredo Pereira Ramos.

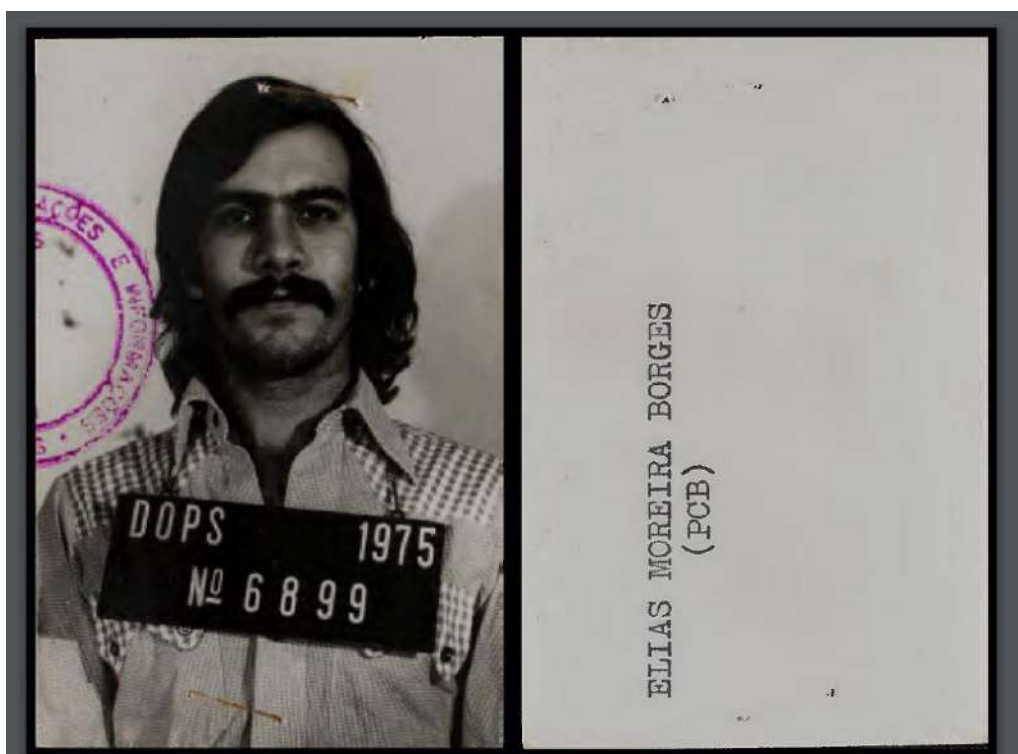


Figura 50 – Depois de ser preso na gráfica paulista do PCB, Elias Moreira Borges foi fichado no DOPS sob o número 6899. Fonte: Google Imagens

<sup>277</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor DGIE, notação 222, folhas 60 a 81 e 1 a 31.

Embora tenha sido uma das poucas organizações importantes da esquerda a não aderir à luta armada contra a ditadura civil-militar que passara a comandar o país a partir de 1964, o PCB e seus militantes se valiam de armas de fogo para se proteger e guardar locais clandestinos como a gráfica situada no Caminho Anésia, no bairro carioca de Campo Grande. Por conta disso, foi encontrado no subsolo uma espingarda e dois revólveres, além de uma quantidade razoável de munição (Fig. 51).



Figura 51 – Armas e munição apreendidas na tipografia. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

As armas encontradas parecem menos importantes do que certo recorte de jornal fixado em uma das paredes de alvenaria da tipografia:

Os restantes detalhes dignos de referência são: a existência de arma e munição e a colagem, nas paredes da casa-de-obras, de recortes de jornais e de impressos diversos, figurando, em destaque, entre tais impressos, espécimes usando motivos da bandeira brasileira em vermelho, acrescidos de presença da foice e do martelo e dos dísticos: 1922-1972: 50 anos de lutas contra a opressão – Partido Comunista Brasileiro<sup>278</sup>.

<sup>278</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor DGIE, notação 222, folhas 60 a 81 e 1 a 31.

O texto anterior refere-se à imagem seguinte, que figurava em um dos impressos do partido (Fig. 52).



Figura 52 – A prova maior do crime antinacionalista do PCB. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

O recorte aparece também logo em frente à escada irregular que dava acesso ao cômodo, como que para demarcar que, a partir daquele ponto, entrava-se em “território comunista”. O lugar ocupado pelo impresso parece sugerir metonimicamente a potência de transformação inscrita nas máquinas impressoras que ocupavam o espaço clandestino: um novo país, livre da opressão e da violência que grassavam lá fora, poderia emergir dali. A noção “subterrâneo da liberdade”, cunhada por Jorge Amado, ganha um sentido quase literal nesta imagem (Fig. 53).



Figura 53 – A utopia tipográfica. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Após uma exposição técnica e minuciosa dos diversos elementos que compõem o aparato da tipografia, indo da voltagem da corrente elétrica da casa até o comprimento de passagens secretas e de objetos ordinários, os peritos esboçam, para efeito de instrução do inquérito, algumas conclusões.

Entre as quais merecem destaque: a) tratava-se de fato da gráfica clandestina do PCB, responsável por editar, entre outras publicações, o jornal *Voz Operária*, seu órgão central; b) as máquinas da oficina eram plenamente capazes de produzir todo o material – exceto os livros no formato brochura – encontrado no depósito; c) os clichês guardados nas estantes estavam reproduzidos em materiais constantes no arquivo e em outras partes do cômodo subterrâneo; d) pela natureza de alguns equipamentos vistoriados (clichês e composições, principalmente), pode-se deduzir que os militantes do PCB contaram com ajuda externa mais qualificada para imprimir certos folhetos<sup>279</sup>.

Como ocorreu nos dois outros casos trabalhados anteriormente, o agente da repressão responsável pelo laudo arrisca, por fim, uma análise política acerca da militância dos

---

<sup>279</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor DGIE, notação 222, folhas 60 a 81 e 1 a 31.

comunistas brasileiros e do real significado do material e das máquinas de impressão apreendidas:

O vasto material impresso examinado, mais o complexo maquinário objeto do presente laudo, integra e dá corpo a uma programação de fundo político, voltada para a desmoralização das autoridades constituídas e para a derrubada do governo, pugnando pela implantação de um regime marxista-leninista, e *atuando por meio da difusão clandestina de doutrinas e ideias alienígenas*, incompatíveis com a Constituição, a índole do povo e o regime democrático vigente no país (grifos nosso)<sup>280</sup>.

O inquérito nº 04/75 resultou na absolvição de 12 pessoas, entre as quais estava o gráfico Wilson Ribeiro dos Santos. Em contrapartida, outras 12 pessoas foram condenadas por violarem a Lei de Segurança Nacional (LSN), entre militantes e apoiadores do PCB ligados à gráfica clandestina. As penas variaram entre dois anos de reclusão, em alguns casos, e dois anos e quatro meses, em outros, ou ainda, três anos e quatro meses<sup>281</sup>.

À destruição da gráfica em Campo Grande seguiu-se a prisão e o assassinato dos dirigentes nacionais Élon Costa<sup>282</sup> e Hiram de Lima Pereira. Já Marco Antônio Tavares Coelho fora barbaramente torturado e permaneceu preso até dezembro de 1978. Ao longo de todo o ano de 1975, o PCB teria ao todo 10 membros do Comitê Central, além de dezenas de militantes, mortos por órgãos de segurança do Estado – entre os quais figuram os nomes de Jayme Amorim de Miranda, Itair José Veloso, Nestor Vera, José Montenegro de Lima e Orlando Bonfim Júnior. O preso mais célebre da investida contra a gráfica pecebista fora Alberto Aleixo, irmão do ex-vice-presidente da República, Pedro Aleixo. Trabalhando desde 1966 na confecção do jornal *Voz Operária*, ele viera a falecer alguns meses depois em decorrência dos maus tratos infligidos<sup>283</sup>.

“Neste momento, a repressão desmantelou diretórios do partido nos estados, em operações que prenderam 679 pessoas”, afirma Teles (2001, p. 32). De acordo com o PCB, a ordem para que a “Operação Radar” fosse desencadeada partira do ministro do Exército, o general Sylvio Frota.

O “estouro” da gráfica foi comemorado pela ditadura em uma nota distribuída à imprensa no último dia de janeiro de 1975. Quem se responsabilizara pela sua assinatura fora

<sup>280</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor DGIE, notação 222, folhas 60 a 81 e 1 a 31.

<sup>281</sup> Ibid.

<sup>282</sup> O PCB afirma que a repressão ateou fogo no corpo de Élon Costa. Antes, porém, lhe fora ministrado uma substância destinada a matar cavalos.

<sup>283</sup> A história de Alberto Aleixo só se tornou pública em 1995 por causa do trabalho do grupo Tortura Nunca Mais.

o então ministro da Justiça, Armando Falcão, o que denota a extrema importância dada ao fato. Dizia o seguinte um trecho do texto: “A oficina impressora clandestina está localizada no bairro de Campo Grande, caminho Anésia, nº 228. Nesse local, aproveitando-se de disfarce proporcionado por uma casa residencial, de aparência absolutamente normal, dispunha de dependência subterrânea, onde funcionava a oficina gráfica e existia um depósito”.

Falcão tratou também de dar detalhes do “estouro” ocorrido na mesma época em São Paulo, na rua Gonçalves Figueira:

A entrada para o local da oficina fazia-se através de uma abertura na própria parede, encoberta por uma estante e acionada pela movimentação de um registro de água, situado em outra dependência da casa. A movimentação desse registro destrancava a porta falsa (um pedaço da própria parede) possibilitando o giro da mesma. No local, juntamente com montagens e inúmeros exemplares da ‘Voz Operária’, grande quantidade de livros e impressos de cunho subversivo e papéis manuscritos, foram encontrados alguns aparelhos de aquisição recente, tais como: sensibilizador eletrônico de stêncil e mimeógrafo elétrico.

O DOPS, responsável por registrar em inquérito as ações realizadas pelo DOI-CODI e enviá-lo à justiça militar, reproduz o ponto de vista predominante da “comunidade de informações” a respeito das atividades do PCB naquele ano de 1975. Orientados pela tática de formação de uma “Frente Única”, os comunistas teriam se infiltrado em sindicatos, entidades do movimento estudantil e na oposição legal, capitaneada pelo MDB. A estratégia completava-se pela crítica ao governo dos generais-presidentes vinda da imprensa internacional e de dirigentes do partido que viviam no exterior<sup>284</sup>.

A “ameaça comunista”, portanto, não estava de todo debelada com a desarticulação, entre os anos de 1968 e 1974, dos movimentos de guerrilha urbana e rural no país. “No Brasil, cumprindo sua programação, *infiltrou [o PCB] militantes comunistas nos diretórios do Movimento Democrático Brasileiro*, nos sindicatos e outras entidades político-sociais, conforme ocorreram em São Paulo” (grifos nosso)<sup>285</sup>. Nessa cidade, a “linha dura” do regime suspeitava principalmente do apoio dado pelo PCB ao candidato do MDB Alberto Goldmann, que tentara uma vaga na legislatura estadual na eleição de novembro de 1974. “Na reunião do dia 03/11/74 distribuiu [um dos militantes do PCB indiciados] material de propaganda política dos candidatos do MDB Orestes Quércia, Marcello Gatto e Alberto Goldmann, uma vez que tais candidatos representavam o pensamento do PCB”. A repressão buscava superdimensionar

<sup>284</sup> A partir de 1975, militantes da luta armada passaram a editar no exterior a revista *Brasil Socialista* (SECCO, 2017).

<sup>285</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo Polícias Políticas, setor DGIE, notação 222, folhas 60 a 81 e 1 a 31.

o potencial da “ameaça esquerdista” que restara, justificando assim sua existência e relevância na hierarquia do regime militar, então em processo de “abertura”.

## CAPÍTULO 8

**Considerações finais sobre os casos estudados**

**Chave de leitura:** O capítulo apresenta as últimas considerações sobre os casos estudados.



Esta tese se propôs a analisar a repressão exercida pelo Estado brasileiro sobre as gráficas comunistas durante períodos históricos ditatoriais. Três episódios foram aqui mobilizados, dois ocorridos durante a vigência do Estado Novo (1937-1945) e um, durante a ditadura civil-militar (1964-1985). A investigação foi guiada pela seguinte pergunta: quais as condições objetivas para a produção de livros, jornais, panfletos e outros impressos de um partido comunista em contexto de ditadura? Tal questão esteve intimamente ligada às elaborações discursivas a respeito das gráficas oriundas tanto dos órgãos repressivos quanto do próprio partido.

Os casos aqui estudados relevam a existência perene da instituição polícia política, que, em seus distintos arranjos institucionais assumidos no século XX, interferiu de forma arbitrária na política nacional ao cercear as atividades – entre elas a editorial e a de propaganda – da principal organização da esquerda brasileira. Nesse sentido, a história do PCB é indistinguível da violência de Estado, de seus meios repressivos e censórios. Somente foi possível tratar aqui dos “estouros” das gráficas clandestinas por causa dos rastros deixados por elas nos acervos policiais hoje sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Os caminhos assumidos até o presente pela revolução brasileira decerto são tributários dessa relação ambígua e conflituosa.

Tornou-se possível também entrever aspectos da vida clandestina de um partido comunista, em especial aquele relativo aos “aparelhos” onde as gráficas eram instaladas e as “medidas de segurança” tomadas com o intuito de protegê-las. Foi justamente em locais como o Caminho Aspásia e a rua Engenho do Mato que ideias consideradas “subversivas” e “perigosas” se materializavam em boletins, jornais e revistas que depois ganhariam o espaço público durante o Estado Novo e a ditadura civil-militar.

Uma das medidas de segurança consistia em manter, sempre que possível, locais de impressão alternativos à gráfica central do partido, de modo que, se esta última “caísse” num cerco policial, o partido não ficaria de todo alijado dos meios necessários para a produção de seu órgão informativo e de outras publicações. No segundo caso aqui analisado, enquanto a maior parte dos impressos era rodada nos subterrâneos de uma casa em Campo Grande, subúrbio carioca, o PCB procurava garantir o funcionamento das modestas instalações de uma gráfica no bairro Casa Verde, na cidade de São Paulo. O “aparelho” paulistano também viria a ser descoberto pelo aparato repressivo da ditadura, mas, enquanto o sigilo sobre sua existência manteve-se preservado, o local serviu para rodar impressos, armazenar remessas vindas do Rio e proteger o arquivo do Comitê Estadual do partido.

A reprodução do material impresso era garantida também pela distribuição de mimeógrafos a certos integrantes do partido, geralmente os que ocupavam cargos de direção. Sob a posse da máquina portátil, o militante Bangu pode fazer proliferar panfletos e números do jornal *A Classe Operária* no final dos anos 1930, como demonstrado no capítulo 6. Nas montagens arquitetadas pela polícia do “crime comunista”, das quais sobressai uma narrativa de subversão e perigo, o mimeógrafo aparece em posição de destaque ao lado de impressos diversos, livros de teóricos marxistas, documentos partidários. Função similar cumpria a máquina de escrever.

Ao confrontar os casos investigados, destaca-se a posição ocupada pelo maquinário gráfico nas três casas que serviam de “aparelhos”. Se, no final dos anos 1930, bastou como medida de segurança que a oficina fosse instalada num local distante do centro do Rio – o bairro Thomaz Coelho, em 1939, e a região onde hoje é São João de Meriti, em 1940 –, em meados dos anos 1970 máquinas, tipos e impressos foram parar embaixo da terra.

O PCB parece ter utilizado o “acúmulo” de décadas de repressão sobre seu aparato editorial para melhor dissimular a existência da gráfica no “aparelho” de Campo Grande. A construção subterrânea foi erguida com bastante engenhosidade pelos militantes do partido. Quem passasse em frente à casa no Caminho Aspásia jamais imaginaria que uma casa que mais parecia “uma granja destinada à criação de aves”, conforme registrado pelo agente do DOI-CODI, poderia esconder as instalações do parque gráfico do Partido Comunista. E, para acessar o cômodo subterrâneo, era preciso superar os alarmes visual e sonoro ali instalados.

Pelos registros obtidos, é possível afirmar que o jornal *Voz Operária* fora impresso naquele local por um período de aproximadamente dez anos (fevereiro de 1965 a janeiro de 1975) sem que a gráfica partidária fosse desbaratada. A própria estrutura de clichês, caixas de tipos, mesas para composição, depósito com prateleiras apinhadas de impressos, além de máquinas impressoras e de prelos e de uma guilhotina manual, sugere o empreendimento pecebista ficou imune à violência de Estado por um longo período. Trata-se possivelmente de um marco em termos de longevidade de uma gráfica clandestina em contextos de ditadura no Brasil.

Os casos de 1939 e 1975 reforçam, cada qual a seu modo, o argumento mencionado no capítulo 3 em torno da utilização instrumental do anticomunismo. Seu uso para justificar a violência de Estado tem eficácia comprovada, pois é capaz de resistir à passagem das décadas e às mudanças da vida política brasileira, conformando-se em uma sólida tradição, com repercussões que se estendem até hoje, como demonstra o Epílogo desta tese. Baptista

Teixeira, o delegado responsável pelas diligências no final dos anos 1930, avaliava que, menos de cinco anos após o fracasso do levante armado, o PCB tramava uma ação militar semelhante.

A hipótese parece pouco provável, na medida em que o partido estava em frangalhos por causa da repressão varguista, com militantes e dirigentes presos. Não obstante, o delegado era reiterativo em seu discurso de que o “perigo bolchevista” ameaçava o país. Ele chegou até a supor que a situação em 1939 seria ainda mais grave: “considerando certas circunstâncias mesmo, pode-se dizer que sob alguns aspectos ele [o comunismo] hoje se tornou mais perigoso que durante a insurreição de 27 de novembro, por isso que, revestido de roupagens aparentemente inocentes, logrou penetrar em setores até então vedados à sua atividade. Segundo mesmo seus próprios documentos secretos, preparando ativamente a Revolução”.

Três décadas e meia depois, o recurso à “ameaça comunista” foi acionado pelo DOI-CODI de São Paulo no momento do “estouro” da gráfica pecebista em 1975. Logo, entre os dois órgãos de repressão estatais aqui estudados há em comum o anticomunismo como instrumento de construção de suas identidades e sentidos de missão. Ele fora utilizado para garantir espaço ao DOPS e DOI-CODI nas disputas político-ideológicas de períodos históricos distintos.

O DOPS do Rio de Janeiro fez da luta contra o comunismo uma forma de construir sua identidade social e garantir a coesão interna do órgão, apresentando-se à sociedade como guardião da ordem e defensor da pátria. Embora não tenha sido criado para esse fim exclusivo, o combate ao PCB acabou por se tornar sua principal atividade durante anos a fio. Quando as gráficas foram desmanteladas em 1939 e 1940, essa identidade estava ainda em processo inicial de formação (o DOPS havia sido criado há poucos anos), mas já apresentava efeitos significativos.

Os agentes policiais que atuaram nos dois “estouros” não estavam imunes à influência do imaginário anticomunista em voga na época, que associava a ação do PCB ao universo epidemiológico. Ao DOPS esse tipo de operação simbólica elementar (comunista = infecção) serviu como instrumento de leitura da realidade social e dos atos da militância comunista. O sentido de patologia ameaçadora que emergia dessas representações se estendia às oficinas gráficas e aos impressos por elas produzidas. Ele era reforçado pelo próprio modo como panfletos e jornais eram clandestinamente distribuídos, à maneira de uma doença que, pertencente ao mundo invisível das infecções, se alastra sem fazer alarde.

O uso da metáfora epidemiológica no discurso anticomunista estigmatizava os militantes e as ideias marxistas, associando-as a um corpo estranho daninho, uma espécie de anomalia, contra o qual é preciso prevenir-se. Nesse sentido, uma máquina impressora representava a fonte do “vírus comunista” que ameaça a ordem pública e a segurança do Estado. Destruí-la era tanto um imperativo moral quanto uma medida de saneamento político-ideológica.

Na década seguinte, por exemplo, o anticomunismo chegou mesmo a ser “ensinado” em instituições do Estado, como demonstra a existência do “Manual de Polícia Política e Social”, de autoria de Luiz Apolônio, obra de referência adotada em inúmeros cursos em delegacias espalhadas pelo país nos anos 1950. O anticomunismo no DOPS é tão arraigado que inexistem até aqui registros de que o PCB teria exercido alguma influência interna no DOPS, tal como ocorrera por um longo período nas fileiras das Forças Armadas.

A quebra do monopólio da repressão política durante a ditadura experimentada a partir da criação dos DOIs levou a polícia civil a estabelecer relações ambíguas com esse e outros órgãos do aparato repressivo. Havia sincronia e ajuda mútua em termos de informação e pessoal; mas havia também certa competição em torno do desmantelamento de organizações guerrilheiras específicas e das prisões de militantes tidos como célebres. Tais atos poderiam repercutir publicamente de modo a fortalecer o sentido de missão que o DOPS atribuía a si mesmo. Disputava-se, por assim dizer, quem receberia o rótulo de “instituição mais anticomunista” e protetora dos valores e das tradições da sociedade brasileira.

Analogamente, as comunidades de informação e segurança da ditadura civil-militar apoiaram-se na luta contra os comunistas – que, além do PCB, haviam se pulverizado em dezenas de organizações – como uma forma de atribuírem a si próprias relevância social e prestígio no interior do regime. A investida do DOI-CODI sobre o PCB fora resultado da nova estratégia traçada pela “linha dura” para lidar com o processo de abertura democrática encampado por Geisel. No ano anterior, o então presidente-general emitiu um pronunciamento que passara à história como o “discurso da descompressão”. Interessava assim ao grupo de militares comandado por Sylvio Frota demonstrar a existência de relações entre os comunistas clandestinos e a oposição legal representada pelo MDB.

Se isso fosse levado a bom termo, talvez a ameaça de extinção que pairava sobre os órgãos de segurança pudesse ser momentaneamente adiada, ou até mesmo debelada. Essa posição aparecia da seguinte forma no documento do DOI-CODI referente às diligências da gráfica: “Os inimigos da Revolução sentiram a necessidade de intensificar o trabalho de

massa cujos resultados poderão criar novas condições ou oportunidades para a reativação do terrorismo que, não obstante as derrotas sofridas, continua em estado latente”.

Uma vez que a abertura estava ameaçada pelo PCB, por qual razão órgãos como o DOI-CODI deveriam perder prestígio e recursos, como vinha acontecendo desde que Geisel passara a ocupar o Palácio do Planalto? O dismantelamento da gráfica e do Comitê Central do PCB em 1975 e a Chacina da Lapa em 1976 foram os dois últimos atos de repressão significativos do regime militar contra as organizações e partidos de esquerda. Não por acaso, foram ambos realizados pelo DOI-CODI paulista.

No caso da gráfica, a dinâmica repressiva sofre uma inflexão notável. Até ali, a ordem era exterminar as forças de esquerda que se opunham – pela via armada ou não – ao regime. Tal perspectiva ancorava-se nos preceitos contidos na doutrina militar francesa da “guerra revolucionária”, conforme demonstrado no capítulo 5. O processo de abertura democrática então em curso altera em algum grau essa dinâmica, repercutindo na forma como o DOI-CODI trataria o seu antagonismo com o Partido Comunista. A repressão passa a ser utilizada agora fundamentalmente para rastrear as ligações do PCB com a oposição legal, representada pelo MDB. Em tal contexto, a ideia da “ameaça comunista” precisava ser habilmente manejada. Não se tratava de pôr fim ao partido, mas sim controlar sua expansão e influência nos lances seguintes da redemocratização. Daí o nome de batismo dado ao ato repressivo aqui analisado: “Operação Radar”.

Alguma coisa, no entanto, parece ter falhado ou fugido do controle, porque ao “estouro” da gráfica seguiram-se prisões em massa e assassinatos de militantes e membros do Comitê Central. O anticomunismo, portanto, não foi mero contexto sobre o qual os “estouros” das gráficas se desenrolaram; ele de fato influenciou decisivamente na dinâmica dos atos repressivos. Guardadas as particularidades de cada um dos casos, a “ameaça comunista” foi usada pelo DOPS e pelo DOI-CODI, respectivamente, em 1939-40 e 1975. “O sucesso que alcançamos devemos aos nossos auxiliares, sendo, por conseguinte, credores da nossa admiração e da gratidão da sociedade brasileira”, anotou o delegado que participara das diligências relacionadas ao “estouro” de 1939.

Vale destacar, por fim, que as opiniões do ideólogo do bolsonarismo sobre o desfecho dado à ditadura são em muito tributárias desse agrupamento radical do Exército responsável pelo dismantelamento da gráfica pecebista em 1975. Olavo de Carvalho acompanha o ex-ministro Sylvio Frota na avaliação de que a redemocratização representou a “entrega da Revolução e do país aos comunistas”.

Outra semelhança a ser destacada entre os casos abordados nos capítulos 6 e 7 aponta para o sentido prevaiente no modo como os órgãos repressivos concebiam as atividades editoriais e de propaganda do PCB. Com efeito, o partido fora responsável por editar uma miríade de conteúdos que serviram de referência no processo formativo de seus militantes e quadros de direção, do operariado e da própria esquerda em geral. O PCB superou as restrições financeiras, resistiu às investidas constantes da repressão e, em condição de clandestinidade quase permanente, conseguiu levar às ruas o material de sua propaganda político-partidária.

Livros, jornais e panfletos saídos das gráficas do partido denunciaram a violência do Estado, a doutrinação da Igreja Católica, as opressões do mundo do trabalho, a prevalência de interesses estrangeiros na condução da economia nacional, a natureza intraoligárquica da Justiça. Na mesma medida, esses impressos promoveram a difusão do pensamento e da prática revolucionárias entre o operariado e outras classes de trabalhadores, auxiliaram na ampliação do letramento de setores analfabetos da população, divulgaram, enfim, momentos decisivos das lutas populares ao longo do século XX. Desde a III Internacional, chamada de “Internacional doutrinária e editorial”, os partidos comunistas passaram a dar uma atenção especial às suas gráficas e publicações impressas. Seguindo a tradição iluminista, acreditava-se no potencial libertador da formação educacional revolucionária.

Acontece que, sob a influência da retórica e do imaginário anticomunistas, o impresso do PCB era visto como um inimigo em potencial da ordem instituída e do poder do Estado, devendo, portanto, ser a qualquer custo impedido de circular. “O vasto material mais o complexo maquinário dá corpo a uma programação de fundo político, voltada para a desmoralização das autoridades constituídas e para a derrubada do governo, e atuando por meio da difusão clandestina de doutrinas e ideias alienígenas, incompatíveis com a Constituição, a índole do povo e o regime democrático vigente no país”, resumia um trecho do inquérito em 1975. Além disso, havia dois tipos de associação que contribuíam para intensificar a repressão do aparato de Estado: a associação entre a categoria profissional dos gráficos e a difusão de projetos alternativos de sociedade; e a associação entre o panfleto e as ações políticas de caráter clandestino e revolucionário – temas trabalhados no capítulo 1.

Não se tratava de conceber o impresso comunista, é importante sublinhar, apenas como um agente capaz de incitar distúrbios sociais – os célebres “casos de polícia” – como greves e manifestações públicas; num dado momento, o impresso comunista foi tomado metonimicamente como sendo ele próprio a revolução. Isso ocorreu no curso da segunda

metade do século XX, quando o acirramento da disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética difundiu a ideia de que haveria duas formas principais dos países socialistas – União Soviética, China e Cuba – fomentarem processos revolucionários em outras partes do mundo: ou enviando aos países agentes comunistas infiltrados ou promovendo a difusão de obras teóricas revolucionárias.

Havia, assim, um contraste evidente entre a repressão sistemática às gráficas do PCB levada a cabo pelos regimes ditatoriais aqui analisados e o esforço de ambos para ampliar o investimento em propaganda oficial, destinada a enaltecer o patriotismo e os ideais cívicos. O emblema desse processo é a ocorrência praticamente simultânea do “estouro” da gráfica do PCB e a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo em 1939. A propósito, coube ao DIP a tarefa de produzir pequenos documentários sobre a “periculosidade dos impressos sediciosos”. A luta desleal no plano discursivo completava-se com o amplo espaço cedido pelos veículos empresariais de comunicação ao proselitismo anticomunista de natureza principalmente católica e nacionalista.

Como confiscar cada um dos milhares de boletins e jornais produzidos pelo partido era uma tarefa inviável, a repressão percebeu que a melhor estratégia a ser adotada seria direcionar as investigações à descoberta dos locais clandestinos de impressão. No capítulo 5, que trata do impresso comunista sob a ótica da “doutrina da guerra revolucionária”, há inúmeros exemplos dessa atenção do Estado para com a “origem” do material que inundava avenidas e praças do país. Pelo menos seis outras oficinas foram alvo de medidas censórias da ditadura no período compreendido entre janeiro de 1969 e maio de 1977.

Com efeito, o desmantelamento das gráficas do PCB foi celebrado pelo DOPS e o DOI-CODI em documentos privados e em notas na imprensa. No primeiro caso, a ação representou uma medida de profilaxia social direcionada ao “vírus esquerdista”, impedindo que ele continuasse a “contaminar” a sociedade, a administração pública, o Estado, os lares das famílias brasileiras etc. No segundo, uma vitória contra a “guerra psicológica” dos comunistas, parte indissociável de sua revolução social. A oposição ao PCB se dava na tentativa de atenuar os efeitos sociais de seu discurso político revolucionário.

Qual seria, então, o número de militantes em geral mobilizados para produção do material impresso? Em termos de força de trabalho, dado o aparato editorial diminuto e a condição quase permanente de clandestinidade, é possível afirmar que bastavam dois militantes para colocar a oficina em funcionamento. A tarefa de operar apenas duas máquinas impressoras em 1939 ficou reservada a Júlio Barbosa de Oliveira e João Fragoso Júnior, com

a ajuda eventual de um ou outro camarada do partido. Já no ano seguinte Sebastião Francisco e Joaquim Francisco da Silva se incumbiram de colocar em funcionamento a oficina no morro de São Mateus, em São João do Meriti. Em ambos os casos, a oficina do PCB era bastante modesta para o volume de material que produzia a maior organização operária do período.

Rodar o jornal *A Classe Operária* era a atividade que ocupava maior parte do tempo dos militantes gráficos. O partido, sob orientação da Internacional, tratava o periódico com prioridade no trabalho de agitação e propaganda. Uma das formas de arrecadar recursos desenvolvidas pelos comunistas ao longo dos anos foi a realização de rifas ou loterias em benefício do jornal. Nem sempre o dinheiro advindo da venda de exemplares era remetido ao partido pelas células estaduais, o que criava ainda mais dificuldades para a produção dos números seguintes.

A relevância do aparato gráfico era reconhecida por agentes da repressão e pelos comunistas. Entre estes últimos, prevalecia o entendimento de que sem uma máquina para rodar jornais e panfletos o partido não poderia fazer o seu trabalho político. Prova convincente disso é que, uma vez concretizada uma operação repressiva de grandes consequências, o partido estabelecia como uma de suas prioridades o “levantamento” de uma nova oficina gráfica. Nesse sentido, o funcionamento geral do PCB dependia em muito de sua “seção de agitação e propaganda”, a Agitprop.

Isso está refletido nas resoluções dos congressos (o II, de 1925, e o VI, de 1967) aqui analisadas no capítulo 1. A propósito, a gráfica partidária fora desbaratada em 1975 justamente no momento em que o PCB se esforçava para ampliar sua política editorial, isto é, multiplicar as ações desenvolvidas no âmbito da Agitprop. Dito com outras palavras, um partido comunista revolucionário só se efetiva como tal se estiver à disposição meios – jornais, revistas, livros, boletins – por intermédio dos quais possa se dirigir ao operariado e a outros setores da sociedade. Segundo a teoria de Lênin, a força de um partido comunista reside em sua linha política e em sua instância de direção. Uma terceira instância a ser considerada seria a capacidade de produzir e escapar à repressão de seu aparato editorial e de propaganda.

Como demonstra o documento “A reorganização” mencionado no capítulo 6, criar as condições para que a gráfica partidária voltasse a funcionar estava entre as preocupações principais dos comunistas então encarcerados nas prisões do regime de Vargas. Do mesmo modo, outro documento, aquele do DOPS que dá conta do “estouro” de 1939, registra que o “arcabouço do PCB” poderia ser reerguido caso os militantes criassem um “aparelho de



direção” e uma “imprensa ilegal”. Sob a perspectiva da dinâmica partidária, por sua vez, consta no depoimento do militante Eduardo Ribeiro Xavier a afirmação de que a frequência de reuniões do Birô Político (BP) era em larga medida determinada pela necessidade de produzir, imprimir e organizar a distribuição dos vários impressos comunistas. É como se as questões políticas se subordinassem às demandas da Agitprop naquele final dos anos 1930.

Entre as imagens produzidas para o inquérito referente ao “estouro” da gráfica de 1975 chama a atenção a que flagrou um impresso colado na parede que dava acesso à gráfica clandestina. Tido como evidência incontornável do antinacionalismo do PCB, o recorte de jornal reproduzia uma versão um tanto modificada da bandeira brasileira: em vez do elemento usado para representar a imensidão do céu e as cinco estrelas do Cruzeiro do Sul, via-se o cruzamento da foice e do martelo comunistas. Nas partes superior e inferior, a inscrição “1922 – 1972: 50 anos de lutas contra a opressão – Partido Comunista Brasileiro”.

Mas o aspecto que interessa ser destacado aqui consiste na posição que recorte ocupava no local. Como já referido, ele antecedia o acesso principal da gráfica, como que para demonstrar que se estava prestes a entrar em “território comunista”. Esse arranjo parece sugerir que do cômodo subterrâneo apinhado de máquinas impressoras e publicações – espécie de “caverna dos livros” referida na epígrafe – poderia emergir um país livre da exploração econômica e da violência social que historicamente o caracterizaram. O impresso posicionado em frente à escada, a poucos metros da gráfica clandestina, é possivelmente a síntese de toda a discussão realizada nesta tese: estava contida ali a “utopia tipográfica”.

## EPÍLOGO

**O “inimigo interno” agora é o próprio “sistema”, não mais um “vírus” que o ameaça:  
Bolsonaro contra os comunistas<sup>286</sup>**

**Chave de leitura:** A eleição e o primeiro ano do governo Bolsonaro são analisados aqui à luz dos preceitos que moveram o DOPS e o DOI-CODI – metáfora epidemiológica e “guerra revolucionária”, respectivamente – no trabalho de repressão às gráficas clandestinas do PCB em 1939, 1940 e 1975, objeto de investigação analisado nos três capítulos anteriores. Trata-se de analisar o fenômeno bolsonarista somente naqueles aspectos que se relacionam diretamente com as gráficas e com as matrizes do anticomunismo brasileiro.

---

<sup>286</sup> A redação deste Epílogo foi concluída em dezembro de 2019. No entanto, foram feitas algumas inserções que remetem a fatos posteriores a essa data.

“Prometo libertar o país do socialismo e do politicamente correto”.

Jair Bolsonaro, em seu discurso de posse no parlatório do  
Palácio do Planalto, 2019

Bolsonaro se elegeu fraudando o debate público inerente a qualquer processo eleitoral. O atentado em 6 de setembro de 2018 em Juiz de Fora, Minas Gerais, foi o pretexto ideal para que ele se desobrigasse a participar de debates e de apresentar à opinião pública suas propostas para um futuro governo.

No segundo turno, 55% do eleitorado sufragou um candidato cujas ideias não passavam de um arrazoado de falas intolerantes e protofascistas, disseminadas em massa por meio do WhatsApp e por meio dos ambientes privados das igrejas neopentecostais. “A ordem era ganhar sem aparecer, ganhar como tela em branco sobre a qual o eleitorado projetasse suas esperanças” (ROCHA DE BARROS, 2019, p. 80)<sup>287</sup>.

A vitória de Bolsonaro representou o fim do período conhecido como Nova República. As razões principais seriam as seguintes:

A interferência radical do Poder Judiciário no processo de determinação da soberania política por meio das eleições; a perda de influência dos mecanismos tradicionais encarregados de tornar a campanha eleitoral um debate público, com a supremacia das redes sociais e dos aplicativos de troca de mensagens sobre os debates e a propaganda gratuita dos partidos na televisão; e, por último, a relativização da negatividade associada ao período autoritário vivido no Brasil a partir do golpe de 1964, referência até então compartilhada pelas principais forças políticas do país (AVRITZER, 2019, pp. 9-10).

Outra imagem, a da camiseta amarela no espaço público, pode ser evocada como símbolo do fim do período democrático iniciado em 1985:

Com camisetas amarelas, a eleição de Bolsonaro encerra a Nova República, que com elas começou. As de então diziam: “Eu quero votar pra presidente”. Demandavam

---

<sup>287</sup> Respalda pela aliança heterogênea entre Forças Armadas, sistema financeiro, agronegócio e religiões neopentecostais, a eleição de Bolsonaro representou um abalo em certas premissas da teoria política sobre o pleito presidencial no Brasil. Até 2018, afirmava-se que para um candidato chegar ao Palácio do Planalto era preciso no mínimo um partido expressivo e um tempo razoável no horário eleitoral gratuito. Filiado a uma sigla pequena, o Partido Social Liberal (PSL), Bolsonaro foi eleito com apenas oito segundos de campanha na televisão. O “fenômeno eleitoral Bolsonaro” foi completado pela eleição de 52 deputados do PSL, entre os quais estavam candidatos que obtiveram votações significativas, como Eduardo Bolsonaro em São Paulo, com 1,8 milhão de votos, e Janaina Paschoal, no mesmo estado, sufragada por mais de 2 milhões de brasileiros, a deputada mais bem votada da história. As eleições de três dos quatro governadores da região Sudeste – João Doria (PSDB) em São Paulo, Wilson Witzel (PSC) no Rio de Janeiro e Romeu Zema (Novo) em Minas Gerais – também podem ser atribuídas à popularidade de Bolsonaro durante a campanha de 2018.

cidadania política e social. As de 2018 estampam a justiça divina, a família patriarcal, o nacionalismo bélico. As manifestações de 1984 celebravam a saída dos militares da Presidência, as de agora comemoram a chegada do capitão e de uma direita convicta ao poder (ALONSO, 2019, p. 67).

Na conjuntura atual, o caráter da “onda anticomunista” guarda muitas semelhanças com o contexto de 1964<sup>288</sup>. Tanto em um período quanto em outro, o país viveu uma espécie de “vazio político” antes que alguma solução redentora e autoritária fosse apresentada – os militares nos anos 1960 e, em 2018, Bolsonaro.

Em ambos os casos, o quadro esteve marcado por crise econômica, polarização social, denúncias de corrupção que enfraqueceram o sistema político e seus partidos tradicionais, além da existência de um Legislativo incapaz de se firmar como centro estável e garantidor da governabilidade.

Para Avritzer (2019), estas três características – crise econômica, disputa política acirrada e projetos de país conflitantes – são recorrentes nos diversos momentos de regressão democrática vivenciados no Brasil no século XX. O terceiro cenário a reforçar o argumento seria 1954.

Se, no contexto dos anos 1960, o combate à ameaça comunista foi visto como mais importante do que a estabilidade institucional e as garantias individuais e democráticas, o mesmo aconteceu agora em relação ao combate ao petismo – muitas vezes apresentado pelas hostes bolsonaristas como sinônimo de comunismo ou socialismo.

Na conjuntura 2014-18, setores da classe média adotaram acriticamente o antipetismo insuflado pelo sistema de justiça (Ministério Público e STF), alinhando-se a setores da elite e do sistema financeiro com aspirações desde logo antidemocráticas. Em termos eleitorais, a aliança que elegeu Bolsonaro completou-se com a adesão de parte da classe trabalhadora à chamada “antipolítica”<sup>289</sup>.

Importante ressaltar que o êxito da campanha de Bolsonaro não se deu pela aceitação de seu conteúdo programático – a rigor, esse conteúdo sequer existiu –, mas de um

<sup>288</sup> Ao aproximar os contextos históricos de 1964 e 2018, é importante levar em consideração a advertência de Starling (2019, p. 344-345): “[O] tempo não é retilíneo, nele não existe lugar para a repetição e não há jeito de se governar a história. Mas podemos reconhecer ingredientes do passado que se misturam, se adaptam e se reapresentam numa mesma trama de significados, em diferentes conjunturas histórias e temporais”.

<sup>289</sup> Isso não permite afirmar que 1964 e 2018 confirmam a existência no Brasil de uma classe média intrinsecamente antidemocrática ou até mesmo fascista, como parece sugerir o debate nas redes sociais e algumas perspectivas no campo da teoria política. Com Avritzer (2019), pode-se dizer que uma das críticas possíveis ao trabalho recente de Jessé Souza, *A elite do atraso*, referência para o campo petista que tem sustentado tal tese, reside no fato de o autor desconsiderar que, em momentos históricos específicos, parte da classe média estabeleceu alianças consistentes com setores populares e democráticos. Foi assim no período de redemocratização pós-regime militar e nos primeiros anos de implementação de políticas de inclusão social por parte do governo Lula.

movimento pautado na negação: “o movimento é não apenas antipetista mas antipartidário; não apenas antipartidário mas antissistêmico. O que efetivamente se pretende construir a partir daí não fica muito claro” (SOLANO, 2019, p. 309).

Quanto ao papel de “operador simbólico” exercido pelo anticomunismo no contexto de 2018, assemelhando-se, nesse aspecto, a 1964, nota-se que:

Para a candidatura de Bolsonaro conseguir ancorar esses movimentos [movimentos organizados à direita] em uma identidade ideológica comum, ganhar coesão política e se esparramar pela sociedade, faltava encontrar um operador simbólico. E então um velho ingrediente do passado se reapresentou na cena contemporânea: o apelo ao anticomunismo. Não foi o único apelo de campanha que Bolsonaro tomou emprestado ao passado. Mas esse tinha sua eficácia comprovada (STARLING, 2019, p. 350).

O anticomunismo de Bolsonaro pode ser visto, portanto, como a adaptação do “anticomunismo histórico” para o tempo presente.

Apesar das muitas novidades que encontramos nos discursos antiesquerdistas atuais, claramente existe forte conexão com as tradições passadas, de que eles se nutrem e de que extraem parte da sua força. A base argumentativa das denúncias atuais sobre o perigo vermelho é essencialmente a mesma dos anos 1920-30, que, por sua vez, foi reapropriada e reciclada nos anos 1960 e no golpe de 1964 (MOTTA, 2019, p. 3).

Há que se considerar igualmente que, além de “operador simbólico” responsável por dar ao bolsonarismo uma “identidade ideológica comum” que o propagou socialmente, o anticomunismo funcionou como um “atalho cognitivo” capaz de mobilizar preconceitos de toda ordem – preconceitos políticos, religiosos, morais, relacionados à sexualidade, à diversidade de gênero etc. “Enraizado no imaginário da sociedade há mais de oitenta anos e sem dar sinais de que esteja indo embora, o sentimento anticomunista desata no sujeito uma base própria de afetos: ressentimento, medo, rancor, raiva” (STARLING, 2019, p. 351).

Os “operadores simbólicos” da campanha de Bolsonaro funcionaram segundo uma lógica binária: bem e mal, cristão e diabólico, pessoas de bem e bandidos, éticos e corruptos, patriotas e comunistas. “Essas clivagens simbólicas simplificam a realidade, reduzindo sua complexidade a estereótipos administráveis, e ativam sentimentos coletivos de alta voltagem – o afeto, o medo, o ódio” (ALONSO, 2019, p. 52).

Formou-se, então, uma comunidade de semelhantes que funcionou a partir da lógica simplificadora e convincente do “nós contra eles”. O outrem aqui são muitos, mas especialmente o “inimigo irreconciliável da pátria brasileira”: o comunismo. A violência física e simbólica presente no pleito presidencial de 2018 se origina em parte daí.

Bolsonaro apostou alto nessa comunidade conservadora que, pouco a pouco, foi se constituindo ao longo dos anos em que o PT esteve no poder, período durante o qual ela se sentiu “acuada” e “desprezada” por causa da adoção de políticas sociais por parte do Estado, as quais proporcionaram a ascensão social dos mais pobres, e do protagonismo na cena pública de movimentos feministas, antirracistas, e de identidade de gênero<sup>290</sup>.

A criação pós-1985 de uma Estado social ainda muito incipiente, com acesso mínimo à renda, bens e serviços públicos foi classificada por essa comunidade de “socialismo” ou “bolivarianismo”. Em uma pesquisa realizada durante uma passeata pelo *impeachment* de Dilma na avenida Paulista, em São Paulo, em abril de 2015, cerca de 64% dos entrevistados afirmou que o PT pretendia instalar um “regime comunista” no Brasil. Para outros 56%, o Foro de São Paulo alimentava planos de transformar o país numa “ditadura bolivariana”.

Nota-se, assim, que a associação entre petismo e comunismo começou a ser construída ainda em 2015, atingindo o paroxismo três anos depois, na campanha eleitoral de 2018. A esse respeito, um trecho de um *post* do atual ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em seu blog, o *Metapolítica 17*, é elucidativo: “Haddad é o poste de Lula. Lula é o poste de Maduro, atual gestor do projeto bolivariano. Maduro é o poste de Chávez. Chávez era o poste do socialismo do século 21 de [Ernesto] Laclau. Laclau e todo o marxismo disfarçado de pós-marxismo é o poste do maoísmo. O maoísmo é o poste do inferno”.

O “vírus comunista” que em períodos anteriores apenas ameaçava o sistema passara então a ocupá-lo por quase uma década e meia. Para a moral bolsonarista, não restavam dúvidas: preceitos como hierarquia de gênero, casamento heterossexual, conduta pautada em preceitos religiosos, família como instituição social modelar etc. foram sistematicamente “contaminados” pelo “esquerdismo” que, como uma “doença”, se apoderara de toda a máquina pública, do sistema político e de áreas como a cultura e a mídia. De maneira correlata, nos anos 1930, a “ideologia comunista” ameaçava a comunidade cristã e a família com o aborto e o divórcio, conforme fica claro na manifestação do cardeal d. Sebastião Leme mencionada no primeiro capítulo.

A candidatura Bolsonaro apareceu, então, como um “antídoto” contra esse tipo de “doença” (a “esquerdopatia”), vocalizando os interesses e os medos de setores expressivos do

---

<sup>290</sup> A nova dinâmica do capitalismo, turbinada pela revolução tecnológica contemporânea, vem provocando alterações profundas nas condições de trabalho e vida, tornando-as cada vez mais desregulamentadas e precarizadas. O nacionalismo autoritário de direita, que se apresenta como “renovação”, tem capturado parte significativa desse eleitorado descontente e inconformado, não apenas aqui no Brasil como também em diversas partes do mundo. O paradoxo está no fato de a extrema direita sustentar-se em valores e propostas eleitorais descivilizatórias e, ao mesmo tempo, tornar-se a alternativa de futuro para um número cada vez maior de pessoas (SOLANO, 2019; AARÃO REIS, 2019).

eleitorado. “O tempo do id clama por um líder que fale o idioma da força” (SALLES, 2019, p. 295).

Dois tipos de corrupção, a da administração pública e a dos valores cristãos, foram sintetizados num *slogan* cuja eficácia em termos de mobilização política a história do país já dera provas convincentes: a campanha bolsonarista iria “combater o comunismo” incrustado no Estado por anos a fio e que há muito ameaçava tomar conta dos lares brasileiros. Ao menos desde 2014, quando teve início a operação Lava Jato, a “comunidade moral bolsonarista” realiza a associação inusitada entre “ética na política” e “moralização dos costumes”.

A comunidade moral bolsonarista pôde, assim, equiparar a probidade nos negócios públicos à morigeração dos lares do brasileiro médio e operar com a oposição moralizado x corrompido. Assim se operou a moralização da política, no sentido de avaliar a conduta num campo, a política profissional (obter e manter o poder), com os critérios de outro, o éthos privado da virtude (ALONSO, 2019, pp. 56-7)<sup>291</sup>.

Da mesma maneira, durante o primeiro ano de governo, Bolsonaro prosseguiu mobilizando seus apoiadores com base na estratégia de forjar para si mesmo um antagonista relevante e insidioso, tal como feito outrora por políticos de direita e pelo Estado em relação ao PCB. A diferença essencial é que hoje esse “inimigo” se dividiu em três: o jornalista mal-intencionado que pretende derrubar o governo; o professor doutrinador que ensina socialismo nas escolas e universidades<sup>292</sup>; e a feminista ou o militante LGBT que almeja mudar a identidade sexual de crianças e adolescentes<sup>293</sup>.

Tudo isso conformaria uma espécie de “marxismo cultural” que necessita ser combatido a qualquer custo. De acordo com a “nova direita” brasileira, “marxismo cultural” é o termo que designa o predomínio da esquerda no âmbito da cultura, da filosofia e do debate

<sup>291</sup> O consenso entre setores da sociedade de que os militares seriam pessoas éticas e portadores de uma honra ilibada contribuiu igualmente para a moralização da política operada pelo bolsonarismo no último pleito presidencial. Parte da “utopia autoritária” que animou a ditadura militar esteve calcada nesse mesmo preceito.

<sup>292</sup> Essa é a concepção que anima o projeto “Escola Sem Partido”, do senador Magno Malta (PR). A “comunidade moral bolsonarista” o apoia sem restrições. Para os sem-partido, a igualdade de gênero e o combate à homofobia são “conteúdos esquizofrênicos” que devem ser proibidos nas escolas. Outra ideia que sustenta o projeto é a de que, durante os governos petistas, o ensino universitário no país destinou-se a formar militantes políticos, e não profissionais capacitados para o mercado de trabalho. “Nesse raciocínio, a família, que vincula por sangue e afeto, reproduz valores sãos, que a escola ‘esquizofrênica’ poria em risco ao impor a convivência com os diversos em orientação sexual, crenças e estilo de vida. Ou seja, por incutir a tolerância. O diferente ameaça. Para proteger a liberdade dos pais de reproduzir suas ideias, os sem-partido obstam a dos filhos de eleger as próprias, a partir da variedade oferecida pela escola” (ALONSO, 2019, p. 60).

<sup>293</sup> Em *tweet* publicado no dia 26 de março de 2019, Olavo de Carvalho afirma que “no Brasil, a mídia nada tem a ver com jornalismo e a universidade nada tem a ver com educação. Ambas são organizações políticas a serviço do Foro de São Paulo, empenhadas em fomentar a corrupção e a violência contra o atual governo”. Disponível em: <<https://twitter.com/propriolavo/status/1110560203961970688>>. Acesso em: 1 mai. 2019.

de ideias, constituindo um ideário que se oporia à tradição judaico-cristã. Agentes do “marxismo cultural” seriam os secularistas, os “globalistas”, os ambientalistas, os ativistas LGBT e as feministas, rótulos muitas vezes subentendidos no uso da palavra genérica “comunista” (ZANINI, 2019).

A imagem de “infiltração” dos comunistas, trabalhada no capítulo 2, atualmente está muito vinculada à noção de “marxismo cultural”. Trata-se, novamente, da “infiltração” de preceitos e valores de esquerda (secularistas, progressistas ou socialistas) em diversas instâncias da vida intelectual: escolas e universidades, veículos de comunicação, mercado editorial e de arte etc. A tarefa urgente da direita seria, portanto, a de promover “ações de profilaxia” para recuperar o “ensino conspurcado pelo coletivismo marxista” (GIANNOTTI, 2019, p. 171).

Se, nos anos 1930 e 1960, períodos das primeiras “ondas anticomunistas”, as “ideias subversivas” provinham do aparato editorial do PCB, atualmente, o foco de emissão dos “bacilos comunistas” parece ser curiosamente a mídia corporativa (“Foice de São Paulo”; “Globo Comunista” etc.)<sup>294</sup> e, em alguns casos, a universidade pública, reduto do “marxismo cultural” e da “ideologia de gênero”. Tudo feito às claras, sem necessidade de planos urdidos na clandestinidade, como antes atribuía-se à propaganda comunista saída de suas gráficas.

A chamada “artilharia do pensamento comunista”, formada outrora por jornais, revistas, livros e panfletos impressos pelas gráficas, ganha agora contornos hipertrofiados, passando a abarcar não apenas perfis em redes sociais e publicações de partidos de esquerda que continuam existindo, mas também todo o campo do pensamento, da cultura e do debate de ideias. No mundo distópico da direita autocrática, a esquerda é onipresente, está por toda parte; ela é o próprio “sistema”, não mais um “vírus” que o ameaça. Nesse sentido, “o marxismo volta a ser reconhecido por todos os poderes como um poder, mas não qualquer poder: uma conspiração” (SECCO, 2019, p. 30).

Sob essa perspectiva, atualmente, o trabalho político-ideológico da direita e da máquina do Estado torna-se mais desafiador do que antes, quando o desmantelamento da gráfica clandestina do PCB já representava por si só um duro golpe na capacidade da esquerda de disputar a opinião pública e interferir nos rumos do país. Desmantelar a fonte de “toxinas

---

<sup>294</sup> Tão logo foi eleito, em entrevista ao Jornal Nacional (JN), da Rede Globo, Bolsonaro atacou a *Folha de S. Paulo*, dizendo que o jornal, ao publicar o que ele avaliava como sendo “notícias falsas” a seu respeito, havia por si só se acabado. Nos primeiros meses de governo, o presidente ameaçou a mídia corporativa com cortes de anúncios e chegou a barrar a entrada de repórteres e outros profissionais em coletivas e pronunciamentos. Em novembro, Bolsonaro suspendeu todas as assinaturas da *Folha* feitas pelo governo federal em Brasília e o jornal foi excluído do *clipping* de matérias elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores.



comunistas”, quer dizer, a oficina gráfica, representava uma “medida de profilaxia social” nos anos 1930. Como lidar, agora, com “toxinas” que provém de toda parte, sem que se tenha um alvo conhecido e determinado?

A tarefa de interromper a reprodução do ideário comunista parece atualmente mais complexa do que promover o “estouro” de uma gráfica, ainda que tal medida demandasse altos investimentos por parte dos órgãos repressivos. O conceito de “marxismo cultural”, embora a princípio pareça sem sentido, é elucidativo do modo como as forças antiemancipatórias enxergam o lugar proeminente ocupado hoje na sociedade pelo pensamento de esquerda.

Ortellado (2019, p. 1) lembra que “embora a tese de que professores, ativistas e jornalistas participam de uma conspiração ‘marxista cultural’ seja completamente alucinada, sua resposta é real e concreta”. Com efeito, a resposta bolsonarista tem consistido em aparelhamento das instituições de controle do Estado – Ministério Público, Polícia Federal, Receita Federal, COAF etc. –, perseguição a adversários políticos (incluindo correligionários), jornalistas e críticos do governo em geral, além de doutrinação de caráter profascista em temas relacionados à moral, à sexualidade e aos costumes<sup>295</sup>.

Para Bolsonaro, o Brasil começou a se libertar do socialismo no exato momento em que ele fora eleito. Em seu discurso de posse, no parlatório do Palácio do Planalto, ele disse que iria “libertar o país do socialismo e do politicamente correto”. Falou também que acabaria com o “viés ideológico” presente até aquele momento nas relações diplomáticas brasileiras. Por fim, segurando a bandeira do Brasil, conclamou diante de uma multidão de fiéis apoiadores: “Esta é a nossa bandeira que jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela”<sup>296</sup>.

Diante disso, sua eleição representaria o resgate daquilo que por pouco não fora violado em “décadas de governos com viés socialista”. Era preciso forjar “o país da ordem e do progresso” novamente<sup>297</sup>. Bolsonaro não enuncia diretamente, mas é como se ele

<sup>295</sup> “Miragem conservadora produz ‘gramscismo de direita’”. *Folha de S. Paulo*, 12 mar. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2019/03/miragem-conservadora-produz-gramscismo-de-direita.shtml>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

<sup>296</sup> “Os discursos de Bolsonaro no dia da posse contextualizados”. *Nexo Jornal*, 1 jan. 2019. Disponível em: <[https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/01/01/Os-discursos-de-Bolsonaro-no-dia-da-posse-contextualizados?utm\\_campaign=anexo&utm\\_source=anexo](https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/01/01/Os-discursos-de-Bolsonaro-no-dia-da-posse-contextualizados?utm_campaign=anexo&utm_source=anexo)>. Acesso em: 20 fev. 2019.

<sup>297</sup> Os termos e as frases destacadas entre aspas nestes parágrafos foram retirados de dois *tweets* feitos por Bolsonaro em 2019: um, de 5 de março, no qual tratou de aspectos gerais ligados à economia e à cultura, e outro, de 22 de julho, dedicado a explicar o decreto que extinguiu as funções de médico e jurista do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, o Conad. Disponíveis em:

ressaltasse a todo momento a necessidade imperiosa de “desintoxicar” o país e o Estado do “vírus comunista” que se alastrou descontroladamente por mais de treze anos de governos do PT.

Na retórica de Bolsonaro fica evidente como as ideias revolucionárias são vistas como um “corpo estranho” que precisa ser extirpado a qualquer custo das relações sociais, sob pena de corrompê-las e desestruturá-las. Em síntese, é como se a sociedade precisasse imunizar-se, criar mecanismos de defesa, contra a “ideologia estranha e nefasta” dos marxistas. Nas palavras da Cruzada Brasileira Anticomunista, “é um corpo estranho, essencialmente infeccioso, enquistado no organismo nacional”.

O recurso alusivo à disposição dos comunistas em profanar símbolos pátrios, presente no discurso de posse de Bolsonaro, seria utilizado também pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, no início de novembro de 2019, a propósito da decisão do STF sobre a prisão em segunda instância que acabou por beneficiar Lula. Weintraub postou em sua conta no *Twitter* a imagem de uma bandeira brasileira tremulando, seguida do texto: “Jamais será vermelha!”. Até o fim do dia da postagem, o conteúdo contou com aproximadamente 21,3 mil curtidas e 4 mil compartilhamentos.

O medo da bandeira vermelha, aspecto recorrente da propaganda anticomunista desde os anos 1930, tem origem na Revolução Francesa e, mais especificamente, na desobediência popular a uma lei estabelecida em 21 de outubro de 1789. A lei dava às forças de segurança francesa a prerrogativa de atirar a esmo contra a população em caso de constatada ameaça à ordem. O símbolo que indicava que o morticínio estava autorizado numa determinada cidade ou região de Paris era uma bandeira na cor vermelha, hasteada.

Acontece que, com o desenrolar dos acontecimentos da Revolução, as massas se apoderaram daquele símbolo do poder, subvertendo-o em favor de sua luta.

Esse gesto político maior de retirar do poder seus signos, de inverter seus significados, estará presente nas revoluções de 1830 e, principalmente, na de 1848. Nesses casos, a bandeira vermelha aparece claramente significando a presença da força popular em sua aspiração à justiça e à igualdade transnacional. Ela indicava não uma pátria, não uma nação, mas a existência dos que não tinham pátria nem território, porque lutavam por uma existência política por vir (SAFATLE, 2019, p. 1)

A apropriação definitiva da bandeira vermelha como símbolo daqueles que lutam contra uma ordem de desigualdade e opressão se daria durante a Comuna de Paris, em 1871.

Assim, Safatle (2019, p. 1) lembra que, ao dizer que a bandeira brasileira jamais será vermelha, Bolsonaro ataca não o uso “da bandeira vermelha feita por Estados burocráticos totalitários”, mas sim “o seu significado originário e seu sinal de insubmissão”<sup>298</sup>.

Sob a perspectiva do nacionalismo anticomunista, que tem a bandeira verde e amarela como um de seus principais símbolos, as gráficas inspiravam temor em parte porque eram delas que saíam o material impresso visto como capaz de desestabilizar estruturas de poder e hierarquias sociais. O preceito nacionalista autoritário de uma nação como “um corpo único, indivisível e soberano” estaria sob risco diante da militância e do trabalho de propaganda dos comunistas. Parte do esforço do material de propaganda do PCB, por exemplo, consistia em chamar a atenção do operário para o lugar que ele ocupava na relação entre trabalho e capital na sociedade brasileira.

Essa interpretação de que forças de esquerda, com seus valores e sua ideologia – antes, difundidos por meio de jornais, revistas e panfletos impressos, agora, por meio de perfis em redes sociais e outros meios –, promovem estratificações sociais segue vigente. Basta observar como Bolsonaro e seu eleitorado exploraram durante o pleito de 2018 a ideia de que o Partido dos Trabalhadores (PT) promoveu a divisão do Brasil entre ricos e pobres, brancos e negros, homens e mulheres, gays e heterossexuais, cotistas e não cotistas etc.

E, mais recentemente, Olavo de Carvalho voltou ao tema da propaganda comunista em um *tweet* no dia 8 de novembro de 2019, dando-a o status de urgência: “A tolerância do governo para com a *propaganda comunista* já assume as proporções de um juramento suicida. Esclarecer o povo contra os horrores do comunismo é a *primeira obrigação* de um governo conservador” (grifos nosso).

Durante a polêmica gerada pela expressão “governadores de Paraíba”, dita pelo presidente em um café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto no início de agosto de 2019, Bolsonaro voltou a abordar a ideia da pátria como negação da existência de classes sociais: “O PT lançou a divisão entre nós. E nós temos de nos unir. Agora mesmo estão tendo indícios de que, se não todos, a maioria dos nove governadores do Nordeste quer começar a implementar a divisão do Nordeste contra o resto do Brasil”<sup>299</sup>.

---

<sup>298</sup> “Nossa bandeira será vermelha”. *Folha de S. Paulo*, 11 jan. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2019/01/nossa-bandeira-sera-vermelha.shtml>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

<sup>299</sup> “Governadores do Nordeste querem a divisão do País”, diz Bolsonaro”. *Estado de S. Paulo*, 6 ago. 2019. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governadores-do-nordeste-querem-a-divisao-do-pais-diz-bolsonaro,70002956446>>. Acesso: 5 nov. 2019.

Para Bolsonaro, “a única hierarquia reconhecida iguala a todos na subordinação às autoridades morais sobrepostas de nação e divindade. Daí o slogan: ‘Deus acima de tudo. O Brasil acima de todos’” (ALONSO, 2019, p. 54).

As noções de “inimigo interno” e “guerra revolucionária”, trabalhadas no capítulo 3 e que ajudam a dar significado ao desmantelamento da gráfica do PCB em 1975, aparecem remodeladas pelo pensamento militar do bolsonarismo. Com o capitão reformado no poder, há, primeiro, uma importação de princípios militares como hierarquia, ordem e lealdade para a lógica da administração pública<sup>300</sup>. Importante destacar que nem mesmo a ditadura manteve tantos militares em cargos de primeiro e segundo escalões em seus sucessivos governos entre 1964 e 1985.

Nesse movimento, a concepção beligerante da política, como um jogo entre amigos e inimigos, se instala no coração do Estado. A política não é mais o lugar de reconhecimento de outrem e da diferença, ou a oposição entre aliados e adversários, mas a prática da “guerra aberta e declarada”, visando eliminar “óbices internos”<sup>301</sup> (GIANNOTTI, 2019; AVRITZER, 2019).

Bolsonaro e a “comunidade moral bolsonarista” declararam guerra a um conjunto de “inimigos internos” durante a campanha: os partidos do sistema político, por causa da corrupção generalizada que “quebrou o Estado”<sup>302</sup>; a criminalidade comum, problema crônico de médias e grandes cidades<sup>303</sup>; as pautas de grupos minoritários, responsáveis por dividir a

---

<sup>300</sup> Ao tratar da doutrina militar que animou a ditadura, Godoy (2014) lembra que: “Entre os militares há muito existe uma tendência de transportar e aplicar seus conceitos não só para a condução da guerra, mas também para outros aspectos de suas vidas, como lidar com problemas de administração e gerência. Liddeel Hart, por exemplo, dizia que a ação indireta, por ele defendida, tinha uma aplicação mais ampla, pois tratava-se de uma ‘verdade filosófica’. Liddeel Hart dizia que a ‘ação indireta é fundamental tanto no campo da política como no do sexo’” (GODOY, 2014, p. 58).

<sup>301</sup> O termo foi cunhado pelo pensamento militar da ditadura brasileira (1964-1985) para referir-se a um conjunto heterogêneo de “inimigos da pátria” que atravancavam o desenvolvimento e a prosperidade do Brasil: “óbices internos” seriam o fisiologismo político, a corrupção, a “degeneração” de costumes e valores tradicionais e, principalmente, a oposição (armada ou não) ao regime. A cada um desses “óbices” era dispensado um tratamento específico por parte das comunidades de “segurança” e de “informações”.

<sup>302</sup> Rocha de Barros (2019) argumenta que não se trata de afirmar que fora a Lava Jato a responsável por produzir a crise econômica brasileira, e sim que a insatisfação popular latente desde 2013 gerada pela crise passou a ser utilizada com bastante proveito pela operação. “E assim uma crise que deveria ter desencadeado o debate ‘quem é pobre o suficiente para ter prioridade no recebimento de recursos públicos, quem é rico o suficiente para pagar mais impostos?’ foi inteiramente conduzida nos termos ‘quem são os cidadãos de bem que recuperarão o dinheiro que os políticos roubaram?’” (ROCHA DE BARROS, 2019, p. 73). A associação entre arranjo político-judicial e recessão econômica teria criado as condições ideais para a ascensão de uma figura *sui generis* como Bolsonaro, segundo o autor.

<sup>303</sup> A agenda da segurança pública ajudou a eleger não só Bolsonaro, como também o governador de uma das principais capitais do país, o Rio de Janeiro. Wilson Witzel (PSC), um juiz federal que jamais concorrera a um cargo eletivo, fora escolhido graças à promessa de endurecimento no combate ao crime organizado na cidade, estratégia de campanha responsável por associá-lo às vésperas da eleição à “onda bolsonarista” que tomou conta do país. Sobre a adesão, a princípio incompreensível, de setores populares ao militarismo proposto por

pátria e atacar a moral conservadora; e, por fim, o “esquerdismo”, que guardaria relações com os três outros “inimigos”, a corrupção política, a bandidagem cotidiana e a deterioração dos valores da família tradicional – heteronormativa e religiosa.

Já no primeiro ano de governo o “inimigo interno” se pulverizou em muitos outros, ou melhor, em muitas outras “hienas”, prontas para atacar Bolsonaro: além do PT, os partidos PCdoB, PSOL, PDT e o próprio PSL; instituições de mídia como Globo, VEJA, Estadão e Folha; instituições internacionais como ONU e Greenpeace; movimentos sociais como MST, MBL, Força Sindical e CUT; e, por fim, poderes da República como o STF.

Com efeito, não é outro termo que geralmente se utiliza para definir o embate político-ideológico entre esquerda e direita levado a cabo nas redes em torno de questões comportamentais e políticas: “guerra cultural”. A verborragia intestina e a lógica persecutória adotadas nesses espaços também são índices da natureza do conflito em jogo. Na interpretação de Giannotti (2019, p. 167), a contemporaneidade é marcada por grupos com pretensões de serem “totais”, que dispensam, portanto, as mediações tradicionais da política – o parlamento, os partidos e os políticos profissionais – e enxergam facilmente os adversários como inimigos.

A “guerra revolucionária” que animou o DOI-Codi na repressão à gráfica comunista em 1975, fazendo com que o dissenso fosse brutalmente interrompido, ressoa de algum modo na atuação das milícias digitais do bolsonarismo. “Esse discurso misto de guerra justa e Guerra Fria converte adversários políticos em inimigos da pátria. Por isso abatíveis. O sentido se corporifica no gesto-síntese de candidato e seguidores, que simulam empunhar uma arma” (ALONSO, 2019, p. 55).

A partir de 2018, as matrizes religiosa, nacionalista e liberal do anticomunismo brasileiro sofrem uma inflexão significativa. O Foro de São Paulo passa a ser a nova Internacional Comunista, enquanto a associação entre comunismo e demônio é articulada pela retórica neopentecostal. O liberalismo atinge enfim o centro do poder político, com sua agenda levada a cabo pelo presidente e seu Ministério da Economia, diferenciando-se, portanto, de períodos autocráticos anteriores, em que a influência do empresariado era contrarrestada pela forte interferência do Estado nos assuntos econômico e social.

---

Bolsonaro e Witzel, vale a reflexão proposta por Salles (2019, pp. 294-295): “Submetidos às tensões que o retiram da morada em que se sentiria amparado, não resta ao indivíduo desenraizado senão pensar segundo os termos de que dispõe, ou seja, os da violência e da força. As armas, as feridas e o sangue agora são uma solução. E por que então se surpreender se buscam quem domina esse código?”.

No plano religioso, o anticomunismo será professado em larga medida pelas denominações neopentecostais, em contraste com o anticomunismo religioso histórico, cujo autor principal é o catolicismo, conforme visto no primeiro capítulo desta tese. Com efeito, a eleição do candidato do PSL é indissociável do apoio dado à sua campanha por parte de Edir Macedo, bispo-chefe da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

No neopentecostalismo, o sagrado e o profano são indissociáveis da ideia de demônio, facilmente estendida para o campo da política e das escolhas eleitorais.

Para os fiéis iurdianos, votar não constitui apenas um exercício de cidadania. Trata-se de um gesto de exorcismo do demônio que se encontra na política. O gesto de votar adquire o sentido de um rechaço do ‘mal’ presente na política e sua substituição pelo ‘bem’, ou seja, por pessoas convertidas ao Evangelho, por ‘verdadeiros cristãos’, ‘por homens de Deus’ (GRUMAN, 2005, p. 109).

Assim, durante o último pleito presidencial, a figura do demônio foi associada ao PT e aos movimentos feminista e LGBT. Sufragar Bolsonaro passou a representar uma forma de exorcismo do “mal”, identificado com a corrupção do sistema político e a corrupção dos valores cristãos pelo ativismo de esquerda. “A demonização do partido, tratado como uma quadrilha de ‘bandidos vermelhos’, alcançou repercussão numa ampla faixa do eleitorado que faz ressalvas ao ex-capitão, mas se agarrou a um lema: ‘PT nunca mais’” (FAUSTO, 2019, p. 138).

A eficácia persuasiva no segmento neopentecostal do eleitorado de *fake news* como o “kit gay” e a “mamadeira de piroca”, bem como o aumento das intenções de voto em Bolsonaro após as manifestações nacionais do #EleNão, podem ser entendidas a partir dessa chave interpretativa. O candidato defensor de torturadores e regimes ditatoriais foi apresentado como um cristão convertido ao Evangelho. Em outras palavras, um autêntico messias que salvaria o Brasil do comunismo<sup>304</sup>. “É sintomático o apelo constante [da família Bolsonaro] ao Deus cristão. Não é assim que o adversário tende a ser tratado como um incrédulo, por conseguinte um inimigo?” (GIANNOTTI, 2019, pp. 167-68).

A adesão de camadas populares à campanha de Bolsonaro explica-se tanto pelos sentimentos antissistema e antielitista capturados pela extrema direita, quanto pelos valores intrínsecos à teologia neopentecostal, a qual prega a resolução de problemas imediatos – de natureza pessoal ou política – por meio da interferência de uma figura messiânica.

---

<sup>304</sup> Curioso é que Bolsonaro parece conhecer pouco a Bíblia, citando com frequência apenas uma passagem, presente em João 8,32: “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”.

Acerca do antielitismo, Bolsonaro apresentou-se como um brasileiro médio, trabalhador, de hábitos modestos, honesto, destituído de qualquer empáfia intelectual, afastando-se, com isso, dos discursos e das práticas de uma elite cultural. A migração de votos de parte do eleitorado de Lula para o candidato do PSL atesta de certo modo o sucesso desse tipo de estratégia de campanha (SINGER e VENTURI, 2019). “A tônica no homem comum é um antielitismo. O presidente se afasta do cosmopolita, embora seja viajado. Põe-se de provinciano, o que orna com seu nacionalismo. É membro da elite política – na carreira há trinta anos – mas se diz um outsider” (ALONSO, 2019, p. 64).

Já sobre o segundo aspecto, a retórica messiânica do bolsonarismo foi acolhida pelo público neopentecostal justamente por ser uma retórica de corte patriarcalista, situando a família como o modelo de toda a organização social e o centro de produção de diretrizes relacionadas ao comportamento, à cultura e à política.

Igualmente, a teologia neopentecostal enfatiza o sucesso individual e a ascensão social por meio do mérito e do esforço próprios, numa espécie de lógica neoliberal-meritocrática-religiosa, em contraste, portanto, com a ideia de que o petismo teria estimulado a “vagabundagem” com seus programas sociais como o Bolsa Família etc. “A Igreja evangélica é particularizante: Deus é fiel porque funciona como um banco que transforma a fé num investimento feito para trazer aos fiéis ganhos materiais e espirituais” (GIANNOTTI, 2019, p. 168).

No plano do anticomunismo nacionalista, o recurso ao Foro de São Paulo ultrapassou os limites do discurso anticomunista da campanha, estendendo-se para o primeiro ano de governo.

Durante o segundo turno, a campanha de Bolsonaro veiculou, a pretexto da possível volta do PT ao poder, uma inserção televisiva na qual se afirmava que o partido mantinha relações estreitas com o Foro de São Paulo, apresentado como “um grupo político com ideologia comunista de esquerda liderado por Lula e Fidel Castro”. A propaganda eleitoral ressaltou ainda a ligação do PT com a Venezuela e com o “bolivarianismo” do continente sul-americano, numa clara atualização da retórica do “perigo vermelho” discutida nos capítulos que compõem a parte II desta tese.

Assim, sempre que alguma crise política se instalava no governo, acionava-se de imediato a retórica do “inimigo interno” que atua no país com base em diretrizes formuladas por uma organização não brasileira. Não obstante o nome, o Foro de São Paulo congregaria interesses de partidos socialistas da América do Sul.

Bolsonaro tratou de classificar os atos de rua no Equador e no Chile ocorridos em outubro de 2019 como “medidas terroristas” arquitetadas pelo Foro de São Paulo para desestabilizar os governantes locais<sup>305</sup>. O chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, e o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), o general Augusto Heleno, reafirmaram a tese conspiratória em eventos públicos e em postagens no *Twitter*.

Antecipando-se a uma manifestação similar contra seu governo, Bolsonaro evocou um dos pontos antidemocráticos da Constituição de 1988, aquele que assegura às Forças Armadas a prerrogativa de intervir em assuntos de segurança interna: “As tropas têm que estar preparadas para fazer a manutenção da lei e da ordem”<sup>306</sup>. Foi nesse contexto que, questionado sobre os protestos no Chile e o resultado da eleição argentina, Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, saiu-se com a seguinte análise, reintroduzindo no debate público o famigerado Ato Institucional número 5 (AI-5), promulgado pela ditadura em 1968, e noção de “guerra ao inimigo interno”, fundamental para esta tese:

Vai chegar o momento em que a situação vai ser igual ao final dos anos 1960. Se a esquerda radicalizar, a gente vai precisar ter uma resposta, e ela pode ser via um novo AI-5, via uma legislação aprovada através de um plebiscito como ocorreu na Itália. *Porque é uma guerra assimétrica, não é uma guerra onde você está vendo seu oponente do outro lado e você tem que aniquiná-lo, como acontece nas guerras militares, é o inimigo interno de difícil identificação* (grifos nosso)<sup>307</sup>.

Na ocasião, o polemista Olavo de Carvalho, em mais um de seus arroubos autoritários, pediu o fechamento imediato dos partidos brasileiros pertencentes ao Foro de São Paulo<sup>308</sup>. A justificativa para o ato de força estaria no fato de que PT, PCdoB e PSOL atuariam na política brasileira segundo ordens emanadas de um centro internacional, o que violaria a soberania do país.

<sup>305</sup> “Para Bolsonaro, manifestações no Chile são atos de terrorismo”. *Folha de S. Paulo*, 24 out. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/para-bolsonaro-manifestacoes-no-chile-sao-ato-de-terrorismo.shtml>>. Acesso em: 25 out. 2019.

<sup>306</sup> Ibid.

<sup>307</sup> “Eduardo Bolsonaro diz que se esquerda radicalizar, resposta pode ser ‘um novo AI-5’”. *Folha de S. Paulo*, 31 out. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/10/eduardo-bolsonaro-diz-que-se-esquerda-radicalizar-resposta-pode-ser-um-novo-ai-5.shtml>>. Acesso em: 27 nov. 2019. No final de novembro de 2019, Paulo Guedes, ministro da Economia, mencionou novamente o AI-5 ao comentar uma possível radicalização dos protestos de rua no Brasil.

<sup>308</sup> Em 25 de outubro de 2019, oitavo dia de manifestações populares no Chile contra Piñera, Olavo de Carvalho declarou o seguinte no *Twitter*: “Ou o presidente age AGORA para fechar os partidos pertencentes ao Foro de São Paulo e fazê-los pagar pelos crimes inumeráveis cometidos por essa organização, ou eles o derrubarão em seis meses”. O ideólogo do bolsonarismo se referia ao Partido dos Trabalhadores (PT), ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Disponível em: <<https://twitter.com/opropriolavo/status/11105602096142893649>>. Acesso em: 30 out. 2019.



Nesse ponto, há uma correspondência entre o argumento apresentado por Olavo de Carvalho e o utilizado pelo governo Dutra para decretar a ilegalidade do PCB em meados dos anos 1940, conforme visto no capítulo 1. Guardadas as proporções pertinentes ao contexto histórico, é o retorno da paranoia do poder estrangeiro no Brasil.

Percebe-se, portanto, que o uso instrumental do comunismo, apresentado como o “inimigo irreconciliável da nação”, ganha uma nova atualização hoje. Ele segue sendo uma arma eficaz de mobilização política. Os “operadores simbólicos” do medo do comunismo na atualidade são, além do próprio Foro de São Paulo, países como Venezuela, Cuba e Coréia do Norte.

Não parece ser mera casualidade que Bolsonaro tenha adotado como *slogan* de campanha o enunciado “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. O bordão faz referência às matrizes anticomunistas nacionalista e religiosa, e foi idealizado com base em um brado da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército<sup>309</sup>. Ele guarda também um parentesco inegável com o lema da Ação Integralista Brasileira (AIB), organização fascista dos anos 1930: “Deus, Pátria e Família”.

O coronel Cláudio Tavares Casali explica que o brado “Brasil acima de tudo” foi criado logo após Costa e Silva ter decretado o quinto Ato Institucional do regime militar, o AI-5, em 13 de dezembro de 1968. A autoria da palavra de ordem é de um grupo de paraquedistas autodenominado “Centelha Nativista”. Para os “nativistas”, era urgente:

Ressuscitar os valores que existiram em Guararapes de nacionalismo não xenófobo, de amor ao Brasil e de criar meios que reforçassem a identidade nacional e evitasse a fragmentação do povo pela ideologia e exploração de dissensos da sociedade dividindo o povo nos termos da velha luta de classes do marxismo (CASALI, 2018, p. 1).

Aparecem aqui, novamente, termos do anticomunismo nacionalista como “amor ao Brasil”, “identidade nacional”, “fragmentação do povo pela luta de classes do marxismo”.

Na oração do grupo, é possível encontrar referências ao cristianismo (“Assegurai à família e à gente brasileira tranquilidade e vida edificante, segundo a concepção cristã”), ao levante de 1935 levado a cabo pelo PCB (“Livrai-nos da traição, da indiferença, da omissão, da covardia dos vendilhões da Pátria, e dos que solapam os valores permanentes da

---

<sup>309</sup> “Slogan de Bolsonaro foi inspirado em brado de paraquedistas militares”. *Folha de São Paulo*, 24 out. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/slogan-de-bolsonaro-foi-inspirado-em-brado-de-paraquedistas-militares.shtml>>. Acesso em: 5 abr. 2019. Tanto Bolsonaro quanto seu vice, Hamilton Mourão, foram paraquedistas ao longo de suas trajetórias no Exército brasileiro.

nacionalidade”) e à ameaça aos valores patrióticos contida em publicações de esquerda (“Livrai-nos dos que, pela comunicação social ou pelos livros, se empenham em poluir a vocação cívica e patriótica de nosso povo”), aspecto que interessa especialmente a esta tese.

Os militares da “Centelha Nativista” diziam ter sido à época perseguidos “tanto pelos serviços de informação do Exército quanto pela imprensa” (CASALI, 2018, p. 3). Isso porque eles pertenciam à ala radical do Exército, que exigia do governo federal ainda mais severidade e violência no trato com as organizações guerrilheiras de esquerda<sup>310</sup>.

Na breve crise que se instalou no país após a morte de Costa e Silva em dezembro de 1969, os “nativistas” pretendiam levar ao poder o general Afonso Augusto de Albuquerque Lima. A quartelada dos conspiradores nunca chegou a ser concretizada.

Em suma, parte do *slogan* da campanha eleitoral de Bolsonaro foi inspirado numa fração do Exército nacionalista, hostil e conspiratória.

No plano do anticomunismo de matriz liberal, há uma tendência hoje no debate político de classificar Bolsonaro como uma figura autoritária neoliberal, assim como outros governantes de extrema direita mundo afora – Trump nos Estados Unidos, Salviani na Itália, Duterte nas Filipinas, Orbán na Hungria etc.

Esse tipo de interpretação sugere, segundo Fausto (2019b), que o autocratismo do século XXI, ou a “democratura”, como prefere denominar o autor<sup>311</sup>, funciona como uma espécie de “avatar” de certo tipo de política econômica, ignorando, assim, o aspecto político que, na verdade, o singulariza. “A democratura não provém do neoliberalismo, e o neoliberalismo é ainda menos um produto da democratura. O vetor que conduz de uma posição à outra, operando eventualmente uma confluência, ou pelo menos uma frente comum entre elas, deve ser a ‘opressão’” (FAUSTO, 2019b, p. 151).

Bolsonaro também não seria exatamente um fascista, tal como sugere o sentido dado ao termo pela configuração histórica na Europa de meados do século XX.

O bolsonarismo faz parte da segunda onda autocrática que assola o mundo moderno, a do século XXI, e que também vai exibindo espécies, ou subespécies, diversas. A

---

<sup>310</sup> Os oficiais da “Centelha” planejavam impedir a decolagem, no dia 6 de setembro de 1969, do avião que levaria para o exterior militantes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e da Ação Libertadora Nacional (ALN) que haviam participado naquele mesmo ano do sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick. Os prisioneiros acabaram decolando duas horas antes do previsto. O plano frustrado fez com que os oficiais do grupo tomassem de assalto a Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, e lessem um manifesto contrário a então junta militar que governava o país.

<sup>311</sup> Muitos termos estão sendo cunhados para tentar qualificar o estágio atual de deterioração da democracia e de ascensão de governantes autoritários: “iliberalismo”, “neoliberalismo autoritário”, “populismo liberal”, “neofascismo”, “neototalitarismo” etc.

forma dominante não é, pelo menos até aqui, a de tipo nazista, como ocorreu nos anos 1930. Nem exatamente a fascista. Talvez, como no caso da primeira onda, uma espécie dominante ou específica forneça igualmente um termo geral. É muito difícil encontrar um nome para esse bicho novo (FAUSTO, 2019b, pp. 147-48).

Em síntese, pode-se dizer que Bolsonaro seria um autocrata que tomou de empréstimo a agenda ultraliberal – a rigor, pertencente ao empresariado e ao mercado financeiro – para se eleger. Combinou-a livremente com “pautas arcaicas”, repetindo nesse estrito sentido 1964:

Há bastante em comum entre a vitória eleitoral de Bolsonaro, em 2018, e o golpe de 1964. Nos dois casos, um programa francamente pró-capital mobilizou, para viabilizar-se, o fundo regressivo da sociedade brasileira, descontente com os rumos liberais da civilização. Ao dar protagonismo político, a título de compensação, aos sentimentos antimodernos de parte da população, os mentores do capital fizeram um cálculo cínico e arriscado, que não é novo (SCHWARZ, 2019, p. 1)<sup>312</sup>.

A rigor, torna-se difícil medir hoje o real alcance da relação entre governo autocrático e neoliberalismo. Por ora, é possível vislumbrar algumas similaridades entre os autocratismos deste e do século passado: a recessão econômica que produz desalento e altas taxas de desemprego; a centralidade da questão identitária para o nacionalismo autoritário – antes, o judeu, agora, o imigrante, em especial o árabe e o africano; o anti-intelectualismo; a banalização da violência etc.

O que parece claro até aqui é que o movimento não é de distribuição completa da democracia, mas de sua “ocupação” (RUNCIMAN, 2018). Numa eventual “ocupação” da democracia brasileira, transformando-a em uma “democracia” bolsonarista, o arranjo de forças poderia assumir a seguinte feição, segundo Fausto (2019b): Bolsonaro, seus filhos e Olavo de Carvalho ocupando um lugar de direção; Forças Armadas (especialmente frações do Exército), igrejas neopentecostais e parcelas do Judiciário como aliados, cada qual desempenhando papéis específicos conforme a conjuntura.

Em meados do século XX, no contexto dos primeiros anos da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, estabeleceu-se uma dicotomia entre “democracia cristã” (ou “ocidental”) e comunismo. O conceito era didaticamente encarnado pela capital alemã, dividida entre Berlim ocidental (capitalista) e Berlim oriental (socialista). Na perspectiva adotada no Brasil à época, sob forte influência dos norte-americanos, prevaleceu a ideia de que países capitalistas, incluindo o próprio Brasil, faziam parte de um “mundo livre, ocidental

---

<sup>312</sup> “Neoatraso bolsonarista repete clima de 1964, diz Roberto Schwarz”. *Folha de S. Paulo*, 15 nov. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/11/neoatraso-bolsonarista-repete-clima-de-1964-diz-roberto-schwarz.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

e cristão”, enquanto aqueles que orbitavam em torno da União Soviética estavam imersos numa “ditadura comunista”.

Anos mais tarde, o golpe de 1964 foi dado em nome da preservação da “democracia cristã”, segundo os militares conspiradores. Ações do regime ao longo de duas décadas – incluindo diversas violações de direitos, torturas e assassinatos de opositores – foram guiadas, conforme visto nos capítulos 3 e 5, pelo desejo da cúpula das Forças Armadas de inserir o Brasil no grupo de países prósperos e desenvolvidos, identificados como sendo os de “democracia cristã e ocidental”.

Com o ressurgimento hoje do nacionalismo fundamentalista em diversos países, tal dicotomia nascida no contexto da Guerra Fria conserva em alguma medida sua atualidade, garantida pela introdução de um novo termo, “globalismo”, destinado a substituir o papel exercido outrora pela União Soviética como centro internacional cujas diretrizes ferem soberanias nacionais mundo afora. Nessa medida, a concepção de que países socialistas são necessariamente ditaduras liberticidas ainda persiste. Cuba, Coreia do Norte e Venezuela, embora nunca tenham conhecido de fato o socialismo, continuam sendo mobilizados pelas forças de direita como exemplos inequívocos da equação “socialismo/comunismo = ditadura”, ou ainda, “capitalismo = liberdade”.

Com efeito, os regimes forjados para impedir que o Brasil se transformasse em uma “ditadura comunista” – 1937, 1964 e 2018 (?) – foram regimes autoritários e antidemocráticos, com poderes discricionários que institucionalizaram a violência, a tortura e o assassinato como políticas de Estado. Quando figuras autocráticas falam em nome da “democracia” – os generais de 1964, Vargas ou Bolsonaro – estão a falar, na verdade, da necessidade de manter a “ordem” diante da possibilidade de uma revolução social. A palavra “democracia” em suas falas carece de significado, está esvaziada de seu sentido libertário, em última instância defendido pelos próprios comunistas.

O atual chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, é pródigo na utilização da expressão “democracia cristã” em seus discursos já célebres. Esse tipo de regime, visto como sinônimo de liberdade, seria o contraponto ao socialismo e ao “globalismo”. A relação do “globalismo” com políticas nacionalistas é apresentada sinteticamente por Fonseca (2019, p. 1): “Na retórica nacionalista, o globalismo é ruim porque interfere na soberania de cada país. Em vez

de poder decidir livremente suas próprias leis e políticas, o país fica restrito por acordos internacionais que limitam seu escopo de ação”<sup>313</sup>.

A propósito do embate entre democracia e ditadura, na conjuntura 2014-18, e especialmente durante o pleito que elegeu Bolsonaro, o sentido do regime político que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985 esteve em disputa, e retornaria mais tarde no aniversário de 55 anos do golpe, em março de 2019, momento em que um vídeo laudatório sobre a ditadura foi divulgado no canal de Bolsonaro em uma rede social.

O governo dos generais militares foi ou não foi uma ditadura? Não teriam sido eles os responsáveis por realizar uma espécie de “contragolpe”, salvando assim o país da ameaça comunista?

O debate foi informado não pelos fatos, e sim por versões fantasiosas que pululavam em ambientes como *Twitter*, *Facebook* e *WhatsApp*. Esse movimento encampado pela direita nas redes e sua relação com o presente da democracia brasileira pode ser assim interpretado:

A história tem uma função estratégica para a nossa vida pública. Se a confiança na veracidade histórica for eliminada, as pessoas acreditam no que querem ou no mais conveniente; tudo se resume a uma questão de opinião e à melhor versão em curso – é o passado às avessas. É fácil entender o que esse problema significa para o funcionamento da democracia: quando as linhas divisórias ficam indistintas, deixa de existir uma base factual para se questionar o poder (STARLING, 2019, p. 343).

A discussão sobre o anticomunismo, antes restrita então às políticas públicas dos governos petistas, entrou novamente em cena por meio do revisionismo sobre 1964. A esse respeito, os fatos históricos foram ostensivamente adulterados e se transformaram em “instrumento normativo de luta política”, conforme aponta Starling (2019, p. 342)<sup>314</sup>. Já eleito, Bolsonaro chegou a afirmar que “não houve ditadura no Brasil”. Sobre as mortes, os desaparecimentos e as torturas a opositores do regime, ele classificou-as de “probleminhas”<sup>315</sup>.

<sup>313</sup> “Contradições nacionalistas”. *Folha de S. Paulo*, 09 jul. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/joel-pinho-da-fonseca/2019/07/contradicoes-nacionalistas.shtml>>. Acesso em: 10 jul. 19.

<sup>314</sup> Temas como a natureza ideológica do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, o Partido Nazista, ou a existência de provas factuais da participação portuguesa no aprisionamento de escravos africanos, foram alvo de questionamentos mistificadores por parte da extrema direita, passando a fazer parte das inúmeras disputas políticas em curso naquele momento.

<sup>315</sup> “Bolsonaro nega ditadura e diz que regime viveu probleminhas”. *Folha de S. Paulo*, 27 mar. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/nao-houve-ditadura-teve-uns-probleminhas-diz-bolsonaro-sobre-regime-militar-no-pais.shtml>>. Acesso em: 27 nov. 2019. “E onde você viu uma ditadura entregar para oposição de forma pacífica o governo? Só no Brasil. Então, não houve ditadura”, disse Bolsonaro ao jornalista José Luiz Datena, apresentador do programa “Brasil Urgente”, da TV Bandeirantes.

Nessa direção, Motta (2019b, p. 8) afirma que “mostrar uma ditadura positiva para o Brasil e esconder o autoritarismo e a violência que ela significou pode passar à população a imagem de que não seria problema termos outra ditadura”. Carlos Bolsonaro parece ter sido guiado por tal ideia ao afirmar, numa postagem em setembro de 2019 no *Twitter*, que por vias democráticas as mudanças rápidas desejadas pelo Brasil não ocorreriam<sup>316</sup>.

Não demorou muito para que o alvo dos ataques passasse da historiografia do regime para os livros propriamente. Ribeiro Souto, general da reserva próximo a Bolsonaro, declarou que a interpretação hegemônica de 1964 – a de que fora “golpe”, e não “revolução” – não deveria mais ser admitida em livros didáticos, sugerindo que eles poderiam ser “substituídos” por uma nova bibliografia<sup>317</sup>.

Em tal contexto, a imagem que melhor representa o fim da Nova República consiste na declaração de voto do então deputado federal durante o processo de admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados: “Ao homenagear o mais conhecido torturador do período autoritário em nosso país, seu voto seria a expressão mais contundente do novo período em que o Brasil entrara” (AVRITZER, 2019, p. 10).

A defesa feita por Bolsonaro de torturadores e das violações de direitos praticadas pelo regime militar significou um novo e decisivo elemento no processo de degradação institucional pelo qual o país vem passando ao menos desde 2014, ano em que tem início a Operação Lava Jato. Outros elementos desse definhamento das instituições da Nova República seriam o desprezo pela soberania eleitoral expresso nas discussões sobre o *impeachment* e a ofensiva do sistema de Justiça contra um governo democraticamente eleito<sup>318</sup>.

---

<sup>316</sup> “Carlos Bolsonaro diz que país não terá transformação rápida por vias democráticas”. *Folha de São Paulo*, 9 set. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/carlos-bolsonaro-diz-que-pais-nao-tera-transformacao-rapida-por-vias-democraticas.shtml>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

<sup>317</sup> “General ligado a Bolsonaro fala em banir livros sem ‘a verdade’ sobre 1964”. *UOL*, 28 set. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/28/general-ligado-a-bolsonaro-fala-em-banir-livros-sem-a-verdade-sobre-1964.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

<sup>318</sup> Avritzer (2019) afirma que, em momentos de regressão democrática, o sistema de Justiça (Ministério Público e STF, principalmente) tende a atuar, paradoxalmente, como um ator importante de degradação institucional. Na conjuntura mais recente, o STF promoveu intervenções no sistema político ao suspender mandatos de parlamentares, promover nomeações de ministros e interditar um recurso como o indulto de Natal, atribuições que competem aos outros dois poderes. Acontecimento igualmente elucidativo do papel político exercido pela Justiça no Brasil foi o abaixo-assinado em favor do projeto “Escola Sem Partido” levado a cabo por cem procuradores e promotores. Nada se compara, porém, à intervenção promovida pela Lava Jato, com apoio da Suprema Corte, no processo que culminou com o *impeachment* de Dilma Rousseff e na prisão e interdição da candidatura presidencial de Lula. Não por acaso, em vez de políticos profissionais e partidos, juízes, empresários e militares foram alçados à condição de únicos representantes legítimos de parte expressiva do eleitorado em 2018. “O processo penal do espetáculo, com o juiz [Sergio Moro] que assume uma figura militante e as operações contra a corrupção como forma de criminalização teatralizada da política, aumenta o sentimento

Como foi possível que se tivesse no país uma direita que defendesse abertamente o regime militar e seus artífices? Para elucidar pontos da atual cultura política de intolerância, violência e apreço a figuras patriarcalistas e ditatoriais, talvez seja importante olhar para o processo de transformação nas últimas décadas das forças conservadoras e reacionárias no país.

No período compreendido entre 1964 e 1985, a “direita clássica” no Brasil apresentava uma natureza a um só tempo agrária e financeira. Após a redemocratização, no final dos anos 1980, a direita não abandonaria tais atributos constitutivos, mas, devido à conjuntura de apelo à cidadania e de retorno aos valores democráticos, a direita optou por não se afirmar como tal, assumindo majoritariamente posições políticas de centro.

Tratava-se de uma “direita envergonhada” (FAUSTO, 2019), ou ainda, de um processo voltado para “civilizar” a direita que o país herdara da ditadura militar. O principal “operador” desse “processo civilizatório” fora o PSDB, que, anos depois, acabaria engolfado pela direita radical nas eleições de 2018 (ROCHA DE BARROS, 2013).

Já a direita que retorna à cena pública a partir de 2014 conserva características da “direita histórica” como o liberalismo econômico, a política privatista para o setor público e o anticomunismo atávico, mas resolve adotar pautas novas como o questionamento de políticas sociais, a forte preocupação com o comportamento e os costumes, o discurso da “ética na política” e a solução violenta para o problema crônico da segurança pública.

É justamente neste ponto que ocorre o cruzamento profícuo para a campanha do capitão reformado entre valores conservadores, ação religiosa neopentecostal e propaganda via redes sociais. “A extrema direita ganhou nos três campos estruturais em que se travava a batalha. Impulsionada pelos três motores – a mão que maneja o revólver, o ícone protetor das famílias e o pretenso incorrupto –, ela foi alçando voo” (FAUSTO, 2019b, p. 157).

A eleição de 2018 é um marco importante nesse processo formativo. O último pleito “consagrou os piores do impeachment”: Bolsonaro e figuras desconhecidas que se aproveitaram da “onda bolsonarista”, discípulos de Olavo de Carvalho, integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL), Janaina Paschoal, enfim, “toda essa turma que a direita *mainstream* achava engraçado jogar contra o PT na expectativa de que, na hora H, o eleitor votasse nos moderados” (ROCHA DE BARROS, 2019, p. 77). Com efeito, 2018 representou

a migração para o bolsonarismo de parte considerável do eleitorado de centro-direita que tradicionalmente votava no PSDB (SINGER e VENTURI, 2019).

Outra novidade seria a capacidade de a “nova direita” sustentar, ao menos desde o período do *impeachment*, debates no espaço público e nas redes. Durante o primeiro ano de governo Bolsonaro, por exemplo, pautas regressivas e antidemocráticas foram defendidas com pessoas tomando as ruas em amplas manifestações Brasil afora. Essa capacidade de mobilização da direita pode ser explicada pela sua estratégia de reinserir a emoção e o afeto no debate político.

A extrema direita seduz porque comunica com aspectos emocionais. Num momento mundial extraordinariamente complexo, em que a maioria das pessoas sente uma evidente insegurança existencial, a comunicação afetiva é um potente motor político. No Brasil, um país cujas feridas históricas não foram fechadas, Bolsonaro consegue mobilizar essas cicatrizes, os ressentimentos, as raivas, as angústias ontológicas de muitos. Nesse sentido, a extrema direita está trazendo a política de volta porque faz a disputa de imaginários e subjetividades, coloca a emoção no centro do debate (SOLANO, 2019, p. 320).

A extrema direita só pode se apresentar como “renovação” e capturar o “sentimento antissistema” do eleitorado uma vez que o PT, partido hegemônico no campo da esquerda institucional, esteve no poder por mais de uma década, passando a ter seu nome associado à corrupção e inoperância da “política oficial” e às constantes crises sociais e econômicas que assolaram desde então o país.

Com o governo Bolsonaro, é possível falar, então, em uma terceira ou quarta (a depender se se considera o governo Dutra) “onda anticomunista” no Brasil? Pelas razões expostas até aqui neste Epílogo, defende-se que sim.

Em síntese, a terceira “onda anticomunista” no Brasil que sobreveio em 2018, cujo efeito principal foi a eleição de Jair Bolsonaro, constituiu-se dos seguintes elementos, alguns novos, outros tantos (a maioria) similares às conjunturas de 1937 e 1964: a associação entre um governo de esquerda e a prática política da corrupção e da apropriação particular do Estado (similar); a ideia de que a crise econômica foi produzida necessariamente pela corrupção existente no sistema político, formado por partidos e parlamentares “venais” (similar); a interpretação de que pautas reformistas de um governo de esquerda são “socialismo” (similar).

Pode-se elencar ainda: o espectro de um governo “socialista” a rondar o Brasil (similar); a adoção de uma política externa voltada para o multilateralismo (novo); a reação de setores religiosos contra mudança em “pautas culturais”, ligadas a valores, crenças e



comportamentos (novo); a rejeição por parte de grupos conservadores do protagonismo dos movimentos feminista, LGBT e antirracista em debates na esfera pública (novo); o discurso de o governo de esquerda teria sido conivente com a criminalidade comum (novo).

O termo “comunista”, por fim, segue sendo mobilizado de maneira genérica com o objetivo de estigmatizar e desqualificar adversários. Sob o signo da ascensão bolsonarista, seu sentido alarga-se consideravelmente, deixando de fazer referência somente a partidos e políticos de siglas notadamente de esquerda, referindo-se também a movimentos e grupos que não necessariamente tem pontos de contato com o programa marxista-leninista, como é o caso de muitos movimentos feministas e antirracistas. Com a chegada ao poder de uma direita liberticida, “comunista” passou a servir também para designar neoliberais e liberais não autoritários, socialdemocratas de direita e esquerda, socialistas democráticos etc. A lista de “novos comunistas” mencionada no capítulo 1 se atualizou numa velocidade inimaginável durante o primeiro ano do governo Bolsonaro.

FONTES

## Acervos e bibliotecas

AEL/UNICAMP – Arquivo Edgard Leuenroth

Arquivo do Estado de São Paulo (APESP)

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Projeto Brasil Nunca Mais

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

## Jornais

A Manhã

A Noite

Correio da Manhã

Jornal do Brasil

O Estado de São Paulo

O Globo

## REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel. As armadilhas da memória e a reconstrução democrática. In: **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ABREU, Marcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livrarias Ltda., 2000.

ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALVES, Márcio Moreira. **Igreja e política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez; Unicamp, 1995.

AQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 17. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

AYUB GASPARI, Alexandre. **Censura no regime militar e militarização das artes**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.

AZEVEDO, Débora. **Em nome da ordem: democracia e combate ao comunismo no Brasil (1946-1950)**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – UnB, Brasília, 1992.

BASTOS, Teresa. **De algóz a guardiã: fotografias da Polícia Política no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**. Revista Resgate, vol. XVIII, nº 19, jan./jul., 2010, p. 67-86.

BAUER, Caroline Silveira. **Aproximações entre o combate à Guerrilha do Araguaia e o Operativo Independência na Argentina: preceitos da Guerre Révolutionnaire no Cone Sul**. Escritas, vol. 3, 2011, pp. 84-102.

BISS, Eula. **Imunidade**. São Paulo: Todavia, 2017.

BLASS, Leila Maria da Silva. **Imprimindo a própria história: o movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20**. São Paulo: Loyola, 1986.

BORER, Cecil. Entrevista. In: **A Contradita: polícia política e comunismo no Brasil: 1945-1964: entrevistas com Cecil Borer, Hércules Corrêa dos Reis, José de Moraes e Nilson Venâncio**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena:** propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: FAPESP/Papirus, 1998.

CARONE, Edgard. **O marxismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. Propaganda e revolução: os caminhos do impresso político, 1930-1945. In: TORGAL, Luís Reis; PAULO, Heloísa. **Estados autoritários e totalitários e suas representações.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

CARVALHO, José Murilo de.; BASTOS, Lúcia; BASILLE, Marcelo (orgs.). **Guerra literária:** panfletos da Independência (1820-23). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, 4 volumes.

---

\_\_\_\_\_ **Às armas, cidadãos!** Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/Companhia das Letras, 2012.

CASALI, Coronel Cláudio Tavares. **“Brasil, acima de tudo”.** Revista do Clube Militar, Rio de Janeiro, out., 2018.

CASTELLAN, Gláucia Rodrigues. **Artesãos da subversão:** os trabalhadores gráficos e o Deops: repressão e resistência durante a era Vargas (1930-1945). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – USP, São Paulo, 2010.

CASTRO, Ana Caroline. Livros como prova de subversão: um processo judicial. In: REIMÃO, Sandra (org.). **Livros e subversão:** seis estudos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CHESSIN, Sérgio de. **A noite que vem do Oriente.** Porto Alegre: Livraria Globo, 1932.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo:** a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

DEAECTO, Marisa Midori & MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). **Edição e revolução.** Leituras comunistas no Brasil e na França. São Paulo/Ateliê Editorial; Belo Horizonte/Editora da UFMG, 2013.

DEL ROIO, Marcos. **Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil.** Crítica Marxista, São Paulo, Ed. Revan, v. 1, n. 18, 2004, p. 115-132.

**DICIONÁRIO HISTÓRICO E BIOGRÁFICO.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2000.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESPERANÇA, Clarice Gontarski. **Memória e identidade**: reflexão sobre os gráficos gaúchos. *MÉTIS: história & cultura*, v. 6, nº 12, jul./dez., 2007, p. 11-34.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel, 1977.

\_\_\_\_\_. **O pensamento nacionalista autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. A queda do foguete. In: **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FAUSTO, Ruy. Depois do temporal. In: **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019b.

FERREIRA, Jerusa (org.). **Ênio Silveira**. São Paulo, Com-Arte/Edusp, 1992.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil (1880-1920)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p. 29-60.

FONSECA, Joel Pinheiro da. **“Contradições nacionalistas”**. *Folha de S. Paulo*, 9 jul. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/joel-pinheiro-da-fonseca/2019/07/contradicoes-nacionalistas.shtml>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

FRAGOSO, Augusto. **Introdução ao estudo da Guerra Revolucionária**. Rio de Janeiro: Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, 1959.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GIANNOTTI, Arthur. Savonarolas oficias. In: **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GODOY, Marcelo. **A casa da vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar.** São Paulo: Alameda, 2014.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** São Paulo: Ática, 1998.

GOULART, Silvana. **Sobre a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo.** São Paulo: Marco Zero, 1990.

GREENBLATT, Stephen. **O tirano segundo Shakespeare.** Revista Serrote, Instituto Moreira Salles, nº. 31, nov. 2019.

GRUMAN, Marcelo. **O lugar da cidadania: Estado moderno, pluralismo religioso e representação política.** Revista de Estudos da Religião (REVER), São Paulo, nº 1, ano 5, 2005, p. 122-137.

GUALBERTO, Edney dos Santos. **Vanguarda sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919-1935).** 2008. Dissertação (Mestrado em História) – USP, São Paulo, 2008.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história.** São Paulo, Edusp, 2012.

HUGGINS, Martha. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina.** São Paulo: Cortez, 1998.

JOFFILY, Mariana Rangel. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975).** Tese (doutorado) – FFLCH-USP, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Quando o ataque é a melhor defesa: interrogatórios políticos da Oban e do DOI-CODI.** Antíteses, Londrina, vol. 2, n. 4, jul./dez., 2009, p. 769-799.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo: Edusp, 2018.

LACERDA, Felipe Castilho de. **Dos usos do livro e outros impressos: a formação cultural comunista nos anos 1920.** Revista Perseu Abramo, São Paulo, nº 14, ano 11, 2017, p. 45-73.

LEMOS, Andréa. **Revista Civilização Brasileira: resistência cultural à ditadura.** In: REIMÃO, Sandra (org.). **Livros e subversão: seis estudos.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.

LONGHI, Carla Reis. **O aparato repressivo brasileiro: dinâmicas da violência e confrontos pelo poder.** Projeto História, São Paulo, nº 38, 2009, p. 119-140.



MARIGHELLA, Carlos. **Minimanual do guerrilheiro urbano**. BNM 102 (ALN), AEL-Unicamp.

MARÇAL, João Batista. **A imprensa operária do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. do Autor, 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia**. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 48, jul./dez., 2012, p. 519-536.

MAUÉS, Flamarion. Do erótico ao político: a trajetória da Global Editora na década de 1970. In: REIMÃO, Sandra (org.). **Livros e subversão: seis estudos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. **Antônio Maciel Bonfim (Miranda): um esboço biográfico**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, nº 72, 2016, p. 173-194.

MORRISON, Toni. **Racismo e fascismo**. *Revista Serrote*, Instituto Moreira Salles, nº. 31, nov. 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política**. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 30, n. 1, 2010, p. 17-27.

\_\_\_\_\_. **A tradição anticomunista no Brasil, as eleições de 2018 e o início da era Bolsonaro**. Entrevista ao portal *História da Ditadura*. 2019. Disponível em: <<https://www.historiadaditadura.com.br/destaque/rodrigo-patto/>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **1964: “O Brasil não estava à beira do comunismo”**, diz historiador. Entrevista à Agência Pública de Jornalismo. 2019b. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/04/1964-o-brasil-nao-estava-a-beira-do-comunismo-diz-historiador/>>. Acesso em: 2 mai. 2019.

MURICY, Antônio Carlos da Silva. **A guerra revolucionária no Brasil e o episódio de novembro de 1935**. Natal: IHGB/RN, 1966.

NETO, Lira. **Getúlio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, vol. 2.

ORTELLADO, Pablo. **“Miragem conservadora produz ‘gramscismo de direita’”**. *Folha de S. Paulo*, 12 mar. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2019/03/miragem-conservadora-produz-gramscismo-de-direita.shtml>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

PENNA, Lincoln de Abreu. **Os panfletários da República**: a campanha do petróleo na imprensa nacionalista. *Revista Alceu*, v. 4, nº 7, jul./dez., 2003, p. 83-98.

PEREIRA, Astrojildo. **Construindo o PCB (1922-1924)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

QUINTINO, Felipe. “Zueno, Zoany, Zwenir”: rastros da vigilância ao jornalista Zuenir Ventura durante a ditadura. In: REIMÃO, Sandra (org.). **Livros e subversão**: seis estudos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência**: censura a livros na ditadura militar. São Paulo, Edusp/Fapesp, 2011.

REIMÃO, Sandra (org.). **Livros e subversão**: seis estudos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.

REIMÃO, Sandra; MAUÉS, Flamarion; NERY, João Elias. Uma edição perigosa: a publicação de O Estado e a revolução, de Lenin, às vésperas do AI-5. In: REIMÃO, Sandra (org.). **Livros e subversão**: seis estudos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.

ROCHA DE BARROS, Celso. Uma história de dois azares e um impeachment. In: **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

RODEGHERO, Carla Simone. **Religião e patriotismo**: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, v. 22, nº 44, 2002, p. 463-488.

\_\_\_\_\_. **O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia**: a conjuntura 1945-1947. *MÉTIS: história & cultura*, v. 5, nº 10, jul./dez., 2006, p. 179-202.

SAFATLE, Vladimir. “**Nossa bandeira será vermelha**”. *Folha de S. Paulo*, 11 jan. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2019/01/nossa-bandeira-sera-vermelha.shtml>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

SALLES, João Moreira. El Salvador: a propósito da força e da fragilidade. In: **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Em busca da terra da promessa**: a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SCHWARZ, Roberto. “**Neoatraso bolsonarista repete clima de 1964, diz Roberto Schwarz**”. *Folha de S. Paulo*, 15 nov. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/11/neoatraso-bolsonarista-repete-clima-de-1964-diz-roberto-schwarz.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SECCO, Lincoln. “Leituras comunistas no Brasil (1919-1943)”. In: DEAECTO, Marisa Midori & MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). **Edição e revolução**. Leituras comunistas no Brasil e na França. São Paulo/Ateliê Editorial; Belo Horizonte/Editora da UFMG, 2013.

\_\_\_\_\_. **A batalha dos livros**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017.

SECCO, Lincoln. **Quem tem medo de Karl Marx?** Revista Jacobin Brasil, São Paulo, ed. 1, nov., 2019. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2019/11/quem-tem-medo-de-karl-marx/>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

SILVA, Tadeu Antonio Dix. **Ala Vermelha**: revolução, autocrítica e repressão judicial no estado de São Paulo (1967-1974). 2007. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2007.

SINGER, André; VENTURI, Gustavo. Sismografia de um terremoto eleitoral. In: **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio a Castello (1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. In: **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

STARLING, Heloisa Murgel. O passado que não passou. In: **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora/AIDS e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TELES, Janaína (org.). **Mortos e desaparecidos políticos**: reparação ou impunidade? São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

TRINQUIER, Roger. **La guerre moderne**. Paris: La Table Ronde, 1961.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **Rompendo o silêncio**. Brasília: Editerra, 1987.

VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e malditos** – Os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira. Brasília, Thesaurus, 1998.

VITORINO, Artur José Renda. **Máquinas e operários**: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

VITORINO, Artur José Renda. Os sonhos dos tipógrafos na corte imperial brasileira. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Unicamp, 2004. p. 167-204.

ZANINI, Fábio. **Da esquerda para a direita**. Revista Quatro Cinco Um, São Paulo, ed. 23, 2019. Disponível em: <<https://www.quatrocincoum.com.br/br/resenhas/p/da-esquerda-para-a-direita>>. Acesso em: 1 jun. 2019.

ANEXOS

Imagens dos “estouros” das gráficas do PCB de 1939 e 1940 não utilizadas no capítulo 6  
(Seleção)









Imagens do “estouro” da gráfica do PCB de 1975 não utilizadas no capítulo 7 (Seleção)







